



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Maria Augusta Martins Rodrigues Torres

**De seringueiro a ribeirinho: um estudo de caso sobre a  
reprodução do modo de vida beiradeiro na comunidade  
Bela Vista, Reserva Extrativista Rio Xingu**

Altamira- PA  
2021

Maria Augusta Martins Rodrigues Torres

**De seringueiro a ribeirinho: um estudo de caso sobre a  
reprodução do modo de vida beiradeiro na comunidade  
Bela Vista, Reserva Extrativista Rio Xingu**

Dissertação de mestrado apresentada na  
Faculdade de Geografia do Instituto de  
Filosofia Ciências Humanas da Universidade  
Federal do Pará, como requisito para  
obtenção do título de mestra.

Universidade Federal do Pará

Orientador: Professor Doutor João Santos Nahum

Altamira- PA  
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

T693s Torres, Maria Augusta Martins Rodrigues.  
De seringueiro a ribeirinho: um estudo de caso sobre a  
reprodução do modo de vida beiradeiro na comunidade Bela Vista,  
Reserva Extrativista Rio Xingu / Maria Augusta Martins Rodrigues  
Torres. — 2021.  
152 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. João Santos Nahum  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Geografia, Belém, 2021.


1. Modo de vida, reprodução, Reserva Extrativista,  
beiradeiro, ribeirinho, seringueiro. I. Título.

CDD 910.130811

---

**ATA DO EXAME DE DEFESA- MESTRADO  
DISCENTE Maria Augusta Martins Rodrigues Torres  
PPGEO, 23 DE AGOSTO DE 2021**

1 Às oito horas e trinta minutos do dia 23 de agosto de 2021, de forma remota, foi instalada a banca de  
2 Defesa de Mestrado para avaliação a Dissertação de pesquisa desenvolvido pela discente **Maria**  
3 **Augusta Martins Rodrigues Torres**, matriculada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da  
4 UFPA, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará. O  
5 professor Dr. João Santos Nahum (PPGEO/UFPA), orientador e presidente da banca examinadora,  
6 abriu a sessão apresentando os convidados: Prof. Dr. José Antônio Herrera (PPGEO/UFPA),  
7 examinadora interno e o Prof.Dr.José Antônio Magalhães Marinho(Faculdade de Geografia, UFPA).  
8 Após a arguição e a avaliação do Relatório apresentado, intitulado **“De seringueiro a ribeirão: um**  
9 **estudo de caso sobre a reprodução do modo de vida beiradeiro na comunidade Bela Vista, Reserva**  
10 **Extrativista Rio Xingu.”**, os examinadores decidiram pela **APROVAÇÃO**. Tendo um mês para entregar  
11 a versão final da dissertação para a homologação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a  
12 sessão e lavrada a presente ata que vai **assinada pelos examinadores presentes** ao ato.

13  
14  
15   
16 Prof. Dr. João Santos Nahum - PPGEO/UFPA  
17 Presidente da banca

18  
19  
20  
21  
22 Prof. Dr. Prof. Dr. José Antônio Herrera (PPGEO/UFPA)  
23 Examinador interno

24  
25  
26   
27 Digite o texto aqui  
28 Prof. Dr. Prof.Dr.José Antônio Magalhães Marinho(Faculdade de Geografia, UFPA)  
29 Examinadora externo  
30  
31  
32  
33  
34  
35

Dedicado a Emília,  
que me ajudou a parar  
também esta  
dissertação.

## Agradecimentos

Antes dos agradecimentos, registro que considero-me privilegiada por ter tido a oportunidade de frequentar uma graduação e este programa de pós-graduação em universidades públicas de qualidade dentro do sistema de ensino brasileiro, que ainda é tão seletivo e desigual. Agradeço, por isso, a todas e todos brasileiros que suportam os custos de nossas Universidades Públicas Federais.

A partir disso, agradeço primeiramente aos professores e professoras do PPGeo, principalmente da Faculdade de Geografia do campus de Altamira da UFPA, que tanto lutaram para conceber o programa de pós-graduação em um campus do interior da amazônia paraense. Tive a honra de participar da primeira turma da pós do PPGeo em Altamira e espero que essa oportunidade seja crescente para as pessoas que vivem longe das capitais, em todos os rincões amazônicos.

Ao meu orientador, Professor Doutor João Santos Nahum, agradeço por ter estado sempre disponível para as orientações. Agradeço a sinceridade, criticidade e coerência sempre bem pontuadas em nossas conversas.

Em memória de nosso querido colega e amigo Ruan da Silva Conceição (tristemente assassinado em 12 de abril de 2020), agradeço a todas e todos mestrandos e doutorandos da turma de 2019 de Altamira. As trocas dentro e fora de da sala de aula e o apoio constante pelo grupo de whatsapp foram essenciais nessa caminhada. A Fabíola e Clara, em especial, agradeço por sempre me convencerem de que valeria a pena e por serem as irmãs que Altamira me deu.

Além das estruturas da Universidade Federal do Pará, não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que participaram de alguma forma de momentos importantes da minha vida que culminaram na execução desta pesquisa.

Assim, começo agradecendo o povo tradicional Caiçara da Jureia, em nome e em memória da matriarca dona Nancy Prado (falecida em maio de 2021). A resistência do modo de vida caiçara em seus territórios originais, no litoral sul de São Paulo, é a maior comprovação de que ainda temos Mata Atlântica no Brasil. Agradeço por me ensinarem tanto e por ainda estarem de pé, nas taperas vivas. Foram os caiçaras da Jureia, das comunidades Grajaúna e Rio Verde, que me incentivaram a conhecer mais realidades de modos de vida tradicional em seus territórios e em Unidades de Conservação pelo Brasil a fora.

Por me apresentarem a Altamira, às realidades amazônicas e, principalmente, ao povo beiradeiro da Terra do Meio, agradeço à toda equipe do Instituto Socioambiental. Mas, em especial agradeço a todas e todos que, desde 2015, vivenciaram cada momento passado pelo escritório do ISA de Altamira e seu entorno: Alzenir Bento (Nin), Anna Maria Andrade, Ana de Francesco, Augusto Postigo, Camila Bonassio, Carolina Morelli, Carolina Reis, Cássio Breda (in memorian), Clara Baitello, Edione Goveia, Fabíola Silva, Jefferson Camarão, Juan Doblás, Leonardo de Moura, Luiz Augusto Nery, Marcelo Salazar, Maria Euda, Raquel dos Santos, Roberto Rezende, Rita de Cássia, Thais Mantovanelli, Victor Cabreira. Também agradeço aqui ao Eduardo Abdalla Nunes, pelo companheirismo nos primeiros anos de trabalho e vivência em Altamira.

Agradeço em especial as amigas e pesquisadoras Natália Guerrero e Raquel Rodrigues dos Santos, por serem exemplos de dedicação de trabalhos acadêmicos comprometidos com as pessoas em seus territórios.

Em nome de Wagner Falcão e Patricia Americano agradeço às equipes do ICMBio, com as quais pude compartilhar vivências de diversos aspectos com relação às UCs da Terra do Meio. Aos dois em especial, agradeço pela amizade.

Ao Francinaldo Lima, grande Naldo, agradeço os ensinamentos diários de como ser um ótimo profissional e ser humano. Seu longo trabalho, sempre honesto e comprometido, como assessor das Associações de Moradores das Resex da Terra do Meio é louvável.

Agradeço o imenso amor e incondicional apoio de minha mãe Maria Júlia e meu pai José Henrique. Não tenho dúvidas de que vocês estão sempre ao meu lado. Pai, obrigada pelas sugestões de correções ortográficas e pela carinhosa admiração com que recebeu as histórias e vivências descritas nesta dissertação. Ao meu irmão ZéGú, obrigada por ter me ensinado a mergulhar em tantas aventuras na vida. Aproveito para agradecer aos Torres e às irmãs Martins e aos seis dos 7 Netos, que em todo natal em Botucatu – SP, me aguentavam contar histórias das minhas vivências no beiradão, com os ribeirinhos da Resex Rio Xingu!

Amado Roberto Sanches Rezende, sem você ao meu lado, não teria tantas forças e saúde mental para encarar a continuidade da vida em Altamira. Obrigada por me incentivar a todo momento e tanto me ajudar com as lógicas e leituras acadêmicas e por partilhar comigo sua forma de compreender a vida e os modos de vida.

Por fim, e mais importante, agradeço a todos os ribeirinhos e todas ribeirinhas moradores da Reserva Extrativista Rio Xingu. Do Baliza ao Bom Jardim, foi sempre

enorme e admirável todo o acolhimento, compreensão e paciência que tiveram comigo desde da primeira vez que visitei a casa de cada um de vocês. Em especial, agradeço aos “cantineiros” Lindolfo e Marinês, comadre Alcione e compadre Sinha, e Miudinho e Ziza, por todo o carinho e hospitalidade durante todos os dias que atei minha rede, literalmente, dentro de suas casas. Agradeço vocês também por me ajudarem a complementar as informações desta pesquisa por meio de trocas de áudio de “zapi”, nosso melhor meio de comunicação durante a pandemia.

A todas as pessoas da comunidade Bela Vista, obrigada pela confiança em me contarem histórias e me abrirem as portas das casas de vocês para infinitas conversas e cafezinhos doces e amargos, de todos os jeitos que a gente gosta! Espero que esta pesquisa contribua da melhor forma possível com a vida de vocês. É o mínimo que posso fazer para agradecer a todos os portos que vocês, sempre com elegância, me ofereceram e permitiram pisar e entrar.

## Resumo

Esta dissertação é um estudo de caso sobre a reprodução do modo de vida beiradeiro na região do médio rio Xingu. O estudo de caso refere-se a um determinado espaço, em que foram analisados três aspectos do modo de vida, que produziu esse lugar, desde sua origem até os dias atuais. O antigo seringal Belo Horizonte, situado a mais de 300km do centro urbano do município de Altamira, no estado do Pará, foi habitado por migrantes não indígenas desde os últimos anos do século XIX. Hoje, nesse mesmo espaço, encontra-se famílias ribeirinhas vivendo na comunidade Bela Vista, que desde 2008 é parte da Reserva Extrativista Rio Xingu. Analisando comparativamente no *tempo do seringal* e no *tempo da comunidade* a dinâmica do uso do espaço, os trabalhos envolvidos no sustento das famílias e as relações sociais existentes no local, o estudo mostra como vem se reproduzindo o modo de vida beiradeiro neste lugar.

**Palavras-chave:** Modo de vida, reprodução, Reserva Extrativista, beiradeiro, ribeirinho, seringueiro.

## Abstract

This dissertation is a case study on the reproduction of the beiradeiro (riverine) way of life in the middle Xingu river region. The study analyzes three aspects of the way of life that produced this place, from its origin to the present day. The former Belo Horizonte seringal (rubber state), more than 300km distant from Altamira's town, in the state of Pará, was inhabited by non-indigenous migrants since the last years of the 19th century. Today, in this same space, there are riverine families living in the Bela Vista community, which since 2008 has been part of the Rio Xingu Extractive Reserve. The study shows how beiradeiro's way of life has been reproduced in this place, the dynamics of the use of space, the work involved in the support of families and the social relations existing in the place, comparatively in the "time of the *seringais*" and in the "community time".

**Keywords:** *way of life, reproduction, Reserva Extrativista, beiradeiro, ribeirinho, riverine, seringueiro, rubber tapper.*

## Sumário

Introdução.....	12
Metodologia.....	20
Fundamentos teóricos.....	25
Capítulo 1 : O modo de vida seringueiro no Xingu.....	32
Aspectos geo-históricos dos Seringais do médio Xingu.....	32
A dinâmica da produção dos Seringais na amazônia.....	37
O Seringal Belo Horizonte.....	40
Relações com os indígenas.....	53
Relação com os padrões seringalistas.....	58
Trabalho dos seringueiros e suas técnicas.....	65
A Organização do espaço para o sustento da casa.....	73
Conclusões do tempo do seringal.....	76
Capítulo 2 : do Seringal à Resex.....	77
Pele de gato.....	78
Garimpo.....	82
Madeira.....	85
Venda e Grilagem de Terras.....	88
As Reservas Extrativistas.....	92
A RESEX RIO XINGU.....	100
Capítulo 3 : o modo de vida beiradeiro na comunidade Bela Vista.....	106
A comunidade Bela Vista na Resex Rio Xingu.....	106
Relações com os vizinhos indígenas.....	110
Relações com quem não mora ali.....	113
Regatões.....	114
Órgãos do Estado.....	116
Instituições da sociedade civil.....	121
A diversidade de trabalhos.....	132
A organização e gestão do espaço.....	145
Considerações Finais.....	150
Bibliografia.....	155

## Índice de Figuras

Figura 1: Tipos de estradas de seringa. Desenhado por Edmilson M. Viana e legendado por Maria Augusta Torres (2017).....	66
Figura 2: Sr. Edmilson extrai leite de seringueira com cicatrizes antigas. Fonte: Maria Augusta/2017.....	68
Figura 3: Machadinho antigo, ferramenta utilizada pelo avô de Edmilson para extração do látex da seringueira.....	70
Figura 4: recibo de venda de pele de gato de 11/10/1968. Fonte: arquivo pessoal Edmilson M. Viana.....	79
Figura 5: recibo de venda de borracha de 23/04/1983. Fonte: arquivo pessoal Edmilson M. Viana.....	80
Figura 6: Calendário de atividades do modo de vida beiradeiro.....	135
Figura 7: Localização das cantinas comunitárias que formam a Rede de Cantinas da Terra do Meio. Fonte: arquivo Rede de Cantinas (ISA e AMORERI/2019).....	142
Figura 8: Coleta de cajá na entrada do porto no terreiro da área de morada de Edmilson e Eliza na localidade Morro do Félix. Fonte: Maria Augusta, jan/2020.....	147

## Índice de Mapas

Mapa 1: Identificação e localização das áreas protegidas na região da Terra do meio. Com destaque para as comunidades da Resex Rio Xingu.....	13
Mapa 2: Localização das comunidades da Resex Rio Xingu.....	14
Mapa 3: Localização das colocações do Seringal Belo Horizonte até 1986.....	41
Mapa 4: Seringal Belo Horizonte conforme registro em cartório datado de 1959.....	43
Mapa 5: Deslocamento de Edmilson pelas colocações do Seringal Belo Horizonte ao longo do tempo.....	50
Mapa 6: Localização das moradas das famílias beiradeiras que formam a comunidade Bela Vista na Resex Rio Xingu.....	107

## Índice de tabelas

Tabela 1: Dados das colocações do Seringal Belo Horizonte dos anos 1940 aos 1980.....46

Tabela 2: Renda de uma família da comunidade Bela Vista, gerada pela produção extrativista entregue na cantina comunitária.....143

## Tabela de Siglas

AASFLO	Associação Agroextrativista Sementes da Floresta
AMORERI	Associação dos Moradores da Resex Rio Iriri
AMORA	Associação dos Moradores da Resex Riozinho do Anfrísio
AMOMEX	Associação dos Moradores do Médio Xingu
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CR Almeida	Cícero Rego de Almeida
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CPT	Conselho Pastoral da Terra
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
ESEC	Estação Ecológica
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IMAFLO	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCR	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
PARNA	Parque Nacional
PM	Plano de Manejo
PGPMBio	Política de Garantia de Preços Mínimo para produtos da Sociobiodiversidade
PAA- Doação	Programa de Aquisição de Alimentos – tipo Doação
PAA – Estoque	Programa de Aquisição de Alimentos – tipo Formação de estoque
PDRS-X	Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – Xingu
PNAE	Programa Nacional DE Alimentação Escolar
Resex	Reserva Extrativista
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SESA	Secretaria Municipal de Saúde
SAF	Sistema Agroflorestal
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TNC	The Nature Conservance
UC	Unidade de Conservação

## Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a reprodução de um modo de vida em um determinado espaço, desde sua origem até os dias atuais, por meio de um estudo de caso. O seringal Belo Horizonte era um dentre os vários seringais nas margens do rio Xingu que proporcionaram um modo de viver na floresta amazônica. Hoje em dia, ali não há mais “seringais”, mas ainda existem as pessoas que vivem ao longo do rio, em ilhas, beiras e igarapés. Onde antigamente localizava-se o seringal Belo Horizonte encontra-se hoje a comunidade Bela Vista, situada dentro da área da Reserva Extrativista (Resex) Rio Xingu, uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável. É nesse lugar que analisei a reprodução do modo de vida beiradeiro, iniciado pelos seringueiros e vivido hoje pelos beiradeiros, moradores da Resex.

A comunidade Bela Vista é uma das 11 comunidades (Baliza, Caminho do Sol, Pedra Preta, Volta da Pedra, Monte Alegre, Morro Grande, Gabiroto, Morro do Costinha, Humaitá, Bela Vista e Bom Jardim) situadas no território de 303.841ha da Reserva Extrativista (Resex) Rio Xingu. As comunidades são definidas pelos próprios moradores por meio da identificação de vizinhança entre as famílias que vivem aproximadas. Cada comunidade conta com ao menos duas famílias vivendo em uma distância de no máximo uma hora de viagem de canoa com motor de uma casa para outra. Em cada comunidade também há um rádio amador em pelo menos uma das casas que a compõe. O rádio amador é o principal meio pelo qual se dá a comunicação das famílias beiradeiras entre elas e com outras localizações, inclusive com os centros urbanos.

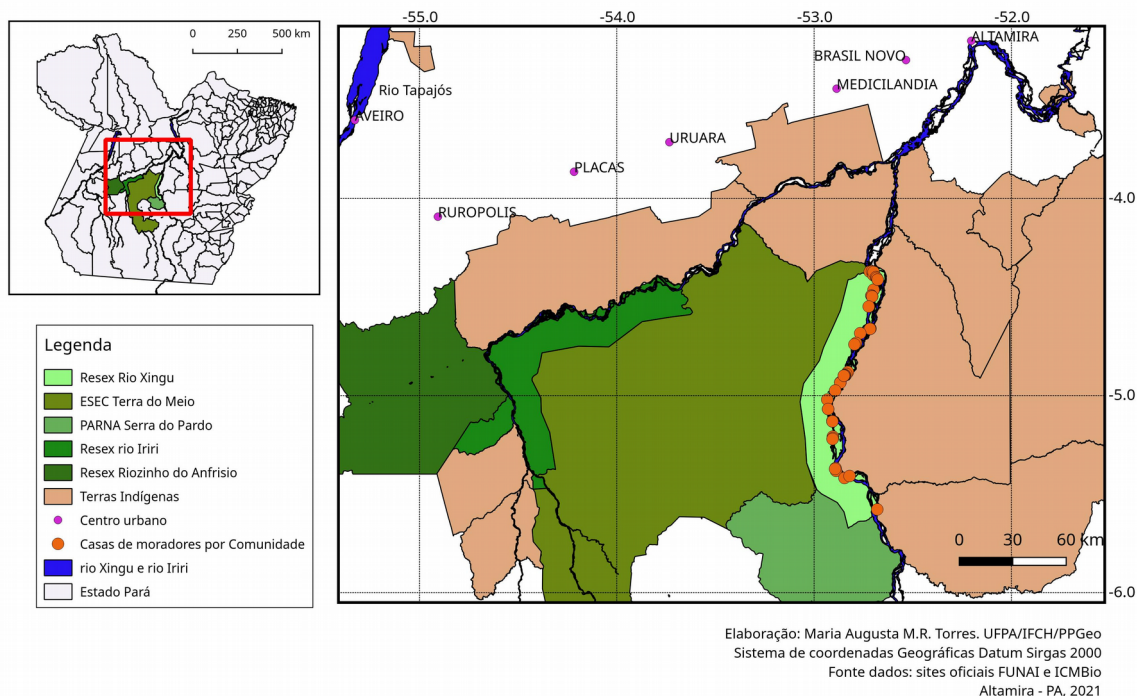
A Resex rio Xingu encontra-se a, pelo menos, 300km de distância do centro urbano do município de Altamira ou a um dia de viagem fluvial subindo o rio Xingu. Na área dessa UC vivem hoje 64 famílias, conforme atualização do cadastro de moradores feito pela Associação dos Moradores do Médio Xingu (AMOMEX) em 2019. Em média, cada família é composta por 5 pessoas: a mulher, o homem e mais três filhos. Considerada essa média, é possível afirmar que há, aproximadamente, 320 pessoas vivendo em toda a extensão da Resex Rio Xingu.

As famílias vivem de forma espalhada ao longo da margem esquerda do rio Xingu, seja na terra firme ou em ilhas. Moram em pequenos núcleos espaçados um dos outros, em distâncias que variam de 400m até 10km em linha reta. Assim, de uma casa para outra, leva-se de 10 minutos a 1 hora de viagem de barco, rabeta ou canoa. Essas famílias não vivem reunidas em aldeias, como a maioria dos povos indígenas vizinhos, e tão pouco

em vilarejos, como acontece em zonas rurais. Moram em casas de paredes de barro, de tábuas ou de palha de babaçu e vivem da pesca, caça, extração de produtos da floresta (sementes, seiva, óleos, plantas medicinais, etc), de pequenas plantações de roçado (mandioca, cacau, banana, tubérculos, etc) e criações de animais de pequeno porte (galinha, porco, pato, entre outros). São pessoas que não se identificam sendo povo indígena, apesar de reconhecerem, em sua maioria, a ascendência e parentesco indígena, e de morarem do lado oposto da margem do rio onde vivem diferentes povos em suas Terras Indígenas<sup>1</sup>.

O mapa que segue mostra a localização da Reserva Extrativista Rio Xingu<sup>2</sup> dentro do mosaico de áreas protegidas na região do médio rio Xingu, nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu, no estado do Pará.

### Localização do Mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio região do médio rio Xingu - Estado do Pará

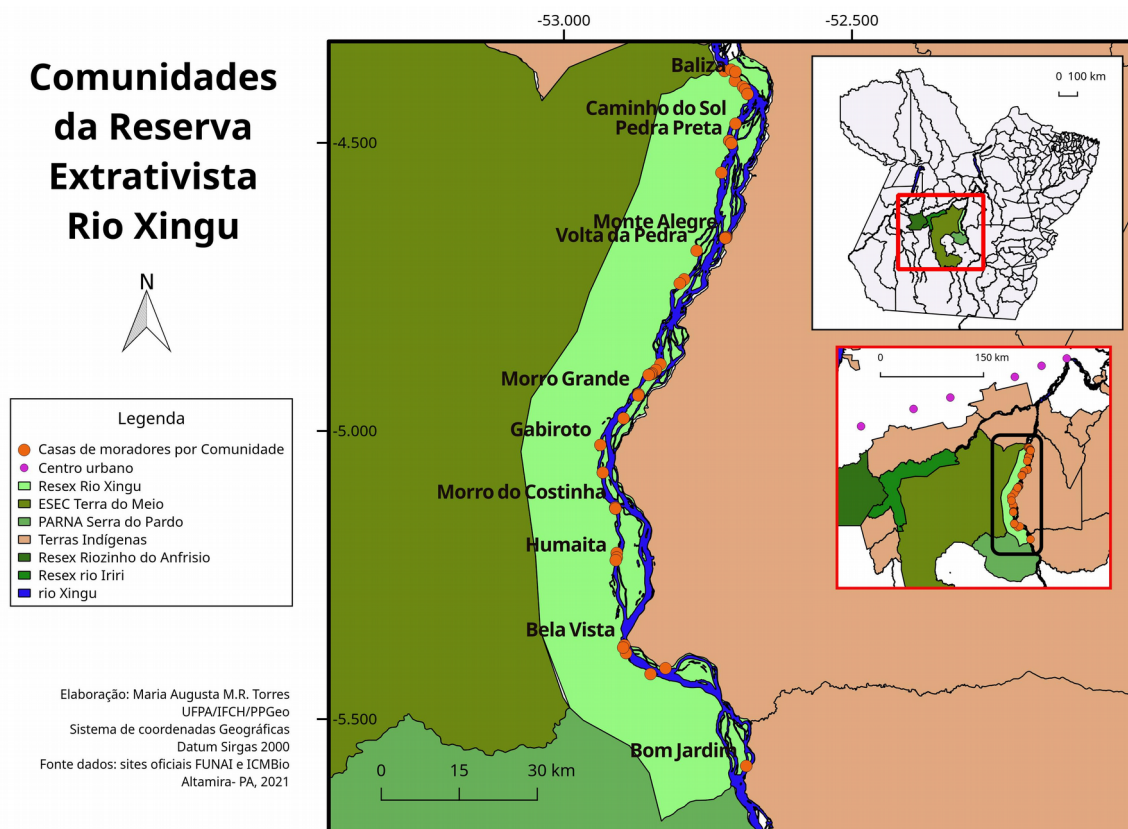


Mapa 1: Identificação e localização das áreas protegidas na região da Terra do meio. Com destaque para as comunidades da Resex Rio Xingu

1 Na margem direita do Rio Xingu, ao longo do percurso da área da Resex Rio Xingu encontram-se as Terras Indígenas Ipixuna, do povo Araweté e Apiterewa, do povo Parakanã. Além dessas, um pouco mais abaixo rio, também ao lado direito há a TI Assurini e abaixo rio do lado esquerdo, ainda na Terra do Meio, a TI Kararaô.

2 A Resex Rio Xingu foi a última dentre as três Reservas Extrativistas da Terra do Meio e outras Unidades de Conservação que foram decretadas durante a primeira década dos anos 2.000. (ver Silva, 2009; LIMA, 2015; VILLAS-BOAS et al, 2018)

O próximo mapa demonstra a localização das comunidades que se formam ao longo de toda a extensão da área da Resex Rio Xingu.



Mapa 2: Localização das comunidades da Resex Rio Xingu

Apesar de mapearmos e visualizarmos essa área deste modo nos dias atuais, sabemos que não fora sempre assim. Desde o fim do século XIX ao fim da década de 1980, o território atual da Resex Rio Xingu foi composto basicamente por seis grandes Seringais. “Seringal” é o espaço conhecido, amazonicamente, como uma área de floresta que alguém, “o patrão” ou “seringalista”, dizia possuir e para onde levava trabalhadores, “seringueiros”, para produzirem borracha da extração da seiva de árvores nativas.

De acordo com a memória dos moradores da Resex o nome dos seis seringais, por ordem de quem vem subindo o rio eram: Porto Alegre, Murici, Forte Veneza, Humaitá, Belo Horizonte e Bom Jardim. O seringal Belo Horizonte, portanto, era um dentre os seringais que se formaram na beira do rio Xingu.

O registro mais antigo encontrado sobre proprietários de estabelecimentos rurais do estado do Pará, realizado em 1920 (IBGE, 1927, liv.15300) conta que o sr. Pedro de Oliveira Lemos era o proprietário do “estabelecimento rural Belo Horizonte”. O mesmo

Pedro de Oliveira Lemos também foi o primeiro intendente do município de Altamira quando de sua fundação em 1912 (UMBUZEIRO e UMBUZERIO, 2012).

Por outra documentação de Registro de Imóveis<sup>3</sup> há declarações ambíguas, de que o Seringal Belo Horizonte possuía uma área de 4.356ha ou de 52.310,50ha. A ambiguidade da declaração da área em um mesmo documento pode ser explicada, resumidamente, pela ausência de fiscalização das propriedades em áreas distantes dos centros urbanos e revela, também, a conveniência para a elite local, em possuir terras conforme seus próprios interesses econômicos e políticos. Como vimos pelo próprio proprietário do seringal em estudo, a elite econômica da época ocupava também cargos políticos importantes. A apropriação da terra nesses moldes faz jus ao modelo de produção espacial por todo Brasil, onde a grilagem de terras é parte da estrutura fundiária do país.

Além da descrição da área, os documentos sobre o Seringal Belo Horizonte também nos dão dicas de quantas pessoas poderiam viver no local à época: “Contendo várias benfeitorias e novecentas (900) estradas de seringueiras”. Por essa declaração, pode-se afirmar que naquela área viviam aproximadamente 300 seringueiros, tendo como base de cálculo o fato de que cada seringueiro necessita de ao menos três estradas de seringa para desenvolver o trabalho de extração do látex e produção da borracha.

No momento em que escrevo a dissertação, vivem no espaço da comunidade Bela Vista 5 famílias, o que representa aproximadamente 25 pessoas vivendo em uma área de, aproximadamente, 20.000ha, que corresponde à área da extensão pelo rio onde estão as 5 moradas das famílias da comunidade, limitando-se pela extensão dos limites de fundo da Resex Rio Xingu, de 15km da beira do Rio para dentro da Terra do Meio (terra firme da margem esquerda do rio Xingu).

De acordo com esses dados, a quantidade de habitantes dos iniciais 4.356 (quatro mil trezentos e cinquenta e seis) hectares ou dos cerca de 50.000 (cinquenta mil) hectares do Seringal Belo Horizonte assemelha-se à quantidade total de moradores atuais dos mais de 300.000 (trezentos mil) hectares de área da Resex Rio Xingu. Ainda mais especificamente, pode-se afirmar que no mesmo local onde viviam cerca de 300 seringueiros no espaço do seringal Belo Horizonte, vivem hoje 5 famílias no espaço da comunidade Bela Vista. Tais dados quantitativos instigam ao desenvolvimento desta pesquisa por buscar entender a reprodução do modo de vida ao longo do tempo em um mesmo determinado espaço geográfico.

---

3 Vide Anexos e capítulo um desta pesquisa.

O êxodo das famílias seringueiras e a necessidade de criação de Reservas Extrativistas, que garantam áreas de sociobiodiversidade, aparecem como “tendências” e “evoluções” dentro de uma análise da situação atual em estudo (SANTOS, 2008, p.124). Em outras palavras, são, respectivamente, consequência e reflexo ao modelo de desenvolvimento incentivado para Amazônia, mais intencionalmente a partir dos anos 1960. Por isso, a análise da reprodução do modo de vida beiradeiro na comunidade Bela Vista da Resex Rio Xingu buscou entender as manutenções e as transformações, as tendências e rupturas, os fluxos e fixos (SANTOS, 2008, p.122) da existência dessas pessoas em determinados espaços.

A espacialidade do antigo Seringal Belo Horizonte e da atual comunidade Bela Vista passou por diversas transformações, assim como as pessoas que ali viveram e seguem vivendo. Primeira e originalmente ali era território de povos indígenas. No entanto, outro modo de vida não indígena foi “formado” com a chegada dos seringueiros. Tal “formação” é vista, aqui, pelo entendimento de “formação sócio-espacial” de Milton Santos(1977), que diz, grosso modo, que as formações sociais escrevem a história no espaço. São processos sistêmicos e históricos em que as noções de sociedade e espaço são inseparáveis (SANTOS, 1977,p.93).

Para Santos(1977), há evolução diferencial das sociedades tanto em seu quadro próprio como em sua relação com as forças externas (SANTOS, 1977, p.89). Corroborando com isso, esta pesquisa se debruçou no estudo da reprodução do modo de vida beiradeiro, pela análise atual das pessoas que vivem na comunidade Bela Vista e com a compreensão de que trata-se de um espaço formado no contexto internacional da economia da borracha e que encontra-se hoje em uma Unidade de Conservação. Assim, o estudo de caso da reprodução do modo de vida beiradeiro na comunidade Bela Vista é baseado na visão do geógrafo Milton Santos ao compreender que:

O estudo sobre formações econômicas sociais permite o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. (SANTOS,1977, p.84)

Esse modo de vida espalhou-se pela área por meio da organização das “colocações seringueiras”, espaços de trabalho por entre a floresta para extração do látex do caucho (*Castilla ulei*) e posteriormente das seringueiras (*Hévea brasiliense*) para a produção da borracha. A partir de meados dos anos 1980, com o fim dos incentivos à produção e ao comércio da borracha na Amazônia, extinguiram-se os seringais e os antigos

seringueiros vivenciaram, em seu local, um período de diversidade de opções de renda. Ainda que ilegais em sua maioria, instáveis e sem garantias de direitos sociais, além de ambientalmente predatórias, eram por exemplo: extração de madeira, garimpo e grilagem de terras.

Em contraste com atividades predatórias e muitas vezes ilegais, e corroborando com o fortalecimento da pauta ambiental em diversos países do mundo, bem como com o crescimento da implementação de políticas ambientais pelo governo brasileiro nos anos 2.000, a criação da Resex chegou ao local com intuito de salvaguardar o meio ambiente, o território e a cultura dos povos tradicionais que ali habitam (SNUC, 2000; BRASIL, 2008). No entanto, com ela também surgiram novas regras de uso dos espaços e novos jeitos de se organizar, como por exemplo a formação da Associação de Moradores e o Conselho Deliberativo da Resex. Além da Resex também foram criados, por decretos, mais dois tipos de Unidades de Conservação na área abrangente do antigo espaço do Seringal Belo Horizonte: o Parque Nacional Serra do Pardo (Parna-SdP); e a Estação Ecológica Terra do Meio (Esec-TdM). Ambas as Unidades são do tipo Integral, cuja regulamentação determina a proibição da entrada de seres humanos, a não ser para fins de “pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (SNUC, art.9º e 11º). Tais Ucs, restritivas à presença de seres humanos, foram sobrepostas a áreas onde já existiam moradores e áreas de usos tradicionais herdadas das antigas colocações, como, por exemplo, os Castanhais.

Além das novas regras e lógicas de uso do espaço, com a criação das Reservas Extrativistas no mosaico de áreas protegidas, houve também o reconhecimento dessas pessoas pelo governo federal como “populações extrativistas tradicionais” (SNUC, 2000, art.18). Esse reconhecimento “tem por objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.” (Idem, 2000). Outra legislação que reconhece essas pessoas é a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais” instituída em 2007 pelo Decreto lei 6.040, que reforça a implementação de diretrizes para garantias de direitos aos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Em seu artigo3º, a lei federal compreende por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa,

ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007)

Faz jus ao reconhecimento legal de “comunidade tradicional” a identificação histórica que os atuais moradores possuem com os primeiros extrativistas seringueiros que ali vieram se estabelecer. De acordo com a publicação *Terra do Meio: o Universo, os Saberes e as Práticas dos Beiradeiros do Rio Iriri e do Riozinho do Anfrísio* (ANDRADE et al, 2017), as pessoas que hoje vivem nas Reservas Extrativistas do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio reconhecem-se como “beiradeiros”, considerando-se como

“aqueles que possuem uma origem histórica ligada aos antigos seringueiros e que permaneceram na região criando uma forma própria de ocupação e uso do território” (ANDRADE et al, 2017, p.9).

A publicação é conhecida como “*inventário cultural* dos beiradeiros da Terra do Meio”, pois, trata-se de um estudo feito pelos próprios moradores das duas Reservas Extrativistas, com apoio de antropólogos do Instituto Socioambiental (ISA). Apesar de mencionarem a Resex Rio Xingu como parte da grande região conhecida como Terra do Meio (composta por um mosaico de áreas protegidas), e ainda citarem alguns de seus moradores, a pesquisa não abrangeu estudos sobre essa terceira Resex. Esse foi um dos motivos que me inspirou a registrar a reprodução do modo de vida dos beiradeiros da Resex Rio Xingu.

A palavra “beiradeiro” diz da pessoa nascida e criada no “beiradão”, ou seja, nas beiras dos igarapés e dos rios, seja em ilhas ou nas margens da terra firme, nesta região da bacia do Rio Xingu, distante do centro urbano do município de Altamira. Como dito anteriormente, o termo “beiradeiro” traduz uma existência periférica, de pobreza e exploração dos antigos trabalhadores dos seringueiros. E é, ainda hoje, vinculado, geralmente, a uma referência negativa, a um significado pejorativo, dito, principalmente, por pessoas que vivem na cidade. Do mesmo modo, existem beiradeiros que não gostam do termo e preferem ser chamados de “ribeirinhos”. Mas, há também aqueles que orgulhosamente se veem como “beiradeiros” e passaram a usar ainda mais esse termo com a intenção de ressignificá-lo, pois entendem ser essa a sua identidade. Corroborando com essas duas identificações usadas pelos moradores do espaço em estudo, entendi que ao tratar do “modo de vida”, por sua conotação ampla sobre o determinado tipo de viver, devo caracterizá-lo como “beiradeiro”. Assim, reforço sua ressignificação e identidade política, assim como o visibilizo como jeito de viver determinado por sua espacialidade “beira rio”, nessa região

do médio Xingu. No entanto, não excluo o termo “ribeirinho” (um pouco mais aceito e conhecido, quando se fala de tipos de vida da região amazônica) essencialmente em respeito aos moradores que se identificam mais com esse termo. Assim, no decorrer da escrita da dissertação uso os termos ribeirinho e beiradeiro como sinônimos, principalmente durante o capítulo três.

Esta pesquisa, portanto, sustenta que o modo de vida beiradeiro foi criado na época dos seringais e existe, ainda hoje, na organização de vida dos beiradeiros, moradores da Resex. Para tanto, foi delimitado um espaço que se configura como estudo de caso dentro da extensão da Resex Rio Xingu, para poder entender as transformações e as manutenções vividas e percebidas pelos seus habitantes e suas memórias.

Assim, a pesquisa está estruturada em quatro capítulos antecipados pela descrição da metodologia e dos principais fundamentos teóricos que basearam o estudo.

O primeiro capítulo trata do tempo-espaço do seringal, onde busquei caracterizar o modo de vida dos seringueiros do seringal Belo Horizonte. Foi feita, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica sobre relatos de viajantes e historiadores, e demais estudos e publicações sobre a época, para entendimento do contexto histórico. O capítulo segue discorrendo sobre a formação do modo de vida dos seringueiros no seringal Belo Horizonte, mediante três variáveis: a relação com indígenas e padrões da borracha; o trabalho que gerou a principal organização da vida no determinado local; e a dinâmica de produção do espaço.

O segundo capítulo, “do Seringal à Resex”, retrata a transição entre os períodos elegidos para análise comparativa da reprodução do modo de vida. Nele, escrevo sobre a diversificação das oportunidades de renda que substituíram a, até então predominante, produção e comércio da borracha. Descrevo o período por meio da organização das famílias conforme as possibilidades que surgiram com a comercialização da pele de gato, o garimpo, a extração de madeira e a grilagem de terras. Assim, tive como objetivo observar o êxodo ou a permanência dos moradores e entender sobre o que levou à criação da Resex.

O terceiro capítulo discorre sobre o tempo-espaço da comunidade, ou seja, da análise atual do modo de vida dos moradores da comunidade Bela Vista na Resex Rio Xingu, realizando uma atualização comparativa dos elementos apresentados no primeiro capítulo, conforme as três variáveis condutoras da análise da reprodução do modo de vida.

No derradeiro capítulo apresento as considerações finais referentes às análises promovidas por esta pesquisa.

## Metodologia

A análise da reprodução do modo de vida beiradeiro foi realizada, neste trabalho, pela observação de três variáveis escolhidas mediante um complexo de elementos que compõe um modo de vida: 1) a dinâmica de produção do espaço; 2) as formas de trabalho que geram organização e sustento das famílias em seu lugar; e 3) as relações sociais estabelecidas naquele lugar.

Considero, primeiramente, que é possível identificar o ponto de partida da origem do processo de formação do modo de vida seringueiro, na região do médio Xingu (e em quase toda a região amazônica): quando migrantes (de maioria vindos da região nordeste do Brasil) deslocaram-se para os prometidos e desconhecidos seringais amazônicos no contexto da produção de borracha nativa. Tendo esse histórico de origem, foi elegida como variável analítica *as formas de trabalho empregadas para o sustento do modo de vida*, pois a motivação do deslocamento dava-se pelas condições de trabalho no novo lugar. Além disso, para chegar e permanecer em algum seringal, era preciso estabelecer algumas relações sociais que envolviam o local, por isso, foram aqui analisadas *as relações envolvidas nesse espaço*. As variáveis foram escolhidas no intuito de entender como essas pessoas chegaram e permaneceram nesse lugar. Para tanto, as variáveis indicam quais as lógicas envolvidas no uso, nas relações e na manutenção do lugar vivido e percebido por essas famílias.

Com o objetivo de identificar as tendências e/ou rupturas da reprodução do modo de vida em análise (SANTOS,2008,p.125), as variáveis são visualizadas em dois períodos, considerados como tempo-espacos distintos que se localizam em um mesmo determinado local: 1) o “tempo do seringal”, que dirá da origem do modo de vida seringueiro, datado do final do século XIX até fins da década de 1980; e 2) o “tempo da comunidade”, desde a criação da Resex, em 2008, até hoje. Ambos períodos têm a noção de tempo-espaço refletida em seus nomes: o *tempo do seringal* diz do espaço formado em um tempo passado, onde fora produzido o espaço do seringal Belo Horizonte e, da mesma forma, o *tempo da comunidade* quer dizer do período mais atual, quando e onde se constrói o espaço da comunidade Bela Vista.

Assim, baseio a estrutura metodológica desta dissertação inspirada na proposta de esquema operacional de análise de Milton Santos(2008) em que se considera tanto a periodização importante para enxergar as mudanças de valores de cada variável segundo cada momento, quanto o evento que determina a “continuidade temporal e a coerência

espacial” (SANTOS, 2012, P.156) do objeto em estudo. Explica o autor a noção de evento da seguinte maneira:

É através do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos, lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço.(SANTOS, 2012, p.155)

A partir disso, considero o decreto da Resex Rio Xingu o evento que fomenta novas formas e conteúdos para o espaço em questão e delimita a periodização dos dois tempo-espacos onde visualizo a reprodução do modo de vida beiradeiro.

O *tempo do seringal* é o tempo-espaço da formação do modo de vida seringueiro, quando os primeiros homens não indígenas estabeleceram-se nos seringais para trabalhar na extração do látex nativo, para a produção de borracha. Esse tempo-espaço será contado com diferentes bases de fonte de dados. Foram consultados recortes bibliográficos de registros de viajantes pelo Rio Xingu à época (COUDREAU, 1977; KRÄUTLER, 1979; NUNES, 2003), livros de história sobre a região (UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2012), publicações científicas de diversas áreas como economia, história, antropologia (WEINSTEIN, 1993; SANTOS,1980) e arquivos e publicações de registros públicos, em cartórios ou acervos (IBGE, 1º ofício do registro de imóveis e tabelionato de notas, cartório de Segunda Entrância do município de Altamira). Assim como, a descrição do *tempo do seringal* também é baseada na minha vivência em campo, com os moradores da comunidade, na realização de entrevistas, coleta de relatos de história de vida e memória dos moradores mais antigos do lugar. Com a junção desses elementos foi caracterizada a origem do modo de vida seringueiro no seringal Belo Horizonte. O que estou considerando como *tempo do seringal* finda em meados dos anos 1980, quando a produção de borracha passa a não existir mais. Com o término do *tempo do seringal*, levo em conta que o modo de vida, como ele fora originado, já se consolidara na produção de seu espaço. Sendo assim passível de reproduzir-se, principalmente em circunstâncias adversas à de sua origem (ANDRADE et al, 2017; ALMEIDA, 1992).

O *tempo da comunidade*, por sua vez, é entendido como o tempo-espaço mais presente, vivenciado pela população que vive atualmente no “mesmo” chão onde outrora fora o *tempo do seringal*. O tempo da comunidade, portanto, inicia-se em 2008, quando o espaço em observação é legalmente decretado como uma Reserva Extrativista (Resex). Tal período retrata a atualização do espaço, observando as mesmas variáveis para poder analisar a reprodução do modo de vida no mesmo local. As observações desse tempo-

espaço foram feitas, principalmente, com base nas entrevistas e conversas com moradores e na minha vivência de campo.

O período entre o fim do *tempo do seringal* até o início do *tempo da comunidade* também é retratado na pesquisa, mas, com relação a esse tempo intermediário não são consideradas as variáveis metodológicas para a descrição da reprodução do modo de vida. Descrevo esse período pelas atividades de renda que aparecem como oportunidades de produção do espaço para as famílias do lugar. O entendimento do contexto dessas atividades tem como objetivo explicar o que levou à determinação da área em uma Reserva Extrativista.

A análise temporal das variáveis é o fio condutor para demonstrar, comparativamente, a reprodução do modo de vida no determinado local. Por reprodução, não entendo aqui o que se produz de maneira igual, mas, sim, o que se produz constantemente, com transmissão geracional, envolvendo mudanças e adaptações, além das manutenções.

Assim, observando a primeira variável, sobre *a dinâmica da produção do espaço* nos dois tempo-espacos, pretendo entender como os antigos seringueiros colocaram-se e apropriaram-se do espaço para onde foram levados do seringal Belo Horizonte e, também, como as famílias produzem, ainda hoje, o espaço de sua comunidade, na Reserva Extrativista Rio Xingu. A segunda variável, *a descrição do trabalho envolvido na organização espacial e sustento da vida*, tem a intenção de aproximar-nos do dia a dia familiar, detalhando, nos dois tempo-espacos, quais os tipos de trabalho que eram e são dispostos para o viver no determinado lugar. Foram considerados tanto os trabalhos que geram renda como o próprio sustento familiar. E também aqueles que têm as duas intenções. Enfim, a terceira variável nos elucida sobre quais *as relações sociais*, ou seja, quais as redes de confiança, parentesco, assistência ou dependência são criadas ao longo do tempo para a permanência das famílias.

Para executar essa metodologia, reitero que a base dos procedimentos metodológicos utilizados foi a minha vivência de campo, na comunidade Bela Vista, que teve como principal recurso a história oral dos moradores, coletada por meio de conversas e entrevistas semiestruturadas e livres. A escolha do espaço em análise deu-se também pela existência do morador mais antigo da área da Resex Rio Xingu, o senhor Edmilson Maranhão Viana, homem de mais de 80 anos de vida, que viveu a época do seringal Belo Horizonte e que ainda trabalha como seringueiro. Sua memória viva compõe a maior parte da descrição do modo de vida *no tempo do seringal* desta pesquisa.

Além da história oral dos moradores, a pesquisa contou com a minha observação participante, formada pela convivência com os moradores da comunidade Bela Vista desde 2015. Em janeiro de 2015, fui contratada pelo Instituto Socioambiental (ISA) para compor a equipe de técnicos de campo com o objetivo de auxiliar a estruturação da organização econômico-social do que hoje é a Rede de Cantinas da Terra do Meio. Durante os anos de 2015 a 2019, estive regularmente na área da Resex Rio Xingu por períodos de 20 a 40 dias, por, pelo menos, três vezes ao ano. Durante esses períodos, eu passava em todas as casas das famílias moradoras da Resex e permanecia de 5 a 15 dias, diretamente, em três comunidades onde existem as cantinas na Resex Rio Xingu: Baliza, Morro Grande e Bela Vista. A cantina é uma organização econômica comunitária, que se espelha nos barracões dos antigos patrões da borracha. Mas, diferentemente dos barracões, e também da relação com os regatões (comerciantes ambulantes), na cantina, é a própria comunidade que elege, em reunião, um responsável de confiança de todos para cuidar de um capital de giro comum. Esse representante passa a ser o cantineiro, responsável por gerir o controle das trocas de insumos, mercadorias e recursos vindos da cidade (café, açúcar, facão, bota, entre outros itens) por produções extrativistas (farinha de babaçu, borracha, castanha, entre outros), que serão vendidas conjuntamente com as outras cantinas da Resex e de outros territórios vizinhos (como as Tis Xipaya, Kuruaya, Apiterewa e Trincheira Bacajá e as outras Resex da Terra do Meio). Esse sistema de cantinas começou a existir na região por volta de 2012 e, em 2021, contempla uma Rede que, articula 27 cantinas comunitárias distribuídas nos 14 territórios de diferentes povos indígenas, ribeirinhos e de agricultores familiares da região (GUERRERO e POSTIGO, 2017). Nas comunidades Baliza e Bela Vista, pude assistir a comunidade a iniciar o processo de organização de sua cantina comunitária. Dentre as três, com as quais convivi mais intensamente, a comunidade Bela Vista é a que se situa mais distante do centro urbano de Altamira.

Em 2017, participei da expedição de 11 dias pelo igarapé Rio Pardo<sup>4</sup>, junto com alguns moradores da comunidade Bela Vista. O Rio Pardo é um grande igarapé que nasce no meio da Terra do Meio e deságua no Rio Xingu acima da ponta sul da ilha do Belo Horizonte. Atualmente, faz também a demarcação da divisa da Estação Ecológica Terra do Meio com o Parque Nacional da Serra do Pardo e sua foz encontra-se dentro dos limites da Resex Rio Xingu. A expedição teve como objetivo a visita e mapeamento das antigas colocações seringueiras ao longo do Igarapé Rio Pardo, mediante a memória do sr.

---

4 Imagens e entrevistas coletadas durante a Expedição Rio Pardo produziram o curta-metragem “Rio Pardo, o retorno dos beiradeiros ao seu território” (<https://www.youtube.com/watch?v=TgAGhKNN1GI&t=461s>) . A expedição contou com apoio do ISA e ICMBio.

Edmilson Viana, patriarca da comunidade Bela Vista e condutor da expedição. Esta pesquisa usou gravações de áudio e vídeo de longas entrevistas, assim como mapeamentos georreferenciados de antigas colocações, feitos durante essa expedição.

Durante os primeiros anos de trabalho junto às comunidades da Resex Rio Xingu, além do trabalho de assistência técnica na organização de atividades de renda provenientes do extrativismo florestal não madeireiro (pela organização das cantinas), também acompanhei os três últimos módulos do Curso de Gestão Territorial (promovido pelo ISA para moradores das Resex da Terra do Meio)<sup>5</sup>; participei anualmente das Assembleias da Associação de Moradores do Médio Xingu (AMOMEX) e das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex Rio Xingu, promovidas pelo ICMBio, como presidente do Conselho e órgão gestor das UCs.

No primeiro planejamento para execução desta pesquisa de mestrado, havia considerado realizar um período de campo exclusivo como pesquisadora para compor a vivência que tenho no âmbito do trabalho como assessora técnica, acumulada dos 6 anos de visitas frequentes à comunidade Bela Vista. No entanto, desde o início do segundo ano do curso de pós graduação, 2020, os seres humanos fomos surpreendidos pela pandemia do coronavírus, que, até o término dessa dissertação, matou 3,97 milhões (GOOGLE, 2021) de pessoas no mundo com a doença Covid-19. Assim, infelizmente, mas respeitando as medidas sanitárias de isolamento e distanciamento social necessárias, não realizei nenhuma viagem até a Resex Rio Xingu desde o início de 2020, para executar a pesquisa de campo como planejado. Por isso, não pude complementar as análises de campo com o olhar exclusivo de pesquisadora e tampouco coletar alguns dados específicos como mapeamentos de áreas de uso e entrevistas com mais moradores da comunidade. Alguns dados e entrevistas com os moradores feitos nesse período, foram conversas eventuais quando os ribeirinhos estiveram pela cidade de Altamira. Outros dados foram baseados em bibliografias publicadas sobre os beiradeiros das outras Resex vizinhas, do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio ou até mesmo sobre moradores das beiras do Xingu na região mais próxima do centro urbano de Altamira. Enfim, os dados coletados para a dissertação são compostos, majoritariamente, pela vivência que tive no território e por estudo bibliográfico para compreensão da história regional e local e de teorias de análise do objeto de estudo proposto.

---

5 O Curso de Gestão Territorial da Terra do Meio foi iniciado no ano de 2011 com articulação de diversas Instituições de Altamira: UFPA-Altamira, FVPP, ISA, no contexto da criação das UCs. Teve como objetivos principais a alfabetização da população de moradores dessas áreas e a transmissão de conhecimento sobre legislações e direitos de populações tradicionais extrativistas. O curso teve a duração de 8 anos. Nos últimos anos que acompanhei, tratava-se de atividade organizada pelo ISA junto as Associações de Moradores das Reservas Extrativistas.

## Fundamentos teóricos

Trago aqui os principais fundamentos teóricos que orientaram a construção desta pesquisa. Dedico-me aqui a explicitar, primeiramente, o entendimento dos conceitos: modo de vida e reprodução. Explico também a importância desses conceitos em um estudo geográfico sobre a produção de um determinado espaço por um específico modo de vida. Tal espaço encontra-se em uma região amazônica de fronteira, em um país considerado por ter uma organização econômica de crescimento emergente, pelo contexto hegemônico do modo de produção capitalista globalizado. Com isso, o capítulo objetiva situar o leitor nos conceitos e contextos que motivaram a elaboração da pesquisa.

Sendo assim, para poder compreender a existência e o pertencimento dos beiradeiros ao espaço da comunidade Bela Vista na Reserva Extrativista Rio Xingu, a mais de 300km do centro urbano do município ao qual pertence, recorri primordialmente ao conceito de “reprodução do modo de vida”.

Compreendo por “modo de vida” a totalidade composta de uma complexidade de elementos que formam uma manifestação e expressão do viver. Como toda totalidade, o modo de vida é composto por suas contradições e transformações. Como já mencionado durante a explicação da metodologia, reafirmo que compreendo a totalidade do modo de vida nesta pesquisa assim como Milton Santos explicou a importância da totalidade para a compreensão do espaço:

O princípio da totalidade é básico para a elaboração de uma filosofia do espaço do homem. Ele envolve a noção de tempo e isso nos permite reconhecer a unidade de movimento, responsável pela heterogeneidade com que as coisas se apresentam diante de nós. (SANTOS, 1982)

Corroborando com essa concepção assumo também o conceito de “tempo-espaço”, também já mencionado acima. Utilizo a noção de tempo-espaço para periodizar a análise da reprodução do modo de vida no entendimento de totalidade (SANTOS, 2012) no objeto em estudo, considerando, como Santos (2012), que

A totalidade é a realidade em sua integridade. (...)A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento. (...) É assim que a totalidade evolui ao mesmo tempo para tornar-se outra, e continuar a ser totalidade. (SANTOS, 2012, p.116)

Considero modo de vida como totalidade a ser analisada em períodos de tempo-espaço onde e quando se produz, produzindo a si e seu espaço concomitante e inseparavelmente. Por ser uma totalidade, o modo de vida beiradeiro em estudo se reproduz contando com alterações, evoluções<sup>6</sup> e manutenções diante de suas relações ao longo do tempo em seu espaço. Corresponde a isso, a importância de utilizar a noção de modo de vida no campo de estudo geográfico.

Para localizar o conceito “modo de vida” dentro do campo da Geografia, resgato, a seguir, um pouco do histórico do desenvolvimento da discussão do conceito “gênero de vida”, que iniciou essa visão dentro dessa ciência.

Paul Vidal de La Blache foi o primeiro geógrafo a sistematizar o conceito de Gênero de Vida, no início do século XX, como um campo de estudo geográfico sobre as formas de adaptação das sociedades em seu ambiente, por meio de técnicas e costumes repassados através das gerações, que criam diferentes paisagens regionais. La Blache (1913) utilizou-se desse conceito para criticar o determinismo geográfico (predominante na Geografia à sua época) e entender as formas de organização social de espaços anteriores à revolução industrial. Grosso modo, o geógrafo defendeu gênero de vida como conceito de análise da relação dos seres humanos com o meio e como se reproduzem espacialmente, levando em conta a técnica e a cultura como fundamentos desse sistema de análise espacial. (NAHUM, 2015,p.87). Para ele

fatos ligam-se a um conjunto terrestre e apenas por este são explicáveis, relacionam-se com o meio que, em cada lugar da terra, resulta da combinação das condições físicas.

La Blache (1954, p.30 in SILVA, 2014, p.30)

Assim, a definição de La Blache se mostra importante por trazer o conceito para debate, mas parece ainda se limitar à definição de que a atuação do homem em dada realidade constrói conhecimento e técnicas que, por sua vez, agem em uma região, transformando seus elementos.

Maximilien Sorre, geógrafo que deu continuidade aos estudos de La Blache, avança na discussão quando utiliza o conceito em suas investigações sobre sociedades urbanas e industriais. Ainda assim,

---

6 Entendo que não há qualquer conotação de aumento de valor qualitativo envolvido no termo “evolução”. Não se evolui para ser melhor do que se era. Refere-se mais a um **processo de mudança** conforme modificações ocorridas no meio com o passar do tempo.

Observa Sorre que o conceito de gênero de vida está habitualmente associado às sociedades de povos coletores, agricultores. Em cada um desses ambientes de vida, os homens estabeleciam uma forma de relação local com o meio ambiente local, mediada por uma cultura técnica nascida das experiências ambientais locais, tudo organizado numa forma de cooperação regulada por regras e normas nascidas também do âmbito histórico do grupo humano local.(MOREIRA, 2005, p.98)

Foi Sorre (NAHUM, 2015, p.90), nos idos de 1960, quem preocupou-se em resgatar a importância da noção de gênero de vida para análises contemporâneas, mostrando a relevância dessa noção a partir do momento em que se reconhece as suas características, sobretudo a capacidade de adaptação e evolução para as quais La Blache havia alertado (NAHUM, 2015, p.91).

Mais recentemente, surgem ainda novas leituras para complementar o uso do conceito de modo de vida na visão da Geografia, principalmente com a interpretação do materialismo histórico (com QUAINI, 1979, por exemplo). Trata-se de

uma interpretação que parte da produção e reprodução das condições materiais de existência e de como estas adquirem espacialidades, integrando-se a vida e ao próprio processo de reprodução socioespacial (NAHUM, 2015, p.88)

Para além de sociedades antigas, ou pré-industriais, reitero a importância de considerar o modo de vida como formas de expressão do viver em um ambiente, posto uma cultura técnica, simbólica e social existente numa relação com determinado meio. Ou seja, assim como os povos coletores, também temos nós, na sociedade capitalista industrial, um modo de vida que valoriza a aglomeração urbana, a propriedade, os modos de produção pela acumulação do capital, o consumo e a expansão de tal forma de manifestação de vida, sendo assim hegemônico. E por isso deve ser analisada em seu contínuo histórico observando-se os meios de produção e reprodução das condições materiais de vida.

Corroborando com Nahum (2015), o gênero de vida é como as sociedades relacionam-se com o meio e entre si para garantir a satisfação de suas necessidades materiais e imateriais básicas a partir de um arcabouço técnico-cultural (NAHUM, 2015,p.89). Tal processo é histórico e por isso constante, dinâmico, realizando-se a todo o tempo. De acordo com Karl Marx e Friedrich Engels, a relação do ser humano com a natureza é atividade material básica, na qual o humano produz os seus meios de subsistência.

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação das necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje tal como a milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2009, p. 41 apud NAHUM, 2015,p.88).

Quando os autores trazem a noção de produção de meios para suprir as necessidades da existência da vida material em um ato histórico, imprimem aí a noção, que trago nessa pesquisa, de “reprodução” ligada ao modo de vida. Ou seja, não basta existir e produzir no presente momento para manter-se vivo. Pois, por modo de vida entende-se um contínuo histórico da produção e reprodução de meios e técnicas para que uma sociedade desenvolva-se histórica e materialmente. A reprodução não está posta como uma constante imitação, ou um fazer igual com frequência. Muito além disso, reprodução do modo de vida compreende a produção em constância com adaptações às novas temporalidades vividas pelas consequentes gerações.

As transformações envolvidas na reprodução de um modo de vida explicam-se também pelos conflitos sociais gerados na interação de diferentes manifestações do viver social, cada qual com seu tempo histórico. Aproximo-me aqui da noção de fronteira, colocada por Martins (1996), como forma de análise de uma região, onde se vê o encontro de diferentes tempos, ou seja, diferentes e controversos processos sociais em um mesmo espaço. Para o autor, a unidade do diverso, pressuposto metodológico da dialética, é essência para entender os conflitos sociais que caracterizam e definem fronteira.

Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (MARTINS, 1996, p.27)

Tal conflito, dado por esse entendimento da região de fronteira de Martins (1996), corrobora com que Moreira (2011) e Nahum (2015) colocam sobre fato de que o contato de diferentes gêneros de vida não os destroem e não acontece de maneira instantânea ou tranquila. Pois, ocorre sobre a pressão de elementos externos e principalmente por uma questão de necessidade de sobrevivência das sociedades, às quais se inovam, se transformam e se adaptam.

A singularidade dos gêneros de vida está na relação dialética entre as escalas do global e do local, pois os processos de expansão da produção e do mercado global, conforme Santos (2005), manifestam-se de diferentes formas nos lugares de acordo com o grau de desenvolvimento técnico, a capacidade organizacional e a resistência de cada lugar. (NAHUM, 2015, p.83)

Pensando então, que a reprodução do modo de vida está contextualizada nessa dinâmica de expansão da produção e do mercado global no sistema capitalista, resgato a contribuição teórica, legada por Rosa Luxemburgo, que demonstra que nunca houve um modo de produção único no mundo. Mas pelo contrário, sempre houve diferentes modos de produção que interagem entre si (LOUREIRO, 2009). Ou seja, para Luxemburgo, um modo de vida que possui um modo de produção não capitalista pode e deve existir concomitante e paralelamente ao modo de vida capitalista. Para explicar a demanda extra<sup>7</sup> que viabiliza o acúmulo e impulsiona o expansionismo capitalista, a autora defendeu que, o capital precisa se realizar através de formas não capitalistas de produção:

Vemos, no entanto, que o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não-capitalistas [...]. Em função de suas relações de valor e de suas relações com a natureza material, o processo de acumulação do capital está vinculado por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia às formas de produção não-capitalistas [...]. Verdade é que, por si só, a hipótese do domínio geral e exclusivo do capital não basta para que a acumulação do capital se configure como tal, uma vez que sem o meio não-capitalista ela se torna inconcebível sob todos os pontos de vista. (LUXEMBURG, 1985, p. 250 apud CHOMA, 2018)

Isso explica que o capitalismo não é uma evolução linear de modos de produção antigo, mas que tem um vínculo estrutural com relações não capitalistas. Com isso, considero que, tanto o sistema capitalista, quanto o modo de vida que ele constrói, são hegemônicos e predominantes mas não homogêneos e tampouco únicos. Sendo, portanto, imprescindível olhar para outros modos de vida existentes, entendendo suas sobreposições e enfrentamentos, sempre numa relação dialética.

Mediante tais entendimentos teóricos, a análise da reprodução do modo de vida beiradeiro, por esta pesquisa, vem agregar aos estudos sobre essa forma de viver na

---

7 “Na lógica, tem que haver uma demanda prévia. Para alguém comprar máquinas para aumentar a produção, é preciso que ele não esteja conseguindo atender toda a demanda pelas mercadorias dele.” De onde é que vem essa demanda extra, que justificaria logicamente que alguém acumulasse capital?essa demanda faltante vem de fora, vem de outros modos de produção; e tanto pode ser a indústria bélica estatal, que não produz mais-valia, como pode ser o campesinato ou as colônias.” (LOUREIRO, 2009, p.19)

Amazônia há muito estudada por cientistas e pelos próprios povos e comunidades tradicionais. O antropólogo Mauro B. de Almeida, por exemplo, descrevendo o modo de vida dos seringueiros do Acre, definiu-o como um “modo de vida florestal”. Cito:

os seringueiros tiveram que desenvolver, a partir de sua experiência camponesa [nordestina], mas, sobretudo aprendendo tecnologias indígenas, um **modo de vida florestal**, que dependesse ao mínimo de bens importados. Foi a origem do atual sistema de colocações. (ALMEIDA, 2012 p.126, grifo meu)

O autor explica que, baseado na experiência da agricultura sertaneja nordestina, o modo de vida seringueiro se adaptou e se alimentou do conhecimento sobre a floresta vindo dos povos indígenas, com os quais também compartilhou e disputou o mesmo espaço (ALMEIDA, 2012). Com outras palavras, Ailton Krenak, liderança indígena de povo originário da bacia do Rio Doce, define a origem do modo de vida seringueiro da seguinte forma:

Os seringueiros foram convertidos pela floresta. Eles foram levados para dentro da floresta para colonizar a floresta e a floresta amansou eles. Eles aprenderam a nascer e viver dentro da floresta. Andando dentro da floresta, cortando seringa, caçando, fazendo roça. Criando uma cultura própria. Os seringueiros instituíram uma cultura própria. Eles são a base da **florestania**. A base social da florestania, porque vivem dentro da floresta igual o povo indígena. (KRENAK, 2020. grifo meu)

Nessa definição, Krenak evidencia o conceito de florestania, no qual foram cunhados os ideais do Movimento dos Seringueiros por uma vida digna na floresta. O conceito apresenta-se como paralelo ao termo cidadania, que diz sobre aqueles que vivem com bem estar e dignidade nas cidades (VILLAS BOAS et al, 2018, p.219). Interessante notar, que “cidadania” trata-se de um conceito que destaca o espaço – cidade - como caracterizador ético e moral de um viver bem, em conformidade com o que é “certo” para a sociedade que o habita.

A avaliação de que os seringueiros foram “amansados pela floresta” e por meio de atividades como andar na floresta, cortar seringa, caçar, fazer roça, eles criaram uma “cultura própria”, é uma afirmação sobre a internalização ou, ainda, uma naturalização de um jeito de viver feito pelos migrantes em uma nova espacialidade. O próprio verbo “amansar” utilizado por Krenak corresponde a um termo importante do vocabulário também utilizado por ribeirinhos em diversas regiões amazônicas para dizer, grosso modo, sobre a “adequação a uma certa situação e/ou um aprendizado por meio da experiência”

(POSTIGO, 2010, p.71). Em sua tese sobre os seringueiros do rio Bagé, na região do Alto Juruá, no estado do Acre, o antropólogo Augusto Postigo (2010) nos mostra como os adjetivos “brabo” e “manso”, como termos opostos, dizem sobre um conjunto de regras de convívio na relação sujeito e ambiente. São, portanto, termos importantes na estrutura ontológica beiradeira, para explicar os processos de aprendizagem e adaptação ao entorno.

Assim, o fato de que migrantes foram levados a um espaço até então desconhecido, com objetivo de “colonizar”, explorar e produzir nesse espaço e, que, por fim, acabaram aprendendo a viver e a desenvolver uma forma de viver em tal lugar, é a descrição resumida do modo de vida dos seringueiros, de uma forma geral, na floresta amazônica. Tal afirmação feita por um indígena nos tempos atuais (século XXI) nos alerta não só para a origem do modo de vida seringueiro, mas para as significativas transformações das relações na floresta. Uma vez que os seringueiros foram, a princípio, uma grande ameaça aos povos indígenas originários e, hoje, são igualmente reconhecidos como “a base da florestania” por representantes de povos indígenas.

Vemos também nessas duas definições amplas sobre o modo de vida seringueiro, “florestania” e “modo de vida florestal”, a expressão concreta do que as teorias acima citadas, como a trazida por Rosa Luxemburgo, dizem da diversidade de modos de vida e modos produtivos em uma totalidade sistêmica, atual e predominantemente capitalista. Cabe a nós, como cientistas, analisar e registrar como essa heterogeneidade sobrevive às relações de poder e desigualdade geradas por condições hegemônicas de um tipo de formação econômica social predominante.

Posto isso, esta pesquisa visa contribuir com o registro e a descrição de mais um modo de vida florestal da região amazônica, considerando que a florestania também compreende múltiplas formas de modos de vida.

A reprodução do modo de vida beiradeiro no espaço onde hoje é a comunidade Bela Vista na Resex Rio Xingu, será aqui analisada mediante tais conceitos e entendimentos demonstrados. Para se reproduzir, o modo de vida necessita, primeiramente, existir. Assim, iniciarei pelo primeiro capítulo que segue, a análise da origem e da formação do modo de vida beiradeiro. Depois, buscarei entender as transformações e manutenções existentes na reprodução desse jeito de viver em determinado lugar.

## Capítulo 1 : O modo de vida seringueiro no Xingu

Este capítulo tem como objetivo caracterizar como era a vida do seringueiro no *tempo do seringal*. Considero como *tempo do seringal*, o período datado do final do século XIX até fins da década de 1980. O longo período remete ao tempo da formação do modo de vida seringueiro: desde quando os primeiros homens não indígenas estabeleceram-se nas regiões de floresta distantes dos centros urbanos, que passaram a ser reconhecidas como “seringais”, para trabalhar na produção de borracha por meio da extração do látex nativo, até o fim da produção de borracha na região.

Para retratar o modo de vida em análise durante o *tempo do seringal*, primeiramente, reconstruo resumidamente a história da região para entender o contexto no qual aconteceram os primeiros fluxos de produção do espaço beiradeiro. Em seguida, apresento a dinâmica da produção do espaço em análise durante o tempo do seringal, ou seja, apresento como se dava o funcionamento dos seringais na região amazônica e de nosso estudo de caso, o seringal Belo Horizonte.

Sigo descrevendo neste segundo capítulo, com base na memória oral de Edmilson Maranhão Viana, seu irmão mais velho Elinor Maranhão Viana, e outros moradores da região, como era o viver no tempo dos seringais. A caracterização do modo de vida no tempo do seringal está apresentada em tópicos que correspondem com as três variáveis metodológicas. Serão tratadas as relações dos seringueiros com os povos indígenas; as relações que os moradores possuíam com os patrões e regatões, a organização do trabalho que sustentava a integridade e a subsistência das famílias e, enfim, como se dava a produção do espaço, por seus locais de uso.

### Aspectos geo-históricos dos Seringais do médio Xingu

*O meu pai era cearense, o meu avô também. Eles eram do Ceará . Do Icó. Meu avô chegou aqui em doze [1912]. Aí ele foi seringueiro no seringal Triunfo. Um seringal lá perto de São Félix. O Dedilson, amigo meu, o avô dele era o dono do seringal quando o meu avô chegou de brabo foi cortar com ele. Ele chamava-se Manoel Antônio, do seringal Triunfo. Aí meu avô trabalhou no verão e no fim do ano o patrão pesou a borracha dele, ele pagou a conta e saldou. Aí adiantou mais um dinheiro pro meu avô. Pagou o saldo e adiantou mais um dinheiro. Aí ele voltou pro Ceará. Aí trouxe a família dele quase toda: trouxe a mãe dele, o*

*irmão, sobrinhos. Ai, de seringueiro ele já passou a ser patrão. Foi pro seringal Flor do Ouro. Por cima de São Félix, e muito! Lá donde já é divisa do Pará com Mato Grosso. Foi pra lá, pra Flor do Ouro, o meu avô, Constantino Ferreira Viana. Foi lá donde eu nasci. (Edmilson, 2017)*

O resumo do histórico familiar acima é de Edmilson Maranhão Viana, nascido no ano de 1937, sendo morador, desde 1948, da localidade Morro do Félix, na atual comunidade Bela Vista, da Resex Rio Xingu. Mas, poderia ser um relato de tantas outras pessoas, filhas e netas do nordeste, ou de outras regiões brasileiras, que nasceram nos seringais por toda região Amazônica<sup>8</sup>. Migrações e explorações (de terras, recursos e relações), caracterizam resumidamente a origem do outro modo de viver na região amazônica, até então espaço produzido pelos inúmeros povos indígenas. Assim também se fez o histórico da área do município de Altamira, no trecho do curso médio do Rio Xingu.

As missões jesuítas foram as primeiras invasões que os povos indígenas enfrentaram na região do médio Xingu. Tratava-se de aldeamentos jesuítas com finalidade de catequizar os indígenas do entorno. A trajetória dos jesuítas desde o rio Amazonas, ao subir seu afluente Rio Xingu, estabeleceu-se, principalmente, no curso baixo do rio, com a fundação da missão Itacuruçá em 1637, onde foi criado o então município de Souzel<sup>9</sup> (UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2012). A permanência na parte mais próxima à foz do rio Xingu dava-se pela dificuldade de atravessar as cachoeiras da última grande curva do rio antes do seu deságue no Amazonas, a famosa Volta Grande.

A geografia física da Volta Grande do Xingu, com uma sucessão de degraus de barreiras rochosas, também conhecidas como “cachoeiras”, por sua admirável potência de quedas e redemoinhos causados pela água ali corrente, impôs dificuldades consideráveis para a chegada das pessoas não-indígenas na região. Isso contribuiu com o isolamento dos povos que moravam rio acima e com o começo “tardio” de exploração dos seringais no alto Xingu e seus afluentes.

Data dos anos de 1750 a missão jesuíta Tavaquara, a primeira a ser instalada acima do temido trecho encachoeirado, que originou o espaço da atual sede urbana do município de Altamira. O aldeamento cristão foi possível pela abertura de uma estrada de varação, que permitiu aos religiosos transporem as cachoeiras por terra. Os jesuítas

---

8 Sobre trajetórias semelhantes na região do Médio Xingu: Alarcon e Torres, 2014; Guerrero, 2015; Andrade, Postigo e Villas-Bôas, 2017; Francesco, 2020; Nunes 2003.

9 Atualmente município Senador José Porfirio. Nome que homenageia um dos maiores seringalistas da época, dono de inúmeros seringais na região do Alto Xingu, acima da Volta Grande, mais especificamente no rio Iriri. (WEINSTEIN,1993)

permaneceram na região até 1759, quando foram expulsos da colônia brasileira por ordem do Marquês de Pombal, secretário de Estado do império de Portugal no reinado de Dom João I.

Concomitante à chegada da igreja católica na região, havia exploradores de cravos e outras “drogas do sertão”, que incentivavam as novas especulações daquele espaço. Após a expulsão dos jesuítas e a partir da década de 1880, foram os seringalistas os outros fortes responsáveis pela chegada das pessoas brancas nesse lugar, até então habitado pelos indígenas Yudjá, Takunyapé, Arupaia, Peapaia, Kayapó, Arara, Araweté, entre outros. (GUERRERO, 2015; UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2012)

A chegada e permanência dos não-indígenas na região de Altamira (por cima da Volta Grande e rio acima) dependeu, inicialmente, da abertura das estradas de varação. Essas estradas são importantes símbolos da imposição de outro modo de vida que vinha se apoderar daquele espaço. Elas dizem não só da presença dos não indígenas na região, mas da chegada de uma nova lógica de produção desse espaço. A abertura de um caminho na mata tem o intuito de acessar outra região de uma forma mais segura, útil e conhecida: pela terra e não pelas águas. O conhecimento das águas correntes e encachoeiradas, e, até mesmo, das matas fechadas (sem varadouros abertos) é dos indígenas, que ali já estavam. São dois modos de vida distintos, que se veem em uma região de fronteira, começando a disputar o mesmo espaço. Ao registrarem a história da cidade, os historiadores altamirenses contam sobre a importância das estradas e picadas para a origem do município:

Esta picada (...), em 1862, foi utilizada pelo Major José Leocádio de Souza, presidente do Conselho de Vogais de Sousel, que espalhou seus homens acima das cachoeiras para coleta de produtos florestais, as chamadas “drogas do sertão” (cacau e serrapilheira) e posteriormente se tornou a Estrada Publica Tucuruí-ambé, percorrida por Coudreau em 1896, utilizada por quem não queria ou não podia pagar pelo uso da estrada particular de José Porphirio Miranda Júnior. (...) José Leocádio foi o primeiro a explorar a borracha acima da Volta Grande quando mandou seu filho nesta expedição. (UMBUEIRO e UMBUEIRO, 2012, p.56 e 57)

Tal citação retirada da historiografia da cidade de Altamira, sistematizada pelos Umbuzeiro, diz não só da importância das picadas, mas do fluxo de circulação de pessoas e produtos que elas proporcionaram. Assim como nos relatou o sr. Edmilson Viana sobre a chegada de sua família cearense na região, os Umbuzeiro também nos contam da presença de nordestinos em sua formação: Raymundo José de Souza Gayoso, natural do Piauí, o

Coronel Gayoso, é considerado o fundador do município em 2 de abril de 1883. Essa data refere-se ao término da abertura de mais uma estrada de varação da Volta Grande do Xingu, feita com seus recursos, por seus escravos. Tal estrada fora mantida pelos escravos de Gayoso até 1889, quando da abolição da escravatura no Brasil, sem condições de mantê-la, o Coronel a abandona. Em 1891, o baiano Sr. Agrário Cavalcanti (tio e predecessor de José Porphirio Miranda Júnior acima citado) resolve tomá-la para si, e nela investe seu “recurso limitado que o crédito permite” (COUDREAU, 1977 p.14).

Além dos jesuítas e dos seringalistas, alguns viajantes e cientistas europeus também aventuraram-se pelos rios e matas para observar e registrar as realidades e as possibilidades desses novos espaços. Nos registros das expedições científicas do antropólogo Karl Von Steinen, no fim da década de 1880 e do geógrafo Henri Coudreau, feita uma década depois em 1896, encontram-se descrições paisagísticas com ênfase na presença de específicas espécies florestais, principalmente a seringueira:

Agora as seringueiras se multiplicam, a sua folhagem verde-clara e os troncos cinzentos chamam a atenção durante longos trechos. (...) O pessoal pensa, como já me tinha ocorrido, que na margem esquerda deve haver maior quantidade dessas árvores do que à direita. (...) Há numerosos e ricos castanheiros, cuja folhagem muito alta domina as árvores vizinhas, os jatobás e os jenipapos” (Steinen, 1942: 291, *apud* GUERRERO, 2015, p.18).

Estamos nas ilhas de Piranhaquara, que são o que se poderia chamar de um arquipélago da borracha! Uma dúzia de ilhas estendendo-se ao longo do rio, ladeadas em ambas as margens pelas serras de Piranhaquara. Estas ilhas – do Piaçaba, do Gato, do Juari, **do Frederico**, dos Patos, **do Belarmino**, do Cucuriú, **do João Facada**, **do Professor**, **do Alexandre Falcão**, **do velho Amaro**, da Boca Preta – constituem talvez o arquipélago mais rico em borracha de todo o Xingu. (COUDREAU, 1977, p.44, grifos meus)

Podemos ler os relatos dos cientistas com admiração pela generosidade de detalhes aos relatos paisagísticos em suas descrições por onde passaram. A riqueza dos detalhes poderia ter uma intenção apenas científica de catalogação de espécies e reconhecimento da paisagem. No entanto, logo no primeiro capítulo do livro “Viagem ao Xingu”, por exemplo, Coudreau (1977) afirma ter sido encarregado pelo então Governador do Estado do Pará, Lauro Sodré, de explorar os rios Xingu e Tapajós.

Coincidentemente, a partir da década de 1880, a cifra que representa a produção de borracha do Estado do Pará no total produtivo da região amazônica começa a decair significativamente (WEINSTEIN, 1993; e SANTOS, 1980;). Em dez anos, de 1885 a 1895, essa representatividade da produção paraense cai 10%. Nessa época, os políticos paraenses estavam preocupados com a possibilidade de que sua província pudesse deixar de ser uma área de produção de borracha, porque os impostos arrecadados com a exportação correspondiam com a produção feita dentro do Estado (WEINSTEIN, 1993, p.210). Os seringais existentes até essa época localizavam-se nos cursos principais do rio Amazonas e seus grandes afluentes navegáveis. Enquanto isso, outras áreas de difícil acesso, como a região do médio Xingu, estavam sendo exploradas mais timidamente ou com outros interesses, como as missões jesuítas e a extração de outras “drogas do sertão”. Weinstein registrou em sua análise da economia da borracha na Amazônia, que

as consequências de extração exagerada e da exaustão das árvores atingia afinal a economia paraense, e somente a exploração de novas áreas de seringueiras no alto Xingu e alto Tapajós salvaram o estado de ser marginalizado como produtor de borracha, precisamente no momento em que a borracha atingia o ponto mais alto de sua expansão. (WEINSTEIN, 1993, p.238)

Foi assim que a necessidade de aumento da produção de borracha incentivou a transposição de barreiras físicas, como a Volta Grande do Xingu, que até então tardavam a colonização de áreas mais distantes e de complicado acesso. Nesse contexto, os relatos de paisagem dos viajantes cientistas, com ênfase nas espécies produtivas de interesse econômico local e global, passam de ter um interesse apenas científico, para fazerem parte da estratégia política e dos interesses da expansão de uma economia colonizadora e produtivista na região à época.

O mesmo trecho do relato de Coudreau citado acima também nos alerta para outro elemento importante: o nome de algumas ilhas citadas são nomes típicos de pessoas brancas e cristãs, por exemplo: Frederico, Belarmino, João, Alexandre. Isso comprova que, antes de sua passagem em 1896, já havia ocupação não indígena nas ilhas do Médio Xingu.

Após o abandono de Gayoso e seus escravos do local, foram o Coronel Raymundo de Paula Marques e o Major Pedro de Oliveira Lemos, com suas respectivas famílias, os primeiros moradores de Altamira, datando essa presença no ano de 1892. Como já dito na introdução, este último torna-se, em 1912, o primeiro prefeito do município de Altamira, área que, até então, era pertencente ao município de Souzel. (UMBUZEIRO e

UMBUZEIRO, 2012). Além de primeiro prefeito de Altamira, Pedro Lemos será o primeiro seringalista do seringal Belo Horizonte, lugar onde Sr. Edmilson Viana cresceu e vive até hoje.

Os nomes de homens que nomeiam as ilhas citadas pelo viajante, indicam as primeiras ocupações de não indígenas espalhados, ou melhor, “colocados” nas beiras e ilhas do médio Xingu para explorarem a floresta. A expressão “colocados” não é escolha minha, mas muito mais do que isso, é a expressão que resume a origem de uma relação que se coloca, literalmente, num espaço e que acabou criando um modo de vida. Esses homens não indígenas que nomeiam ilhas (e, por isso, contam uma história) foram “colocados”, pelos seus patrões, provavelmente o Major Leocádio, ou Coronel Gayoso, ou pelo Coronel Agrário Cavalcanti e depois pelo Senador José Porphirio, ou pelo Major Pedro Lemos e quem sabe até pelo Coronel Raymundo Marques.

Os homens com patentes antecedendo seus nomes são os conhecidos Seringalistas, ou Patrões da Borracha, representantes da elite política e econômica local. Com a proibição de ter homens escravizados, e com incentivos de novos créditos financeiros para produção, os seringalistas trazem outro jeito de viver naquele espaço: colocam homens espalhados pelas beiras do rio para que explorem o produto mais rentável, e mais creditável do momento: a borracha do látex extraído da *Hevea brasiliense*.

Assim, os seringais no médio Rio Xingu, estruturados pelas colocações dos seringueiros, incentivados pela produção da borracha e de todo sistema social e econômico vigente em torno dessa produção, originam a lógica da produção desse espaço. Seguirei, durante as próximas partes do capítulo, construindo a análise dos elementos do modo de vida iniciado dessa contextualização histórica.

## **A dinâmica da produção dos Seringais na amazônia**

Antes de caracterizar em detalhes o lugar deste estudo, o seringal Belo Horizonte, é preciso entender a lógica estruturante do avanço econômico e produtivo em toda região amazônica. O aviamento, como um sistema de créditos, condicionava a organização dos seringais em toda a região Amazônica. O pesquisador Márcio Meira, estudando a região do alto Rio Negro, descreve:

O aviamento é um modelo socioeconômico que implica a formação de uma cadeia de escambo a crédito entre, de um lado comerciantes/patrões e, de outro lado, produtores/fregueses, ambos situados – como elos de uma corrente – entre dois polos sociopolíticos hierárquicos marcados por relações assimétricas de dominação e dependência em função de uma

dívida estabelecida, e nunca paga, entre o freguês e o patrão. Tal sistema se estabeleceu de forma ampla na Amazônia, como um todo. (MEIRA, 2018, p.42)

Como também afirma Meira em sua última frase desta citação, o aviamento não é uma exclusividade da organização econômica local dessa relação entre o seringueiro/produtor/freguês com o seringalista/comerciante/patrão, dentro dos limites seringais. Antes disso, é uma lógica de uso do espaço econômico em uma escala maior: em todas as relações e elos da cadeia de escambo que permeiam a colonização da Amazônia pelos não indígenas. Essa lógica estruturou-se de maneira mais forte com a comercialização da borracha. Como explica Charles Wagley nos anos de 1950:

O sistema comercial que regula a extração da borracha é controlado, indiretamente, pelas companhias de exportação e importação de Belém e Manaus (aviadores). Essas grandes companhias remetem a mercadoria a crédito, para os comerciantes locais (seringalistas) que, em troca, lhes vendem borracha e outros produtos locais. Além disso, os exportadores são proprietários dos vapores fluviais que navegam regularmente o Amazonas e seus afluentes e que, muitas vezes, são o único meio de comunicação entre os postos comerciais e as vilas e cidades da região. Por sua vez, o comerciante local fornece os artigos essenciais a seus fregueses, os seringueiros, de quem compra a borracha extraída. Cada um fica a dever o outro: o seringueiro ao comerciante, o comerciante à firma de exportação e importação. Cada qual entrega ao outro a mercadoria à crédito. (...) Os grandes exportadores de Manaus e Belém, por sua vez, devem aos bancos e importadores de borracha do Rio de Janeiro, Londres e Nova York. (Wagley, 1957, p.136)

Wagley(1957) exemplifica que o aviamento foi o modelo pelo qual a colonização pôde se estender pelas entranhas amazônicas: lugares distantes e desconhecidos tornavam-se produtivos pelo sistema de dívidas e créditos. Era, portanto, pelo sistema de aviamento que os seringueiros espacializavam-se pelas beiras dos rios e igarapés.

O patrão aviava as condições mínimas para que o seringueiro começasse a produção. Na região do médio Xingu, o primeiro e principal local a ser aviado era uma colocação, no entanto a colocação não fazia parte da conta do seringueiro, pois, tratava-se de uma posse do seringalista. Tendo uma colocação onde trabalhar, o seringueiro aviava-se de mercadorias e instrumentos de trabalho para poder produzir. Em entrevista com ex-morador da comunidade Bela Vista, da Resex Rio Xingu, sr. Chiquito explica o conceito de colocação para ele:

Colocação significa a localidade produtiva de um ribeirão. Que é onde o cara produz; que é pra sustentar a família. Que é de onde tira todas as produções, a colheita para resumir todos os gastos que ele tem. É o lugar onde a gente trabalha. Que faz o trabalho da gente. É que nem como fosse um escritório. Escritório é a área de trabalho. (Chiquito, ex-morador da Resex Rio Xingu, entrevista de 2017)

Com outras palavras, Sr. Edmilson explica e detalha como se fazia para que uma colocação acontecesse:

[Colocação] é o lugar que a gente chega. Não tem nada, aí faz aquela abertura. Aí nós damos o nome de colocação. Por exemplo, a colocação de seringa. É a área de trabalho pra borracha, pra castanha. É difícil não ter a colocação de borracha pra não ter a colocação de castanha junto. Umas têm mais outras tem menos, mas sempre tem. A gente chega, faz aquela abertura, faz a casa e depois vem o explorador pra fazer as estradas. Geralmente é de uns dois ou três companheiros. (Edmilson, 2017).

De acordo com os relatos dos que viveram nas colocações, “a colocação” era o primeiro espaço que o seringueiro habitava, com o objetivo de trabalhar e produzir borracha para pagar suas dívidas com o patrão. As colocações eram diretamente ligadas aos barracões dos patrões, por meio da relação de aviamento que se estabelecia entre eles. Todo seringal possuía um barracão central, administrado pelo gerente de confiança do seringalista, onde o seringueiro se abastecia de mercadorias, alimentos e insumos de trabalho básicos para a produção e para o sustento de sua família. Esse abastecimento, chamado também de aviamento, gerava uma dívida, a qual o seringueiro estava comprometido em quitar com produção de borracha. Ao fim da safra trabalhada, ao entregar a borracha, o seringueiro tinha o resultado do saldo/débito na mão do patrão. Assim, fechava o ciclo do sistema de troca nos altos dos rios e igarapés. A borracha por sua vez, continuava o caminho de descida dos rios menores, até os grandes centros urbanos, onde, por fim seria exportada para as indústrias internacionais (MARCHESE, 2005, p.50).

Situados em suas colocações, os seringueiros iniciaram a produção de um espaço até então desconhecido aos não indígenas, por serem uma das pontas de uma cadeia repleta de elos que compõem o sistema de aviamento, baseado em créditos e dívidas, na dinâmica da produção e comercialização da borracha como matéria prima para o setor industrial mundial.

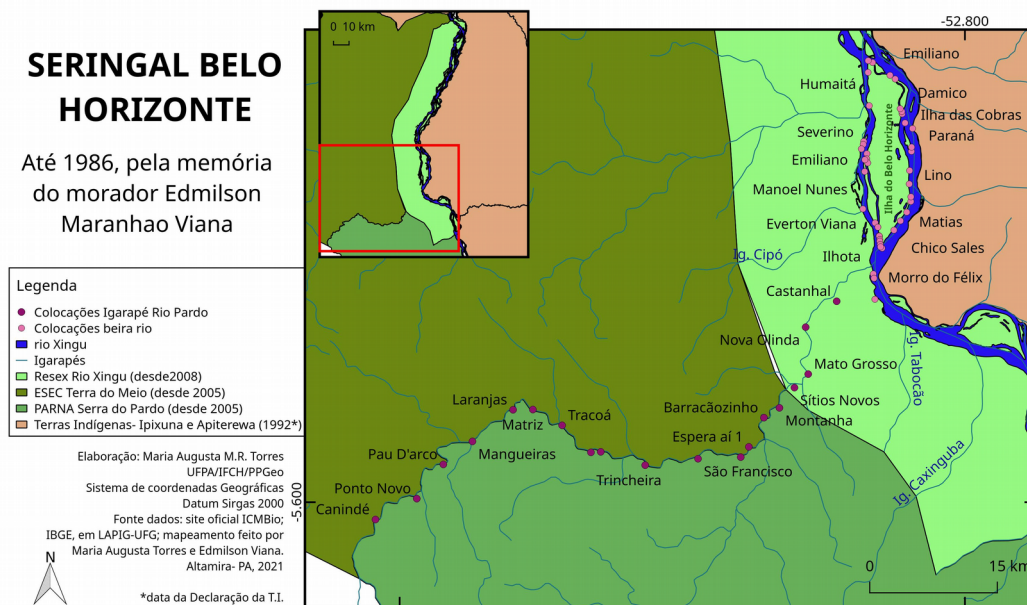
Esse era o contexto geral dos seringais e suas colocações em toda a região da Amazônia. Tratava-se de um sistema de trocas que, por meio das colocações seringueiras, permitiu a ocupação de inúmeras áreas de floresta por todos os rincões que prometessem a boa produção de borracha. Veremos, a seguir, como se dava essa dinâmica no lugar de nosso estudo de caso.

## **O Seringal Belo Horizonte**

Para caracterizar nosso espaço analítico no tempo do seringal, ressalto, aqui, que considero um período relativamente longo como o *tempo do seringal*: do início dos anos 1900 até fim da década de 1980. Assim sendo, reconheço que houve algumas transformações importantes durante essa época. Tais transformações, quando detectadas, serão relatadas em cada tópico descritivos das variáveis que constroem a análise.

A caracterização geral do seringal Belo Horizonte como espaço foi feita nesta pesquisa, principalmente, de acordo com as memórias de sr. Edmilson, que, além de seus 80 anos de vida, também lembra de relatos da época de seu avô e seu pai. Outras fontes, como documentos registrados em cartório e depoimentos de outras pessoas que viveram à época, também compuseram a (re)construção histórica do seringal Belo Horizonte aqui apresentada.

O seringal Belo Horizonte era um dos grandes seringais existentes ao longo do rio Xingu. Abrangia uma área do interior do igarapé Rio Pardo e igarapé Garrancho e toda a extensão da ilha do Belo Horizonte até a ilha do Caxinguba ao longo do Rio Xingu. Isso representa uma área de cerca de cinquenta mil hectares. O mapa a seguir nos revela a quantidade de colocações existentes até o fim da década de 1980. Foi realizado com base no mapeamento das colocações feito de acordo com a lembrança do sr. Edmilson Viana.



Mapa 3: Localização das colocações do Seringal Belo Horizonte até 1986

Na Ilha Grande (como também era conhecida por seus habitantes, devido grande extensão que possuía a Ilha do Belo Horizonte) estabelecia-se a sede do barracão, onde os seringueiros aviavam-se no início da safra com ferramentas de trabalho, alimentação para a família e produtos básicos de vestimenta e higiene. Pertencia ao barracão um roçado e um pasto onde criava-se animais de pequeno e grande porte, como porcos, carneiros, vacas e bois. O barracão central também reunia ao seu redor moradas de famílias de seringueiros, que chegavam a formar uma vila. Na ilha grande havia também o cemitério. Sr. Edmilson se recorda de que,

Na vila havia um colégio. Em 1948 já era colégio há uns 4 anos. Era um barracão bem feito, parecia de alvenaria. Até o tempo do tenente Hermógenes funcionava o colégio. Em 1948 tinha só a casa. Não tinha mais professor. (Edmilson, entrevista 2017)

A lembrança de uma escola no local indica a escala da estrutura social que ali se instalava. O seringal era composto pelo corpo de trabalhadores colocados na área, mas, era também onde estruturava-se organizações de vida, com espaços de formação, as escolas, e de despedida de seus mortos, o cemitério, por exemplo.

No barracão do patrão, acontecia a entrega da produção de borracha pelos seringueiros ao fim do prazo estabelecido no combinado com o gerente do seringal para o acerto da conta. O barracão era abastecido por mercadorias vindas da cidade de Altamira de

barco. O gerente do barracão costumava criar gado, galinha e porcos e ter um roçado de mandioca e uma casa de farinha para fornecimento aos seringueiros.

De acordo com levantamento feito com base na memória de Edmilson, morador mais antigo da região, o seringal possuía ao todo, aproximadamente, 50 colocações, nelas trabalhavam de 1 até 3 seringueiros. Como pode ser visualizado no mapa 3, acima, durante viagem pelo Rio Pardo e pelo rio Xingu, mapeamos: 19 colocações localizadas nas margens e ilhas do rio Xingu; 26 colocações dentro do Rio Pardo; e 5 colocações no igarapé do Garrancho, afluente do Rio Pardo. As colocações situadas do igarapé do Garrancho não foram mapeadas com GPS, mas, apenas apontadas no mapa por Edmilson. As demais colocações foram mapeadas quando subimos o Rio Pardo com motor rabeta durante 4 dias e, a cada memória de uma colocação, Edmilson parava o motor e contava quem eram os seringueiros que trabalharam no local, se possuíam família, se também tinham castanhal e alguma história ou evento emblemático que marcasse e explicasse a memória e a data dos acontecimentos.

Com esses dados, é possível calcular que, viveram no seringal Belo Horizonte por volta de 100 seringueiros, em uma média de dois por colocação. Considerando que, em média, 70% eram casados e possuíam ao menos três filhos, havia um total aproximado de 350 pessoas vivendo nesse espaço.

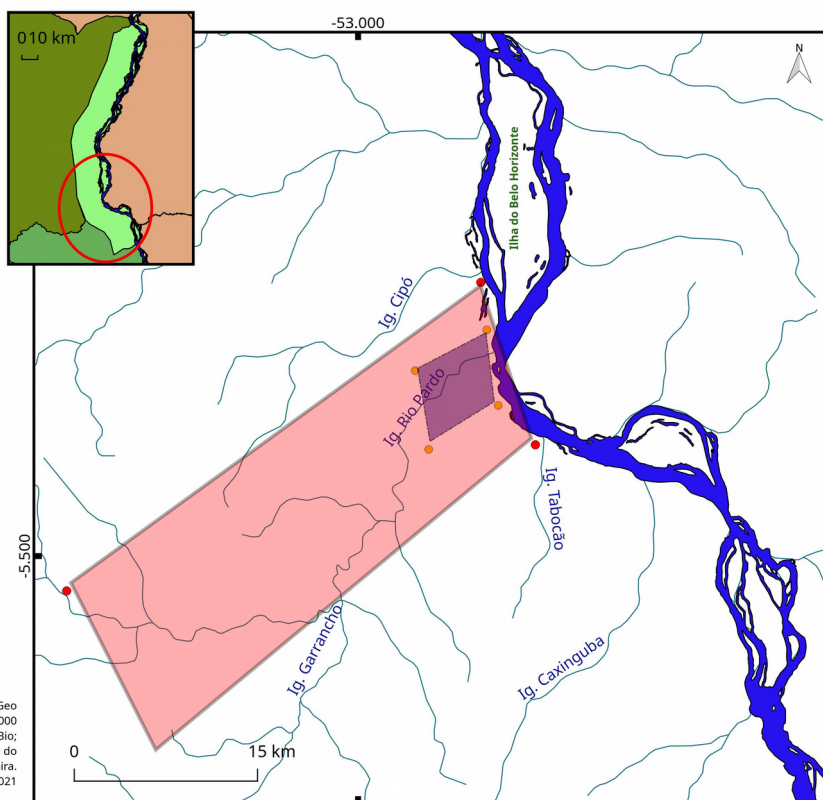
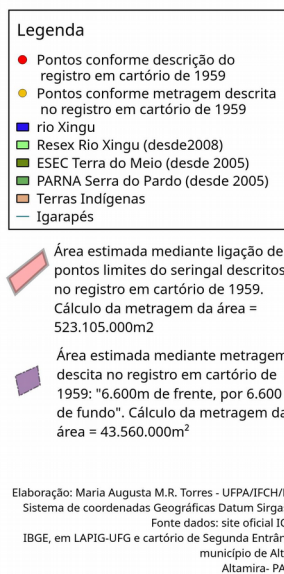
Reitero, no entanto, que os dados acima são cálculos baseado nas informações relatadas da memória de Edmilson sobre tanto o tempo que ele mesmo viveu, como também o tempo em que seu pai e seu avô viveram no seringal Belo Horizonte. Para checar alguma dessas informações, recorri a registros oficiais de imóveis de Altamira. Ainda assim, como poderão ver, podem existir outras fontes que complementem as informações que trago aqui.

Alguns seringais do médio Xingu possuem títulos de posse expedidos desde os anos 1897 no cartório do 1º Ofício da comarca de Altamira. No livro oficial do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (IBGE, 1927, liv.15300), que diz da “relação de proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado do Pará”, realizado em 01 de setembro de 1920, consta o registro do nome do sr. Pedro de Oliveira Lemos como proprietário do estabelecimento rural Belo Horizonte. Mas, conforme registros encontrados no cartório do 1º Ofício da comarca de Altamira (AnexoI), a área do referido seringal Belo Horizonte teve seu primeiro registro de Título de Posse de Terras apenas no ano de 1945, em favor de Messias Ribeiro Lemos, viúva de Pedro de Lemos de Oliveira Lemos. De acordo com a certidão de registro de imóveis emitida pelo mesmo cartório, em 1959 a

proprietária vendeu o imóvel para o senhor Raimundo Ciro de Moura (conhecido como “seu” Raimundo Maria pelas memórias dos atuais moradores do local) com 6.600 metros de frente e 6.600 metros de fundo, totalizando uma área de 4.356ha.

## SERINGAL BELO HORIZONTE

Conforme descrição do Registro de Imóveis, Cartório do Município de Altamira- PA.  
Data: 25 de março de 1959.



Mapa 4: Seringal Belo Horizonte conforme registro em cartório datado de 1959.

No entanto, como podemos perceber pelo mapa, a caracterização dos limites da área registrada no título de imóvel possui dois tipos de descrição que não se correspondem. A descrição da metragem não corresponde à descrição dos pontos de referência dos limites do seringal, detalhadas no mesmo documento registrado em cartório (Anexo 1). No mapa acima, os pontos em vermelho correspondem às seguintes descrições do documento: “confinado pelo lado de baixo com o igarapé Traíras, também conhecido pela denominação Cipó”; “pelo lado de cima com o Igarapé Taboção”; “ficando no interior do terreno o igarapé denominado Belo Horizonte ou rio Pardo, até o lugar denominado ‘Bambu’”. A localização desses pontos foram confirmados pelos atuais moradores da região. Pelos pontos tem-se uma área calculada em 52.310,50ha, ou seja, doze vezes maior do que a área descrita em metros, no mesmo documento.

A descrição da metragem que consta no documento, “tem aproximadamente seis mil e seiscentos metros (6.600) de frente e seis mil e seiscentos metros (6.600) de fundo”, é

explicada pela existência das leis de posses e vendas de terras concedidas pelo estado do Pará, regidas desde o Decreto n.º 410, de 8/10/1891<sup>10</sup> e pelo Decreto n.º 397 de 25/06/1931, pelas quais determinava-se respectivamente:

§ 2.º – A área total de posses havidas por ocupação primária em virtude desta lei nunca poderá exceder os seguintes limites: em terras de lavoura, 1.089 hectares; em campos de criação, 4.356 hectares, e em seringais 545 hectares. (TORRES, p.12 e 13)

Art. 1.º – Fica permitida a venda de terras de castanhais em lotes de até 4.356 hectares (uma légua quadrada) à razão de seis mil réis (6\$000) o hectare e obedecendo as prescrições legais do Regulamento de Terras do Estado, ficando proibida a venda de mais de dois lotes a cada pessoa. (TORRES, p.12 e 13)

Essa incompatibilidade diz sobre a inexistente fiscalização das propriedades em áreas distantes dos centros urbanos. Também revela a conveniência, para a elite local (segmento social privilegiado de acesso a recursos, informações e poder), em possuir terras conforme seus próprios interesses econômicos e políticos. Por isso, os registros de posse de terra dessa época correspondiam, principalmente, com parâmetros legais (construídos pela mesma elite local), o que, muita vez, não correspondiam com a realidade. Além disso, exemplifica algumas das principais questões que envolvem a regularização fundiária da região: a viabilidade da grilagem de terras.

Assim como as incongruências reveladas anteriormente sobre os limites das áreas ditados pela legislação, as políticas de crédito para a produção de borracha também podiam ditar a descrição das documentações de registro de posse. Nesse caso, por exemplo, o número de estradas de seringa declaradas como existentes dentro da área, poderia corresponder com uma estratégia de adquirir créditos no banco. Pois o critério para que esses créditos fossem concedidos pautava-se pela quantidade de estradas de seringa. Ou seja, a quantidade das estradas era a unidade de referência para calcular o valor do financiamento. Por isso é comum encontrar nos registros da época o descritivo da quantidade de estradas de seringa como benfeitorias existentes dentro da área em posse.

Apontar tais incongruências em documentação oficial revela os tipos de relações de poder que ditavam o referido espaço. Por isso, trago essas informações para tentar entender, do ponto de vista dos seringalistas, como era produzido o seringal Belo Horizonte, e, assim, poder comparar com a memória dos seringueiros antigos.

---

<sup>10</sup> Trata-se de um limite de área imposto por lei. As posses concedidas pelo estado do Pará foram inicialmente regulamentadas pelo Decreto n.º 410, de 8/10/1891. Esse Decreto foi substituído pela Lei n.º 82, de 15/09/1892 e essa pela Lei n.º 1.108, de 6/11/1909. Em nenhum dos casos, se alterou os limites preestabelecidos. (TORRES, p.12 e 13)

Conforme a seguinte informação declarada no título de posse da terra: “contendo várias benfeitorias e novecentas (900) estradas de seringueiras”<sup>11</sup>, pode-se afirmar que naquela área habitaram até 300 seringueiros, tendo como base de cálculo o fato de que cada seringueiro necessita de ao menos três estradas de seringa para efetuar seu trabalho de desenvolver o trabalho de produção da borracha. No entanto, de acordo com o mapeamento das antigas colocações acima demonstrado, feito com base na memória do senhor Edmilson Maranhão Viana, morador mais antigo da região, o seringal Belo Horizonte possuía uma área aproximada de 50.000ha, onde podia-se contar, aproximadamente, 50 colocações e nelas trabalhavam de 1 até 4 seringueiros. A partir desse dado, calculando em uma média de 2 homens por colocação, podemos afirmar que ali viveram cerca de 100 seringueiros.

Outro compêndio de informações sobre a quantidade de pessoas que viveram no seringal Belo Horizonte e como produziram aquele espaço foi a compilação de registros da memória de Edmilson em uma única tabela sobre cada “colocação seringueira pertencente ao Belo Horizonte.

A tabela abaixo é a sistematização das informações concedidas por sr. Edmilson durante o mapeamento feito em 2017 em viagem<sup>12</sup> pelo igarapé Rio Pardo. Os destaques em verde são grifos meus para visualizar todas as colocações que o próprio Edmilson habitou. Os dados sobre cada colocação, relatados pelo sr. Edmilson, eram compostos das seguintes informações: o nome dos seringueiros, a época que trabalharam ali, para qual patrão vendiam a borracha, se o seringueiro possuía família (esposa e filhos) e se viviam juntos naquela mesma colocação, se havia algum roçado, onde ficavam as estradas de seringa e a casa de morada e se havia ou não castanhal na mesma colocação. Na tabela trago a relação de todos os seringueiros que trabalharam nas colocações que compunham o seringal Belo Horizonte, de acordo com a memória do sr. Edmilson do tempo vivido e também de recordações de histórias contadas por seu pai, tios e outras pessoas que viveram épocas anteriores à dele.

---

11 Também há a possibilidade de que, mesmo que fosse real a existência de tal quantidade de estradas declaradas, nem todas poderiam estar ativas, ou seja, não tendo seringueiro para trabalhar nela.

12 Como relatado na Introdução desta pesquisa, essa viagem tratou-se de uma articulação entre ISA, ICMBio e Comunidade Bela Vista para visitação de antigas colocações para mapeamento e registro histórico. Resultou também na produção de um vídeo de curta-metragem.

## SERINGAL BELO HORIZONTE: LISTAGEM NOME DOS SERINGUEIROS QUE TRABALHARAM EM CADA COLOCAÇÃO EM DIFERENTES ÉPOCAS

Fonte: memória de Edmilson Maranhão Viana, morador da comunidade Morro do Félix, entrevistas realizadas em 2017.

RIO OU IGARAPÉ	Nome da Colocação	Ano	Nome do seringueiro	SERINGALISTA	Localização / base de morada	Localização das Estradas de Seringa	Castanhal	Família
RIO XINGU	Vila do seringal		Ignacio Barros, filho de Firmino de Barros (tio de Edmilson por parte de mãe)		ponta da ilha	todas na ilha		Ignacio casado com Raimunda, india Juruna pura. Tinham filhos Edivaldo, Clotilde, Joaquina, Maria.
RIO XINGU	Remanso							
RIO XINGU	Chiquito	1963	Tomaz Nunes de Almeida, bahiano, chegou em 1942, chegou pra trabalhar no seringal de Raimundo Caetano, seringal Murici	Raimundo Maria				Maria Joana Dias mais 6 filhos (Maria, Marcos, Francisco, Manoel, Valdivinos e Felix)
RIO XINGU	Chiquito	1980	Manoel Pereira,	Raimundo Maria	ilha de São Luiz	na ilha e na terra firme		
RIO XINGU	Chiquito		Chiquito – Francisco da Chagas Dias, genro de Manoel Pereira.	Raimundo Maria	na terra	na ilha de são luiz e na terra		
RIO XINGU	Manoel Nunes	1954 a1957	Manoel Nunes e seu filho Zeca Nunes e Edmilson Viana	Francisco Israel da Chagas, "Rael"	ilha de São Luiz	ilha de são luiz, ilha grande e na terra firme		
RIO XINGU	Emiliano	Anos 1950	Emiliano	Francisco Israel da Chagas, "Rael"	ilha grande, em frente da ilha de São Luiz em baixo	ilha Grande		
RIO XINGU	Seco do Laurindo	Anos 1950	Severino	Francisco Israel da Chagas, "Rael"	por baixo de Emliano	ilha Grande		
RIO XINGU	Humaitá	Anos 1950	Manoel Nunes e Severino	Francisco Israel da Chagas, "Rael"	terra firme, boca do igarapé			
RIO XINGU	Humaitá	1950 – 1952	Chico Feitosa e seu irmão Raimundo Feitosa e Everton com seus filhos Edmilson, Elói e Elinor	Francisco Israel da Chagas, "Rael"				
RIO XINGU	Humaitá (seringal Forte Veneza)	1974	João Aranha	Cicero Maia	Ilha grande	dentro do igarapé humaitá		
RIO XINGU	Humaitá		Tiotonho					
RIO XINGU	Emiliano	1943-44	Emiliano Cearense	Ignacio Silva	Ilha grande	ilha Grande		
RIO XINGU	Damico	1943-44	Damião	Ignacio Silva	Ilha grande	ilha Grande		
RIO XINGU	Lago Paraná		Manoel Barbosa					
RIO XINGU	Paraná	1943-44	Manoel Viana (irmão de Everton) e Xando	Ignacio Silva				Manoel tinha família: Dona Godu mais tres filhos - Raimundo (Dico), Eloi Viana (Mucuum) e Rosa. Xando mais dona Francisca tinham filhos Pedro e Atevaldo. Francisca e Dona Godu eram imãs.
RIO XINGU	Arapari	1943-44	Joãozinho (pai de Afonso que trabalhou na funai) e João Alexandre	Ignacio Silva				
RIO XINGU	Arapari	1952	Everton mais Edmilson e Elinor					
RIO XINGU	Arapari	1956	Everton mais Edmilson e Elinor, Manoel Viana mais Dico Viana (mucuum) e Eloi viana, Carlo que era arigó, soldado da borracha.			onde cortavam esse tanto de gente?		
RIO XINGU	Matias	1943-44	Matias	Ignacio Silva				
RIO XINGU	Boa Ventura		Francisco Sales					Mulher era a d.Maria Estela. Tinham filho adotivo Raimundo que faleceu com 11 anos, morreu de comer barro.
RIO XINGU	Ilhota	1944	Domingo boca de pilha	Ignacio Silva	por cima da boca do pardo, no xingu na frente do morro do Félix			
RIO XINGU	Ilhota	1957	Elisardo, o delegado					
RIO XINGU	Ilhota	1958	Edmilson quando casou-se com Eliza	Zeca Nunes				
RIO XINGU	Caxinguba	?	Babailo, Chico Velho e Antonio (3 irmãos)					Moravam com a mãe Maria Biluca, que é avó do Chico Xibé, e tinham três irmãs: Maria, Rosa e Albertina.
RIO XINGU	Morro do Félix	1960	Edmilson e Elinor com pai Everton	Zeca Nunes				

Tabela 1: Dados das colocações do Seringal Belo Horizonte dos anos 1940 aos 1980.

RIO OU IGARAPÉ	Nome da Colocação	Ano	Nome do seringueiro	SERINGALISTA	Localização / base de morada	Localização das Estradas de Seringa	Castanha	Família
IGARAPÉ RIO PARDO	CASTANHAL	1944	Duca	Ignacio Silva				dois filhos homens e a mulher Nazaré
IGARAPÉ RIO PARDO	CASTANHAL	?	Benedito	Raimundo Maria				
IGARAPÉ RIO PARDO	CASTANHAL	?	Odilon Boge	Raimundo Maria			Castanha "Morro do Castanha"	esposa Sebastiana e filhos: neusa, chica, creusa, vitor.
IGARAPÉ RIO PARDO	NOVA OLINDA	1952	Eduardo, Afonso (viúvo) e seu filho José Vitalino, Manoel	Raimundo Maria			não	Gracinha, esposa de Eduardo. Os três eram filhos de Dona Ana
IGARAPÉ RIO PARDO	NOVA OLINDA	1962	José Moraes	Raimundo Maria				Raimunda Moraes esposa
IGARAPÉ RIO PARDO	MATO GROSSO	1957	Raimundo Gomes	Raimundo Maria				
IGARAPÉ RIO PARDO	MATO GROSSO	?	Joca, Jorge meia Barra e Raimundo Breguinato					
IGARAPÉ RIO PARDO	MATO GROSSO	?	Dona Losinha				sim	filho Zé Galfo, filhas Francisca e Odete e neto Raimundo Imbiriba
IGARAPÉ RIO PARDO	SITIOS NOVOS	1959 a 1965	Sr. Carneiro	Raimundo Maria	Únicos que moravam no Igarapé. Tinham roça, criavam porco, faziam muita farinha. Vendiam a farinha pro Raimundo Maria, que vendia pros seringueiros.		sim	esposa Dona Rosa mais filhos: Francisco, Alonso, Maria e Zumira.
IGARAPÉ RIO PARDO	SITIOS NOVOS	?	Joca, Damião e filho Bico	Raimundo Maria				
IGARAPÉ RIO PARDO	MONTANHA	1959 e 1960	Zéca Nunes e seu tio Raimundo Nonato da Silva, conhecido como Beato	Raimundo Maria			não	
IGARAPÉ RIO PARDO	BARRACÃOZINHO	1958 e 1959	João Cardoso e Gino	Raimundo Maria				
IGARAPÉ RIO PARDO	BARRACÃOZINHO	1962	Manoel Pedro (Pelado)	Raimundo Maria				esposa Emir (ainda viva) e dois filhos: Francisco e Francisca
IGARAPÉ RIO PARDO	ESPERAÁ 1	1960	Simião de Melo e Egídio de Melo (irmãos)	Raimundo Maria				esposas Solange e Sebastiana
IGARAPÉ RIO PARDO	ESPERAÁ 1	1955 e 1966	Pedro Neris	Raimundo Maria				esposa Nazaré
IGARAPÉ RIO PARDO	ESPERAÁ 2	1962	Eloy Viana e Jonas	Raimundo Maria				Família de Eloy: esposa Vicença mas filhos: José Eloisa, Raimundinha e Pracatinha.
IGARAPÉ RIO PARDO	SÃO FRANCISCO	1960	Zé Teixeira e Xaroca	Raimundo Maria				
IGARAPÉ RIO PARDO	TRINCHEIRA	1960	Antonio Rodrigues, Sebastião Cardoso e Merquides					
IGARAPÉ RIO PARDO	CASTANHEIRA	1968	Wilson, Tomaz e Raimundo Dias	Raimundo Maria			castanha na Matriz	Wilson mais dona Zelia mais filho (Biró); Tomaz mais dona Joana mais filhos; e Raimundo Dias mais dona Maria Estela mais filhos (Helena).
IGARAPÉ RIO PARDO	PAU DO PIRIQUITO	1983 a 1985	Cecílio Pereira e Félix Nunes	Raimundo Maria			castanha no Carro Dourado ou na Matriz	Cecílio Pereira mais dona Maria
IGARAPÉ RIO PARDO	CARRO DOURADO	1960 a 1965	Dico, Joaquim, Roque	Raimundo Maria			sim	Dico mais dona Tamasia; Joaquim, cearense, mais Raimunda Bolera; Roque mais esposa Mercedes. Tamasia era irmã de Roque e de Raimunda. Roque, Joaquim e Dico eram cunhados.
IGARAPÉ RIO PARDO	TRACOÁ	1961	Odilon Bogé	Raimundo Maria			castanha na Matriz	Sebastiana e filhos
IGARAPÉ RIO PARDO	MATRIZ	1960	Gerente: Zé Vieira e Dona Irene	Raimundo Maria				
IGARAPÉ RIO PARDO	MATRIZ	1960	Mario Braga	Raimundo Maria				e dona Lianoa e filhos
IGARAPÉ RIO PARDO	MATRIZ	1960	Firmino	Raimundo Maria				e dona Isomar
IGARAPÉ RIO PARDO	MATRIZ	1960	Samuel	Raimundo Maria				e dona Maria
IGARAPÉ RIO PARDO	MATRIZ	1960	Manoel Pedro (Pelado)	Raimundo Maria				mais dona Emir e dois filhos
IGARAPÉ RIO PARDO	MATRIZ	1960	Pedro Xandó	Raimundo Maria				Dona Cecília
IGARAPÉ RIO PARDO	MATRIZ	1960	Zé Moreira	Raimundo Maria				dona Vicença

RIO OU IGARAPÉ	Nome da Colocação	Ano	Nome do seringueiro	SERINGALISTA	Localização / base de morada	Localização das Estradas de Seringa	Castanhal	Família
IGARAPÉ RIO PARDO	LARANJA	1960	Edmilson, Dico Viana, Afonso e José Vitalino; Raimundo Nonato	Raimundo Maria				Edmilson Maranhao Viana mais dona Eliza e filha Maria Rubenita; Dico Viana mais dona Justina e filha Rita; e Afonso Vitalino de Melo mais filho José Vitalino de Melo; e Raimundo Nonato, Beato que era o caseiro.
IGARAPÉ RIO PARDO	MANGUEIRA	1968	Dico Viana, Zé Moraes	Raimundo Maria				Dico Viana mais dona Justina; Zé Moraes mais dona Raimunda Moraes mais filhos Francisco, Teresa, Rosa (ex-mulher de Branco) e Dica(cunhada do Chiquito, casada com Felix, irmã de Chiquito)
IGARAPÉ RIO PARDO	PAUDARCO	1961	Napoleão Coutinho e Raimundo Moreira	Raimundo Maria				Raimundo Moreira, conhecido por Bico doce mais dona Aldenora.
IGARAPÉ RIO PARDO	PAUDARCO	1964	Dico Viana, Zé Leandor	Raimundo Maria				Dico Viana mais dona Justina mais filha Rita; Zé Leandro mais dona Amélia
IGARAPÉ RIO PARDO	PAUDARCO	1965 e 1966	Zéca Paraíba e filho Nazareno	Raimundo Maria				
IGARAPÉ RIO PARDO	PONTO NOVO	1981	Roque e Sebastião Cardoso	Raimundo Maria				Dona Mercês esposa de Roque
IGARAPÉ RIO PARDO	CANINDÉ	1964	Manoel Pereira e filhos: Cecílio, Eladio e Eleno.	Raimundo Maria				Dona Júlia ficou na vila
IGARAPÉ RIO PARDO	CACHOEIRA	1964	Simião de Melo e Egídio de Melo (irmãos) e Didi					Simião de Melo mais dona Solange, mais Jacaré, filho indígena xipaya adotivo e filha Nenê; Egídio de Melo mais dona Sebastiana mais filho Luíca; e Didi, pai de Sebastiana
IGARAPÉ RIO PARDO	RIO BRANCO/ GROTÃO DO RIO BRANCO / 64	Aprox. 1915	Manoel Nunes	Pedro Lemos pai				dona Floriza que andava com ele na estrada com medo do índio brabo.
IGARAPÉ RIO PARDO	RIO BRANCO/ GROTÃO DO RIO BRANCO / 64	Aprox. 1915	Joaquim Laborão	Pedro Lemos pai				dona Maria Veja-lá. Joaquim varou por terra do Iriri, fugindo por ter carregado dona maria de outro cara.
IGARAPÉ RIO PARDO	PÉ DA CACHOEIRA	1964	Raimundão e Goiano	Raimundo Maria				
IGARAPÉ RIO PARDO	PÉ DA CACHOEIRA	1983 e 1984	Ademir (Branco) e Manoel Nunes (irmão de Chiquito e Marco)	Raimundo Maria				
IGARAPÉ RIO PARDO	DO MARCO	1970 e 1971	Marcos, Chiquito e Geraldo Moares (filho de João moares)	Raimundo Maria				Marco e Chiquito eram irmãos.
IGARAPÉ RIO PARDO	DO MARCO	1983	Marco e Manduca	Raimundo Maria				dona Raimunda e Manduca Salomé (ex-sogro de marco)
IGARAPÉ RIO PARDO	FERNANDES	1964	Fernandes Silva e Henrique Bacabeira	Raimundo Maria				
IGARAPÉ RIO PARDO	FERNANDES	1983	Ademilton (Birica) e José Salomé (filho de Manduca)	Raimundo Maria				
IGARAPÉ RIO PARDO	GAMELEIRA	1964	João Moraes e Zé Galvão	Raimundo Maria				
IGARAPÉ RIO PARDO	GAMELEIRA	1983	Edmilson Viana e filho Otavio (coronel)	Raimundo Maria				
IGARAPÉ GARRANCHO	GINO	1958	Gino Gonçalves	Raimundo Maria				
IGARAPÉ GARRANCHO	GINO	1960	Zeca Nunes e Sabá Gomes	Raimundo Maria				
IGARAPÉ GARRANCHO	CACHOEIRINHA	1943	Damião e João Baptista	Ignacio Silva				Damião, conhecido por Damico, mulher Isomar ficou na vila; e João Baptista (sogro de Damico), mulher Natividade ficou na vila.
IGARAPÉ GARRANCHO	LIBERDADE	1965	Cícero Lambreta, Virgílio	Raimundo Maria				
IGARAPÉ GARRANCHO	JACARÉ	1965 a 1967	Teodorico Damaceno, Sabá Embiriba, Edmilson Viana e Zé Teixeira	Raimundo Maria				Teodorico Damaceno mais dona Dilce (irmã de Edmilson); Sabá Embiriba; Edmilson Maranhao Viana mais dona Eliza; e Zé Teixeira como caseiro.
IGARAPÉ GARRANCHO	ALCIDE	1965	Alcide Biluca e Félix	Raimundo Maria				

Mesmo que ainda com partes incompletas, essas informações nos revelam uma rica quantidade de informações e de possíveis interpretações sobre diversos aspectos e épocas da região.

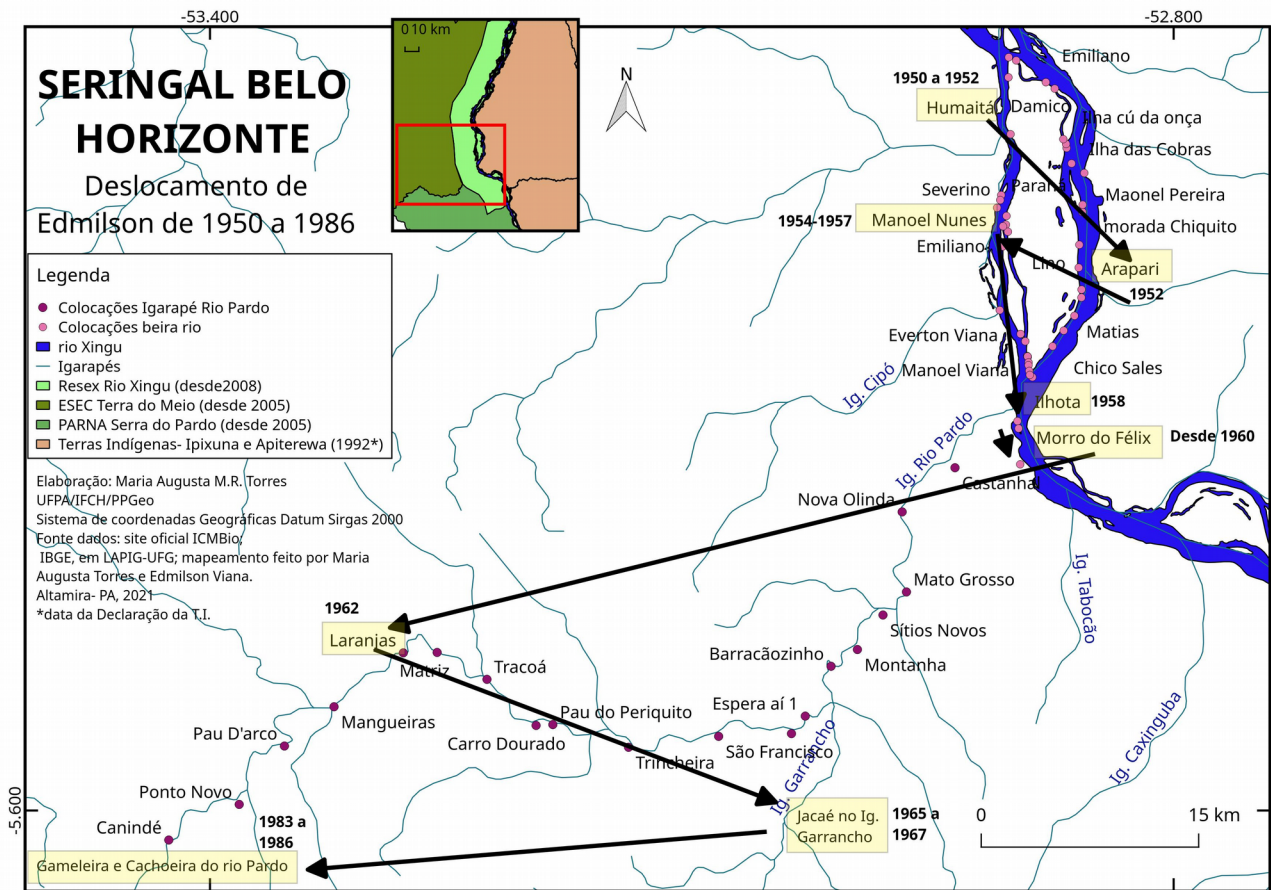
Uma primeira observação que faço com base nos dados dessa tabela é sobre o registro da existência humana em áreas onde hoje são Unidades de Conservação Integral (vide mapa 3 acima), cuja intenção é proteger a área de floresta sem qualquer intervenção antrópica, e assim, pode levar a considerações errôneas de que tal área nunca fora habitada, usada ou, principalmente, produzida por seres humanos em tempos passados.

Uma outra dinâmica importante que podemos ver por meio dessa listagem de informações da tabela é a mobilidade que os seringueiros faziam pelas colocações. Cito, como exemplo, o caso do próprio Edmilson Maranhão Viana. Sua chegada, com 11 anos de idade, ao seringal Belo Horizonte, já ocorreu proveniente de deslocamentos vivenciados por seu pai e seu avô entre seringais e outras áreas de trabalho. No início dos anos 1940, seu avô deixou o seringal Flor do Outro, no alto rio Fresco, e veio a falecer em um garimpo localizado próximo à Volta Grande do Xingu. Após a morte do avô, Edmilson conta que:

meu pai voltou pro seringal ali por cima de São Félix por nome São Francisco. Com outro patrão. O nome dele era Estevão Tavares da Silva, mais conhecido como Pepita. Ai meu pai trabalhou uns 3, 4 anos e separou da minha mãe. Aí foi quando nós viemos pra cá, pro seringal Belo Horizonte. Porquê o irmão do meu pai morava aqui nesse seringal, o Manoel Viana. Em 1948, eu cheguei aqui. Eu tinha 11 aninhos. (EDMILSON, 84 anos, entrevista 2017)

Desde que chegou ao seringal Belo Horizonte, portanto, do início dos anos 1950 ao fim dos anos 1980, Edmilson trabalhou em 9 colocações diferentes. A primeira colocação que relata ter trabalhado com seu pai Everton e seu irmão Elinor foi Humaitá, de 1950 a 1952. Em 1952 o pai com seus dois filhos resolvem sair da colocação Humaitá para trabalhar na colocação Arapari, pois *“as estradas eram muito pequenas por lá”* (Edmilson, 2017). Em 1956, além dos três que já estavam no Arapari, chegam mais quatro seringueiros: os parentes Manoel Viana, Dico Viana e Eloi Viana, e o recém-chegado ao lugar, “arigó”, e soldado da borracha, Carlo. Eram raras, mas existiam as colocações que aglomeravam mais de três seringueiros. Isso correspondia com a quantidade de estradas de seringa que poderiam ser abertas no entorno da casa de morada, onde os seringueiros alojavam-se, e dividiam a estrutura de fornalha para defumar a borracha.

Pelo mapa abaixo conseguimos visualizar o percurso percorrido pelos deslocamentos de Edmilson ao longo dos anos.



Mapa 5: Deslocamento de Edmilson pelas colocações do Seringal Belo Horizonte ao longo do tempo

Em 1957, após a morte do pai do vizinho seringueiro Zeca Nunes, Edmilson vai cortar seringa com ele na colocação Manoel Nunes. Até esse momento, toda a produção era vendida ao responsável pelo seringal, o senhor Francisco Israel da Chagas (“Rael”). No ano seguinte, Edmilson com 21 anos de idade, casa-se com Eliza Pereira de Barros, e com isso torna-se independente da organização de trabalho regida por seu pai Everton, mudando-se para a colocação Ilhota. A partir desse ano, Edmilson começa a fazer negócio com seu colega e ex-seringueiro Zeca Nunes, que inicia a compra de borracha de alguns seringueiros no sistema do comércio ambulante com uma embarcação própria, como é o conhecido trabalho dos “regatões”. Em 1960, os irmãos Edmilson e Elinor, já casados, assumem a colocação Morro do Félix, e estabelecem casa de morada para as duas famílias junto com o pai Everton. Nos primeiros anos de 1960, no entanto, Edmilson entra para o igarapé Rio Pardo, levando Eliza e a primeira filha do casal para ficarem na colocação Laranja, durante a safra de extração. Essa decisão implica a mudança de relação com o patrão, para quem passa a vender a borracha para Raimundo Ciro de Moura, conhecido como Raimundo Maria. De 1965 a 1967, Edmilson vai um pouco mais longe e trabalha na colocação Jacaré, uma das últimas no alto do igarapé do Garrancho. Enfim, até os anos de 1986, Edmilson assume a

coordenação de trabalho de outros seringueiros e além de cortar seringa, passa também a aviar outros homens para trabalharem no alto do igarapé Rio Pardo. Nesse momento, Edmilson ainda vende a produção ao patrão Raimundo Maria, mas, com uma potencial margem de barganha para o preço que lhe convém.

Os detalhes das relações com os patrões estão expostos em tópicos seguintes desta pesquisa. Aqui, detenho-me ao entendimento da produção do Seringal Belo Horizonte, por meio da dinâmica de deslocamento dos seringueiros em ocupar diversas áreas de floresta, ao permutarem de colocação a cada safra produtiva da borracha. A mobilidade no modo de vida seringueiro foi também apontada pelos registros dos moradores do rio Iriri e Riozinho do Anfrísio, na região da Terra do Meio:

Os seringueiros se deslocavam de uma colocação para outra frequentemente, e assim iam conhecendo novas pessoas e regiões. Parte desses deslocamentos ocorria por determinação dos seringalistas, mas outra parte, principalmente a partir dos anos 1970, era motivado por escolhas pessoais ou familiares. (ANDRADE, et al., 2017 p.62)

Os autores mostram a importância da mobilidade para esse modo de vida, não apenas apontando o deslocamento entre as colocações em um mesmo seringal, ou entre seringais vizinhos, mas também para explicar sobre como vieram parar nesta região. Ou melhor, sobre a origem de seus ancestrais:

Outro exemplo é o fluxo de seringueiros vindos da região do Rio Tapajós para o Riozinho do Anfrísio. Esse movimento está relacionado com o declínio da borracha na região de Itaituba e Fordlandia no pós-guerra. Dona Madalena e Seu Pedro Feira são nascidos e criados no Tapajós, e vararam para o Riozinho do Anfrísio onde constituíram família e moram até hoje. Antes deles, outros seringueiros já haviam feito o mesmo caminho, como Seu Domingos (do São Pedro), Agenor (pai de Chico Branco, do Lajeiro do Iriri), por exemplo. (ANDRADE, et al., 2017 p.63)

Embora os deslocamentos fossem bastante presente, havia também uma tendência à fixação de uma casa de morada ao passar do tempo. Enquanto o seringueiro era jovem, sob a coordenação de seu pai ou de algum seringueiro mais experiente, ou mesmo enquanto o seringueiro fosse solteiro, ele vivia à procura de colocações mais produtivas. Ou seja, a casa de morada se fazia nas diversas colocações por onde passava. No entanto, seguindo o exemplo de Edmilson, ao estabelecer família, o seringueiro passava a assumir mais responsabilidades pelo sustento de uma casa e, no caso dele, procurou se fixar em um ponto na margem do rio para que a família ampliada, junto de seu irmão e seu pai, pudesse ter uma garantia de estabilidade.

Ainda assim, mesmo com uma casa de morada fixa na beira do rio, a procura por melhores setores produtivos igarapé acima é contínua. Como relatou Edmilson:

Eu trabalhava na margem do rio, ai quando foi em 84, os seringal tudo cansado, ai eu vi que não dava mais pra eu trazer minha família tudo bem vestido, chinelinho no pé, bem calçado. (Edmilson, entrevista 2017)

As motivações para os deslocamentos e trocas de lugares davam-se principalmente: pela produtividade ou o “cansaço” das estradas de seringa; pela aglomeração de seringueiros em um só lugar; pela procura de melhores condições de vida e estabilidade para a família. A tendência à fixação, portanto, representa a estabilidade de condições sobre o que se considera um bem viver naquele determinado local. No entanto, a mobilidade ainda se faz constantemente presente, pois, como lembram os autores do “*inventário cultural dos beiradeiros da Terra do Meio*”(ANDRADE, et al., 2017):

Esteja ou não relacionada com os ciclos econômicos, a mobilidade é um traço do modo de ocupação do beiradão desde o 1º ciclo da borracha até hoje. Morar em muitos lugares significa, em certa medida, pertencer a um território que vai além dos limites da localidade (...).(ANDRADE, et al., 2017 p.64)

O “pertencimento a um território que vai além dos limites da sua localidade” é um entendimento fundamental para a compreensão da dinâmica do modo de vida na produção dos seringais nessa região. Vimos neste tópico que o seringal Belo Horizonte foi constituído por uma centena de seringueiros e suas famílias, que viveram pelas mais de 50 colocações espalhadas pelos mais de 50.000ha de floresta na beira do Rio Xingu e seus igarapés. Um seringueiro como Edmilson, que viveu tanto nas colocações da beira do rio, quanto no alto do igarapé Rio Pardo, conhece toda amplitude dessa área, assim como se vê pertencente a todo esse espaço, embora tenha sua casa de morada em uma localidade definida. Tal pertencimento se construiu na prática da vivência no território, mesmo que à época ainda houvesse a figura do patrão, que dizia e agia como que aquelas terras o pertencesse.

Apresentadas as principais dinâmicas que produziram o espaço do seringal Belo Horizonte pelo modo de vida seringueiro, nos próximos tópicos sigo, conforme as variáveis de análise propostas, com a descrição e análise de duas principais relações sociais que existiram nesse lugar.

## Relações com os indígenas

Outra motivação para o deslocamento constante entre colocações pelos seringueiros era a relação com os indígenas, que já habitavam o território que passaria a ser também do modo de vida seringueiro. Tal relação exige uma caracterização mais detalhada ao longo do tempo do seringal, por sua importância na produção desse lugar.

Para estruturar os seringais, os seringueiros, a mando dos patrões, enfrentaram no dia-a-dia uma das principais situações que viria moldar a sobrevivência no novo lugar: a disputa do espaço com os indígenas. Desde a chegada dos colonizadores europeus e mais intencionalmente com as missões jesuítas, as relações dos brancos com os ameríndios eram sempre com o intuito de amansar, domesticar ou civilizá-los, quando não, massacrar e exterminá-los. Os seringalistas e seringueiros não pensavam diferente. Mas, eram os seringueiros que, colocados na terra alheia, precisavam lidar com o “índio brabo”, por uma questão de vida ou morte. A fuga, a guerra e o aprendizado resumem os principais elementos dessa convivência entre seringueiros e indígenas, a qual moldou o modo de vida seringueiro no início de sua formação.

Nós morava no Alto Xingu, por cima de São Félix o derradeiro [seringal], a última moradia. Era o seringal Porto Alegre. Nós viemos de lá corrido. Aí nós viemos de lá porque os índio tavam querendo, assim, tomar tudo do meu avô. Eles tavam querendo tomar tudo por lá. As roças, eles comiam. **Eles deram fala lá, aí se entocaram lá** e tavam acabando com tudo. Foi os índios que espantaram meu avô de lá. (...) **Chamava Constantino** ele. (ELINOR, 86 anos, entrevista 2020, grifo meu)

A expressão “dar fala”, utilizada por sr. Elinor nesse relato, é comumente usada para descrever quando os indígenas chamavam a atenção dos seringueiros emitindo sons parecido com a língua portuguesa, com objetivo de fazer contato para alguma negociação. Em outros momentos, os indígenas também emitiam sons que imitavam aves ou outros animais. Ao contrário de como “dar fala” significava um momento de negociação para os seringueiros, esses outros sons, quando percebidos pelos seringueiros, eram recebidos como aviso de alerta e ameaça.

Constantino Viana já era seringalista do seringal Flor do Ouro quando acolheu um grupo indígena em seu seringal. No entanto, o incômodo com a relação dos indígenas “querendo tomar tudo” e atrapalhando o roçado da família, fez com que Constantino abandonasse o local.

Pelo outro lado da relação, a antropóloga indigenista Tânia Stolze Lima, escrevendo a história do povo Yudjá, ou Juruna, relatou o seguinte episódio:

A história oral dos Yudjá, aparentemente, não dá lugar nem a sua ocupação do baixo Xingu nem a sua última tragédia demográfica. Atribuindo a extinção dos

povos Takunyapé, Arupaia e Peapaia à sua própria ação guerreira e aos seus inimigos memoráveis, os Txukahamãe, afirmam que o território original estendia-se por toda a região da Volta Grande do Xingu (isto é, a grande curva do rio onde está situada Altamira) até a desembocadura do rio Fresco. Seus antepassados abandonaram-no fugindo para montante, antes de os Brancos ali chegarem, por terem tirado a vida do capitão que chefiava as três aldeias do grupo então existentes. Teria sido na boca do Rio Fresco que conheceram os Karaí, vindo a associar-se mais tarde a **Constantino Viana, dono de seringais** situados bem a montante, em Pedra Seca. **O medo da represália pela morte de uma vaca provocada pelo caldo de mandioca das mulheres Yudjá levou-os a fugir para montante, para “a última cachoeira do Xingu”** (Cachoeira Von Martius). (STOLZE LIMA e MACEDO, 2001, grifo meu)

Fugas ocorriam, tanto por parte de indígenas, quanto de seringueiros. O indígena fugia de seu próprio lugar de origem por causa dos invasores, fugia de doenças trazidas pelos brancos, de serem escravizados, de serem catequizados. Em outro depoimento histórico, que confirma que o mesmo seringal Flor do Ouro também era conhecido como Porto Alegre, também nos apresenta a rotina das missões religiosas que atingiam os povos indígenas. Cito:

Foi em 1919 que começou a ação religiosa no Alto Xingu, sob orientação de sacerdotes. (...) Um vez por ano, esse incansável evangelizador realizava uma visita catequética no alto Xingu através das estrada tropeira Xingu Araguaia(...) Aí chegando, mobilizava a canoa com bons remeiros e baixava o rio Fresco, catequizando, confessando, batizando, crismando e casando. Alcançava São Félix, onde demorava uns três a quatro dias. Depois, prosseguia Xingu abaixo, até o famoso seringal São Sebastião, voltando e então subindo Xingu acima, até alcançar o barracão mais avançado, que era o de Porto Alegre, mais conhecido como Flor de Ouro.” (GUERRERO, 2015, p.28)

O abandono de seus lugares pelos povos indígenas era a fuga de serem exterminados e pela manutenção da vida. Complementam Lima e Macedo (2001) sobre diversos povos indígenas da região:

Pior sorte tiveram outros povos [indígenas] ribeirinhos do médio Xingu, vizinhos e relacionados com os Yudjá por sua língua e/ou civilização, como os Peapaia, Arupaia e Takunyapé (este, da família tupi-guarani) inteiramente dizimados nesta onda de genocídio promovida pela invasão do médio Xingu pelos seringalistas na segunda metade do século XIX. E esta não foi a primeira vez que as terras dos Yudjá e seus vizinhos foram invadidas; como já foi dito, a sua história está ligada à nossa desde a fundação de Belém. Em meados do século XVIII, o resultado mais evidente dos primeiros cem anos de uma história marcada por aprisionamento, escravização, guerra e redução era o “abandono” de todo o baixo Xingu pelos indígenas. De acordo com Nimuendajú, pode-se presumir que os

Yudjá fugiram para montante, enquanto um povo tupi-guarani, os Waiãpi, seus vizinhos das margens do Xingu, atravessaram o Amazonas e partiram rumo ao Oiapoque. (STOLZE LIMA e MACEDO, 2001)

Por outro lado, do ponto de vista dos seringueiros e seringalistas, a fuga ocorria pelo incômodo do prejuízo a eles gerado pelos indígenas. E, nesse sentido, abandonavam seus lugares à procura de melhores oportunidades de rendas, e, claro, melhorias de condições de vida.

Mas, não só de fugas e abandonos foi feita a relação entre seringueiros e indígenas. Outro relato bastante frequente nas histórias dos antigos seringueiros era o confronto direto, no meio da mata, ou até mesmo no terreiro da casa da família do seringueiro, o que levou à morte milhares de indígenas e seringueiros.

O índio brabo, por exemplo: a gente ia pra estrada, nós sabia que **ia**, mas não sabia se voltava. Ai quando passava, por exemplo, trabalhava quatro companheiro numa colocação aqui, aí tudo tem uma hora certa de chegar, um chega 4 hora, outro chega [às] 5, outro chega [às] 3 hora. Aí, passou a hora de chegar, a gente já ficava com cuidado: “rapaz, será que foi alguma coisa que aconteceu?”. Aí não chegava e a gente já ia pra outra colocação atrás de gente: “rapaz, fulano não chegou.”. Aí, foi índio que matou. (EDMILSON, entrevista 2017, grifo na entonação de voz)

Falar em “confronto direto” parece até muito suave, diante da guerra em que viviam os habitantes daquele espaço. Os seringueiros viviam com a insegurança constante de que poderiam morrer a cada vez que saíam de casa para trabalhar. Ao mesmo tempo, viviam também os índios com a constante ameaça de pessoas de fora em suas terras. Diante dos medos, inseguranças e incômodos, viviam cada um com suas armas: revólveres, rifles e espingardas de um lado; flechas, trincheiras e cacetes de outro. Em toda história do “tempo do seringal” contada por um seringueiro, existe um amigo, vizinho ou parente flechado ou morto em armadilhas pelas matas dos indígenas. A seguir, transcrevo um relato do Sr. Edmilson com bastante detalhe e interpretação, um episódio dessa relação de guerra:

Olha, recente, isso ai eu vou contar, mas é recente. Esses índios, que moravam aqui nesse [igarapé] Garrancho. Eles tinham aldeia aí, os “Gaiapó”. Aí tinha o gerente naquele barracão. O dono que tava tomando conta do seringal, era o padraсто dessa minha mulher. Francisco Israel. O Raimundo Maria desceu e entregou pra ele ai. Aí ele tinha um genro e ele botou o genro de gerente. Chamava-se Raimundo Cobrinha. Aí ele foi pra Altamira e deixou o genro de gerente ai. Ele e a mulher. Sozinhos ai no barracão na ponta da ilha. Ai o que eles [índios] fazem? Eles travessaram pra ilha e cercaram o barracão. Mas ele [Raimundo Cobrinha] era desses cara medroso, que ele não soltava o rifle dele hora nenhuma. Pra todo canto era com o rifle na mão. Aí eles [índios] fizeram o calculo: “rapaz, nós não pega ele aqui. Faz assim, fica um do outro lado, grita, ai

ele vai, pensa que é gente, deixa a mulher, ai nós pega a mulher aqui e ele encosta lá e vocês pega ele lá”. Ai a mulher falou: ó Raimundo, tão gritando ali do outro lado, é gente ó. O que será que isso? É gente!. E Ele disse: fica que eu vou lá, ver o que é. Aí ela disse: não eu vou também, não vou ficar não. Ai embarcou. Foi a valença dela. Chegou lá, como bem em frente ao barracão. Aí ela viu, e disse: Raimundo, não é gente não, é índio, olha como tá.” Isso era umas quatro horas [da tarde]. Aí quando ele viu disse: “é mesmo, rapaz”. Aí de lá ele não veio nem no barracão mais. Ai o barracão é perto da ilha, ele arrodou pela ponta da ilha e desceu. Nós morava numa colocação quase no meio da ilha, por nome de Arapari. Era uma colocação: meu pai, o irmão dele e nós, que era rapazinho. Aí ele chegou lá e contou a história. Aí meu pai disse: vixi, rapaz, olha é o seguinte, quando eles te chamaram lá do outro lado, aqui na ilha já tinha índio. “Será?”, ele disse. É... Aí meu pai, tinha comprado um rifle 22, (...), não tinha bala e meu pai tinha deixado o rifle lá com eles, no barracão. Aí meu pai falou: rapaz, só tenho pena do meu rifle. Porque lá, no barracão não tem nada não. Aí naquele tempo, nós viemos e chegamos era umas 10, 11 hora da noite. Chegamos no barracão. Ele tinha gado, aí o gado tava assustado na beira do rio. Ai nós vimos o escangáio, menino! Entremo dentro do barracão. O que deu de levar eles levaram, o que deu de derrubar eles derrubaram, o que deu de quebrar eles quebraram. Aí travessaram na ponta da ilha que é seco no verão e foram embora, com um bocado de coisa que levaram. Aí o rifle, parece que eles não conseguiram manejar. Aí na ponta da ilha, onde travessava, era uma praia. Água rasiinha, assim um metro de fundura. Aí eles enterraram o rifle da praia, assim, dentro d’água. Aí com um mês e pouco que eles tinham feito isso, nós vinha lá da colocação deixar uma borracha, quando nós dobreo na ponta da ilha, fomos descendo, assim, a água correndo pouquinho, aí meu pai olhou, assim, e disse, rapaz, eu vi um negócio direitinho como um coice do rifle ali. “Rapaz, é o rifle!” Puxou ele e arrancou o rifle. Eles [índios], parece que não sabiam manejar, então enterraram na areia. Aí tava bonzinho, o rifle. Ai quando foi de manhã, meu pai falou: quer ver? Vamo oiá ao redor do barracão pra ver como tá. Tudo cheio de trincheira deles. (EDMILSON, 84 anos, entrevista 2017)

Esse relato conta as inseguranças, medos e estratégias de sobrevivência vivida pelos seringueiros nessa relação diária com os indígenas. Esse convívio temeroso exigia que os seringueiros e suas famílias vivessem em alerta e se organizassem mediante alguns cuidados. A dinâmica territorial de uso de determinados espaços pelos seringueiros era regida em grande parte por essa relação conflituosa. Algumas atitudes tomadas pelos seringueiros, como morar em ilhas e ter sempre um homem em casa como vigia e protetor das mulheres e crianças, ou, ainda, deixar os filhos pequenos com as mulheres das moradas que se localizavam nas ilhas, eram estratégias pensadas como cuidados frente a possíveis ameaças dos indígenas. Tais estratégias também se davam na rotina de trabalho do seringueiro ao caminhar pela floresta na extração do látex, como por

exemplo saber o lado correto de colher a tigela cheia de látex escorrido no tronco da árvore, para não ficar vulnerável de costas para um possível ataque. Ou mesmo saber da importância de apenas desviar de troncos e folhagens caídas no caminho aberto da estrada de seringa, e não retirá-los ou cortá-los, pois aquilo poderia ter sido posto por algum indígena e alterar o que fora posto seria cair na provocação e demonstrar desrespeito ao outro, ocasionando possível ataque, roubo ou conflito. Essas e outras tantas ações são relatadas por Edmilson e outros seringueiros antigos como aprendizados diários que tinham que ser feitos para evitar os conflitos com indígenas na mata. Em todo o percurso do seu dia-a-dia na estrada de seringa, em sua colocação, era preciso saber ler e escutar a mata para entender se não havia armadilhas de índio. Como nos conta Edmilson:

Aí meu pai, a tarde, às vezes com outros companheiros de experiência, chegavam, fazia a abertura, fazia a casa, derribava aqueles paus e a essa hora eles já tava sentado em cima dos paus escutando o pássaro que canta hoje, como quando nós chegamos aqui. O pássaro cantou: jacaminho, mutum, [etc]. Aí no dia que chegava um pássaro que cantava diferente, aí eles falavam pros outros: “olha, vamos ter cuidado que esse pássaro nunca cantou aqui. E ele hoje cantou. Queira deus não seja os índios que estejam aqui ao redor”. As vez acontecia que não, mas as vez acontecia que era verdade. E a arma não descuidava hora nenhuma. Hora nenhuma. (EDMILSON, 84 anos, entrevista 2017)

Além disso, resalto que um elemento dessa relação é a desconsideração dos indígenas como “gente”. Sabemos pela história colonizadora das Américas, que os povos indígenas foram considerados, assim como os negros, como seres sem alma, para justificar os genocídios e escravidões. Essa lógica está subentendida no pensamento dos seringueiros que primeiramente enfrentaram a floresta desconhecida. No entanto, em um convívio próximo e recorrente, em uma disputa de espaços, não considerar o outro como igual, também é parte de uma estratégia de guerra pela sobrevivência. Assim, muitos beiradeiros, ainda hoje, diferenciam o “índio brabo” do índio que dialoga e conversa, um “índio civilizado”.

Além das fugas e conflitos, os inúmeros aprendizados adquiridos na relação com os indígenas são significativos para lapidar a organização da vida dos seringueiros em suas colocações. Foram aprendizados de autoproteção pela sobrevivência. Mas também foram aprendizados (conscientes ou não) de uma convivência, mesmo que conflituosa, no mesmo espaço. Técnicas de plantios, de construções e de instrumentos de caça, hábitos alimentares e conhecimentos medicinais são exemplos de aprendizados compartilhados pelo modo de vida indígena com o seringueiro. Os Juruna ou Yudjá, por exemplo, consideram-se como povo do rio, povo pescador, e têm sua origem na Volta Grande do Xingu, lugar com muitas ilhas entre as corredeiras. Além disso, são, também, um dos povos indígenas conhecidos por sua trajetória migratória. Por meio de guerras e conflitos

com outros povos indígenas e com os brancos deslocavam-se à procura de outro lugar onde pudessem viver de forma segura. Por isso, chamou atenção de alguns viajantes da época, como Karl von Steinen, o fato de que os Juruna escolhiam as ilhas como lugares de moradia (GUERRERO, 2015). A escolha por viver em ilhas era, então, uma estratégia de proteção contra possíveis ataques. Os beiradeiros que vivem no rio Xingu também escolheram e ainda escolhem, muitas vezes, as ilhas como lugares de moradia. Essa escolha tem a clara influência do aprendizado com o modo de vida indígena, mas também se fez pela grande concentração de árvores seringueiras nesses espaços (GUERRERO, 2015; FRANCESCO, 2020).

Consideramos que as relações sociais fazem parte da produção do espaço e constituem elemento fundamental do modo de vida pertencente a determinado lugar. Entender a relação dos seringueiros com os indígenas no momento da origem do modo de vida beiradeiro, no seringal Belo Horizonte no médio Xingu, pode revelar uma grande dificuldade enfrentada pelos migrantes à época, mas, também, mostra como essa relação passou a ser um aprendizado de convívio entre essas populações diferentes e o espaço da floresta habitado. A descrição dessa relação no tempo do seringal é importante para compararmos ao que se vive hoje na relação de vizinhança entre ribeirinhos e indígenas na comunidade Bela Vista da Resex Rio Xingu. Essa atualização será apresentada no quarto capítulo da dissertação. A relação com os indígenas é umas dentre as relações sociais componentes do modo de vida em estudo. Assim, no próximo tópico, sigo descrevendo outros tipos de relações sociais vividas no tempo do seringal.

## **Relação com os patrões seringalistas**

A relação com os indígenas era central na vida dos seringueiros pela luta diária em permanecer vivo e disputando aquele espaço, mas outra relação importante na formação do modo de vida beiradeiro é a relação com os patrões da borracha, ou seringalistas.

Como vimos no histórico da região, os seringalistas eram os responsáveis pelo avanço comercial da exploração do látex da seringueira para corresponder à demanda da indústria europeia. Eles pertenciam, geralmente, à classe alta, tanto na esfera econômica quanto política da província ou do país. Eram os donos do capital, que financiavam o mínimo de estrutura para que os seringueiros pudessem produzir a borracha para eles. Assim, trata-se de uma relação de origem do modo de vida seringueiro, pois foi por meio da relação com o patrão que os seringueiros chegaram a esses lugares e começaram a produzir seu espaço.

A memória de sr. Edmilson lembra de diversas fases do seringal, correspondentes aos padrões da época. Assim relata toda a sequência de padrões donos do seringal Belo Horizonte:

começou com o seringalista Pedro Lemos (Pai), que passou a seu filho Pedro Lemos Filho. Em 1944 o Sr. Ignácio Silva assassinou Pedro Lemos e tomou o seringal. Quando Ignácio esteve preso o Sr. Tenente Hermógenes assumiu o seringal. Depois o gerente Francisco Israel acabou assumindo até a chegada do último padrão, Sr. Raimundo Maria. Depois que Raimundo Maria saiu, já na década de oitenta, entraram Zeca Nunes, sr. Paizinho, Antenor Caetano, que compravam as produções, mas não davam a assistência que os padrões davam. Era tipo esses geleiros de hoje em dia. (Edmilson, entrevista 2017)

Sr. Edmilson fala sobre a trajetória de sucessões dos padrões da borracha na área, desde o início do séc.XX, reportando os relatos que ouvia de seu avô e seu pai, até como acontece hoje, na figura dos regatões. Como já dito anteriormente, o documento mais antigo encontrado (livro oficial, publicado em 1927, reconhecendo os proprietários de estabelecimentos ou localidades rurais pelo recenseamento feito em setembro de 1920) comprova que Pedro de Oliveira Lemos era o então proprietário de Bello Horizonte (IBGE, 1927, liv.15300). Tal registro também cita localidades no rio Xingu em propriedade de Messias Ribeiro Lemos e Pedro Oliveira Lemos Filho, esposa e filho de Pedro Lemos, respectivamente. Depois desses, encontrei apenas o registro oficial de venda do Seringal em nome de dona Messias Lemos para Raimundo Ciro de Moura, o “Raimundo Maria”, como era conhecido pelos seringueiros.

A sucessão de padrões na região reafirma o entendimento de que a totalidade do que chamamos de *tempo do seringal* nesta análise é recheada de diversidades e transformações. Isso era sentido, por exemplo na própria estrutura do provedor do seringal: “*No tempo do Ignácio tinha muito gado, já no tempo do Raimundo Maria tinha umas poucas cabeça de gado*”. (Edmilson, entrevista 2017)

Dos anos 1950 aos 1980, ou desde a prisão de Ignácio Silva pela memória de Edmilson, há um “afrouxamento” na dominância do padrão. Durante os anos 1960, os relatos dos moradores dizem que começa a ter peso o comércio da pele de gato, o que faz com que os seringueiros se estruturarem de outro jeito, ganhem renda fora da borracha e consigam, por exemplo, aviar-se na cidade e ter uma produção de borracha independente da dívida com o padrão.

Nos anos 1980, começam a diversificar os compradores de borracha da beira do rio. Eram compradores, mas, não davam a assistência que os padrões davam. Eram como os conhecidos “geleiros” ou “regatões” de hoje em dia. Nesse tempo, o seringal então se desmembrou: os seringueiros das colocações da beira do rio vendiam ao Sr. Zeca Nunes, por exemplo, e os que estavam nas colocações do igarapé vendiam para o padrão Raimundo Maria.

Apesar das transformações nesse período do tempo do seringal dos seringais, há uma constante na vivência de trocas com os patrões. Trata-se de uma relação com quem circula da cidade para o beiradão. A circulação garante acesso a proventos, víveres, assistências, informações. Mesmo que o vínculo se estabeleça pela imposição do débito, é o crédito e a confiança que consolidam a relação.

A relação dos seringueiros com os indígenas, apesar das concepções hierarquizadas e preconceituosas sobre o “ser gente civilizada” ou não, era minimamente horizontal, no sentido da sobrevivência no espaço. Mas, a relação do seringueiro com os patrões pressupõe uma hierarquia de classe. De um lado, existe um que financia, que é provedor e que é ponte para acessar elementos que vêm da cidade, tanto direitos básicos e assistências como bens de consumo. Além da relação básica das condições e organizações do trabalho, era também a figura do patrão que fornecia assistências médicas em casos de necessidades e, muito raramente, alguma formação escolar. Do outro lado, há o trabalhador, que produz e busca sobreviver em um espaço distante e isolado do centro urbano comercial.

É, uma coisa que eu tenho medo, ó. Não tenho medo de onça, não tenho medo de índio, não tenho medo de cobra, eu tenho cuidado! **Mas uma coisa que eu tenho medo é de dever, ó!** (EDMILSON, 2017)

A dívida do seringueiro com o patrão era estabelecida desde a viagem de vinda do primeiro, quando saía de sua terra natal, geralmente um estado nordestino, para enfrentar a floresta amazônica. O seringueiro se abastecia de insumos para as necessidades básicas e com isso, ficava comprometido em devolver com produção. O volume de borracha produzido quase sempre era insuficiente para abater o valor da conta feita na mão do patrão. Assim, o seringueiro tornava-se dependente daquele único fornecedor de suprimentos básicos e a quem sempre devia a produção de borracha. O medo da dívida criava a moral do trabalhador. “Porque se não trabalhasse, não cortasse seringa, não fizesse a borracha, o patrão não vendia nada” (ELINOR, 2020).

O medo da dívida era ainda pior, pois era, sobretudo, o medo de perder crédito. Ter crédito com o patrão significava ter uma boa relação, ter construído uma confiança. Ter crédito era ter segurança de que o patrão iria prover quando precisasse. Sr. Edmilson exemplifica essa relação com a lembrança do suicídio do seringueiro Gabriel:

Foi assim: faltou alimentação, o leite pro bebezinho dele. Aí ele foi e mandou buscar uma lata de leite no barracão. Aí o patrão não mandou o leite. Ele achou: “rapaz, ele não mandou o leite porque eu tô devendo, eu fiquei sem crédito?!”. Aí ele falou só isso pro companheiro dele e ficou calado. Mas ficou sempre assim triste, caladão. Não conversava. Com uns três dias que ele tinha mandado buscar o leite, amanheceu o dia, o companheiro dele fez o café de madrugada. As casas

eram tudo juntas. Ele fez também o café na casa dele. Aí o Ilson disse: “rapaz, eu já vou”. E atravessou pro outro lado, que era a estrada dele. Assim que o Ilson saiu, ele tomou café, a mulher dele tava deitada. As coisa dele, tudo arrumado já na sala pra ele ir pra estrada. Aí ele chegou na cama, a mulher tava dormindo. Ele sentou do lado dela. Aí armou a espingarda, botou o coice lá no chão, aí com o dedo do pé ele botou no gatilho dela, botou ela debaixo do queixo, aí detonou a espingarda. “Pou!” A mulher se assustou. A mulher com o bebezinho do lado, e ele caiu por cima dela. Ele se sentiu ofendido porque tava sem crédito, tinha perdido o crédito. (Edmilson, 2017)

Ter crédito com o patrão estava além de ter saldo na conta matemática do quanto se tinha contraído em mercadorias menos o quanto se tinha entregado de borracha. Isso era a dívida, o que também preocupava muito. Mas a manutenção do crédito vai além e comporta a relação de confiança, na qual se pode crer em alguém por sua palavra, por prezar combinados e, principalmente, por estar à disposição em um *momento de precisão*.

Ao viver isolado em sua colocação, convivendo com seus parceiros de trabalho e sua família, o seringueiro precisava manter uma boa relação com aquele que poderia lhe prestar auxílio quando necessitasse. Em caso de doença grave ou em caso de registro de um filho recém-nascido, por exemplo, o seringueiro analfabeto e nascido em uma colocação, precisava de alguém que o assistisse ao chegar à cidade e ter a necessidade suprida.

Eu disse o seguinte: “Zeca Nunes, você pra mim nunca teve uma falha. Eu acho que eu pra você também nunca teve.” Ele concordou: “negativo, nunca teve uma falha”. “Mas Zeca Nunes, agora esse outro ano eu vou trabalhar pro senhor Raimundo Maria”. Porque aqui o seringal, aqui por cima da cachoeira isso tudo era dele. Então eu disse: “nesse outro ano vou trabalhar com o sr. Raimundo Maria, mas agora vou lhe pedir uma coisa, no dia que eu precisar de você, eu quero que você me ajude.” Ele disse: “perfeitamente. E no dia que você precisar de mim, da mesma forma”. (Edmilson, 2017)

Nesse relato, sr. Edmilson conta como fez uma troca de patrão, ao ver que as condições de suas estradas de seringa não iriam suportar a demanda em manter sua família. O trecho diz sobre duas situações importantes: 1) a manutenção do “crédito” com o ex-patrão; 2) a possibilidade da troca de patrões.

Seguindo seu planejamento familiar, o seringueiro decide trocar de patrão, arriscando trabalhar em outras estradas de seringa, igarapé acima, para poder garantir a vivência de sua família. No entanto, preza para que o ex-patrão seja ainda solícito e esteja à disposição, caso o seringueiro necessite de algum tipo de ajuda. Prezar pela manutenção da boa relação, mostra-se fundamental na organização do viver distanciado dos centros de aglomeração urbana. O ex-patrão era alguém que

continuará circulando pelo rio, e que poderia, eventualmente, trazer, levar e prestar auxílio até a cidade. Quanto mais opções o seringueiro tiver de ser amparado, mais seguro ele estará. Assim, ter crédito com diferentes pessoas, era uma garantia de segurança estável no viver do seringal.

A possibilidade da troca entre patrões diz primeiramente sobre o perfil do seringueiro que nos conta essas memórias. Edmilson é um exemplo de seringueiro que tem orgulho de ter tido uma vida sofrida e de muito trabalho, mas, também, com muitas conquistas. Orgulha-se também em dizer que nunca ficou devendo a nenhum patrão e sempre soube planejar seus aviamentos sabendo do limite de sua produção. No entanto, sabemos que esse tipo de planejamento e sucesso de saldo não acontecia em todas as famílias de seringueiros.

Mas, a escolha em trabalhar com o outro patrão também nos diz de uma determinada época do tempo dos seringais: o começo do fim. Trata-se da época da transição do tempo do arrendamento dos seringais para o tempo do seringueiro liberto a negociar. E, para além da relação homem a homem, considerando a relação com o espaço, trata-se da transição da pertença do seringueiro de um seringal do patrão para o seu próprio lugar.

Porque na época do arrendamento, ele comprava toda a borracha, o Sr. Raimundo Maria. Ninguém podia vender 1 kg de borracha fora. Se vendesse, ele comprava de quem comprou a borracha, ele tomava, e às vezes ainda ameaçava o pobre do seringueiro. Não tinha direito de vender fora não, só podia vender pra ele e comprar a mercadoria dele. Aí era um arrendamento. Isso era arrendamento. Isso era tudo arrendado, da beira do rio ao igarapé. Tudo era dele. (...) Porque aqui o seringal, aqui por cima da cachoeira isso tudo era dele. Mas nem era. Mas como a gente não entendia as coisas. Nem era, mas ele chamava de dele, e era dele mesmo. Porque ninguém podia vender pra outro, mesmo. Mas não era não. Depois que agente veio saber como era. (Edmilson, 2017)

O fim do arrendamento começou com a chegada dos regatões. Os regatões eram (e são até hoje<sup>13</sup>) os comerciantes ambulantes embarcados, que sobem os rios até as localidades remotas do beiradão comprando a produção local (antigamente: peles de gatos, castanha-do-pará, óleo de babaçu, borracha; hoje em dia: pescados e castanha) e trocando por mercadorias da cidade de que precisavam os beiradeiros (munição, ferramentas, utensílios, óleo, sal, açúcar, café, sabão) (ANDRADE, et al, 2017). Os regatões são um tipo de patrão, muito menos territorializado e mais transparentemente dono da produção, ou melhor, do capital que permitia a troca pela produção. O regatão não possui títulos de posse de terra, como possuíam os patrões. Por isso, a relação com o regatão fica mais evidente que ele é o possuidor de um capital que viabiliza o giro econômico aos seringueiros, em sua maioria despossuídos desse capital inicial.

---

13 Ver mais sobre os regatões na atualidade da região da Terra do Meio na tese doutorado de Vinícius Furuie (FURUIE, 2020)

Interessante notar, nessa época do fim do arrendamento, que, por exemplo, apesar de Sr. Raimundo Maria ter a posse da área (registros no cartório comprovam que Raimundo Ciro de Moura comprou em 1959 (Anexo I) as terras do seringal Belo Horizonte e vendeu em 1992 (AnexoII)), ele já não possuía mais o controle de todos os fluxos econômicos que giravam em sua “propriedade”. Os seringueiros capitalizados por outras formas, seja pelo comércio da pele de gato, ou por trocas com os regatões, começam a diversificar a renda e negociar sua produção com o antigo patrão. Isso nos revela que, os seringalistas procuravam oficializar a posse do seringal por documentos de Títulos de Posse e/ou Registro de Imóvel com o objetivo maior de ter um comprovante para poder acessar créditos bancários e incentivos comerciais das políticas públicas governamentais. Ter o título da área pelo interesse econômico da terra em si, não se fazia justificável. Em outras palavras, o que mais valia nessas terras era o acesso a financiamentos pelo trabalho dos seringueiros e não a terra em si. Essa conjuntura se altera apenas nos anos 1990, com o fim dos incentivos fiscais para a cadeia produtiva da borracha. Por esse período é possível encontrar muitos registro das vendas dos seringais para pessoas jurídicas, com grandes áreas descritas nos documentos. Esse argumento será exemplificado no próximo capítulo, quando relato sobre a incidência da grilagem de terras no modo de vida beiradeiro.

Retomando à explicação da chegada dos regatões na região, eles começaram a surgir na década de 1960, com o crescimento do comércio da pele de gato (ANDRADE et al, 2017). Foi quando o comércio da borracha sofreu mais uma queda, pois o produto mais rentável passa a ser a pele de gato.

Aí chegou o gato. Ai ninguém quis também cortar seringa, né. Porque, quando a gente vendia um quilo de borracha por 3 mil reis. Aí agente vendia um couro de gato por 30! Aí ninguém queria mais cortar seringa.(...) e vinha muita gente comprar. (...) Aí ficou todo mundo liberto. A gente comprava de quem a gente quisesse, vendia pra quem a gente queria. Ficou assim. (Elinor, 2020)

Data dos anos 1980, o fortalecimento da figura dos regatões, que viria substituir e competir com a presença até então única dos patrões. Os regatões que, inicialmente, interessavam-se pelo comércio da pele de gato, passam a diversificar sua carteira de produtos, comprando também borracha e algum outro produto que fosse rentável trazer até a cidade para vender. O patrão seringalista acaba levando desvantagens, nesse sentido, porque, além de não ter mais tantos incentivos fiscais à disposição, seu capital era investido em uma única atividade produtiva. Assim, a relação de dependência do seringueiro com um único fornecedor de provisões e assistência passa a ter concorrência.

Aí ele soube que nós tinha essa borracha, aí ele foi e mandou um recado pra nós. Se nos quisesse vender a borracha pra ele, ele comprava. Aí eu falei pro meu irmão: aí tá do nosso jeito, ele chega o preço que nós quer ou nós vende pra outro. Isso foi em 1982. Aí nós fomos e dissemos pra ele. Se ele pagasse a 250 cruzeiros por kg nós vendia a borracha pra ele. Aí ele achou que era muito, aí pulou la fora, diz que não dava de comprar. Então tá bom, nós vende pra outro. Aí depois ele viu que nós ia vender pra outro e mandou a carta pra mim: “Edmilson e Elinor, concordei o preço que vocês pediram. Desça. Aí vai o barco com o Heleno pra buscar a borracha e vocês descem pra receber o dinheiro.” Aí nós negociemo a borracha. Em 1982, 250 cruzeiro por kg! Aí, como muda as coisas: porque de primeiro, nós não podia falar nada disso não, eles falavam “é minha borracha”, e pronto, acabou a historia. Tinha que vender pra ele mesmo. (Edmilson, 2017)

A possibilidade adquirida pelos seringueiros de negociar seu próprio produto representa a perda do controle dos padrões sobre os seringais e, conseqüentemente, o aumento da percepção de que a posse da terra pelo seringalista não fazia sentido, pois ele estava cada vez mais ausente e mais “fraco” no controle da produção da borracha. A terra começa a ser entendida como sendo do próprio seringueiro, pois era ele que sempre viveu naquele lugar. Isso revela, também, a amplitude de relações que passam a acontecer no espaço. Com os regatões que sobem o rio comercializando, surgem mais possibilidades para o seringueiro.

O que chamo de surgimento de “possibilidades” para os seringueiros, assemelha-se ao momento em que o antropólogo Mauro Almeida descreveu sobre a origem do sistema de colocações, quando estudou os seringueiros do Acre no início dos anos 1980. Almeida (2012) nos apresenta a primeira descrição sobre o *sistema de colocações* dos antigos seringais do alto Juruá, do ponto de vista do uso da floresta pelos seus moradores, e não do ponto de vista do sistema dos barracões dos padrões (ALMEIDA, 2012, p.122). O autor explica que a origem do sistema de colocações ocorreu quando do “colapso do mercado mundial para a borracha, [já em 1920] a máquina extrativo-exportadora dos barracões tornou-se obsoleta” (ALMEIDA, 2012, p.125). Contrariando algumas teorias de que a partir desse momento os seringueiros viriam a se extinguir, Almeida propõe a tese de que é nesse momento de extinção dos padrões da borracha que se desenvolve ainda mais o modo de vida seringueiro. E afirma que, o sistema social das colocações está longe de reduzir-se às relações entre seringueiro e patrão. Ele possui regras e locais próprios. (ALMEIDA, 2012, p.130).

Assim como fora observado no cotidiano dos seringueiros do Alto Juruá- AC, aconteceu também com os seringueiros da região do médio Xingu – PA: os padrões da borracha passaram a não estar mais presentes ou não impunham mais a relação de poder como faziam antigamente. Ao fim das relações com os padrões da borracha, os seringueiros permaneceram em seus locais de

morada absorvendo outras relações com pessoas que não moravam por ali, mas que se faziam presentes no cotidiano local.

Enfim, apesar de todas as transformações vividas na relação dos seringueiros com os patrões da borracha ao longo do tempo do seringal, é importante perceber que essa relação se fez fundamental na origem do modo de vida seringueiro. E que a principal função dessa relação se coloca pelo estabelecimento da relação de crédito e de confiança do seringueiro com aquelas pessoas que podiam circular com frequência entre o beiradão e a cidade. Em resumo, o potencial da boa relação com quem tinha acesso fácil ao centro urbano representava o acesso dos moradores locais a fornecimentos de provisões (de todos os tipos: como insumos de trabalho, complementos alimentares, eletrodomésticos, tecnologias, etc), à circulação de informações e à prestação de assistências básicas de saúde e educação.

Com isso, encerro a descrição da variável sobre as relações sociais que construíram o modo de vida seringueiro no tempo do seringal, determinadas nesta pesquisa pela relação que os seringueiros tinham com os povos indígenas, que já viviam naquele espaço e pela relação com os patrões seringalistas, que os assistiam e tinham o poder de circular coisas e pessoas entre a cidade e o beiradão. A próxima variável que compõe a análise do modo de vida é a organização do trabalho.

## **Trabalho dos seringueiros e suas técnicas**

Com relação à terceira variável de análise da composição do modo de vida seringueiro, descrevo aqui a organização do trabalho e o que girava em torno dessa organização para que o modo de vida se consolidasse e viesse a se reproduzir. Como já dito anteriormente, os seringueiros vieram a morar nesses locais com o principal intuito de trabalhar na produção de borracha por meio da extração do látex nativo. Assim, começo por descrever esse trabalho primordial e predominante que se fazia no tempo do seringal.

Antes de começar qualquer trabalho em si, há a preparação e o planejamento para executá-lo. O trabalho nos seringais começava pela abertura das colocações, que continham as estradas de seringa. Para abrir estradas, o patrão era responsável por contratar um explorador, o “mateiro”, alguém que conhecia bem a floresta e o trabalho produtivo da extração do látex das seringueiras. O mateiro tinha o “toqueiro” como seu ajudante. O primeiro localizava as árvores seringueiras, geralmente por sua folhagem amarelada na época da “piroca” (período durante os meses de agosto e setembro, quando as árvores estão trocando de folha). Ao localizar uma “madeira”, o mateiro batia com o facão para se fazer escutar pelo toqueiro. O outro respondia e, assim, ia um ao encontro do outro, abrindo e limpando o caminho, ou seja, cortando troncos e

galhos finos, raízes e cipós para formar um caminho por entre a mata interligando as seringueiras, da maneira mais contínua e proveitosa possível.

Esse caminho, conhecido como *estrada de seringa*, era largo e limpo o suficiente para o seringueiro andar com segurança por entre as árvores sem correr o risco de tropeçar em raízes pelo chão ou de se enroscar em qualquer galho, cipó ou árvore durante o seu dia de trabalho. Cada estrada de seringa era composta por no mínimo 150 árvores seringueiras. Tratava-se de um caminho de em média 3km<sup>14</sup> pela mata, que iniciava e finalizava no mesmo ponto, sendo geralmente perto da beira do rio ou próximo à casa de morada. O caminho traçado fazia uma volta, um “rodo”, por entre a mata, passando por todas as seringueiras. O seringueiro percorria esse caminho duas vezes por dia, o que corresponde a uma caminhada de em média 6km/dia pela estrada de seringa. Havia diversos tipos de estradas, que variavam conforme o conhecimento do mateiro, a disposição geográfica das árvores seringueiras e, até mesmo, a dinâmica de trabalho de cada seringueiro. Seguem alguns exemplos de tipos de estradas de seringa desenhadas pelo sr. Edmilson:

**1- Estrada de um rodo só      2- Estrada de Espigão      3- Estrada de tipo de Ponta**

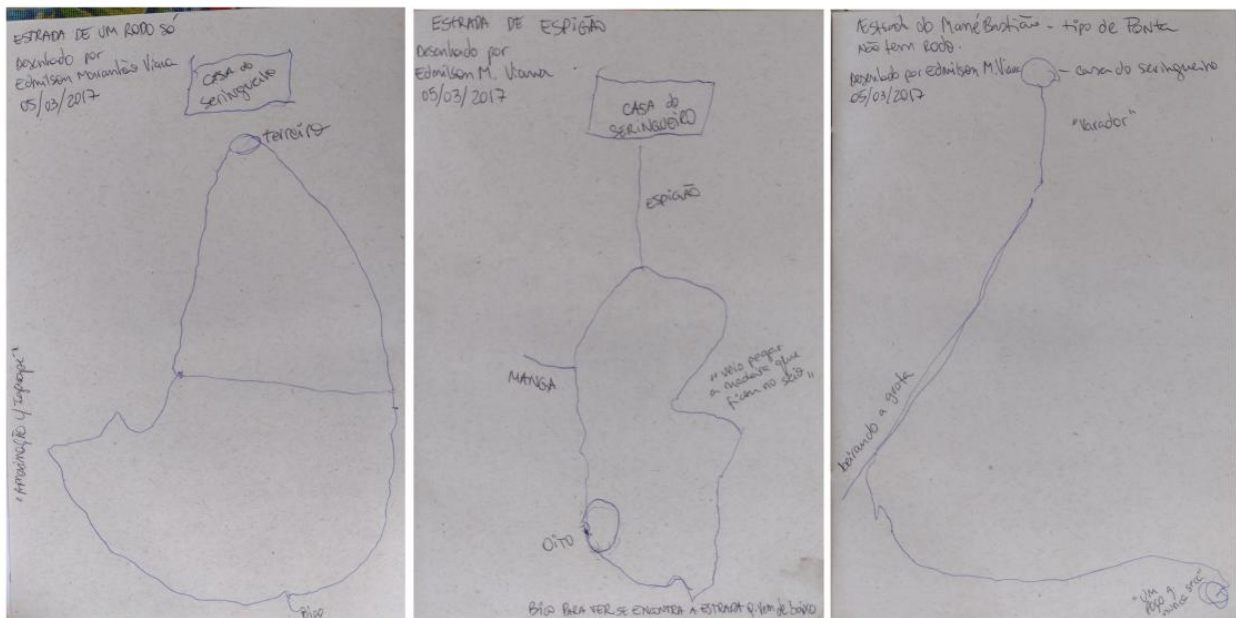


Figura 1: Tipos de estradas de seringa. Desenhado por Edmilson M. Viana e legendado por Maria Augusta Torres (2017)

14 A média do percurso das estradas de seringa foi calculada com base em mapeamentos de estradas de seringa dos atuais moradores da Resex Rio Xingu nas comunidades Gabiroto e Morro Grande, feitos por mim junto com o morador da localidade em 2015.

O dia de trabalho do seringueiro definia-se, resumidamente, por levantar de madrugada, remar até a entrada de sua estrada de seringa, caminhar duas vezes por toda estrada (uma vez para o corte e outra para a colheita), voltar para casa e defumar o látex para a produção da bola de borracha. Sobre as condições de equipamentos para realizar o trabalho, sr. Elinor lembra que:

Não tinha bota. Trabalhava de pé no chão. De pé no chão, todo mundo. Alguém que tinha os pé meio fraco assim, fazia aqueles sandaliazinha. Nós chamava de sandália de cabresto. Fazia de couro de bicho do mato. Couro de veado. Ai fazia, que chamava alpercata. Mas a maioria era de pé no chão. Calçado só de noite, que nós usava na hora da dormida. (Elinor, 2020)

Para a produção da borracha, o seringueiro necessitava dos seguintes instrumentos de trabalho: a faca específica de cortar seringa, o raspador, tigelas de flande, balde de zinco e/ou um saco de pano, uma espingarda e uma canoa de madeira com remo. Cada utensílio possuía uma função, sendo todos essenciais para a organização do trabalho.

A canoa e o remo compunham o meio de locomoção do seringueiro de sua morada até as estradas. A espingarda era a segurança de andar pela mata, prevenindo-se de ataque de onças ou de “índios brabos”, e também servia para trazer alguma carne de caça para alimentar a família. O raspador era um facão, tipo terçado, curvado ao meio em fogo, que servia para raspar o tronco da seringueira, retirando a casca mais grossa superficial. O trabalho com o raspador era feito apenas uma vez a cada quinze ou vinte dias. Era o trabalho preparativo para iniciar a extração do látex das seringueiras, no qual o seringueiro alisava apenas um pedaço do tronco da árvore (chamado de bandeira), medido com a palma da mão, dependendo da grossura do tronco da árvore. O espaço alisado do tronco, a “bandeira”, seria onde o seringueiro iria riscar com a faca de seringa para extrair o leite durante os próximos dias.



Figura 2: Sr. Edmilson extrai leite de seringueira com cicatrizes antigas. Fonte: Maria Augusta/2017

Depois de ter a estrada organizada com o caminho limpo e os troncos raspados, o seringueiro começava os dias de corte. Todo dia, ao chegar por volta das 5 ou 6 da manhã na entrada da estrada de seringa, o trabalhador caminhava a primeira volta, fazendo apenas um risco de corte com a faca de seringa e colocando uma tigela de flande abaixo do corte em cada uma das, pelo menos, 150 seringueiras que compunham sua estrada. Se a árvore fosse grossa, poderiam caber mais bandeiras, com um corte e uma tigela em cada bandeira. Ou seja, árvores grossas poderiam ser “sangradas” em diversos pontos, podendo chegar a 6 tigelas em um tronco só. As múltiplas bandeiras em apenas um tronco respeitavam um espaçamento ideal para que os cortes não maltratassem a árvore.

Eram muitas as atenções e os cuidados que o seringueiro possuía e aprendia durante essas voltas na floresta. Um primeiro cuidado era na ordem prioritária para iniciar o trabalho de corte: atentava-se para que as seringueiras mais próximas da água (do rio ou do igarapé) fossem riscadas primeiramente, pois o vento matinal poderia interferir na dispersão e na coagulação do leite. Por isso, e por outras razões, o trabalho na estrada costuma sempre começar pelo lado direito do ponto inicial do rodo (MARCHESI, 2005, p.53). Com cada árvore riscada, o seringueiro estabelecia uma relação, na qual entendia quanto ela poderia produzir, o quão rápido ou não o leite escorria, quais tortuosidades do tronco implicavam dificuldades na extração, entre outros detalhes. Em alguns casos, para árvores mais especiais, por algum destaque dentre os elementos dessa relação, o

seringueiro dava até um nome para ela. Enquanto o seringueiro percorria toda a estrada fazendo um risco em cada árvore, o látex líquido escorrido armazenava-se na tigela de flande, posta abaixo do risco. E por ali ficava escorrendo, até a hora da colheita.

Depois de “cortar” toda a estrada, trabalho que durava de 4 a 5 horas, o seringueiro chegava ao mesmo lugar de onde começou o trabalho, onde havia deixado sua canoa, e ali descansava e comia sua merenda, geralmente um frito (farinha com carne frita) ou seja, uma “boia fria”, que trazia de casa. Algumas estradas localizavam-se de traz da própria casa de morada da família. Nesses casos, o seringueiro tinha o privilégio de merendar junto à família. Após a refeição e recuperada as energias, ele andava novamente no mesmo caminho, agora com um balde de zinco e um saco de pano encauchado, coletando todo o leite depositado nas tigelas, sangrado das árvores recém riscadas. A segunda volta para a colheita do látex, durava cerca de 3 horas de trabalho. Por volta das 16 horas do dia o seringueiro voltava para casa com o leite colhido para terminar o trabalho no defumador.

O defumador era um buraco no chão, onde se colocava carvão, geralmente feito com as cascas do coco babaçu, colhido pelas mulheres da casa para fazer o óleo da comida a partir da amêndoa do coco. Em cima do buraco do defumador havia uma estrutura de duas forquilhas com um pau no meio, onde o seringueiro derramava o leite, enquanto a fumaça subia do buraco. Ali acontecia a coagulação do leite pela defumação. Uma bola de borracha coagulada no defumador era feita em 15 dias de trabalho de colheita e pesava aproximadamente 50kg (MARCHESE, 2005, p.33). Sobre esse momento, sr. Edmilson descreve a paisagem de como ficava a beira do rio no horário em que vários seringueiros estavam nessa etapa do trabalho, a defumação:

Essa hora assim, era hora da gente tá terminando de defumar, e essa hora assim a fumaça da fornalha era tipo uma cerração. Essa hora assim ela dá pro rio. Ai tinha vez que você olhava, que tampava o rio. Ai agente dizia: “ei rapaz, fulano de tal tá defumando!”. Ela dava assim pra água que chega tampar o rio, a fumaça. Era a beira do rio toda e os igarapé cheio de gente, defumando. Esse [rio] Pardo aí, era muita gente, produzia muita borracha! (Edmilson, 2017)

Essa rotina diária de trabalho acontecia durante 6 dias da semana, entre os meses de seca, de maio a janeiro. O domingo era respeitado como dia de descanso.

Mas a técnica do corte da seringa nem sempre foi a mesma. No tempo do avô de Edmilson, o caucho (*Castilla elastica*) era mais conhecido do que a seringueira (*Hevea brasiliensis*), e para extrair o látex do caucho era preciso derrubar a árvore. Essa extração tornou-se rara, principalmente pela limitação produtiva e também pela depredação que causava. No início da

extração do látex das seringueiras, também praticava-se outra técnica de trabalho na extração, como nos explica o sr. Edmilson:

Porque a borracha, quando começou a fazerem a borracha, não era cortado com a faca. Era cortado com o machado. Isso era cem ano atrás, [há] mais de cem ano era no machadinho. Depois passou pra faca. Meu pai, quando começou a cortar já não era mais no machadinho, era na faca. E dava mais leite. (Edmilson, 2017)

Sr. Edmilson ainda hoje guarda um exemplar do machadinho para contar a história do desenvolvimento da técnica de extração do látex. A passagem do machadinho para a faca de seringa é explicada pelo conhecimento de maltrato à árvore, o que interferia também na sua produtividade. Com o machadinho o seringueiro fazia um finco muito profundo no tronco da seringueira, que geralmente atingia o cerne da árvore. A quantidade de leite conseguida do pequeno furo da machadada era inferior à quantidade extraída com o corte longilíneo e não profundo da faca.



**Figura 3: Machadinho antigo, ferramenta utilizada pelo avô de Edmilson para extração do látex da seringueira.**

As técnicas envolvidas no trabalho extrativista da produção da borracha compõem um conjunto de conhecimentos práticos que são passados entre gerações. Vimos que esse conjunto de conhecimentos é formado pelas relações criadas entre o trabalhador seringueiro e as árvores seringueiras durante o dia a dia de caminhada na mata e pelo aprimoramento das ferramentas e utensílios usados durante todas as etapas do processo produtivo.

Ao caminhar todos os dias por trilhas na floresta, o seringueiro interagia não apenas com as seringueiras, mas com todo o ambiente desse local de trabalho. Desse modo, desenvolvia-se o

aprendizado de andar e estar na floresta. Nós, que vivemos nas cidades, aprendemos a andar e estar nelas orientando-nos pelos nomes das avenidas e ruas, tomando como referências os prédios, as casas, ou um posto de gasolina, por exemplo. Sabemos quais são as regras de trânsito e localizamos por mapas e aplicativos nos celulares. Da mesma forma, mas, com conhecimentos e referências próprias do seu local, os seringueiros desenvolveram técnicas para circularem e se localizarem naquele ambiente de diversidade de plantas, animais e relevos. O movimento do Sol, o curso d'água (seja o rio ou igarapé) ou até o sentido do vento são elementos de observação para situar-se na floresta. O conhecimento de raízes e cipós que contém água para beber, das plantas medicinais e onde podem ser encontradas, também são exemplos desse aprendizado em viver esse “espaço de trabalho”. Todo esse conjunto de conhecimentos, portanto, era desenvolvido durante a rotina do trabalho da produção da borracha, e utilizado para toda a organização da vida naquele espaço.

Diferentemente da noção de trabalho desenvolvida nas sociedades urbanas capitalistas, em que se pratica uma atividade cada vez mais especializada e alienante, o trabalho desenvolvido pelos seringueiros compunha o entendimento e o pertencimento ao espaço em que ele vivia. Assim também diferencia-se do modo de vida da sociedade urbana a forma como se dá o ensinamento e a transmissão do conjunto de conhecimentos envolvidos no trabalho, entre as gerações no modo de vida seringueiro. Como lembram os irmãos octogenários:

Aí nós cortava com o meu pai. Nós não andava numa estrada só. Nem que não aguentava, e outra coisa tinha o índio brabo, e a gente não podia andar assim só. Andava atrás do meu pai. (Edmilson, 2017)

A gente era interessado só no trabalho. Com idade de 11 anos já começava cortar seringa. Não tinha estrada própria. Era novinho, era muito perigoso, tinha o índio brabo, que matava. E era perigoso mesmo. A onça. E nós trabalhava com ele [o pai]. (Elinor, 2020)

As técnicas aprendidas no trabalho diário da produção da borracha eram passadas do pai para os filhos homens, principalmente. Apesar de raros, ainda encontramos alguns relatos de mulheres que trabalhavam com a produção de borracha. Dona Coco, 56 anos, moradora da comunidade Bela Vista, contou que cortou seringa dos 10 aos 19 anos de idade. Sua mãe, Maria de Nazaré cortava muito e quando ela parou as duas filhas assumiram o trabalho. Lembra que era só elas de mulher que cortavam seringa. Carregavam espingarda, mas “só fazia atrapalhar”, pois relatou nunca ter visto uma onça em seu caminho pela estrada de seringa. Para ela:

a seringa não era tempo de escravo, porque de tudo nós tinha. Papai plantava de tudo. Não comprava óleo nem açúcar. Fazia rapadura e mel. (d.Coco, 2017)

Os meninos acompanhavam seus pais desde cedo, ajudando a cortar ou a carregar o balde com leite e acostumando-se a andar na estrada de seringa. O rapaz, geralmente, só começava a trabalhar em estradas próprias com sua conta própria na mão do patrão, depois de casado. As técnicas do trabalho eram transmitidas para os filhos de forma prática, do fazer junto (MEDAETS, 2011; e REZENDE, 2016).

Outro conhecimento aplicado no trabalho da extração do leite da seringueira era a pausa de produção nos meses de agosto e setembro, respeitando o tempo da “piroca” das árvores. Ou seja, o período de queda das folhas e florescer das flores e folhas novas, quando o leite das árvores está concentrado em suas copas. Por isso, nessa época do ano o seringueiro não trabalha na extração do látex. O tempo da “piroca” era o período entre o “primeiro meio-verão” e o “segundo meio-verão”. Os “verões” correspondiam aos tempos produtivos, em que o seringueiro produzia a borracha e, ao fim, entregava a produção no barracão para fazer o acerto de contas. O período da piroca era aproveitado também para os trabalhos de roçado, principalmente nas colocações da beira rio. Já nas colocações do igarapé, os seringueiros aproveitavam a piroca para aumentar e melhorar o caminho de suas estradas de seringa, ou visitar os vizinhos nas outras colocações. Raramente os trabalhadores do igarapé voltavam para a beira do rio, pois, nesse período de seca, o igarapé ficava muito raso, tornando-se inviável a navegação por trechos muito longos. Sr. Elinor nos explica que:

Quem trabalha em igarapé não coloca roça. Quem tá na beira do rio coloca. É colocação de agricultor. (Elinor, 2020).

Havia dois tipos de colocações seringueiras: as da beira do rio Xingu e as dos igarapés Rio Pardo e Garrancho. As da beira do rio estavam mais perto do barracão central do patrão. Eram os lugares onde moravam os seringueiros com suas famílias, e onde colocavam roçados e outros plantios, que completavam a subsistência da família. As colocações dos igarapés, geralmente, eram habitadas periodicamente e só por seringueiros homens, que passavam de 6 a 8 meses da safra produtiva longe das famílias, que viviam na beira do rio. Havia alguns casos da esposa com os filhos acompanharem os maridos nas colocações dos igarapés. Nesses casos, a família dificilmente possuía roçado.

No tempo do seringal, enfim, o trabalho da extração do látex para a produção da borracha era predominante e tomava mais tempo, principalmente, dos homens das famílias moradoras do seringal. Mas não por isso era o único trabalho praticado. Em alguns casos, a família também possuía roçados e criações de animais, principalmente de pequeno porte. Havia o barracão central do seringal que provia a maior parte das necessidades diárias das famílias, mas muitas famílias

começaram também a desenvolver em seus lugares outros tipos de trabalho para contribuir ao sustento e à melhoria de condição de vida

No próximo tópico abordo esses outros tipos de trabalho, que compõem também a dinâmica do uso do espaço pelas famílias dos seringueiros. Como um dos elementos que regem a dinâmica da produção do espaço, e por isso compõem o modo de vida, descrevo a seguir os trabalhos que garantiram a estruturação da família em seu lugar para além do trabalho predominante da produção da borracha, que gerava renda e todo o sistema social de créditos que originou o modo de vida nos seringais.

## **A Organização do espaço para o sustento da casa**

Ainda sob o olhar da variável que analisa a organização do trabalho, descrevo aqui outros tipos de trabalho que regem a dinâmica da produção do espaço. Seja para criar sustento para a família, seja para criar renda, as formas de trabalho aparecem no modo de vida seringueiro, compondo a produção do espaço. Como sustento da casa, entendo todas as necessidades intrínsecas de um viver bem: desde alimentação básica até atividades de lazer, ou seja, tudo o que envolve um viver estável e “com saúde”<sup>15</sup>. Aqui, é possível perceber que duas das variáveis em análise estão diretamente relacionadas: a variável dinâmica do uso do espaço mescla-se com as formas de trabalho que sustentam a casa da família do seringueiro.

Além de aprender as técnicas do ofício da extração do látex e defumação, o filho do seringueiro aprendia, também, a se relacionar com o patrão e organizar as contas para calcular a produção necessária para sustentar sua família. Como já descrito anteriormente na relação com o patrão, a organização do trabalho também definia-se pela relação construída de crédito com o patrão.

[Do patrão] a gente comprava o açúcar, o sabão, o querosene, roupa pra trabalhar. Por que era só pra trabalhar mesmo as roupas que eles levavam, era uns listrado velho, assim, só pra trabalhar. (Elinor, 2020)

No entanto, a organização do sustento da casa era composta não só pelo aviamento com o patrão, (medido na produção da borracha e na dependência de uma relação com crédito) mas, também, pelo trabalho das plantações, roçados, pesca, caça e coletas de alimentos e remédios da floresta.

---

15 Estar “com saúde” é expressão comumente usada no beiradão para dizer que “está tudo bem”. Considerando a distância aos centros urbanos e a dificuldade de acesso a assistência de saúde, “ter saúde” é significativo para a manutenção de uma boa vivência.

Nós tinha roça. A roça era de preferência. Porque a roça ajudava muito nós lá. Em tudo. A farinha, em tudo agente tinha, todos os legume da roça. A gente não comprava né. Porque se fosse pra levar daqui [da cidade], ave maria, aí era um absurdo. Aí nós tinha sempre as coisa. Nós plantava só a mandioca, café, inhame. Milho também, pra dar pras galinhas. (Luci, esposa de Elinor e irmã de Eliza, 2020)

As roças eram, principalmente, de mandioca e tinham em média um tamanho de apenas 1 linha (aproximadamente 15m<sup>2</sup>)<sup>16</sup>. Entremado ao plantio da mandioca, plantava-se tubérculos e leguminosas, como inhame, cará, abóbora, girimun. Os roçados eram abertos em áreas próximas às casas de morada, ou do outro lado da margem do rio.

Nós plantava muito era banana, abacate, laranja, nós tinha um laranjal ali, que se a senhora visse de longe, assim, parecia uma árvore de natal. Tudo amarelinha, muito bonita. Nós tinha fartura de fruta, nós tinha demais. Laranja não tinha quem vencesse. Os vizinho ia pegar. Abacate ainda hoje, acho que ainda tem muito. (Elinor, 2020)

Ao redor das casas, era comum encontrar pomares e cultivos de temperos. As mulheres geralmente eram responsáveis pelo trabalho da coleta do coco, para o óleo da cozinha, e pela pesca na beira do rio em frente à casa, enquanto os homens passavam o dia na estrada de seringa.

A organização do uso do espaço era baseada na intenção do sustento da família. Roçados, açazais, bacabeiras, locais de coleta de babaçu para óleo ou para construção de coberturas da casa, igarapés para uso de água mais fresca, áreas de caça, pontos de extração de madeiras para fabricação de casas e canoas e pontos de pesca são alguns exemplos dos usos diversos do espaço. O conhecimento da mata unido à necessidade de subsistência desenvolvia técnicas de uso do espaço que preservavam, também, pela existência das gerações futuras envolta de espécies florestais. Um exemplo disso, está no relato de Edmilson, quando nos conta que seu pai plantou castanheiras para sombrear a plantação de café:

Agora, (...) tu olha pra beira do rio. Tá vendo essas castanheiras novas, tudo carregadinha, aqui? Esse morro todo era um cafezal só, nosso. Tá vendo as castanheiras? Isso aí foi meu pai que plantou pra fazer sombra pro café, essas castanheiras nova. (Edmilson, 2017)

Para além do sombreamento instantâneo aos pés de café, havia também a intenção de aproximar os castanhais da morada da família, para que, futuramente, pudessem alimentar-se e comercializar as castanhas, com maior facilidade de acesso.

---

16 A base relatada por sr. Edmilson é de que 2 linhas correspondem a 32 braças em cada aceiro. Cada braça tem aproximadamente 1,5m.

Os “piques” de castanha eram outro espaço zelado pelos seringueiros. Os castanhais, eram formados pelos “piques de castanha”, ou seja, eram caminhos pela floresta, que conectavam diversas castanheiras (*Bertholletia excelsa*) minimamente aglomeradas dentro de um espaço da floresta (SANTOS, 2021). Geralmente, a primeira pessoa a trilhar o caminho tornava-se dono do castanhal. Havia também casos de alguns castanhais que foram abertos por encomenda, a mando do seringalista. De todo modo, a posse era (e ainda é) passada de geração para geração, ou conforme acordo poderia ser vendida, doada ou emprestada a outra pessoa interessada que não fosse da família. O trabalho em zelar pelos piques envolvia as seguintes atividades: visita às árvores para analisar a produtividade na safra seguinte (observando a interação das araras e outros animais em relação ao crescimento dos ouriços de castanha); poda de cipós pendurados nas castanheiras; e a abertura da mata ao redor e pelo caminho entre as castanheiras. Apesar da renda central da família ser proveniente da produção de borracha, a safra da extração do látex só era possível nos meses sem chuva. Por isso, nos meses chuvosos as colocações de seringa transformavam-se em colocações de castanha, como disse Edmilson, em relato acima transcrito.

Por isso, muitos seringueiros, que possuíam colocações no igarapé, usavam essa área não apenas para a produção da borracha, mas, também, para a coleta da castanha, e assim, circulavam durante o ano todo pela região. Sr. Edmilson, por exemplo, possuía colocação de seringa no alto do igarapé Rio Pardo e sua família morava na beira do Xingu, onde o esperava pelos 6 meses da safra da produção da borracha. No ano de boa produção de castanha, sr. Edmilson organizava nova viagem ao igarapé Rio Pardo com seus filhos, sobrinhos e vizinhos para passarem cerca de 2 meses quebrando e transportando a castanha dos seus piques até sua morada na beira do rio principal. Sendo assim, a atividade da coleta da castanha era um outro trabalho frequente na rotina do seringueiro e que colaborava com o uso e conhecimento do espaço da floresta no entorno ampliado da casa de morada.

Assim, os trabalhos da coleta da castanha, roçados, caça, pesca, construções de casa pelo manejo da madeira, palhas e cipós, formaram o conjunto de atividades desenvolvidas pelo seringueiro durante o tempo do seringal no processo de pertencimento daquele espaço. Uma vez que os primeiros seringueiros ali colocados vieram com o objetivo da produção da borracha, acabaram desenvolvendo esse conjunto de saberes e práticas no dia a dia do uso daquele espaço, construindo o modo de vida no lugar.

## Conclusões do tempo do seringal

Percorremos, assim, o longo período que foi considerado como *tempo do seringal*, datado do final do século XIX até fins da década de 1980, buscando entender a formação do modo de vida seringueiro. Por meio das três variáveis, vimos a origem do modo de vida desde que os primeiros beiradeiros estabeleceram-se no Seringal Belo Horizonte para trabalhar na produção de borracha, até a extinção dessa produção na região.

Com a primeira variável, sobre a dinâmica da produção do espaço, pudemos ver que a estrutura das colocações determinou a ocupação e o uso do espaço de forma espalhada ao longo do rio e pela floresta pelas famílias dos seringueiros. Havia também uma frequente mobilidade por parte dos seringueiros pelas colocações mais produtivas à procura de melhoria de renda para melhores condições de vida. Assim, circulavam os homens com frequência por colocações dentro dos igarapés e por castanhais dentro da mata. Também ocorria uma tendência de ocupação fixa nas colocações à beira rio, onde as famílias estruturavam roçados.

A variável das relações nos mostrou duas principais relações estruturantes ao modo de vida seringueiro: com os indígenas e com os patrões seringalistas. As relações com os primeiros habitantes daquele espaço, os indígenas, foram baseadas por enfrentamentos, mas também puderam gerar inúmeros aprendizados de vivência naquele lugar. Já com os seringalistas se consolidou relações de crédito por endividamento financeiro e créditos de confiança baseados sempre a uma dependente demanda por assistências básicas por parte das famílias dos seringueiros.

Pela terceira variável, vimos como a organização do trabalho da produção de borracha determinou a espacialidade das famílias, mas também como outros trabalhos compuseram o modo de vida estabelecido no seringal Belo Horizonte para garantir o sustento das famílias em seu lugar.

Com isso, no capítulo quatro será analisado como se vive hoje os descendentes desses primeiros moradores, compreendendo a reprodução do modo de vida em um mesmo espaço. Mas antes disso, no próximo capítulo contextualizo o período entre o *tempo do seringal* e o *tempo da comunidade*, em que se deu o fim da produção da borracha, abrindo espaço para outras atividades que reorientaram o modo de vida naquele lugar até a criação da Reserva Extrativista.

## Capítulo 2 : do Seringal à Resex

Este terceiro capítulo, tem como objetivo contextualizar a chegada da atual formação espacial do lugar em estudo, onde era o seringal Belo Horizonte e onde hoje está a comunidade Bela Vista. Trata-se do período entre o que estamos considerando como *tempo do seringal* e o *tempo da comunidade*, ou seja, do início dos anos 1990 até 2008, quando foi promulgado o decreto lei para a criação da Reserva Extrativista Rio Xingu.

O ano de 1986 foi o último em que sr. Edmilson trabalhou no corte da seringa para produzir borracha no seringal Belo Horizonte. Com o fim dos incentivos fiscais e comerciais para essa produção, não apenas no estado do Pará, mas, também, em toda a Amazônia, dá-se o fim do tempo dos seringais. Os padrões da borracha deixam de estar presentes no dia a dia dos seringueiros. E estes continuam a viver no lugar em que nasceram e agora continuam vivendo há, pelo menos, mais de 3 gerações.

A queda da borracha como atividade produtiva rentável abre espaço para outras possibilidades aos moradores da região: o comércio de pele de gato, exploração de madeira, garimpo, venda de terras para fazendeiros e grileiros. Lembro que tratamos aqui de processos contínuos, que devem considerar sobreposições temporais e concomitâncias de fatores e agentes, de fatos e atividades. O fim da produção de borracha não acontece de um dia para o outro e tampouco as outras atividades surgem sozinhas e predominando da noite para o dia.

Assim, mediante a ampliação de possibilidades que surge, retrato neste capítulo o período transitório entre o tempo do seringal e o tempo da comunidade, que culmina na criação de uma Unidade de Conservação, a Reserva Extrativista Rio Xingu. Com o intuito de acompanhar a reprodução do modo de vida, procuramos entender esse período por meio da diversificação das oportunidades de atividades de renda, que surgiram como opções de organização de vida para as famílias beiradeiras se manterem, ou não, naquele espaço. Serão, portanto, apresentadas em subtópicos as oportunidades de renda que garantiram o sustento do modo de vida nesse período até a consolidação da unidade de conservação.

## Pele de gato

Como já demonstrado pelo livro “TERRA DO MEIO/Xingu” (ANDRADE, 2017), a comercialização da pele de gato foi a primeira atividade a surgir, na região da Terra do Meio, como alternativa à predominância da rentabilidade da borracha. Há registros que indicam o início dessa atividade ainda na década de 1950.

no tempo do gato foi que nós viemo ver dinheiro. Nesse tempo foi pouca gente que ficou cortando borracha. Nós fazia assim: cortava dois mês junho e julho e o tempo mais seco ia caçar gato. Aí foi quando nós viemo conhecer um rádio, transglobo. Era toca fita, radio, máquina de costura, revolver, bala... (Edmilson, 2020)

Pelas memórias dos moradores da comunidade Bela Vista na Resex Rio Xingu, a época da comercialização de peles de felinos aconteceu nas décadas de 1960 e 1970. Nesse período, intensificou-se também a presença dos regatões, como já apontado no capítulo anterior. Além dos regatões que já começavam a surgir para comprar borracha, concorrendo com os padrões fixos, também começam a transitar pelo rio os interessados apenas nas peles de gato.

Aí vinha muita gente. Vinha gente aqui de Carolina, do Maranhão, vinha muita gente. Subiam o rio, nesse tempo não tinha voadeira, subia de dez-doze, tinha um motorzão que chamava de dez-doze. Subia só pra comprar couro de gato. Comprar e vender mercadoria. (Elinor, 2020)

Família de Leite eram os que compravam a pele. Compravam por pinta. Era a A a B e a C. O Elinor trocou um gato que criava num chiqueiro por um rádio transglobo. (Edmilson, 2020)

Esse tempo coincide com o período já relatado no capítulo anterior sobre o enfraquecimento da posição dos padrões e o surgimento dos regatões nas relações de comercialização, assistência e vínculos de confiança com quem circula entre o beiradão e a cidade. Nesse período, os padrões passam a ser vistos como quem já não mandava tanto mais, pois havia a possibilidade de vender outros produtos, para outras pessoas. Alguns chamaram esse tempo de “desapropriação”.

Foi bem assim, quando houve essa desapropriação, aí chegou o gato. Aí ninguém quis também cortar seringa, né. Porque, quando a gente vendia 1 kg de borracha por três conto. Sim, a gente vendia um kg de borracha por 3 mil reis<sup>17</sup>. Ai agente vendia um couro de gato por 30!(risos). E como é que queria mais cortar seringa?! (risos) Ai ninguém queria mais cortar seringa.” (Elinor, 2020)

---

17 Apesar da declaração do senhor Elinor sobre o preço dos produtos ser em “mil reis”, sabemos que a moeda Mil Reis vigorou dos anos 1833 até os anos 1942. De 1942 a 1964 vigorou a moeda Cruzeiro no mercado brasileiro. O importante da declaração é a proporcionalidade da comparação dos valores unitários.

Havia uma classificação, que estabelecia diferentes preços conforme as espécies de couro de animal vendidas: onça pintada, onça vermelha, onça preta, gato maracajá ou ariranha. Os valores da pele de gato variavam de 200 a 600 cruzeiros, como podemos ver na foto do recibo (Figura 5) guardado por sr. Edmilson, datado de 1968.

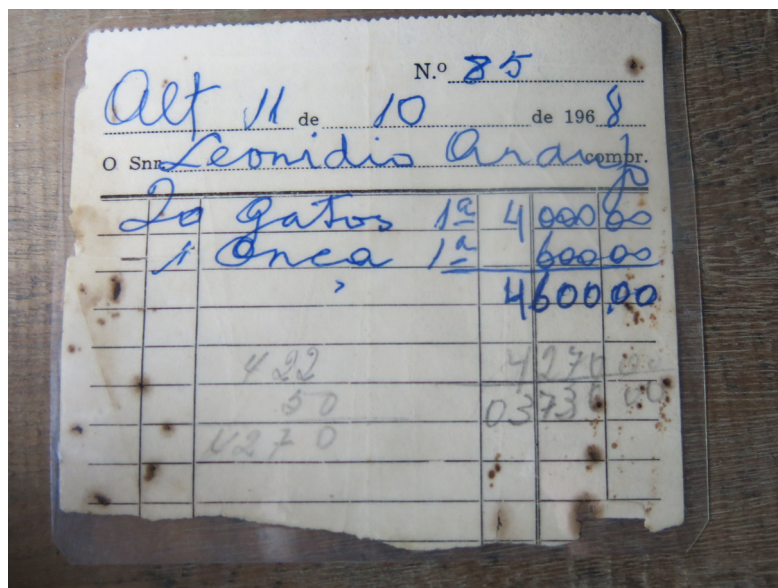


Figura 4: recibo de venda de pele de gato de 11/10/1968. Fonte: arquivo pessoal Edmilson M. Viana.

A dinâmica da caça aos gatos acontecia, geralmente, em formato de expedição, floresta a dentro, durando aproximadamente um mês. Os “gateiros” voltavam para casa com uma média de 20 peles. Assim, considerando o menor preço praticado, de \$200,00 cruzeiros/pele, um gateiro poderia render em média \$6.000,00 cruzeiros em um mês de trabalho.

tinha gateiro que trazia de 20 gatos. Tinha um senhor de Luiz Gogó que só era 20, 22, ate 25 gato ele trazia no mês, ele mais o irmão. (Elinor, 2020)

Na produção de borracha, um seringueiro produzia uma média de 500kg por safra, que durava 6 meses. Considerando outro recibo (Figura 6) de Edmilson dos anos 1980, quando o preço unitário do quilo da borracha estava 29 cruzeiros, o seringueiro que produzisse o volume média em 6 meses, renderia \$14.500,00 cruzeiros, o que daria uma renda mensal de \$2.416,60 cruzeiros.

**RECIBO**

Recebido de Sr(s) Edmilson M. Viana Cr\$ 15.892,00

Endereço: \_\_\_\_\_

a importância de Quinze mil Oitocentos e novecentos e =  
Dois Cruz e 00

referente Realizado preço Borracha anterior = 5 kg - R\$ 29,00 preço port =  
29,00 Cruz e 00

Para maior clareza firmo o presente

Edmilson 23 de Abril de 19 83

Emissão: baucado em

Endereço: 23-04-83

C.G.C. - CPF - RG \_\_\_\_\_

Granali Cód. 10.053-A

Figura 5: recibo de venda de borracha de 23/04/1983. Fonte: arquivo pessoal Edmilson M. Viana

Apesar da comparação das rendas mensais entre as duas atividades terem uma distância de 20 anos, podemos confirmar a vantagem na substituição de uma atividade para outra, como enfatizada por Elinor. Além da maior rentabilidade, soma-se o fato de que a venda da pele para seus compradores era feita diretamente com o recebimento do pagamento em dinheiro em mãos ou outras mercadorias e tecnologias (por exemplo, máquinas de costura e radiolas, como já citado acima), o que os patrões dos seringais não costumavam oferecer.

Foi dinheiro que nós nunca tinha visto. Ninguém nunca pegava em dinheiro. Um dinheiro desse era, rapaz. Aí os beiradeiro lá comprava toca disco, comprava não sei o que...(risos). Levavam tanta novidade pra enganar nós (risos). Que assim mesmo nós comprava! Ai foi que nós fomo comer arroz, feijão. Levavam muito arroz. Tinha um tio do meu genro que mora aqui, o Galvão, que subia com um rebocão carregado de rancho. E vendia tudinho. (Elinor 2020)

A atividade de caça para extrair a pele de gato contribuiu para o modo de vida seringueiro em três principais aspectos: a abertura de possibilidade para outra atividade produtiva; evitou o êxodo para a cidade; e fomentou e ampliou conhecimentos da floresta ao estimular abertura de trilhas e varadouros por entre a mata em caminhos livres e maiores do que os que se limitavam

pelas estradas de seringa ou pelos castanhais. Há muitos relatos de travessias que cruzavam a Terra do Meio, do rio Xingu para o Rio Iriri (e vice e versa) durante esse tempo.

Ter uma outra atividade rentável significou, de forma prática, ter mais acesso a itens vindos da cidade e concomitantemente uma melhoria de qualidade de vida, seja proveniente da variedade de itens alimentícios, seja pela chegada de meios de informação, como o rádio de ondas curtas. Como apontou Elinor, é claro que a ampliação do consumo, também comporta aspectos negativos, trazendo “*tanta novidade pra enganar nós*”. Mas a isso estamos todos nós sujeitos dentro do sistema capitalista.

Apesar de predatória, a caça às peles de gato era mais uma atividade que incentivava as famílias a desenvolverem seu modo de vida naquele lugar. Ao contrário de fomentar um êxodo para a cidade, tal comércio estimulou novos conhecimentos e melhorias de técnicas da vivência na floresta: técnicas de caça, que sempre fora importante fonte de alimentos proteicos para as famílias; técnicas de construções para alojamento na mata e usos de espécies florestais como ferramentas; saber caminhar pelas diversas paisagens e perceber a biodiversidade situada; conhecer plantas medicinais; entre outros inúmeros conhecimentos.

O comércio de peles foi proibido por lei em 1967, mas o cerco sobre os “gateiros” da região se fechou efetivamente na década de 1970. Para muitos beiradeiros, a proibição foi boa, porque a atividade estava reduzindo as reservas de caça da região, já que para caçar gato e onça era preciso matar todo tipo de animal para servir de isca. (ANDRADE, 2017, p.36)

Embora tenha trazido uma significativa melhoria de vida, em face da maior circulação de mercadorias e competitividade, o que não ocorria com o predominante vínculo comercial com os patrões, os 20 anos de comércio de pele de gato também trouxeram reflexões, no próprio modo de vida, sobre a possibilidade de extinção de certos animais pelo aumento da caça. Tal reflexão é explicitada pelos mais velhos que viveram a época e corresponde com o que os jovens ainda relatam sobre o cuidado na quantidade de animais caçados para alimentação da família e o compartilhamento com os vizinhos. Evita-se, por exemplo, caçar anta quando estão em acampamento de castanhal, por entenderem que é muita carne para um grupo pequeno de castanheiros, que não têm condições adequadas de armazenamento. Outros relatos também dizem sobre mal assombros no ato da caça, quando o beiradeiro mata mais animais do que a necessidade de consumo da casa e das relações de vizinhança. O assunto da caça, como técnica e reflexão de uma boa convivência no ambiente, é um aspecto importante na manutenção do modo de vida. No entanto, infelizmente, não aprofundaremos tal tema nesta pesquisa.

O comércio da pele de gato, enfim, representou uma primeira alternativa de renda à produção da borracha, preservando e aprimorando uma atividade constante na vida dos seringueiros: o caminhar pela floresta e, assim, conhecê-la cada vez mais. No entanto, com sua proibição no início dos anos 1970, os moradores da região passaram a se deparar com outros tipos de alternativas surgidas nas décadas seguintes.

## **Garimpo**

A atividade de extração mineral, conhecida como garimpo, foi amplamente incentivada na região do médio Xingu a partir da década de 1980. Antes disso, no entanto, o garimpo já representava uma opção de renda para os migrantes na Amazônia. Sr. Edmilson, ao resgatar a história de sua família, contando como seu avô permaneceu pela região, relata que:

Foi em 1941, descobriram aquele garimpo lá na Ressaca. Aí meu avô, lá da Flor do Ouro já foi pra lá, pra esse garimpo. Ele morreu lá e meu pai voltou pro seringal ali por cima de São Félix por nome São Francisco. (Edmilson, entrevista 2017)

Não há um beiradeiro que não tenha trabalhado em algum garimpo ou que não tenha alguém da família que não o tenha feito. Os garimpos surgiram em diversas regiões, tendo uma diversidade de modos de exploração. Sobre isso, os autores do “inventário cultural da Terra do Meio” (ANDRADE et al, 2017) nos relatam que:

Com a seringa em baixa e a proibição do comércio de peles, muitos beiradeiros foram trabalhar no garimpo. A seringa continuava sendo produzida, mas vendida a preços baixos. No inverno a castanha ainda era a principal fonte de renda. No verão, a partir dos anos 80, a extração de ouro ganhou força na região. Havia garimpos de grotas, no qual o ouro é procurado nos barrancos, e os garimpos de balsa, que busca ouro no leito do rio, com mergulhadores. Beiradeiros do Iriri e do Riozinho do Anfrísio aprenderam as técnicas de trabalho nos garimpos da região, mas não eram todos que gostavam da atividade, e logo buscavam outra atividade. (ANDRADE et al, 2017, p.39)

Na região do antigo seringal Belo Horizonte, sr. Edmilson nos conta que houve muitas pesquisas de áreas para garimpo, desde os anos 1970, principalmente dentro do igarapé Rio Pardo e do igarapé do Garrancho. Mas essas pesquisas não resultaram em áreas atrativas para uma grande estruturação de tal atividade.

Época de garimpo mesmo foi de 86 a 92. Em 1986 fomos pro garimpo do Mucuí, que achou garimpo que dava ouro mesmo. Lá nessa garimpo eu vi ouro. Era em cima da terra o ouro. Era 15kg por semana, que o Mucuí ganhava. Mês de junho ele mandou me chamar pra fazer as casas. (Edmilson, 2020)

O sr. Edmilson passou desde 1986 até a efetiva criação da Resex trabalhando em diversas áreas de garimpo, ou morando na cidade. A maioria dos filhos homens se espalharam em diversas regiões da amazônia onde havia oportunidades de garimpo. Os garimpos mais organizados chamaram a atenção de muitas famílias, gerando um êxodo para essas áreas. No caso de Edmilson, por exemplo, ele e o filhos homens foram inicialmente trabalhar na Ilha da Fazenda (na Volta Grande do Xingu) como garimpeiros e também como construtores das casas das estruturas do garimpo, onde construíram casas de refeitórios, dormitórios e cabarés.

Com o acúmulo de 1 kg de ouro e mais algumas parcelas pagas aos poucos, sr. Edmilson conseguiu comprar uma casa na cidade. “*O ouro naquele tempo era 6 cruzeiro a grama*” (Edmilson, 2020). A casa na beira rio foi de fundamental importância para ter um ponto de amparo em casos de ter que acessar atividades que só existem no centro urbano, como atendimentos médicos, por exemplo. Sem possuir uma propriedade na cidade, os seringueiros quando iam para o centro urbano necessitavam possuir redes de contatos e parentesco para poderem se hospedar, ou arcavam com despesas e se endividavam, para custear seus dias pela cidade. É assim até hoje.

A estratégia de possuir “dupla moradia” começa ser estruturante no modo de vida beiradeiro, conforme melhores oportunidades de acúmulo de renda, e também pela possibilidade de enviar alguns filhos para estudarem na cidade, que passam a ser os responsáveis por esses pontos de apoio no centro urbano. É importante mencionar aqui que a estratégia de gestão de cuidado com a família passava por uma distinção de gênero com relação à criação dos filhos e o papel com o qual cada um contribuía para a estruturação da família. Eram geralmente as filhas mulheres as enviadas para a cidade a tomar conta da “casa da rua”, as quais tinham oportunidade de estudar e ou trabalhar como empregadas domésticas, cuidadoras de crianças, cozinheiras, entre outras atividades. Enquanto os filhos homens eram preferidos para ajudar nos trabalhos externos: produção da borracha, caça, carregar lenha, etc. Assim, quando casavam, os filhos homens eram incentivados a construir casas em lugares próximos à casa central dos pais. Enquanto que as mulheres, ao casarem, iam morar com o marido, geralmente em lugares mais distantes da casa de seus pais. No relato a baixo, Edmilson nos resume sobre a situação em que cada filha foi exposta ao sair da casa dos pais.

Filho do Pedro carregou minha primeira menina. A P\*<sup>18</sup> casou com cara da Funasa, era índio domesticado. Depois a M\* foi carregada. R\* e Ma\* ficavam na casa da cidade. Eu botei elas pra estudar na casa do Zeca Nunes. Tinha uma filha minha que o cara carregou ela e maltratava ela, riscou ela de faca. Um dia ele encostou em casa, eu falei pra ele trazer ela pra casa. Ele ficou com raiva, e

---

18 \* os nomes das filhas foram preservados, por não ter acontecido solicitação de autorização para descrevê-los.

chegou em casa e atirou no ouvido dela. Foi preso, pegou 18 anos anos, mas já está livre. (...) Os meninos eram melhor pra ajudar na roça. Eu botava eles para cortar comigo. (EDMILSON, 2020)

Não há muitas referências bibliográficas sobre quando esse elemento da dupla moradia começa a tornar-se uma constância no modo de vida beiradeiro, mas as atividades geralmente ilegais, como a venda de madeira e o garimpo, com as quais os trabalhadores ganham mais dinheiro do que estão acostumados e num período de tempo trabalhado mais curto, geralmente, facilitaram investimentos como esses.

O garimpo aqueceu de forma geral a economia no beiradão, para além do comércio estrito de ouro. Nos anos 1980, até meados de 1990, muitos beiradeiros capitalizaram para adquirir motores rabeta e casas na cidade de Altamira. A partir de então, a atividade foi diminuindo devido às proibições legais e em virtude dos impactos que os garimpos causavam nos territórios dos Xypaia e Kuruaya no Rio Curuá. (ANDRADE, 2017, p.44)

O garimpo também é reconhecido por capitalizar os beiradeiros com trabalhos indiretos que são gerados quando de uma estrutura de extração de minério é instalada na região. Como o próprio Edmilson vivenciou a construção das casas da estrutura do garimpo, também tinham os fornecedores de farinha de mandioca, de pescados, frutas, galinhas, entre outros alimentos criados e cultivados pelos beiradeiros que abasteciam as cantinas dos garimpos.

Como na região do antigo seringal Belo Horizonte não houve tal estruturação, a consequência do garimpo para o modo de vida no local foi dupla e contraditória: fomentou-se o êxodo das famílias para as regiões de garimpo, ao mesmo tempo que gerou rendas altas em curtos períodos de tempo. Afirmo como contraditórias tais consequências, ao perceber que muitas famílias, como a de Edmilson, apesar de terem saído de seu lugar, acabaram investindo o dinheiro do garimpo em melhorias estruturas familiares, para, justamente, poderem retornar ao local de origem tempos depois. Muitas famílias que saíram para o garimpo, no entanto, nunca mais retornaram. Há indícios de que esse foi o primeiro movimento de êxodo mais significativo desde que os seringueiros chegaram nessas localidades distantes do centro urbano de Altamira.

Enquanto algumas famílias vivenciavam o êxodo na busca de áreas mais rentáveis com a oportunidade do garimpo, outras famílias permaneciam na área do antigo seringal Belo Horizonte com as possibilidades que surgiam. A extração madeireira, principalmente Mogno, foi uma das atividades mais fortes que influenciaram na dinâmica e uso do espaço do igarapé Rio Pardo e toda a área da atual comunidade Bela Vista.

## Madeira

O sr. Edmilson conta que de 1988 até o ano início dos 1990, desciam balsas carregadas com toras de madeira dos interiores do igarapé Rio Pardo (de onde ele havia recém “abandonado” sua colocação de seringa), para serem vendidas em São Félix do Xingu e Altamira. Na dissertação de mestrado de Tarcísio Feitosa sobre a criação da Resex Rio Xingu, ele recorda que:

Vale ressaltar que o período da exploração ilegal do mogno é reconhecido também pelas populações ribeirinhas, que o descreve como um período de abundância e muita movimentação no rio, lembrando os tempos auges da borracha. “Eu ganhei foi muito dinheiro, eu puxei mogno de calango<sup>19</sup> da minha área, vendi para o madeireiro, ele vinha buscar a madeira no meu porto” disse o Sr. D., ribeirinho e morador das proximidades do Igarapé do Pardo no Xingu. (SILVA, 2009, p.54)

O morador citado, foi uma das lideranças à época da criação da Resex e é hoje um dos moradores mais velhos da Resex. Assim como ele, alguns ribeirinhos se recordam de trabalhar nas diversas etapas da exploração da madeira: marcação das árvores, derrubada, e arrasto ou transporte. Edmilson lembra que, “*tinha o explorador, o derribador, o aparador. Que ia com a trena medindo. Ai tirava no manual, e rolava as tábuas.*” (EDMILSON, 2020).

Não consegui declarações de quanto exatamente os ribeirinhos ganhavam para executar cada um desses trabalhos à época. Mas o que alguns moradores atuais me contaram é que a madeira nunca foi um trabalho que os ribeirinhos ganharam muito dinheiro. Eram em sua maioria contratados por um salário fixo pela firma madeireira. Quem ganhava um pouco a mais era o “motoserrista”, quem também possuía o trabalho mais arriscado.

Desde 2020, com a posição do governo federal de Jair Bolsonaro a favor de atividades ilegais predatórias na Amazônia, muita invasão de Unidades de Conservação e Terras Indígenas voltou a acontecer na região. Não há relatos que houve extração ilegal de madeira na Resex Rio Xingu até o fim da escrita dessa dissertação. Mas na vizinha Resex Riozinho do Anfrísio a atividade tornou-se intensa, existindo até mesmo serrarias dentro da UC para tirar a madeira já processada (relatos de observação em campo e imagens de satélite). Nesse sentido, alguns moradores dessa Resex também voltaram a trabalhar com esse tipo de atividade, mesmo que ilegalmente. Alguns contam que recebem de R\$ 50,0 a R\$70,00 por árvore marcada. Em um dia, consegue-se marcar uma média de 30 árvores, andando distancias longas pela mata. O trabalho de derrubada é oferecido também na diária ou por árvore, dependendo do madeireiro que está negociando. Acidentes e falecimentos são sempre lembrados quando os moradores dessa região contam sobre o trabalho na

---

19 “Calango é forma utilizada por comunidades tradicionais para rolar toras de madeira, o sistema consiste em abrir um pequeno ramal entre árvores e colocar a tora sobre pequenas varas de madeira e empurrar a rola de forma que ela deslize sobre estas.” (SOUZA, 2009, p.22)

madeira. “Além de ilegal é muito perigoso, não vale a pena.” Relatou um ex-morador da Resex Riozinho do Anfrísio que não quis se identificar, em conversa em 2021. Há também a insegurança do trabalho, ocorrendo muitos casos em que o ribeirinho se sente enganado, pois executa o trabalho e no final não recebe o valor combinado inicialmente. Ainda assim, algumas pessoas decidem trabalhar com isso. A principal justificativa que se ouve sobre essa decisão de trabalhar com atividades ilegais é o fato de que eles, como moradores, estão sempre obedecendo as regras da UC, esperando que o ICMBio cumpra com a proteção territorial, mas estão vendo pessoas de fora ganhando dinheiro com o que está dentro do território deles sem haver qualquer repreensão e fiscalização devida.

A exploração de madeira também traz consequências negativas indiretas para o lugar onde a atividade está sendo realizada. Além da óbvia degradação da floresta com a derrubada de árvores e abertura de estradas para transportar as madeiras, a circulação e aglomeração de trabalhadores, em condições precárias de higiene durante o trabalho na mata, estimula a proliferação de doenças. Sobre isso, sr. Edmilson lembra que:

esse rio Pardo e Humaitá foi lugar que mais deu mogno. Isso foi uma época que deu malária que vou te falar. Dizem que com a casca do mogno a água fica feia. Eles jogavam as toras na água para descer do igarapé.(EDMILSON, 2020)

As toras de mogno formavam bolsões de água parada no igarapé, onde proliferavam insetos e outros animais que disseminavam doenças para a população na região. É inevitável fazer o paralelo com a realidade atual, especialmente na Resex Riozinho do Anfrísio, onde essa atividade ilegal está acontecendo. Nessa região a volta da malária se intensificou após pelo menos quatro anos de controle da doença pelas políticas públicas com os agentes de saúde comunitários formados pela secretaria de saúde municipal (de 2015 a 2019 não foi registrado nenhum caso de malária). Além da malária, a região do Riozinho do Anfrísio, foi a primeira dentre as três Resex da Terra do Meio, que teve a maior parte da população contaminada pela COVID-19 até setembro de 2020<sup>20</sup>.

Apesar dos efeitos negativos, assim como a exploração da pele de gato, a exploração da madeira também possibilitou os moradores a permanecer no seu local, mesmo que desmatando parte da área, mas possibilitando ampliar pomares, roçados, meios de comunicação e transporte.

Tratando-se de uma atividade ilegal, tal oportunidade de opção de renda aos beiradeiros não perdurou por muito tempo devido às fiscalizações reivindicadas e mobilizadas por movimentos sociais de Altamira, como o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX); organizações da sociedade civil nacionais e internacionais, como Instituto Socioambiental

---

20 Constatado pela expedição médica organizada pela parceria das Associações de moradores das Resex da Terra do Meio, com a secretaria de saúde do município de Altamira e as ONG's Instituto Socioambiental (ISA), Health in Harmony (H&H).

(ISA) e Greenpeace e implementadas pelo IBAMA, Polícia Federal e até mesmo financiadas por empresas que à época estavam reivindicando a posse e o domínio dessas terras, como as empresas ligadas ao grupo CR Almeida (SILVA, 2009). Em sua dissertação, Tarcísio Silva (2009) relata que:

A apresentação dos documentos falsos para a aprovação do plano de manejo foi a estratégia encontrada para garantir a exploração ilegal de mogno até 2001, pela Máfia do Mogno. A Máfia do Mogno foi o nome dado pelo Ministério Público do Estado à organização criminosa que agia na retirada ilegal de madeira na Terra do Meio. (SILVA, p,53, 2009)

Com a atuação política da sociedade civil organizada e ações judiciais coordenadas pelo MPE e MPF, houve em 2001 uma grande operação de fiscalização de atividades ilegais na região. Cito Silva (2009):

Na operação de apreensão de mogno na Terra do Meio, ocorrida em outubro de 2001, o IBAMA recuperou um total de 7.165 metros cúbicos de mogno ilegal avaliado em US\$ 7 milhões no mercado internacional. Nesta operação estavam presentes ativistas do Greenpeace, agentes da Polícia Federal e do IBAMA. Mais tarde essa madeira foi ofertada para a formação do Fundo Dema.

O FUNDO DEMA, em seus 03 primeiros anos de funcionamento, disponibilizou R\$ 1.645.942,01 (um milhão, seiscentos e quarenta cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais e um centavo), sendo que, deste total, apenas R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) foram destinados a atender as comunidades da região da Terra do Meio, de onde foi retirado o mogno, correspondendo a 2% do total do capital (Fundo Dema, 2008). O FUNDO DEMA ainda não conseguiu garantir que os recursos advindos do mogno retirado da Terra do Meio fossem utilizados pela população local moradora da região do Médio Xingu. (SILVA, p.60, 2008)

De acordo com o assessor técnico da Associações de moradores da Terra do Meio, os moradores das Resex da Terra do Meio, realmente não acessaram esse recurso até os dias atuais. No entanto, o fundo abre editais para projetos que são acessados por varias comunidades extrativistas, ribeirinhas de toda a região Amazônica.

Enfim, após as operações de fiscalização do inicio dos anos 2.000 não ocorreu mais essa atividade dentro do território da Resex Rio Xingu. O mesmo não pode ser afirmado com relação às UC do entorno, como o Parna Serra do Pardo e a Estação Ecológica da Terra do Meio, assim como na Resex Riozinho do Anfrísio como citado acima. No caso da Resex Rio Xingu, não há indícios de que os moradores tenham voltado a se envolver com a atividade de extração de madeira ilegal.

Uma última opção apareceu com mais intensidade nesse período após a extinção do comércio da borracha, tendo uma forte responsabilidade em ser a principal motivação que

encaminhou a criação de uma área protegida no local. Segue no próximo tópico, as informações coletadas sobre os processos de grilagem de terras.

## **Venda e Grilagem de Terras**

É possível concluir que a venda e a grilagem de terras (que muitas vezes está interligada com a extração de madeira no território) representou a maior ameaça ao modo de vida dos moradores da comunidade Bela Vista e da região, pois está diretamente relacionada com a expulsão das famílias de seus lugares.

O êxodo causado pela atividade de garimpo, não representa maior ameaça do que a grilagem de terras, pois a escolha de ir para o garimpo ainda deixa a possibilidade de um possível retorno à terra de origem. Apesar das duas atividades remeterem a uma proposta tentadora de ganho de dinheiro expressivo em um período curto de tempo, a relação com o garimpo parece ainda mais semelhante aos deslocamentos vivenciados pelos seringueiros, quando buscam outras áreas para abrir novas colocações de seringa mais produtivas. Já a venda da terra para grileiros inicia-se por uma situação de negociação enganosa e ou ameaçadora, onde alguém com maior poder aquisitivo e de coerções físicas usa da má-fé para obter uma área de terra.

Nessas terras aqui a grilagem aumentou sabe porque? Pelos próprios ribeirinhos. A gente não tinha costume de ver dinheiro. Eles chegavam, por exemplo, num lugar como esse aqui meu, e ofereciam 20 mil, “eu compro teus direitos, eu compro teu lugar, e te dou 20mil”. Agente achava que era dinheiro, ai vendia. Ai eles chegavam em outro lugar e: “eu te dou 10 mil”, Vendia. Só quem não vendeu terra aqui, você pode procurar, foi só eu e meu irmão. Mas nós não vendemo não é porque nós seja melhor que os outros não. É porque nós não tava aqui na época. Nós se arretiremo. Depois nós até viemos de cálculo de vender isso daqui, sabe. Mas o preço baixo. Digo, não, se por acaso nós vendermos aquilo ali, a gente vai vender por um preço que dê de nós comprar nem que seja uma casinha aqui na rua. Mas não deu certo. (Edmilson, 2017)

Além de aparecer nos primórdios da formação dos seringais, pela compra e venda de terras devolutas entre seringalistas à época, a grilagem de terras fez também com que muitos seringueiros vendessem, ou fossem coagidos a vender suas terras, como nos relata sr. Edmilson acima. Eram propostas de montantes de dinheiro bastante baixas em relação ao valor real e legal das terras, mas bastante altas correspondendo a um montante de dinheiro que os seringueiros não estavam acostumados a ter e ver. Silva (2009) também relata mediante constatação dos próprios moradores que,

Segundo os ribeirinhos há dois grupos de famílias ribeirinhas que participaram dessas vendas. O primeiro grupo que foi coagido a vender a terra ou foi expulso pelos fazendeiros, e um segundo grupo que vendeu espontaneamente, mas alegou ter vendido a terra por não ter “assistência do governo”. A falta de assistência do governo refere-se sempre como a ausência de assistência à saúde e educação. Segundo alguns ribeirinhos, eles não queriam ver seus filhos sem serem alfabetizados. (SILVA, p. 61, 2009)

Outro morador da comunidade conta sem orgulho, mas com sinceridade e afirmando a realidade da época, sobre a situação que passou ao participar de demarcações de terra para as vendas ilegais:

Me amarraram. Hum! Tava grilando terra. (risos). Todo mundo tava vendendo. Ai nós viemo pra cá cortar terra. Isso aqui tudo era nosso. Cortemo bem pouca terra. 10 mil alqueire. Quem me amarrou foi pistoleiro. La pertinho da boca [do igarapé Rio Pardo]. Eles queriam a terra pra eles, que nem ficaram. Me amarraram, passemos 24 hora com a mão amarrada assim pra trás. Era pium, meu amigo, só de cueca. Ia dar sete hora quando eles amarraram nois. E agora tiro. Uhm. O pedral era grande e você não via o pedral, só de munição, só de doze. Eles iam matar nois. Amarraram nois e diziam que iam matar só 4. Nós era 12. Ninguém sabe quem é. Ai meio dia ele deram boião pra nós. Como é que o cara vai comer. Mas tem que comer né. “vamo soltar vocês só seis hora”. Quando foi seis hora eles soltaram nós. Caímos pra água ate o outro lado. (entrevistado, 2017, entrevista no Castanhal Laranjas no Igarapé Rio Pardo)

E continuou explicando como era o trabalho de “cortar terra”:

Era picadona grandona, que nem esse aqui, ó. No meio do mato. E medindo com o gps. Nós tinha tudo. Não tinha chefe não. Nós tudo era sócio. Nesse tempo nós tudo arrumava na rua [gps e outros equipamentos necessários], os cara doido por terra, menino. Davam tudo. Ainda tinha o topografo ainda. Num era nós que media não. Tinha o cabra. Ia atrás só medindo os km. Ai ia dividindo. Nesse tempo nós ia vender por 50 mil. Dava 10 mil pra cada um, era dinheiro de mais. Esse trecho tudinho aqui era nosso. 28 km nós tinha cortado. Tinha documento de nada, era vendido ai por conta do Ze, menino. Grilagem mesmo. Porque aqui ninguém tem documento de terra. Isso ai tudo é grilo. Se tu morava aqui, tu dizia: vou já cortar ela pra mim vender. Ai quem vendeu terra foi tudinho, só quem não vendeu foi ai no Morro do Felix e o D. (entrevistado, 2017, entrevista no Castanhal Laranjas no Igarapé Rio Pardo)

O relato nos traz a sensação de como eram as ofertas de dinheiro, a possibilidade de realização de tal trabalho, tendo equipamentos e recursos humanos necessários para a demarcação, e a própria disposição do beiradeiro para se aventurar nos riscos da decisão de uma negociação desse porte. Em conversas com ex-moradores da região sobre o mesmo episódio transcrito acima,

revelou-se que o maior interessado na venda das terras da região do antigo seringal Belo Horizonte à época era o João Cléber, atual prefeito do município de São Félix do Xingu. Quem á época chegou a pagar pelas terras para um morador da comunidade já falecido.

Já da parte dos seringalistas e patrões que ainda tinham uma relação com o lugar, a venda ocorreu em torno dos títulos de posse antigos que possuíam e que tinham sido emitidos no cartório da cidade. De acordo com registros no cartório de imóveis de Altamira, a área do seringal Belo Horizonte era de aproximadamente 5.000ha na primeira escritura de compra e venda datada de 1959, que fora negociada por cento e cinquenta mil cruzeiros (CR\$150.000,00)<sup>21</sup>. Outra certidão de registro de imóveis, datada de 1992, no entanto, registra a compra feita pelo mesmo proprietário (fazendo referencia à certidão anterior) de uma área de 279.375,500ha, da Gleba Belo Horizonte, denominada “Seringal Belo Horizonte”, no mesmo valor de cento e cinquenta mil cruzeiros (CR\$150.000,00). Aumentando assim em mais de 50 vezes a área de seu primeiro registro, mediante o pagamento do mesmo valor custeado em 1/50 dessa área total há 33 anos.

As averbações desse registro nos contam, então, a sequência de fatos que configuram o ato da grilagem, ou ainda, do ganho exorbitante com a venda de títulos ilegais. Em 1997, cinco anos depois do registro do aumento da área, o proprietário vende a uma pessoa jurídica a área total de 279.375,500ha no valor de R\$502.875,00 (quinhentos e dois mil oitocentos e setenta e cinco reais)<sup>22</sup>. Logo em seguida, em 03 de janeiro de 1999, a empresa vende a área registrada como o imóvel a outra pessoa jurídica no valor de R\$5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil reais), que por sua vez repassa em 16 de novembro de 2000, a mesma área pelo mesmo valor de cinco milhões e setecentos mil reais, para última empresa proprietária da área, “Amazonia Projetos Ecológicos Ltda”. Apesar dos registros no cartório Municipal, tratava-se sempre de áreas devolutas do Estado, sendo de responsabilidade da União fazer a regularização fundiária.

A referida empresa a constar na averbação como última possuidora do título do imóvel, pertencia ao grande grupo “CR Almeida”, sigla que leva o nome de Cecílio Rego de Almeida (falecido em 2008). Almeida era empresário, dono de empreiteiras, construtoras, entre outras empresas pertencentes ao grupo e considerado pela 'Forbes' como um dos homens mais ricos do mundo (AGÊNCIA ESTADO, 2008) e “o maior grileiro do mundo” (CAROS AMIGOS, 2005) por sua tentativa de posse de terra, justamente nessa região da bacia do Xingu no Pará. Villas Boas e os demais autores citam a facilidade com que,

---

21 Tal certidão refere-se à propriedades de títulos anteriormente expedidos em 1945 e fazendo divisa com títulos expedidos em 1897. Vide Anexo I - Certidão de imóveis 882, Livro3-e, fls 177.

22 Conforme tabela de conversão de cruzeiros para reais, atualizado com a taxa de cambio de 3 de outubro de 2020, temos: um real (BRL) é equivalente a 2.750 cruzeiros (BRC).([https://pt.coinmill.com/BRC\\_BRL.html#BRC=150000](https://pt.coinmill.com/BRC_BRL.html#BRC=150000)). Assim, os 300.000 cruzeiros, que tinham sido pagos, (somando as duas compras que constam no registro do cartório até 1992) valeriam em reais, com uma conversão atualizada pros dias atuais, 109 reais.

os grileiros tentavam oficializar direitos sobre as terras. O maior exemplo foi o caso de Cecílio do Rego Almeida, empresário paranaense<sup>23</sup> que, por meio de fraudes em cartórios da região, pretendeu converter essas antigas concessões de exploração de seringa em títulos definitivos de terra, pretendendo-se dono de um latifúndio estimado em sete milhões de hectares. A área englobava significativa parte da Terra do Meio, do rio Xingu até o Riozinho do Anfrísio, a noroeste. (VILLA BOAS et al, 2018, p.216)

Além dos documentos em cartório e dos registros em artigos e reportagens, a lembrança dos moradores beiradeiros é clara quando se trata do nome “CRAlmeida”:

Eles entraram aqui forte. A CR Almeida entrou forte. Eles chegavam nas casas e queriam humilhar o pessoal. Tem um pessoal ali em baixo que mora desde criança aqui, eles chegaram e tomaram as armas. Humilhavam dizendo que agente não tinha nada e que tudo era deles. Agente não podia dizer nada. Agente tinha que ficar calado. Ai quando foi aquela briga medonha, ai eles viram que não tinham nada. (Edmilson, 2017)

O sr. Edmilson relata um dos lados da vivência da grilagem. Como havia passado um período afastado de seu lugar, ao retornar se deparou com muita violência e abordagens opressoras, como relata também nessa lembrança:

Aí eu peguei terra nos pés. Eu digo eu conto: moro naquele lugar sessenta e poucos anos, fiquei sem direito a nada. A minha casa lá foi derribada. Eles derribaram lá e tocaram fogo e ficaram de dono. Pra eu chegar até lá eu tenho que pegar autorização por escrito. Se não se chegar lá sem autorização, fica preso, eu, o barco, meu irmão, todo mundo. (Edmilson, 2017)

A empresa possuía um escritório no centro de Altamira, onde emitia as ditas autorizações para controlar a circulação em suas terras. Em sua estrutura, também possuía embarcações, sedes (barracões e chalés) construídas ao longo dos rios e contratava pessoas da região para trabalharem de pilotos, agricultores, vigias, dentre outros tipos de trabalhos que assegurassem a posse. Desse modo, “gerando empregos” e prestando um tipo de assistência para algumas famílias, a CR Almeida era, por outro lado, bem vista por algumas famílias beiradeiras. Fato que dividiu opiniões de moradores no momento da retirada dos posseiros ilegais e da criação da Reserva Extrativista.

Segue no próximo tópico deste capítulo, o histórico sobre a chegada da Reserva Extrativista na concepção fundiária da região amazônica e na região do médio Xingu, na Terra do Meio, mais especificamente onde situa o lugar em estudo.

---

23 Cecílio Rego de Almeida fora nascido no Pará, mas suas empresas se formaram quando já estava radicado em terras paranaenses. Ver inúmeras reportagens sobre o empresário, por exemplo: CAROS AMIGOS, 2005; G1,2008; redação outras palavras, 2012.)

## As Reservas Extrativistas

Antes de falar sobre a chegada da Reserva Extrativista Rio Xingu na área onde era o antigo seringal Belo Horizonte, é preciso entender a origem do conceito de áreas como Reservas Extrativistas em toda a região amazônica. Pontuo nessa parte do capítulo, alguns elementos sobre o histórico de transformações do conceito de Resex, desde sua idealização como uma proposta de reforma agrária feita pelo movimento dos seringueiros, até suas mudanças normativas ao longo do tempo, que acabaram formatando a ideia de Resex como uma Unidade de Conservação Sustentável dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Considerando essa contextualização histórica, pretendo entender o que as Resex representam hoje no espaço do modo de vida das populações tradicionais.

A ascensão e o fortalecimento de atividades ilegais como a madeira e a grilagem de terras, (as quais exemplificamos em tópicos anteriores surgindo no território seringueiro) intensificaram-se por toda a Amazônia a partir da segunda metade do século XX, pois pertenciam ao pacote de atividades idealizadas por um tipo de modelo de desenvolvimento planejado e promovido pelo Estado brasileiro, principalmente nos governos do período da ditadura civil-militar (VILLAS BOAS et al, 2018). Bertha Becker (1990) em sua análise política sobre a Amazônia no espaço brasileiro, contextualiza a implementação desse modelo de desenvolvimento:

A partir dos anos 70, é o Estado brasileiro que toma a si a incumbência de um novo e ordenado devastamento amazônico. Essa situação se vincula a um novo padrão de inserção do Brasil (e outros países periféricos) numa ordem planetária que é moldada por vetor científico tecnológico moderno imbricado nas estruturas sociais do poder. O marco do novo padrão é a meta da produção de tecnologia, com consequências aparentemente contraditórias que rebatem na fronteira. Primeiro, para manter e expandir o processo industrial e reduzir seus laços de dependência, o Estado se associa a corporações transnacionais, num processo de nacionalização/transnacionalização; segundo, esse estilo de desenvolvimento adotado pelo governo em conjunto com firmas e bancos internacionais e locais – o modelo do tripé – se faz com quase total exclusão social, em termos econômicos e políticos. (BECKER, 1990, p.12)

Becker(1990) nos apresenta um contexto de busca de desenvolvimento tecnológico com alianças transnacionais em detrimento de um desenvolvimento social, com a justificativa de um crescimento econômico. Nesse contexto, é por meio de justificativas com interesses bastante posicionados ditas como “almejar a modernização do país”, “garantir a segurança de suas fronteiras e da exploração de seus recursos pela própria nação”, que a região amazônica se torna um dos focos principais dos governos após o golpe de 1964.

Assim, os principais elementos da estratégia para a ocupação da Amazônia por esse modelo de desenvolvimento, segunda a análise de Becker (1990, p.14) são: 1) A implementação de redes de integração espacial, ou seja investimentos públicos nas infraestruturas da rede rodoviária, na rede de telecomunicações, na rede urbana – sede das instituições governamentais e privadas, e na rede de energia elétrica, por meio da construção de centrais hidroelétricas para fornecimento de energia ao interesse de fomento industrial; 2) Superposições de territórios federais sobre estaduais: onde o setor federal impõe os limites da sua atuação governamental, passando, por exemplo, a controlar distribuição de terras dentro dos estados; 3) Subsídios ao fluxo de capital e indução de fluxos migratórios: fomentando migrações dotadas de maior poder econômico para promover expansão dos setores agropecuários e de mineração, principalmente.

Posto essa estratégica expansão desenvolvimentista na região de fronteira (Martins, 1996; e Becker 1990), tais ações na Amazônia se apresentaram na prática como um modelo predatório para o espaço onde os modos de vida de povos originários e comunidades tradicionais vinham se reproduzindo. Com as invasões de terra e a depreciação do território pela retirada de madeira e mineração, por exemplo, a onda desenvolvimentista colocou em risco o modo de vida tradicional seringueiro das famílias, que ali viviam desde a chegada dos primeiros migrantes nos antigos seringais (Almeida, 2012).

Foi neste momento, de conflito entre a existência de modos de vida tradicional frente a um modelo desenvolvimentista predatório, que surgiu o movimento dos seringueiros no Acre e Rondônia em defesa da integridade de seus territórios. Foi na década de 1980, que esse movimento, com a liderança de Chico Mendes e de outros seringueiros, organizados no Conselho Nacional dos Seringueiros, consolidou a proposta de uma “reforma agrária dos seringueiros”, baseada no modelo das Terras Indígenas, e cujo objetivo principal era garantir segurança fundiária. O movimento local também recebeu importante apoio de movimentos políticos externos, como lembram os autores (VILLAS BOAS, et al, 2018):

As reservas extrativistas foram defendidas por uma fração importante do ambientalismo internacional que acreditava que quem melhor poderia cuidar da floresta era quem dependia dela (Allegretti, 1990; 2008; Almeida, 2004; Schwartzman, 1989). (VILLAS BOAS, et al, 2018)

O apoio de outros movimentos políticos externos ao âmbito local dos seringais, como os movimentos ambientalistas urbanos, aconteceu pela inovação do argumento da proposta de “reforma agrária mantendo a floresta em pé” que propunham os seringueiros. O argumento de conservação da floresta aliado à reivindicação do direito à terra encontrou eco nos ambientalistas e ecologistas de outra classe social e geográfica no Brasil e no mundo. Internacionalmente, tinha-se

um contexto em que a pauta sobre mudanças climáticas e impactos ambientais estava surgindo (Allegretti, 2002)<sup>24</sup>. O argumento “ambientalista” de Chico Mendes e de todos os seringueiros mobilizados não era no entanto apenas uma estratégia política para angariar aliados. Para além disso, era uma teorização de uma prática diária de seu modo de vida. Sobre isso, lembra Mauro W. Barbosa de Almeida (2004, p. 34), que o movimento se apropriou de parte do discurso ambiental “não para parodiá-lo, mas para, de fato, incorporá-lo em suas próprias concepções e práticas locais, atribuindo a esse discurso novos significados” (CHOMA, 2018, p.71). Mary Allegretti (2002) também lembra dos argumentos ambientalistas no discurso de Chico Mendes:

Chico passou a associar a defesa da posse e o questionamento das derrubadas, à necessidade de proteger as florestas, denunciando o número de castanheiras e seringueiras que seriam perdidas em função dos desmatamentos e argumentando que as fazendas continuavam desmatando sem utilizar de forma produtiva as áreas desmatadas anteriormente. (ALLEGRETTI, 2002, p. 401)

Todo esse movimento político, portanto, crescia ao redor da proposta de regularização fundiária apresentada pelo movimento dos seringueiros. A proposta de criação de áreas com nome de Reservas Extrativistas<sup>25</sup> possuía profunda inspiração no modelo das Terras Indígenas já existentes, principalmente ao que se refere a segurança e autonomia territorial, por dois pontos principais: 1) trata-se de uma área de propriedade do Estado Brasileiro, que não pode ser vendida, fracionada e de uso exclusivo e específico do povo originário que a habita; 2) a gestão da área é de autonomia do povo que ali reside. Essa inspiração no modelo de territórios indígenas não fora por acaso, mas sim fruto de mobilizações políticas entre os povos indígenas e populações tradicionais, que se uniram na época efetivamente pela Aliança dos Povos da Floresta.

Aprofundo esse resgate histórico da criação do modelo de Reservas Extrativistas analisando principalmente o segundo dos dois pontos principais apresentados acima. Historicamente, o movimento seringueiro defendia a autogestão de seus territórios. Podemos ver o primeiro indício nesse sentido ao ler os objetivos principais do Projeto Seringueiro (PS), de 1981. Segundo Allegretti (2002):

O Projeto Seringueiro (PS) foi a primeira iniciativa da primeira organização não governamental criada no Acre, o Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia – CEDOP- AM, e primeira experiência de educação de adultos e de

---

24 A exemplo da importância da pauta ambiental no contexto internacional, foi por exemplo o prêmio **Global 500 Roll of Honor**, foi uma premiação anual patrocinada de 1987 a 2003 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, uma das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo era congratular personalidades com contribuições extensas a partir de programas e projetos construídos em seu país a fim de preservar o meio ambiente da destruição humana (Wikipédia, acesso 14.03.2021 - [https://pt.wikipedia.org/wiki/Global\\_500\\_Roll\\_of\\_Honour#:~:text=Global%20500%20Roll%20of%20Honour%20\(em%20portugu%C3%AAs%3A%20Papel%20de%20Honra,contribui%C3%A7%C3%B5es%20extensas%20a%20partir%20de\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Global_500_Roll_of_Honour#:~:text=Global%20500%20Roll%20of%20Honour%20(em%20portugu%C3%AAs%3A%20Papel%20de%20Honra,contribui%C3%A7%C3%B5es%20extensas%20a%20partir%20de))) Chico Mendes foi o único brasileiro a receber a premiação (em maio de 1987) Allegretti, 2002.

25 Mary Allegretti, em sua tese de doutorado publicada em 2002 detalha todos os processos envolvidos na origem do conceito de Reserva Extrativista durante encontros, reuniões e avaliações do movimento dos seringueiros. Ver ALLEGRETTI, 2002, p.412.

cooperativismo com seringueiros, associada a um Sindicato. O projeto tinha os seguintes objetivos:

- a) Possibilitar a independência econômica dos seringueiros libertando-os dos intermediários na comercialização da borracha e da castanha, através da organização de uma cooperativa de produção e consumo.
- b) Possibilitar o acesso dos seringueiros às informações relativas à legislação trabalhista que definem os seus direitos enquanto trabalhadores rurais, assim como o controle dos termos em que se dá a comercialização da borracha e da castanha, através da organização de uma escola onde será desenvolvido um curso de alfabetização e de iniciação à matemática.
- c) Possibilitar melhores condições de saúde através da implantação de um pequeno posto de atendimento e do treinamento de agentes locais. Essas ações ficarão inicialmente na dependência de um diagnóstico das condições existentes na área. (ALLEGRETTI, 2002, p. 359, grifo meu)

O PS não dizia de forma explícita sobre como realizar uma gestão do território pelos próprios seringueiros, no entanto, se fazia por uma formação de base completa que criava as condições para uma autogestão: por meio de processos formativos (alfabetização e matemática); da criação e fortalecimento de organizações sociais, como cooperativas para geração de renda; do aprimoramento de técnicas de produção de alimentos para garantir saúde e soberania alimentar (ALLEGRETTI, 2002).

Em outubro de 1985 aconteceu o Encontro Nacional dos Seringueiros, na Universidade de Brasília. Foi o primeiro grande encontro político que juntou mais de 100 seringueiros de diversas regiões da Amazônia para discutir e dar visibilidade à sua realidade para professores, estudantes, e atores políticos do Brasil todo. Nesse encontro também foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entidade representativa dos seringueiros em âmbito nacional. Como encaminhamento do primeiro Encontro nacional, foi redigido documento oficial com as propostas e reivindicações do movimento seringueiro por seus direitos. No que se refere à proposta de reforma agrária, cito transcrição feita por Allegretti (2002):

O item II do documento final sintetiza o modelo de reforma agrária que há muito tempo vinha sendo gerado, nos empates e conflitos com os fazendeiros, em várias partes da região:

#### II - REFORMA AGRÁRIA

1. Desapropriação dos seringais nativos.
2. Que as colocações ocupadas pelos seringueiros sejam marcadas pelos próprios seringueiros, conforme as estradas de seringa.
3. Não divisão das terras em lotes.
4. Definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas assegurado seu uso pelos seringueiros.

5. Que não haja a indenização das áreas desapropriadas, não recaindo seu custo sobre os seringueiros.
6. Que sejam respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no que diz respeito a um modelo específico de Reforma Agrária para a Amazônia, que garanta um mínimo de 300 hectares e um máximo de 500 hectares por colocação, obedecendo à realidade extrativista da região.
7. Que os seringueiros tenham assegurado o direito de enviar seus delegados à Assembleia Nacional Constituinte para defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessidades específicas. (ALLEGRETTI, 2002, p.444)

Nesta redação é possível perceber ao menos dois pontos sobre a autogestão do território proposta pelos seringueiros. Destaco a demarcação das colocações pelos próprios seringueiros e a não divisão da terra em lotes. Com isso, respectivamente, clamavam por uma ordenação territorial seguindo regras e critérios tradicionalmente locais e não corriam o risco de terem lotes fragmentados onde pudesse ocorrer vendas para terceiros, cujo modo de vida não correspondesse com a lógica de uso da floresta que havia nas colocações.

Após o primeiro encontro de 1985, ocorreu em março de 1989, seguido do assassinato de Chico Mendes (1988), o II Encontro Nacional dos Seringueiros. Esse também foi o espaço do I Encontro dos Povos da Floresta, que viria a ser a Aliança dos Povos da Floresta. Os eventos foram promovidos pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, em Rio Branco-AC, onde foram reafirmados os princípios da proposta do movimento (CHOMA, 2018).

Enfim, em 1990 o princípio da autogestão do território pelos seringueiros se concretiza no ato da criação da primeira Reserva Extrativista do Brasil, a Resex Alto Juruá. Cito um trecho da redação do decreto de promulgação da proteção da área

“O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, quando da implantação, proteção e administração da Reserva Extrativista do Alto Juruá, poderá **celebrar convênios** com as organizações legalmente constituídas, tais como cooperativas e associações existentes na Reserva, para definir as medidas que se fizerem necessárias à implantação da mesma (BRASIL, Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990, Artigo 2º)”. (ALMEIDA; REZENDE, 2013, p. 189, grifo meu).

Almeida e Rezende (2013) destacam que a celebração de convênios entre o órgão governamental e instituições regularizadas que representem os moradores da área, era o dispositivo que garantia a autonomia dos moradores e a corresponsabilidade na gestão do território. O direito à uma reforma agrária adequada à realidade do modo de vida na floresta em pé, como reivindicavam os seringueiros, começou a ser implantada neste decreto.

As Reservas Extrativistas foram, portanto, reconhecidas no ordenamento brasileiro desde 1987, com a regulamentação primeiramente pelo INCRA na forma dos PAEs (Projetos de Assentamento Extrativistas). Dois anos depois, em 1989, as Resex passam a figurar na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), quando regulada pela Lei 7.804, de 24 de julho de 1989. (MENEZES,1994). Uma década depois, no entanto, o regimento sob a criação das Reservas Extrativistas foi alterado. Houve a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pela aprovação da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. As Resex passaram a ser um dentre os 12 tipos de Unidade de Conservação regidas pelo SNUC.

O SNUC foi uma proposta de lei apresentada primeiramente em 1992 (PL 2892/92) e discutida por quase uma década até a data de seu decreto (CÂMARA, 2020). Na legislação brasileiras já havia leis e regulamentos ambientais para proteção de áreas com intuito de preservação do meio ambiente, como Estações Ecológicas, Parques Nacionais e as próprias Resex. Mas não havia, até então, um tratamento sistemático entre elas, que demonstrasse unidade à política de proteção ambiental no regimento brasileiro. O SNUC, portanto, foi concebido para ser esse instrumento de organização legal, criando um conjunto de diretrizes e procedimentos oficiais para possibilitar às esferas governamentais (de âmbito federal, estadual e municipal) e à iniciativa privada uma única regulamentação sobre a criação, implementação e gestão de Unidades de Conservação.

Até seu decreto, o projeto de lei teve suas discussões pautadas por diferença de interesses com agronegócio e setores empresariais e, principalmente, por divergências dentro do próprio ambientalismo (CÂMARA, 2020). As disputas internas do setor que defendia a conservação do meio ambiente se dividia (e ainda hoje se divide) entre os ambientalistas e os socioambientalistas<sup>26</sup>. O primeiro desses segmentos sociais reivindicava a proteção de áreas de biodiversidade considerando que qualquer ação humana poderia ser prejudicial ao ambiente em preservação. Já os socioambientalistas reivindicavam a criação das áreas protegidas considerando a existência de importantes modos de vida humanos, que deveriam ser considerados agentes protetores desses ambientes (DIEGUES, 2001).

Enfim, a lei foi aprovada, ainda que com muitas críticas, primordialmente por parte do setor socioambientalista. O SNUC, então, é composto por 12 categorias de unidades de conservação, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos. Dessa forma, as U.C.s foram separadas em duas grandes categorias: as unidades de proteção integral, admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta

---

26 Utilizo os termos “ambientalistas” e “socioambientalistas” por considerar os mais didáticos para explicar o que se refere a principal divergência nessa disputa política. Na bibliografia encontra-se muito os termos “preservacionistas” e “conservacionistas” para designar os dois setores respectivamente.

Lei; e as de proteção de uso sustentável, cujo o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. (SNUC, 2000, cap.III, art.7º). As Reservas Extrativistas são uma dentre as sete possibilidades de U.C. de uso sustentável consideradas pela lei do SNUC.

O reenquadramento legislativo do modelo da Reserva Extrativista em um sistema nacional de regimento de áreas protegidas promoveu mudanças estruturais em sua forma, comparada à primeira proposta colocada pelo movimento dos seringueiros. Como ressaltou Choma (2018), considerando outras referências bibliográficas:

As Reservas Extrativistas foram incorporadas ao conjunto das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o que significou mudanças na forma como as RESEXs passaram a ser concebidas e também na sua gestão. O SNUC suprimiu a ideia de autogestão presente na criação das primeiras Reservas Extrativistas, deslocando sua administração totalmente para a esfera governamental (CUNHA, 2010), e criando um Conselho Deliberativo chefiado pelo órgão responsável pelas Unidades de Conservação, hoje o ICMBio, órgão ambiental do governo brasileiro, criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. (CHOMA, 2018, p.82)

Autores com uma leitura aproximada das ideias socioambientalistas, como Choma (2018), ressaltam principalmente a importância dessa mudança legal no que refere à garantia de autogestão do território. Almeida e Rezende (2013) também nos trazem sua análise sobre a alteração legal no novo regimento nesse sentido da perda do princípio da gestão territorial corresponsável pelos moradores e pelo órgão ambiental:

[No] mês de janeiro de 1990, outro decreto dispunha que “a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso” (Artigo 4º), que “incluirá o plano de utilização aprovado pelo Ibama e conterá cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão inter vivos” (Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, Artigo 4º, artigo 2º e Artigo 5º)

Em conflito com essa orientação para a autogestão democrática das Reservas e RDS posteriores, o SNUC extingue em 2000 a possibilidade de gerir as Reservas por convênios, instituindo em seu lugar o Conselho Deliberativo como órgão gestor. Eis o que diz o SNUC, em conflito direto com o que reza o Decreto nº 98.863 citado acima: “A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade” (BRASIL, Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000, Artigo 18, parágrafo 2) (ALMEIDA; REZENDE, 2013, p.190)

Os três autores citados corroboram com a ideia de que a alteração legal demonstra uma interferência prática no território de grande preocupação com o fortalecimento das populações tradicionais como gestoras de sua própria terra.

O Conselho Deliberativo, à priori, pretende ser um dispositivo amplamente democrático, quando o entendemos por um colegiado, composto por diferentes setores com poder de voz e voto para decidir sobre uma questão comum. Quando a questão comum trata-se de um território tradicionalmente ocupado (GUERRERO et al, 2011), no entanto, tanto os interesses quanto as relações de poder dos diferentes setores que o compõem, podem não permitir uma organização democrática. Por esse método de gestão, o órgão público gestor da UC passa a ter mais responsabilidades sobre o território do que os próprios moradores, pois preside o Conselho organizando sua agenda e pautas conforme suas próprias diretrizes. Essas, podem ou não corroborar com as diretrizes demandadas pela população residente na área. Os moradores, por sua vez, compõem o Conselho Deliberativo, onde compartilham o poder de voz com outros setores da sociedade civil organizada (como ONGs, sindicatos, fazendeiros) e instituições governamentais (como representantes da prefeitura, conselho tutelar, entre outros).

Com a criação do dispositivo de gestão pelo Conselho Deliberativo, o SNUC padroniza a metodologia de gestão entre todas as Ucs Sustentáveis. Assim, complemento ao entendimento dos autores acima citados, que as diversas realidades geográficas de cada UC Sustentável pode trazer dificuldades de organização e gestão da área. Tais dificuldades perpassam as relações de poder que existem entre os diferentes setores que compõe o Conselho Deliberativo e, principalmente, no que toca à própria organização social dos moradores que residem na UC. Cada modo de vida nas diversidade de realidade de cada UC tem um histórico particular de dinâmica territorial e engajamento político como organização comunitária, que reflete no como se comportará mediante uma gestão territorial. Como veremos mais adiante, há modos de vida, como o dos beiradeiros da região do médio Xingu, em que a distância e espalhabilidade das famílias pelo território e o vínculo histórico a um patrão, que tem uma relação de poder hierárquica no local, pode apresentar um contexto não muito favorável para uma auto organização por parte dos próprios comunitários. Assim, quando a gestão do território passa a ser vinculada a um espaço colegiado, a organização comunitária local pode muita vez ser enfraquecida, ao invés de estimulada como uma representante política forte das necessidades de proteção e melhorias que envolve a gestão de um lugar.

Além disso, há também o fato de que essas populações tradicionais residentes nas áreas de UC Sustentável, possuem, em sua maioria, um modo de vida baseado na história oral, tendo altos índices de analfabetismo e pouco conhecimento de escrita de matemática, entre outros conhecimentos valorizados pela gestão burocrática convencional. Esse fato pode acarretar um

explícito preconceito por parte de agentes e, até mesmo, diretrizes estratégicas de atuação por parte do órgão governamental que se coloca como gestor da área, que leva a uma desvalorização e desconsideração do potencial gestor das comunidades.

Enfim, com a contextualização de toda a criação do conceito e o histórico de alterações legais sobre a implementação e gestão das áreas Reservas Extrativistas, passamos ao próximo tópico para buscar entender como foi criada a Resex Rio Xingu, na região da Terra do Meio.

## A RESEX RIO XINGU

Distante do movimento seringueiro que se organizava em outros estados da região amazônica, nas colocações seringueiras do médio Xingu paraense a diminuição da influência dos padrões da borracha cedia espaço para outras formas de relação baseadas em economias ilegais e predatórias, como vimos anteriormente com a entrada de extração de madeira, abertura de pastos e grilagem de terras. A ausência de políticas públicas para os moradores da região continuava. As únicas políticas públicas que haviam chegado a lugares distantes do centro urbano de Altamira eram os incentivos fiscais para a produção de borracha, que beneficiavam os seringalistas. Ademais, tais possibilidades de geração de renda com as atividades que surgiram, possuíam sempre um lado de oportunidade para os que seguiam vivendo naquele lugar. Villas Boas e os demais autores, retrataram esse momento da seguinte forma:

No vácuo de qualquer política de Estado, e também com a distância em relação ao movimento organizado de seringueiros e organizações de classe como o CNS, a Terra do Meio se tornou, a partir dos anos 1990, alvo de um movimento sistemático de grilagem de terras (ISA, 2015) que, para além do assédio e da violência, **apoiou-se na criação de relações de dependência e assistência** para legitimar localmente o acesso aos territórios tradicionais. (VILLA BOAS et al, 2018, p.216, grifo meu)

Como vimos em tópico anterior, sobre a grilagem e a venda de terras, as famílias beiradeiras tiveram opiniões divididas, quando da retirada dos grileiros, por terem criado relações de dependência e assistência, tal qual relatam os autores na citação acima. No entanto, trataremos nesse tópico da trajetória das mobilizações da sociedade civil organizada junto às famílias que denunciavam os abusos que sofreram durante as grilagens de terra, para consolidarem a criação de Unidades de Conservação.

A Resex Rio Xingu, decretada em junho de 2008, foi a última UC criada na sequência dos decretos das outras duas Resex (Resex Riozinho do Anfrísio, de 2004 e Resex Rio Iriri de 2006); da Estação Ecológica da Terra do Meio, de 2005; e do Parque Nacional Serra do Pardo, de 2005, que formaram um mosaico de unidades de conservação da Terra do Meio<sup>27</sup>.

A criação dessas unidades fez parte de um longo processo de estudos e mobilizações políticas contra a atuação das atividades ilegais. Desde 1994 o então Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), discutia o ordenamento fundiário da região, fazendo menções e denúncias a respeito do avanço da exploração madeireira, principalmente nos fundos dos travessões da região<sup>28</sup>. No final da década de 1990 esse movimento havia crescido e com a participação de 114 entidades passaram a formar o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX). Foi apresentado, por meio deste movimento, ao governo brasileiro uma proposta de ordenamento territorial e de desenvolvimento sustentável para região, onde se propunha a criação de diversas Unidades de Conservação, dentre elas o mosaico da Terra do Meio (SILVA, 2009, p. 44). Silva(2009) cita essa mobilização como uma união de diferentes setores da região à época, o que proporcionou mobilização política e de recursos necessários para a criação da proteção dessas áreas:

Com esse discurso, o movimento de agricultores da Transamazônica aproximou-se dos demais movimentos e ONGs ligados ao tema da sociobiodiversidade, conseguindo construir acordos com fundos de financiadores internacionais, relacionados ao movimento ecológico internacional.(SILVA, 2009, p. 44)

As denúncias da retirada ilegal de mogno da região feitas pelas ONGS, como o relatório do Greenpeace (traduzido para diferentes línguas) “Parceiros no Crime: A extração ilegal de mogno - A Amazônia à mercê de “acordos entre cavalheiros”, publicado em 2001, unidas às mobilizações do MDTX, chamou a atenção do governo federal, que convocou um diagnóstico da região para avaliar a implementação das Ucs. O estudo foi chamado de:

Formulação de uma Proposta Técnica para a Implantação de um Mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu” (ISA, 2003). Para este trabalho foi contratado Instituto Socioambiental (ISA) através do Projeto do Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira – PRODEAM (PROGRAMA PRODEAM-OEA/SUDAM). O ISA convidou ainda o Instituto de Pesquisa da

---

27 Junto com outras UCs, como a APA Triunfo do Xingu, a FES do Iriri, e as Terras Indígenas Xiapaya, Kuruaya, Cachoeira Seca, Kararaô, Apterewa, Araweté e Assurini formam um mosaico de áreas protegidas no médio Xingu. A um olhar ainda mais macro para a bacia do Xingu, esse mosaico pertence também a um corredor de áreas protegidas permeiam a bacia do Rio Xingu. ([www.xingumais.org.br](http://www.xingumais.org.br), acesso em 15/08/2020)

28 “Travessões” são como são chamadas as estradas geralmente sem asfalto, em condições ruins de trafegabilidade, que conectam inúmeros assentamentos de agricultores familiares e/ou pequenas fazendas, geralmente como ramificações da centralidade da estrada principal, a BR230, Transamazônica.

Amazônica (IPAM) e a Fundação Viver Produzir Preservar (FVPP) para a elaboração dessa proposta. (SILVA, 2009, p. 45)

A partir desse estudo, foram desenvolvidas propostas de projetos de lei para a demarcação das Unidades na Terra do Meio. Durante a tramitação para aprovação dos projetos de lei, por meio de pressões de interesses diversos (tanto ambientalistas, como de grandes ruralistas), houve alterações dos tamanhos das áreas propostas inicialmente, resultando, principalmente, numa diminuição de UC Sustentáveis e aumento das UC Integrais. Esse fato tem uma consequência fundamental na reprodução do modo de vida das famílias beiradeiras, que passaram a ter suas casas, suas áreas de uso e de pertença numa área categorizada no tipo de conservação integral, onde se proíbe moradia ou qualquer atividade humana<sup>29</sup>. Tal situação não afetou especificamente a comunidade Bela Vista no que se refere à garantia de continuidade de moradia em seu lugar. Mas reflete em dois impactos vividos pelas famílias dessa comunidade: a manutenção de áreas de uso, como Castanhais, que ficaram dentro das unidades de conservação integral; e a relação dessa comunidade com a comunidade vizinha, de São Sebastião do Xingu, que ficou situada dentro da área do Parque Nacional Serra do Pardo. O primeiro impacto será tratado com mais profundidade no capítulo 4.

Voltando para o entendimento do processo das propostas de lei de criação de Unidades de Conservação, é importante reiterar que houve fundamental participação de organizações da sociedade civil. Silva (2009) cita em sua tese as principais envolvidas:

Dentre as organizações envolvidas no processo de criação vamos encontrar definidas em grupos as seguintes organizações: ISA, CPT e FVPP, apoiadas pela ONG internacional do ED, subsidiada pela Fundação Moore, o WWF com contribuição de fundos próprios, e o IBAMA através do CNPT que logo depois foi substituído pelo ICMBio. (Silva, p.70, 2009)

Cada instituição teve seu papel de mobilização política local, estadual e federal e também na mobilização recursos para viabilizar as ações. Mas além delas, é claro, o envolvimento dos moradores locais foi ainda mais importante para que as áreas fossem asseguradas contra as invasões ilegais, que vinham expulsando-os nos últimos anos. Sobre a criação da Resex Rio Xingu, Silva (2009) nos esclarece alguns papéis das instituições e nos traz a fala de uma das lideranças dos moradores ribeirinhos:

---

29 Não aprofundaremos especificamente nesse tema nesta pesquisa, mas é de extrema importância citá-lo, como um aspecto ameaçador ao modo de vida de muitas populações tradicionais pelo Brasil: a sobreposição de áreas de proteção ambiental de tipo integral em territórios de populações tradicionais é ainda hoje um enfrentamento bastante violento aos direitos dessas famílias. Sobre a situação na Terra do Meio ver:(GUERRERO, 2015; BALLE et all, 2020) e em outras regiões do Brasil: (CASTRO, 2017; DIEGUES, 2001; GUERRERO, 2012)

A Comissão Pastoral da Terra da Prelazia do Xingu foi a instituição que, em conjunto com a FVPP, trabalhou na mobilização das famílias ribeirinhas para a criação das unidades. A CPT também realizou visitas às famílias de ribeirinhos, informando sobre a criação da reserva extrativista, que poderia ser uma forma de garantir a terra e a subsistência dessas famílias na região. Após as visitas a CPT apoiou as iniciativas do CNPT em construir a proposta de reserva extrativista na região do oeste do Pará, mais precisamente na Terra do Meio. Segundo comenta Herculano Costa e Silva: “*A CPT foi a primeira casa que eu fui recebido, lá encontrei apoio e consegui fazer o que eu queria, que era lutar para eu voltar prá minha terra, lá onde meu pai deixou prá mim e para minha família, eu sai de lá expulso, e vou lutar para eu voltar. Depois da CPT veio a FVPP, ela me ajudou, depois veio o ISA que me deu o barco, e assim foi até criar a RESEX* (Herculano Costa e Silva, 2008)” (Silva, p.75, 2009)

Sr. Herculano Costa e Silva é morador da comunidade Volta da Pedra na Resex Rio Xingu, e assim como nos contou o sr. Edmilson em tópicos anteriores neste capítulo, sr. Herculano também sofreu ameaças e expulsões do local de sua própria casa. Apesar da situação ser recorrente e passar igualmente com muitas famílias no mesmo período de tempo, as famílias beiradeiras não possuíam condições favoráveis para uma mobilização política organizada em massa. Até então, as famílias que vinham ali morando desde a época dos seringais nunca tinham costume de se organizarem em sindicatos, por exemplo. A organização do espaço familiar nas colocações criava condições de dispersão pelo território em que prevalecia a gestão da unidade familiar, seguido das relações de vizinhança e parentesco. Por isso, a mobilização dos moradores que se sentiam ameaçados pela situação da grilagem das terras se fez, a priori, por meio da articulação de indivíduos, que se formaram como lideranças para as outras famílias, no contato com instituições de apoio e defesa dos direitos humanos em Altamira, como Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP). Sobre isso, Silva (2009), que acompanhou o processo relata:

As denúncias formuladas pelos ribeirinhos fizeram com que o governo brasileiro passasse a dar prioridade na criação da Reserva Extrativistas do Rio Xingu. Somente as pessoas destaques como Herculano, Lauro e Francisco conseguiam acompanhar o processo de criação. As outras famílias não tiveram acesso às informações por dois motivos, segundo Herculano Costa: o isolamento e a falta de comunicação na área. (Silva, p.79, 2009)

Mesmo com a dificuldade de comunicação entre os moradores espalhados pelo território, as lideranças que se destacaram tiveram papel fundamental para dar voz à situação que estavam vivendo e pressionar o governo federal em decretar a lei de criação da Reserva Extrativista. Nessa

época de mobilizações políticas com apoios de outras instituições, foram instalados os primeiros radio amadores na casa de algumas famílias, para melhorar a comunicação.

Todo o esforço, resultou, por fim, na assinatura do decreto lei no dia 05 de junho de 2008, ou como nos conta essa mesma história sob o seu ponto de vista, segue poesia cantada por sr. Edmilson:

“A Reserva foi assinada  
No dia 5 de junho  
Todo mundo em seus lugar  
(Por)que ninguém é vagabundo

O pobre dos grileiros  
choravam e batiam o pé  
Arrumando suas boroça  
‘Agora perdemo a fé’

Subiram no Rio Pardo  
Tirando todo mundo  
Só ficou João do Motor  
que não era vagabundo

Chegou seu Edmilson  
Chegou no seu lugar  
Ele veio mandado  
por Marcelo Salazar

Quando eu cheguei  
Eu não tinha o que fazer  
Eu vou encauchar saco  
Porque logo eu vou vender

Encauchei um  
Encauchei dois  
Encauchei três  
Quanto mais eu encauchava  
Mais aparece freguês.”  
(Edmilson Viana)

Ao ser perguntado quando começou a Reserva Extrativista Rio Xingu, essa cantiga é cantada por sr. Edmilson com alegria e orgulho. Assim como tantas outras letras que gosta de inventar, a música é a forma que, o senhor de mais de oitenta anos, que nunca aprendeu a ler e escrever, encontrou para registrar os acontecimentos de sua história. Para além de uma simbólica

lembrança, a cantiga traz elementos importantes sobre o momento da criação da Resex, do ponto de vista do morador do local. Destaco em primeiro lugar, a retirada dos grileiros, mas a manutenção de alguns fazendeiros na área, como o “João do motor”, que até o término desta pesquisa, segue com sua área dentro das Ucs. Outro ponto de destaque é o retorno de Edmilson para seu local. Assim como muitos beiradeiros, Edmilson se afastou de sua antiga morada a procura de novas fontes de renda e oportunidades de melhoria de vida e, quando ocorria o processo de criação da Resex entendeu como oportunidade de retorno. O terceiro ponto de destaque é a procura de atividade de renda para voltar a sobreviver no seu local, que na letra da cantiga aparece na forma da fabricação de artesanatos feitos a partir do conhecimento do antigo trabalho do seringueiro.

Os três pontos levantados corroboram com a análise das três variáveis em observação nesta pesquisa. Ou seja, Edmilson nos provoca a pensar em como passou ser a dinâmica da produção do espaço com a retirada dos grileiros e a nova proposta de segurança e proteção territorial para os moradores antigos por meio de uma UC.; como se (re)fizeram as relações sociais estabelecidas no lugar, posto a possibilidade de retorno ao lugar de origem por algumas famílias que haviam saído, ou sido expulsas de sua terra pela venda ilegal; e por fim, quais as formas de trabalho que geraram as condições de permanência nesse lugar.

Enfim, a criação da Resex representou a solução de estabilidade e garantia de terra à população tradicional ali residente. No entanto, coloca também uma nova espacialidade ao modo de vida presente. As questões levantadas pela cantiga do sr. Edmilson são as motivações para a continuidade da análise desta pesquisa no tempo da comunidade do objeto de estudo. Em outras palavras, os novos limites do espaço da Resex; os combinados de uso de recurso por meio do Plano de Manejo; a criação de espaços coletivos de deliberações e articulações políticas – como a Associação de Moradores e o Conselho deliberativo, são elementos novos surgidos com a criação da Resex. Todas essas questões e elementos, que o modo de vida beiradeiro teve (e está tendo) que aprender a lidar, serão tratadas, portanto, no próximo capítulo desta dissertação.

## **Capítulo 3 : o modo de vida beiradeiro na comunidade Bela**

### **Vista**

Após a exposição do histórico do modo de vida até a configuração espacial mais recente, decorrente da criação das Unidades de Conservação na região da Terra do Meio, este capítulo tem como objetivo descrever como está atualmente o modo de vida dos moradores na comunidade Bela Vista da Resex Rio Xingu. O *tempo da comunidade*, em que se situa o modo de vida descrito neste capítulo, refere-se ao tempo-espaço da comunidade Bela Vista durante o período desde a criação da Resex Rio Xingu, em 2008, até o presente momento do ano de 2021.

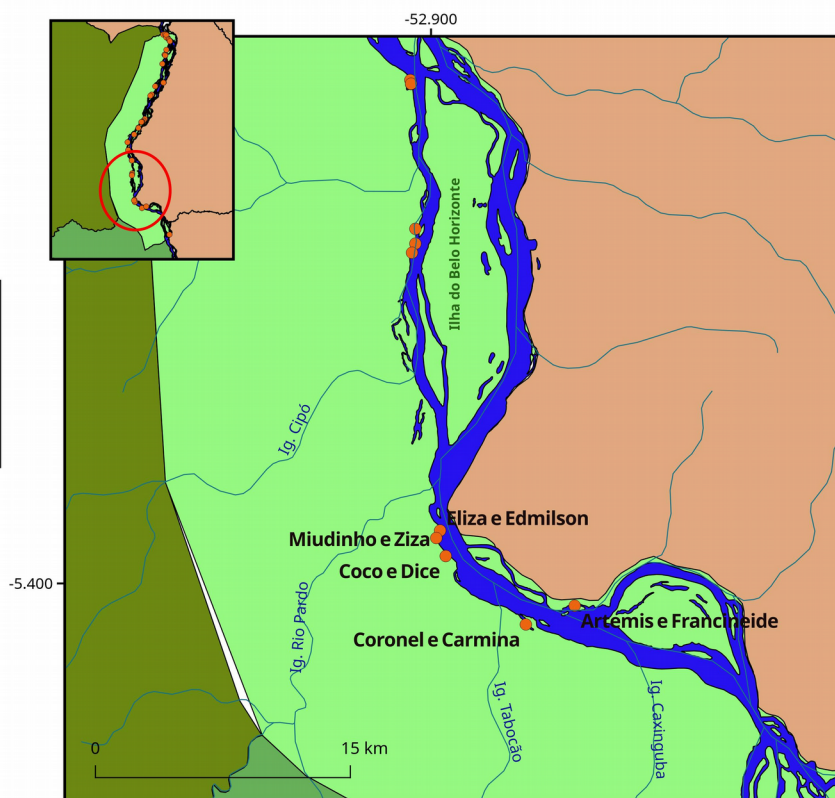
A intenção do capítulo é, portanto, descrever o modo de vida dos moradores atuais da comunidade seguindo as mesmas variáveis elencadas para a análise desta pesquisa: 1) a dinâmica de produção do espaço; 2) as relações sociais estabelecidas no lugar; e 3) as formas de trabalho que geram organização e sustento das famílias em seu lugar. Com isso, poderemos perceber, comparativamente ao que foi descrito no capítulo dois, como ocorreu a reprodução do modo de vida beiradeiro, observando quais foram as manutenções e transformações dos aspectos analisados do modo de vida que surgiu neste lugar.

Iniciaremos com a apresentação da comunidade Bela Vista nos dias de hoje, baseada principalmente na minha observação e convivência com a comunidade desde 2015, durante o trabalho de assessora técnica pelo Instituto Socioambiental (ISA).

#### **A comunidade Bela Vista na Resex Rio Xingu**

A comunidade Bela Vista é uma dentre as 11 comunidades reconhecidas pelos moradores da área Resex Rio Xingu. Está situada a uma distância de 300km de Altamira e 200km de São Félix do Xingu, em linha reta. O acesso às sedes municipais é viável apenas por navegação pelo rio Xingu. Reconhecem-se como comunidade Bela Vista, atualmente, 5 famílias que vivem em diferentes localidades da boca do Rio Pardo até a ilha de Caxinguba. Essa região, dentro dos limites da Reserva Extrativista Rio Xingu, conta 20mil ha. No entanto, as áreas de uso dos moradores dessa comunidade abrangem uma espacialidade ainda maior que os limites de decreto da Resex. Há áreas de uso, como castanhais, que estão dentro das unidades de conservação vizinhas, a Esec Terra do Meio e o Parna Serra do Pardo, que são acessadas desde o rio Xingu, por navegação pelo igarapé Rio Pardo. O mapa que segue mostra a localização das moradas das famílias que compõem a comunidade. Não demonstra, no entanto, toda a extensão de seu território, com todas as áreas de uso, como os castanhais e pontos de coleta de coco babaçu, por exemplo.

## Comunidade Bela Vista na Resex Rio Xingu em 2020



Mapa 6: Localização das moradas das famílias beiradeiras que formam a comunidade Bela Vista na Resex Rio Xingu.

Das 5 famílias que ali residem, uma é composta pelo casal sr. Edmilson, 81anos, e dona Eliza, 77anos, e um de seus filhos, Branco, 57anos. Outras duas famílias são de outros dois filhos do casal com suas respectivas famílias: Coronel e Carmina e um filho de 6 anos; e Miudinho e Ziza e um filho de 4 anos. Outra família é composta por um sobrinho de sr. Edmilson, o sr. Dicé Viana, casado com dona Coco e seus três filhos (em idades de 20 a 30 anos). Apenas a quinta família não possui parentesco direto com a família de Edmilson. Formada pelo irmão de dona Coco, conhecido como Artemis e Francineide e 4 filhos (de idades variadas entre 3 e 15 anos). Ao menos dois<sup>30</sup> homens solteiros também vivem nessa comunidade. Não possuem casa própria, mas moram com uma dessas famílias e possuem roçados e outras áreas de uso, como Castanhais. A primeira vez que visitei a comunidade, em 2015, havia mais duas famílias que durante o período de 6 anos que estive frequentemente pela região, decidiram se mudar para Altamira e São Félix do Xingu. Sendo assim, hoje, conta-se 22 moradores fixos. Há uma predominância de relações de parentesco entre os núcleos familiares. Há, também, pelo menos mais um filho e um neto do casal Edmilson e Eliza que costumam morar por longas temporadas com eles durante o ano.

30 Até agosto de 2020 contavam 3 homens nessa situação. Lembro e faço aqui homenagem ao falecido sr. João Gomes, que morreu de infarte em viagem de canoa retornando de Altamira para a Resex no mês de agosto de 2020.

As cinco famílias vivem cada qual em seu lugar, também chamado de localidade e que possui um nome específico: Morro do Félix, Novo Horizonte, Bela Vista, Lago e Ponto Novo. Os nomes das localidades são, geralmente, antigos, herdados de histórias de moradores que viveram na região, ou são nomes que se firmaram com a chegada de um rádio amador na casa. Ao ter um rádio instalado dentro de casa, a família escolhe o nome com o qual vai ser chamada pelo canal do rádio. Assim, o nome começa a vigorar, e em algumas situações inclusive substituindo algum nome antigo de qual os moradores atuais não gostavam.

Em apenas uma das cinco famílias não há rádio amador. O primeiro rádio amador dessas comunidades veio no começo dos anos 2000, por meio de doação de uma instituição estrangeira para proteção e melhor articulação de lideranças que estavam envolvidas na criação das UCS. Os demais foram sendo comprados pelos próprios moradores ou instalados por meios de projetos da Associação de Moradores do Médio Xingu (AMOMEX) e parceiros institucionais como o ISA. O rádio é o principal meio de comunicação dessas famílias para comunicarem-se entre si, com outras comunidades ou aldeias indígenas e com pessoas na cidade. Mais recentemente, em 2020, durante a pandemia da Covid-19, a comunidade Bela Vista recebeu um ponto de internet por meio de projeto<sup>31</sup> que visou a melhoria da comunicação, principalmente, para coordenar as atividades de combate à pandemia da COVID-19 com as comunidades.

As localidades, de cada família, encontram-se espalhadas ao longo da margem esquerda do rio Xingu, sendo que apenas uma delas situa-se numa ilha. As distâncias entre cada localidade da comunidade Bela Vista variam de cinco minutos até uma hora de motor rabeta pelo rio. As moradas mais próximas são do Morro do Félix, onde vivem sr. Edmilson e d. Eliza, e Novo Horizonte, morada do filho mais novo do casal, conhecido como Miudinho e sua esposa Ziza. Entre essas localidades é possível chegar por um caminho pela mata e roçados em cerca de 10 minutos andando a pé. A distância mais longa está entre a localidade Morro do Félix e a morada de Francineide e Artemis, que vivem na ilha do Caxinguba, localidade Ponto Novo, chegando a durar 1 hora de viagem pelo rio com um motor rabeta.

A característica e disposição das casas de morada das 5 famílias são muito semelhantes entre si. As casas são construídas em uma distância segura da margem do rio para não serem atingidas pelas águas na época das cheias do rio. São casas feitas com paredes de tábuas de madeira, cobertas com palha de babaçu ou com telha tipo brasilite e com piso de terra batida. Uma das famílias possui casa com piso de cimento queimado. Com exceção de duas famílias que possuem casas menores, a maioria das casas tem um padrão de construção de casas com cômodos bem

---

31 Projeto elaborado em parceria das Associações de Moradores das Resex da Terra do Meio, AMOMEX e AMORERI, com ISA e Rede Xingu Mais.

amplos: uma sala de entrada grande e subdivisões para o quarto dos pais e pelo menos um quarto para os filhos. A cozinha, com o fogão a lenha e o jirau para lavar e apoiar as louças, é construída como um cômodo separado, mas está sempre conectada ao restante da casa.

As casas estão envoltas de uma área ampla e aberta ao seu redor, chamada de “terreiro”. O terreiro é sempre muito bem capinado, para não haver crescimento de mato, evitando a chegada de insetos e animais não desejados ao interior da casa. No terreiro é comum encontrar árvores frutíferas e um canteiro de temperos por perto da parte da cozinha. Faz parte da área do terreiro também uma casa de farinha, onde se realiza os processos produtivos da farinha de mandioca, principalmente. Apenas as duas casas dos filhos de Edmilson não possuem casa de farinha, pois utilizam-se da casa de farinha grande localizada no terreiro da casa de seus pais. No terreiro também vivem os animais de criação, como galinhas, patos, cachorros e os animais domesticados ou adotados, como jacamin, mutum e papagaio.

Além da casa de morada envolta pelo terreiro, cada família possui de uma até duas áreas de roçado de mandioca e uma área de plantio de cacau. Há áreas de roçado bem próximas, ao redor da casa de morada, mas também há alguns roçados que ficam distantes cerca de 10 a 20 minutos de navegação de rabetá, inclusive dentro do igarapé Rio Pardo.

Outras áreas compõem também a comunidade Bela Vista, como os pontos de pesca, açazais, pontos de caça, castanhais, pontos de ninhada e desova das tartarugas, entre outras. São áreas geralmente distantes da área do terreiro de morada, mas que são frequentemente utilizadas e cuidadas pelas famílias.

Por essa descrição resumida, percebemos um padrão de uso e disposição das casas das famílias da comunidade Bela Vista, que se assemelha com a disposição das colocações antigas. Primeiramente, as moradias situam-se de forma espalhada ao longo do rio, distantes entre si. Outro padrão visível é a disposição de pequenos plantios de plantas frutíferas e medicinais ao redor do terreiro e em áreas mais distantes da casa de morada se localizam plantios maiores e áreas de uso florestal.

Diferentemente do tempo do seringal, em que percebemos uma grande circulação pelo território entre as casas de morada e colocações de seringa, as famílias do tempo da comunidade parecem estar mais fixadas em suas localidades. Os deslocamentos ocorrem apenas conforme a rotatividade das áreas de roçado. Mas a casa de morada tende a permanecer fixa em local vivido há muitos anos. Com essa estabilidade, as mudanças na casa de morada são em termos de reformas e ampliação, ou seja, de melhorias nas estruturas da casa, por exemplo, por substituição de materiais mais duradouros, como a colocação de um piso de cimento. A possibilidade de deslocamento pode ocorrer nos casos em que um filho se casa e sai da morada dos pais, construindo sua própria

localidade. Além disso, de forma parecida com o *tempo do seringal*, atualmente também vê-se com frequência um tipo de deslocamento dos homens solteiros entre as casas de morada dos parentes e vizinhos. São, geralmente jovens a cima de 18 anos, que ainda não se casaram e circulam entre as casas dos pais, tios, irmãos ou vizinhos, onde permanecem por temporadas para ajudar em algum trabalho (por exemplo no roçado, construções, farinha, etc).

A comunidade também possui uma escola, construída pelos próprios moradores no ano de 2014 com ajuda de recurso angariado pela Associação de Moradores em projetos do PDRS-Xingu. A escola se localiza no terreiro da casa de morada de Edmilson e Eliza. A existência da escola foi um elemento importante para a fomentar a permanência e estabilidade das famílias. Além de possibilitar estudo para as crianças e adultos, a escola também necessita de um barqueiro para transporte escolar e de uma merendeira, gerando renda para pelo menos mais duas pessoas da comunidade. Até 2020 o município enviava professores da cidade, que moravam a temporada do ano letivo na comunidade. A partir de 2021 a prefeitura fez a primeira contratação de uma pessoa da própria comunidade para ser a Professora da escola. Essa possibilidade aconteceu após a conclusão em 2019 da primeira turma de ensino-medio profissionalizante em magistério coordenado e ministrado pela UFPA em todas as Resex da Terra do Meio.

Enfim, a título de apresentação, essas são as principais características e elementos da comunidade Bela Vista, na Resex Rio Xingu, como espaço habitado por essas famílias beiradeiras. A seguir, apresento em cada tópico as descrições das três variáveis pelas quais analiso o modo de vida atual. Para estabelecer uma composição comparativa, conforme o que foi apresentado no capítulo dois desta dissertação, começaremos com a apresentação das relações sociais que determinam hoje o modo de vida: com os povos indígenas vizinhos e com as pessoas que não moram no beiradão. Em seguida, apresentaremos as outras duas variáveis na seguinte ordem: as formas de trabalho, que geram a organização do modo de vida e, em seguida, a dinâmica da produção espacial.

## **Relações com os vizinhos indígenas**

A comunidade Bela Vista situa-se na margem oposta do Rio Xingu onde é a Terra Indígena Ipixuna/Arawete. Mais acima do rio, também na margem oposta à Resex, encontra-se a Terra Indígena Apyterewa. Pela proximidade dos territórios, os Arawete e Parakanã são os povos que mais se relacionam hoje em dia com os ribeirinhos da comunidade Bela Vista.

Sr. Edmilson é carinhosamente chamado de “mororô” pelos parakanã, que usam frequentemente o terreiro da casa dele para pernoitar em viagens de Altamira até suas aldeias.

Nessas frequentes visitas de meio de viagem, os parakanã costumam armar suas redes nas árvores à beira rio ou ao redor da casa de morada de Edmilson e Eliza para passarem a noite. Quando no inverno, sr. Edmilson sede o abrigo da casa de farinha ou da sala da escola para os visitantes dormirem sem risco de tomar chuva. Nessas paradas as famílias trocam muitas coisas e favores – desde frutas que maduram nas árvores, carnes de caça, até peças de motor de barcos eventualmente quebrados, combustível, remédios ou qualquer outro tipo de auxílio.

Os arawete, que recentemente começaram a criar aldeias novas na beira do rio<sup>32</sup>, em lugares bastante próximos às localidades das moradas das famílias ribeirinhas, visitam com frequência algumas casas, como a de Miudinho, onde existe também a cantina da comunidade. “Vizinho” é um apelido ouvido frequentemente pelo rádio quando se escuta conversas entre arawete e beiradeiros ou quando se vê um arawete chegando na casa de alguma família ribeirinha (isso acontece quando já há uma intimidade, quando a visita já é de acordo e constante). As aldeias novas, mais próximas às casas ribeirinhas da comunidade Bela Vista, foram instaladas em locais onde foram antigas colocações de seringueiros. Sr. Edmilson conta que seu sobrinho tinha casa e roçado onde hoje os arawete têm a aldeia de nome Tã-xingu.

Da antiga relação de disputa por espaço, medo, fugas e conflitos, hoje se vê uma relação de consideração, trocas e cuidados, em que cada qual sabe onde é o seu território e quais as regras para pisar em território alheio. A relação de boa vizinhança é tratada com muita seriedade e com todo respeito e cuidado.

Indígenas compram farinha de mandioca dos ribeirinhos, e negociam em inúmeras coisas que recebem da “Norte Energia” pelos programas de compensação de impactos causados pela Hidrelétrica de Belo Monte<sup>33</sup>: voadeiras, placa solar, motor-rabeta, motor de farinha, cotas de combustível.

Os ribeirinhos, quando necessitam de assistência de saúde mais emergencial em casos graves, recorrem às aldeias para serem atendidos no sistema da saúde indígena organizada em todas as aldeias pelo sistema nacional DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena). Na área da Resex só existe apenas um posto de saúde, na comunidade Gabiroto. Essa comunidade localiza-se no meio da área da Resex, distante cerca de 4 horas de motor rabeta das comunidades que estão nas extremidades da área, como a comunidade Bela Vista. Em casos de urgência para uma assistência

---

32 A multiplicação de aldeias nas Terras Indígenas foi um processo vivido pela maioria (senão totalidade) de povos indígenas da região, desde o início da implementação da UHE Belo Monte. Os processos de mitigação de impacto da obra com relação aos povos indígenas eram, em sua maioria, apresentados e calculados em uma conta “por aldeia”. Isso fez com que muitos povos se dividissem para conseguirem ampliar o que recebiam da construtora. Foi mais um dentre os inúmeros impactos negativos promovidos pela obra na região.

33 Ver artigo de Guilherme Orlandini Heurich (in ISA, 2017), “A Barragem e a Canoa de Jawiti”, sobre a situação do povo Arawete em relação às medidas de mitigação oferecidas pelo consórcio construtor da Usina Hidrelétrica de Belo Monte aos povos indígenas da região, e as consequências geradas por essas ações da empresa responsável pela obra. Mesmo morando na mesma altura do Rio Xingu, os ribeirinhos não foram contemplados por essas “compensações”.

de saúde, os beiradeiros recorrem ao posto de saúde das aldeias, que estão mais próximos. Isso depende, no entanto de manter uma boa relação com os “vizinhos”.

A cantina comunitária (que será melhor apresentada em um dos tópicos seguintes) também atende aos indígenas quando tem capacidade: comprando caixas de castanha ou mesocarpo de babaçu e vendendo mercadorias a troco ou em dinheiro. Miudinho, responsável pela cantina da comunidade, comenta sobre a relação de negociação e trabalho com eles:

os índios são bons pagadores. Eles são bom de fazer negócio. A castanha deles vem bem tratada e eles nem reclama da medida, deixam até a sobra pra cantina. O problema é que eles querem tudo em grande quantidade, e muita, sempre muita bolacha. (Miudinho, conversa em 2020)

A convivência e o respeito caracterizam hoje uma relação que fora inicialmente fatal. Isso faz com que as trocas entre os modos de vidas postos no espaço de vizinhança se intensifiquem. Se o modo de vida seringueiro se formou com conhecimentos tradicionais indígenas, atualmente ainda mantém-se essas trocas de conhecimentos e técnicas entre os modos de viver na região. Diferentemente do tempo do seringal, hoje, em qualquer atividade realizada dentro da floresta há apenas a preocupação do encontro com a onça, que pode ser perigoso para o beiradeiro. Não há mais o medo da possibilidade de algum ataque de índio ao andar pela mata, como era comum antigamente. Hoje, se solicita a entrada em cada um dos lados do rio, em território alheio, para poder fazer qualquer atividade. Os araweté, por exemplo, costumam pedir permissão para poderem caçar no lado da Resex. Assim como os beiradeiros pedem aos araweté que os deixem coletar babaçu em sua Terra.

Essa transformação de relações entre indígenas e ribeirinhos ao longo do tempo pode também ser interpretada pelos elementos da teoria da reciprocidade, formulada por teóricos das ciências sociais como Marcel Mauss, Simmel, Levi-Strauss, Polanyi entre outros, como uma estrutura elementar das sociedades (SABOURIN, 2011).

A antropologia consagrou apenas a reciprocidade das dádivas: oferendas, partilhas, prestações totais, potlatch que constituem o que Temple e Chabal (1995) designam pela forma positiva da reciprocidade. Mas existe, também, uma forma de reciprocidade negativa: a dos ciclos de vingança. Diferentemente da troca, cujo desenvolvimento é associado à lógica da concorrência e do acúmulo pelo lucro, a lógica da vingança está ligada a uma dialética da honra como a da dádiva está ligada a uma dialética do prestígio. (SABOURIN, 2011, p.30)

Na citação acima, o autor exemplifica como essa teoria considera que a reciprocidade pode assumir várias formas (positivas e negativas) e como se distingue as relações de troca com o

que estão chamando de reciprocidade. O que se faz interessante dessa literatura sobre a reciprocidade para entender a relação dos indígenas e beiradeiros na região em estudo, é o fato desse estudo de caso poder ser uma exemplificação dessa relação estruturante de reciprocidade, que se demonstrou de duas maneiras ao longo do tempo: primeiro da forma negativa, com as guerras entre seringueiros e indígenas e transformando-se para uma forma positiva, com as trocas de vizinhança no tempo da comunidade. Ou seja, o que foi observado na análise dessa relação nos dois tempos distintos, reflete sobre a reciprocidade entre os ribeirinhos e indígenas, que sempre existiu nesse espaço. Considerando a existência estruturante da reciprocidade, ela deve ser analisada conforme a estrutura social colocada no espaço. Corroborando com isso, Sabourin (2011) explica que:

A relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relação, em outras estruturas, podem produzir outros valores específicos. (SABOURIN, 2011, p.31)

Com isso e com o que foi visto na análise dessa relação durante a pesquisa, é possível interpretar que essa reciprocidade entre ribeirinhos e indígenas, desde os tempos do seringal Belo Horizonte até o que é hoje na comunidade Bela Vista, produziu diferentes valores e delimitações de uso desse lugar. E, por isso, é uma das relações estruturantes do modo de vida beiradeiro.

Além das relações sociais estabelecidas com os povos indígenas vizinhos, o modo de vida beiradeiro hoje também possui relações com pessoas que transitam pelo rio e que não moram em nenhuma das duas margens do Xingu. No próximo tópico, descrevemos essa outra relação que está posta no modo de vida beiradeiro atual.

## **Relações com quem não mora ali**

Destaquei no capítulo um a importância da relação dos seringueiros com os patrões, pessoas que não moravam no seringal, mas que faziam parte da vivência daquele lugar, e que influenciaram diretamente na origem das relações estabelecidas no local. Foi predominante a relação hierárquica de poder e classe daqueles que proviam créditos e auxílios para com aqueles que dependiam de assistências básicas e possuíam, no primeiro momento, apenas a força de trabalho para produção da borracha. Com o decorrer das décadas, a extinção da hegemonia econômica da borracha deu lugar a outras possibilidades de relações com agentes externos. Nessa linha, descrevo neste tópico as relações dos moradores da comunidade Bela Vista com as pessoas que não moram

ali, mas que circulam frequentemente pelo beiradão e mantém um papel importante nas relações espaciais locais no tempo da comunidade.

Desde a criação da Resex Rio Xingu, em 2008, houve a retirada das ocupações ilegais por fazendeiros e grileiros e foram impostas regras de autorização de entrada na área. Com isso, as pessoas ou instituições que passaram a circular no dia-a-dia dos moradores foram: a equipe do ICMBio, órgão federal gestor da UC; a equipe do Instituto Socioambiental (ISA), ONG com atuação desde antes da criação das UCs, prestando assessoria direta à Associação de Moradores e outros projetos de formação, gestão territorial e atividades de renda; os regatões, geralmente ex-moradores, que fazem viagens comerciais desde Altamira ou de São Félix do Xingu; os pilotos de voadeiras com equipes que trabalham na região, seja nas outras Unidades de Conservação (por meio do ICMBio) ou nas Terras Indígenas vizinhas (como a equipe do DSEI, Funai e outras empresas que prestam serviços e ou assistências à Funai ou diretamente aos povos indígenas); as pessoas representantes das secretarias municipais de Educação e Saúde (SEMED, SESA); e outras instituições como a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a ONG Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), que, tanto são membros do Conselho Deliberativo, como realizam projetos eventuais com os moradores.

A diversidade de relações que se colocou aos moradores é um primeiro indicativo de mudança da relação que costumava se dar apenas com o seringalista, no *tempo do seringal*. No entanto, para poder comparar com a descrição do *tempo do seringal* e analisar a reprodução do modo de vida beiradeiro, procurei observar nessas relações qual o papel que essas pessoas e representantes de instituições desempenham no cotidiano dos moradores; como essas pessoas que não moram ali representam esses papéis; e como as famílias beiradeiras percebem esses papéis em cada relação. Dentre todas as relações citadas, descrevo a seguir três principais grupos de relações que os beiradeiros têm vivido desde a criação da Resex: 1) os regatões; 2) órgãos de governo – ICMBio e secretarias da prefeitura; e 3) instituições da sociedade civil ou de ensino - ISA, FVPP e UFPA. Apresento, a seguir, as relações entre os beiradeiros e cada grupo na ordem acima colocada.

## **Regatões**

Os regatões representam relações que estão postas desde o *tempo do seringal*. Já foi mencionada, nos capítulos anteriores, a época do surgimento dos regatões, como comerciantes ambulantes compradores de peles de gato e até mesmo borracha, existindo concomitante aos seringalistas, e representando alternativa de renda, competitividade no mercado local e ampliação de redes de assistência para os seringueiros.

Com a implementação da Resex e a retirada das alternativas ilegais de renda na área, os regatões permanecem e assumem o papel de únicos provedores de crédito e assistência, por meio da relação de troca comercial. Passam a ser a garantia de renda mais constante para as famílias moradoras da Resex. Os regatões são também conhecidos como “geleiros”, pois a principal atividade por meio da qual se relacionam com os beiradeiros é a compra de pescados. Também costumavam comprar castanha e farinha de mandioca, em determinadas épocas e dependendo das negociações com os moradores. São, portanto, comerciantes ambulantes que sobem o rio desde Altamira com o barco cheio de caixas de isopor com gelo e mercadorias. No caso da comunidade Bela Vista, há alguns geleiros que chegam descendo o rio, vindos desde a sede do município de São Félix do Xingu.

A dinâmica de trabalho dos regatões é, resumidamente, a seguinte: sobem o rio deixando um caixa de isopor com gelo na casa de cada pescador; esperam de dois a três dias na comunidade mais distante, onde chegam nessa distribuição das caixas de gelo e, depois, retornam para a cidade de onde saíram, recolhendo as caixas cheias de peixe gelado para vender os pescados para um comprador da cidade, geralmente já pré-estabelecido, com quem o regatão tem uma relação de aviamento e crédito para poder fazer essas viagens. Nessa relação de compra do pescado do beiradeiro na Resex há uma importante relação de troca em fornecimento de mercadorias, dinheiro e, principalmente, encomendas. Os regatões vendem mercadorias a um preço considerado muito alto pelos beiradeiros, geralmente cobram de 50% até 100% a mais do preço da mercadoria praticado na cidade, em troca do peixe. O pescador muitas vezes fica endividado com o regatão, pois se abastece de uma quantidade de mercadorias que não consegue pagar em volume de peixe na mesma viagem do regatão. Assim, estabelece-se uma relação de crédito e dívida entre os dois.

Além das mercadorias e dinheiro, os regatões também trazem e levam encomendas de qualquer tipo, solicitadas pelos pescadores. E também prestam um importante serviço de “dar caronas” para quem precisar ir ou voltar da cidade. Inclusive, nos últimos 6 anos que estive trabalhando na Resex, foram inúmeras as caronas que eu mesma peguei com diversos regatões, para retornar à cidade ou deslocar-me de uma comunidade para a outra.

Os beiradeiros veem os regatões, geralmente, como alguém que “enriqueceu” ou que tem uma vida melhor que a deles. Essa comparação se dá pela justificativa da facilidade que os regatões têm em acessar a cidade, e também pela relação de quem comanda a troca comercial, ou seja, por que o regatão determina o preço da mercadoria e do peixe e tem a condição de abastecimento e de prover para alguém, ele passa a ser visto como alguém que tem mais oportunidade e condições do que o beiradeiro.

Dos 4 regatões que transitavam na comunidade Bela Vista nos últimos 6 anos, todos eram ex-moradores da região, homens de mais de 50 anos de idade, que conhecem bem a navegabilidade do rio e as famílias moradoras das comunidades. Um deles, sr. Altino Pereira, falecido no final de 2019, tinha mais de 60 anos e já era aposentado, mas me relatou que, sua principal motivação para continuar sendo regatão era “ajudar o pessoal”. Sr. Altino morava na cidade há muitos anos, mas seu filho mais velho nunca saiu da comunidade Morro Grande, onde nasceu. Em geral, os regatões possuem vínculos familiares e afetivos com os moradores e com o lugar. Todos os moradores reconhecem a importância do trabalho do regatão em abastecer as famílias e ser um transporte frequente pelo rio.

Comparada a outras comunidades mais abaixo do rio na Resex, a Bela Vista recebe o menor fluxo de regatões, por estar mais longe de Altamira e por ter poucas famílias que têm a pesca como atividade principal de renda. Isso é motivo de reclamação dos moradores da comunidade, por sentirem falta de apoio e de possíveis assistências. Muita vez, por exemplo, mesmo os moradores que não pescam mantêm relações de comércio com os regatões, comprando a dinheiro, principalmente alguns itens diferentes que só o regatão costuma levar.

Assim, a relação dos moradores da Resex com os regatões é a mais antiga e que ainda mantém os principais elementos, apontados no *tempo do seringal*, como fundamentais para o modo de vida das famílias beiradeiras na interlocução com quem circula pelo rio, oferecendo possibilidade de renda com créditos e acesso à cidade para deslocar coisas e pessoas. Embora os regatões não consigam oferecer a assistência de saúde e educação (como se esperava dos antigos patrões), eles garantem a relação de assistência por outro aspecto: garantindo o transporte de alguns tipos de encomendas especiais, que ninguém mais traz e até a alguns lugares, onde ninguém mais costuma frequentar. Tudo isso construído por uma relação de confiança e reciprocidade entre o ribeirinho e o regatão.

Os próximos grupos de relações que serão apresentados tratam de relações novas, que se fixaram com a implementação da Reserva Extrativista como um modelo de regulação fundiária que exige uma outra organização para sua gestão, que envolve diversos setores sociais, além dos próprios moradores.

## **Órgãos do Estado**

Com a criação da Resex, acontece pela primeira vez a aproximação de um órgão de governo federal diretamente com as famílias moradoras da área. Como visto nos capítulos anteriores, os seringueiros não tinham acesso a setores de governo, pois estavam sempre sob a

relação com os seringalistas. Com uma exceção, nos anos 1970 e 1980, quando houve a presença da Sudhevea na região, que fomentava o abastecimento aos seringueiros com preços mais baixos, mas, geralmente, os seringueiros, em sua maioria analfabetos, tinham muita dificuldade para acessar sozinho qualquer política pública.

A partir de 2008, entretanto, com o decreto de criação da Resex, os moradores da área passaram a ter diálogo direto com representantes do ICMBio. Pela legislação (SNUC, 2000) que regulamenta as unidades de conservação, o ICMBio é o órgão gestor das UC de nível Federal. O órgão deve dispor de ao menos um servidor para gerir a UC, que tem como suas responsabilidades as seguintes tarefas: a presidência do Conselho Deliberativo e todos os processos que envolvem a regulamentação fundiária e proteção da área (como desapropriações, contratos de concessão real de uso com os moradores tradicionais, demarcação física e fiscalizações) (Decreto lei 05/06/2008).

Desde a sua criação, a Resex Rio Xingu já teve pelo menos seis “chefias” do ICMBio diferentes. O cargo de gestor responsável por uma UC é chamado de “chefe” pelas nomenclaturas da organização interna do órgão federal. A frequente troca desses representantes nas equipes locais das unidades é uma constante em diversas UCs pelo Brasil. Trata-se de um cargo que pode ser ocupado por um servidor concursado ou por pessoas indicadas. Nos dois casos, a pessoa estabelece um contrato recebendo como D.A.S. (Direção e Assessoramento Superiores). Assim, acontece com frequência a pessoa não ser da região e ter dificuldade em estabelecer-se por muitos anos no local para realizar a função. Dependendo do contexto da criação da UC, a troca frequente de equipes pode ser prejudicial ao andamento de processos de implementação da unidade. Na Resex Rio Xingu, por exemplo, alguns moradores costumavam brincar e comemorar quando algum gestor permanecia mais de três anos no cargo.

O primeiro elemento que destaco na relação entre os moradores com os representantes do ICMBio é uma qualificação que fazem os beiradeiros ao lembrarem da gestão já passada do gestor como o “fulano era bom” ou ruim. A personificação da gestão e a qualificação em boa ou má assemelha-se à avaliação da relação com um bom ou mau patrão, da época dos seringais. Os critérios dessa qualificação também se repetem, sendo basicamente a provisão de assistência e bom trato com os beiradeiros. São bem lembrados, os gestores que davam atenção, passando na casa das famílias para conversar e explicar o trabalho que estavam fazendo, e ainda, se auxiliavam em garantir, por exemplo, alguns direitos, como acesso a políticas públicas ou elaboração de projetos, que trouxessem coisas para a comunidade, como a distribuição de fornos de farinha ou projetos de hortas comunitárias. São mal lembrados aqueles que não conversavam com todas as famílias e que privilegiavam ações de imposição das regras de proibição relacionadas à preservação do meio ambiente e, assim, prejudicavam as famílias de alguma forma.

Um segundo elemento observado na relação dos moradores com o ICMBio é a construção obrigatória do conselho gestor da unidade. A criação do Conselho Deliberativo da Resex Rio Xingu foi publicada no Diário Oficial pela portaria nº59, de 27 de julho de 2010, nomeando à época 8 moradores representantes da população tradicional residente na área e 8 representantes de instituições de governo (municipal e federal) e da sociedade civil organizada. Dos 8 moradores, dois representantes titulares eram da comunidade Bela Vista, nessa primeira formação do Conselho. Nos mais de dez anos passados, essa configuração foi se alterando, mas ainda se mantém uma maioria de representantes de moradores, sendo ao menos um representante de cada comunidade.

A participação no Conselho deliberativo, é, então, uma das principais mudanças no modo de vida beiradeiro da região. Não diz apenas da relação com o órgão do governo federal diretamente, mas também da mudança de perspectiva do beiradeiro com a gestão de uma área maior do que a área que lhe cabia, por costume, zelar, ou seja, sua casa de morada, seu terreiro, roçados, castanhais, etc. O morador nomeado para formar o Conselho assume o papel de representante da sua comunidade para decidir sobre a grande área da Resex, onde vivem também outras famílias em outras comunidades. Como representante do Conselho, passa-se a ter que entender a dinâmica desse espaço de discussão e decisão que envolve reuniões frequentes com a diversidade de pessoas membros do Conselho. O formato das reuniões com pautas, atas, documentos, listas de presença, é um aprendizado dessa nova disposição espacial de morar em uma Resex. Por serem os organizadores do Conselho, as pessoas representantes do ICMBio, tiveram, desde o início da Resex, a responsabilidade de mobilizar e incentivar os moradores à participação nesse novo espaço.

Outro regimento fundamental da Resex, que também parte da responsabilidade do ICMBio para organizar conjuntamente com os moradores, é o Plano de Manejo, que nas disposições preliminares da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC, 2000), é entendido por:

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (SNUC, 2000, p.6)

O Plano de Manejo (PM) da Resex Rio Xingu foi publicado em 2012 (MMA e ICMBio, 2012), ou seja, quatro anos após o decreto de criação da Resex. Tal demora pode ser explicada pelo cuidado do processo encaminhado pelo órgão gestor para que o PM fosse construído de forma a garantir a real participação dos moradores da área. Não me detive em saber a fundo os detalhes do processo feito na Resex Rio Xingu, durante a elaboração desse PM. Mas, é preciso destacar aqui o

que esse documento, na relação com a equipe do ICMBio, representa na vida dos moradores da comunidade Bela Vista.

Primeiramente, trata-se de uma documentação por escrito sobre as regras de uso do espaço onde os moradores sempre viveram. Até então, os beiradeiros eram acostumados com regimes tradicionais de propriedade e usos costumeiros (SANTOS, 2021 e ANDRADE et al, 2017), feitos de forma verbal e passados com seriedade e respeito por gerações. O surgimento de regras escritas, envolvendo ainda outras partes, como o governo, inevitavelmente causa um estranhamento inicial. Por ser um documento que estipula as regras de uso, mesmo tendo sido concebido com a participação de moradores, há um entendimento muito presente nos beiradeiros de que há muitas proibições e injustiças aplicadas com eles pelos representantes do ICMBio. Esse entendimento está colocado na relação com órgão para além do Plano de Manejo, pois, desde a criação do documento, os moradores não se apropriaram dele como uma ferramenta de combinados internos. Tampouco foi ele atualizado a cada cinco anos, como é previsto nas regras do SNUC.

A ineficácia das fiscalizações e o sentimento de injustiça da aplicação de penalidades são sempre lembradas em momentos de recordações sobre as diferentes gestões do ICMBio na Resex. A comunidade Bela Vista é a mais vulnerável, em termos de invasões ilegais na área, dentre as outras comunidades da Resex Rio Xingu. No igarapé Rio Pardo, que está dentro da comunidade e que também é a divisa da ESEC Terra do Meio com o PARNA Serra do Pardo, ainda há algumas fazendas ilegais e é alvo de áreas de garimpo. Por isso, não é incomum os moradores da comunidade Bela Vista encontrarem-se com invasores, principalmente na época da coleta da castanha do pará, quando circulam por áreas mais distantes da beira do rio e de suas moradas. No entanto, ao fazerem denúncias dessas invasões, raramente ocorre alguma ação efetiva de fiscalização por parte do ICMBio. A não resolução das demandas de proteção causa desapontamento e frustração com a eficácia do trabalho do órgão. Isso se soma a uma comparação, que alguns moradores da comunidade Bela Vista costumam fazer, entre a ineficácia da repreensão de invasões ilegais com a frequente ameaça de punição que alguns gestores do ICMBio fazem com os moradores para cumprirem as regras de proteção ambiental. Ou seja, sentem-se injustiçados em sempre serem alertados a cumprir as regras, enquanto que invasores ilegais não são punidos.

Há relatos de moradores de outras comunidades que lembram da imposição por parte do ICMBio da proibição da pesca do acari, que fez com que beiradeiros saíssem da área, para morar na cidade, pois tratava-se de uma importante fonte de renda em determinado período do ano. Também foi motivo de penalidade para alguns moradores, que tiveram que prestar serviço comunitário para quitar a pena. No entanto, no Plano de Manejo da Resex Rio Xingu a pesca do acari é permitida.

Na comunidade Bela Vista, outra grande dificuldade na relação com o ICMBio, apontada pelos moradores, era a exigência da autorização de entrada em seus próprios castanhais que ficaram dentro das áreas das unidades de conservação de tipo integral, determinadas como PARNA e ESEC. O ICMBio exigia que os moradores fossem até a cidade, no escritório do ICMBio para retirar a autorização de entrada na área. Isso causava muitos custos para o beiradeiro, chegando muitas vezes a ser um impedimento para a realização da atividade produtiva tradicional da coleta da castanha (que é a principal fonte de renda no período de inverno). Após muitas discussões entre moradores e as diversas equipes do Icmbio, hoje já não é mais assim. Existe o termo de compromisso (elaborado entre os anos de 2017 a 2019) assinado entre moradores e ICMBio, que reconhece os beiradeiros como usuários das áreas do PARNA e da ESEC. Um documento que foi construído por iniciativa do ICMBio, com ajuda de parceiros como o ISA, para a garantia de direitos dos moradores.

Em resumo, a relação com os representantes do órgão federal trouxe novidades ao modo de vida beiradeiro. Por ser nova, é uma relação que se constrói ao longo do tempo e a longo prazo. Mediante a frequente troca de equipes, os beiradeiros necessitam sempre reconstruir as relações com cada pessoa que assume o cargo no órgão. Ainda assim, há um histórico de relação com a instituição que é crescentemente aprimorado conforme o entendimento dos beiradeiros sobre o papel do órgão na gestão da área. Por mais que haja um conselho deliberativo, em geral não há uma efetiva cogestão do território entre moradores e ICMBio. Nesse sentido, ainda há uma semelhança da relação antiga do patrão, no entendimento de que o ICMBio é o representante do real “dono” da terra, o governo. Por isso, até agora, a relação está balizada conforme o perfil da pessoa que assume o cargo de gestor, que pode se portar mais no sentido da cooperação da gestão territorial com os moradores ou na postura de “chefe” priorizando a imposição das regras ambientais.

Ainda sobre a relação com órgãos de governo, outra novidade foi a relação iniciada com setores da prefeitura de Altamira. Com a criação das escolas em cada comunidade e a implementação de um postinho de saúde na comunidade Gabiroto, localizada no meio da Resex, os beiradeiros tiveram que passar a dialogar com representantes das secretarias de Saúde e de Educação do governo municipal. Essa relação ocorre, em sua maior parte, entre o presidente e o assessor técnico da Associação de Moradores do Médio Xingu, a AMOMEX, com os responsáveis das Secretarias. No tocante ao dia-a-dia dos beiradeiros na comunidade Bela Vista, a novidade maior surgiu após a construção da escola, no ano de 2014. Com a escola, a comunidade passou a se relacionar com um professor ou professora vinda da cidade, que passou a residir na comunidade por alguns meses durante o ano. Um dos moradores também passou a assumir a função de barqueiro, que transporta os alunos das moradas das famílias até a escola. Para realizar essa função, o beiradeiro precisa participar do pregão de licitação da prefeitura para concorrer à vaga. Para isso, a

Associação de moradores é fundamental para auxiliar os beiradeiros a participarem desse processo burocrático, que exige inúmeros documentos e a presença na cidade, para poder concorrer a essa contratação. Atualmente, a AMOMEX possui um assessor técnico que é contratado conjuntamente com as outras três Associações de moradores das outras Resex da Terra do Meio (AMORA, AMORERI E AERIM). Essa pessoa auxilia os beiradeiros em todos esses tratos burocráticos com os órgãos da prefeitura, assim como é responsável por organizar e se relacionar com as secretarias para manter as assistências à saúde e educação minimamente funcionando nas comunidades.

Enfim, para se relacionar com os setores da prefeitura, os beiradeiros necessitam de pelo menos uma pessoa na cidade, que lhes dê o apoio para gerir a relação com cada secretaria e cuidar dos prazos e documentações necessárias para que eles possam manter o trabalho de barqueiro, a escola funcionando e ao menos um postinho de saúde equipado e com um profissional para atendê-los. Essa pessoa na cidade já foi, muitas vezes, alguém da equipe do ISA, do ICMBio ou mesmo da própria Associação de Moradores. Desde 2016, com a contratação direta de um assessor técnico, a Associação tem ele como representante para tratar de assuntos, principalmente, sobre garantias de direitos básicos com os órgãos de governo e gerenciar projetos em nome das Associações de Moradores (Lima, 2015).

Além dessa presença direta na cidade, os beiradeiros, em suas comunidades, também necessitam manter a comunicação frequente com os representantes desses órgãos. No início, os representantes das secretarias não tinham costume de ir até um radio amador na cidade para se comunicarem com os beiradeiros. Com internet instalada desde 2020 em cada comunidade, essa comunicação pode passar a ser mais frequente e direta entre os moradores e os representantes da prefeitura.

### **Instituições da sociedade civil**

O terceiro grupo de relações de pessoas que não moram na comunidade, mas que possuem uma presença forte no cotidiano da vida dos beiradeiros, é composto pelas instituições da sociedade civil organizada. No capítulo três vimos o protagonismo que tiveram algumas instituições e movimentos sociais da sociedade civil durante a implementação das unidades de conservação da Terra do Meio. Desde então essas instituições passaram a participar de alguma maneira da vida dos moradores da área. Algumas se aproximando de forma mais frequente e outras de forma mais pontual. Citarei aqui três principais instituições que mantiveram relações com os moradores da comunidade Bela Vista e da Resex rio Xingu como um todo: FVPP, UFPA e ISA.

A FVPP, Fundação Viver Produzir e Preservar, teve uma importante atuação junto aos beiradeiros quando da criação da Resex, como movimento que auxiliou a articulação política dos moradores para a conquista da área (SILVA, 2009 e LIMA, 2015). Também atuou nos primeiros projetos de formação, alfabetização e gestão territorial e executou alguns projetos de geração de renda por atividades agroextrativistas, como o plantio de cacau em SAFs, por exemplo. Mais recentemente, a relação dos beiradeiros com as representantes da FVPP dá-se dentro da atuação dessa instituição como membro do Conselho Deliberativo da Resex Rio Xingu. Além disso, as lideranças dos moradores reconhecem que podem contar com a FVPP mediante qualquer demanda, que exija apoio político ou de recursos pontuais.

Foi a FVPP que ajudou as lideranças de moradores a criarem a Associação de Moradores do Médio Xingu, como instrumento jurídico representativa dos moradores da região (SILVA, 2009, p.79). A associação de moradores foi uma importante ferramenta para a criação da Reserva, mas, também, representou um novo elemento relacional no modo de vida das famílias beiradeiras, pois estas passaram a ter um espaço de representatividade política do coletivo de moradores dessa região. Parecido com a criação do Conselho Deliberativo, a Associação de moradores também representa uma alteração no modo de vida beiradeiro, na perspectiva de que o indivíduo passa a cuidar de um espaço muito mais amplo e coletivo do que estava habituado a zelar. A formação do quadro da diretoria da Associação e a rotina de reuniões e assembleias gerais são novos espaços que os beiradeiros começam aprender a utilizar e a se apropriar desde a criação da Resex.

Em sua dissertação sobre o acesso à políticas públicas por populações tradicionais residentes em UCs, o assessor técnico das associações de moradores das Resexs da Terra do Meio comentou:

No início o apoio das instituições externas, como ICMBio, ISA e FVPP, atuando junto às associações era muito forte, as lideranças dependiam das instituições para fazer quase tudo – organização das reuniões, preparação de documentação, articulações com o poder público, etc. (LIMA, p.11, 2015)

A necessidade de apoio dessas instituições para a constituição e fortalecimento não apenas da Associação de moradores, mas da área como Reserva Extrativista em si, fez com que, por muitos anos, os moradores da Resex se confundissem entre a atuação de representantes do ISA, do ICMBio e da Associação. Como citado pelo assessor que acompanha a rotina das associações de moradores da Terra do Meio desde suas criações (Lima, 2015), as pessoas dessas instituições precisavam realizar efetivamente o papel de representantes dos moradores, por exemplo, para conquistar as primeiras demandas dos beiradeiros na nova configuração da área. Ao acompanhar essas ações realizadas por essas pessoas das “instituições parceiras” (como são chamadas hoje em

dia), alguns beiradeiros puderam formar-se como lideranças e cada vez mais conduzir esses processos por conta própria. No entanto, o entendimento dessa, também nova, relação com a Associação ainda hoje é um aprendizado para muitos moradores.

Outra instituição que se faz presente no modo de vida beiradeiro é a Universidade Federal do Pará (UFPA), do campus da cidade de Altamira. Os professores da UFPA, em sua maior parte da Faculdade de Etnodesenvolvimento, mas, também, da Faculdade de Engenharia Florestal e da Faculdade de Agronomia, participaram desde o início do Conselho Deliberativo, dos primeiros cursos de formação em gestão territorial e, mais recentemente, consagraram a primeira turma de ensino médio com especialização em magistério de forma modular para jovens moradores das três Resex da Terra do Meio. O “magistério extrativista”, como ficou conhecido o curso, possibilitou aos moradores serem os próprios professores das escolas primárias da comunidade, assim como possibilitou a muitos jovens ingressarem em cursos de graduação, principalmente na própria universidade pública, a UFPA campus Altamira. Ainda hoje a UFPA possui uma cadeira no conselho deliberativo das Resex. A aproximação dos professores da UFPA com os beiradeiros proporcionou a ampliação de estudos e educação formal na rotina dos jovens, principalmente. A garantia do acesso à escola e diferentes formações é um elemento fundamental que garante a permanência das famílias em suas comunidades. A demanda dos beiradeiros por alfabetizar seus filhos e proporcionar acesso à educação que os pais e avós não tiveram é elemento determinante em momentos de tomada de decisão de possível abandono do lugar para garantir uma “melhor condição de vida” aos filhos.

A terceira instituição que compõe o grupo das organizações da sociedade civil mais atuantes na área da Resex Rio Xingu desde o processo de criação da unidade é o Instituto Socioambiental. Já foi relatado no capítulo anterior que o ISA fora contratado pelas Secretarias de Coordenação da Amazônia (SCA) e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará (Sectam) para fazer o primeiro diagnóstico socioeconômico das famílias residentes na área para apresentar uma proposta de demarcação de unidades de conservação. Desde então o ISA tem uma significativa presença nas Resex da Terra do Meio. Como colaboradora contratada pelo ISA, desde 2015, aprofundarei mais a análise dessa relação por meio do conhecimento de causa, ou melhor “de casa”. Contudo, faço o necessário esforço para afastar-me do meu papel de colaboradora desse instituto para poder escrever, aqui, como pesquisadora da UFPA/PPGeo.

Desde o decreto da Resex Riozinho do Anfrísio, em 2004 (Decreto de 08/11/2004), a primeira das UC criadas na Terra do Meio, o ISA começou a montar uma equipe em Altamira para assessorar as famílias beiradeiras no tocante às ações de garantia de direitos sociais na nova configuração espacial de uma Unidade de Conservação Sustentável. Diferentemente da rotatividade de pessoas que trabalharam no ICMBio desde a criação das unidades, a equipe do ISA manteve as

mesmas pessoas, com poucas alterações, realizando as atividades em parceria com as famílias beiradeiras. A manutenção dos agentes das instituições também acontece com as pessoas que atuam na FVPP e com os professores mais atuantes da UFPA. A primeira pessoa a trabalhar no ISA em Altamira, permaneceu na coordenação da equipe até o ano de 2020, ou seja, por mais de 15 anos de atuação contínua com os beiradeiros da região. Esse primeiro elemento que exponho da relação com essa instituição pode parecer um detalhe, mas, a manutenção e a personificação caracteriza o tipo de relação construída. Primeiramente, isso faz com que se crie uma memória histórica da atuação da instituição com os moradores, facilitando continuidades de processos baseados numa relação de confiança construída a longo tempo. Por outro lado, a relação pode também criar vícios e conformismos, por se tratar de uma mesma forma de atuação num longo prazo.

A constância na presença de uma determinada pessoa que não mora no beiradão, mas que conduz trabalhos que acontecem nas comunidades beiradeiras, assemelha-se muito à figura do patrão seringalista dos tempos antigos. No capítulo anterior, transcrevi a letra da cantiga de sr. Edmilson sobre a criação da Resex. Nela, sr. Edmilson retrata o próprio retorno para seu lugar dizendo que fora estimulado pelo então coordenador do ISA local. Relembro o trecho da cantiga:

“Chegou seu Edmilson  
Chegou no seu lugar  
Ele veio mandado  
por Marcelo Salazar”

A palavra “mandado” utilizada pelo beiradeiro reflete a relação hierárquica que se via nos seringais. Tratando-se de um contexto de conflitos fundiários, pelo qual estavam passando, podemos entender também que a presença de Marcelo Salazar representava antes da hierarquia, uma relação de confiança de quem estava apoiando os beiradeiros contra os agentes invasores, da ação de grilagem da CRA Almeida à época. No entanto, as relações com os seringalistas também dependiam da confiança para gerar os créditos. Por esse e outros motivos que serão apresentados a seguir, desde o início da relação com o ISA, houve uma percepção por parte dos beiradeiros, que assemelhava a atuação do ISA com um novo tipo de “patrão”.

O trabalho desenvolvido pela equipe do ISA, de uma forma geral nos territórios beiradeiros da Terra do Meio, seguiu três eixos principais: (1) formação educacional e de identidade política; (2) assessoria da organização comunitária das Associações de Moradores; e (3) assessoria para garantia de atividades de renda.

O primeiro eixo foi conduzido por meio do curso chamado de Gestão Territorial, que foi ministrado inicialmente por um coletivo formado por diversas instituições (inclusive FVPP e UFPA) e terminou sendo executado apenas pela equipe do ISA. O curso teve início em 2011 e finalizou em

2016, sendo ministrado de forma modular, para turmas que eram compostas por moradores das três resex. Cada módulo era realizado em um encontro de 15 a 20 dias, quando eram ministradas aulas de alfabetização, matemática, história e geografia da região, computação, leitura, entendimento e produção de mapas e temas relacionados às legislações de direitos de povos e populações tradicionais. Além dos encontros dos módulos, a equipe dos professores do curso organizava-se para visitar cada aluno em sua casa no período do intervalo dos módulos, para tirar dúvidas e avaliar “lições de casa” que ficavam como exercícios para esse período.

A continuidade do curso, de 2016 até 2020, desenvolveu-se em uma outra formação com um grupo menor de jovens beiradeiros, que se formaram como pesquisadores. Nessa segunda formação, os pesquisadores elaboraram pesquisas que conectaram os saberes tradicionais com conhecimentos acadêmicos sobre temáticas relevantes às comunidades<sup>34</sup>. Com essas ações, alguns membros da equipe do ISA eram conhecidos como “professores” pelos beiradeiros à época dos cursos formativos.

Da comunidade Bela Vista, quem participou mais dos primeiros módulos do curso de Gestão Territorial foi o senhor Dicé Viana, que tinha um posicionamento de liderança política e incentivava os moradores a participarem das ações com as instituições para fortalecer o entendimento dos beiradeiros sobre a nova organização das Resex. Sr. Dicé, no entanto, abandonou o curso nos últimos anos e também suas atuações mais políticas por inúmeros motivos. Um dos motivos que relata era o desgastes de relação com outros vizinhos pela relação aproximada que vinha construindo com agentes do ISA e do ICMBio.

O segundo eixo de ação do ISA com as comunidades trata do acompanhamento da constituição das Associações de Moradores. No início, essa atuação definia-se por acompanhar as lideranças de moradores em reuniões com órgãos do governo para exigir demandas básicas como escolas, postos de saúde e transporte para as áreas das Resex. Além disso, também havia um trabalho interno de mobilização dos moradores para assembleias periódicas da Associação, que tinha como objetivo ajudar a consolidar esse espaço representativo do coletivo dos moradores. Houve um período em que o ISA esteve mais afastado da organização da AMOMEX, a associação dos moradores da Resex rio Xingu, em comparação às três associações de moradores das Reservas Extrativistas da Terra do Meio, pois havia um trabalho por parte da gestão do ICMBio, que focava esforços na assessoria a essa associação em específico. Nesse período, a atuação do ISA na RESEX Rio Xingu como um todo ficou rarefeita e foram priorizados trabalhos nas Resexs Rio Iriri e

---

34 Três artigos de pesquisadores beiradeiros foram publicados na edição de abril de 2019 da revista Aru, que promove pesquisas interculturais.

Riozinho do Anfrísio. A aproximação foi retomada com mais presença na área desde a época da minha contratação em 2015.

De todo modo, a frequente presença dos colaboradores do ISA nas reuniões de assembleia da Associação de Moradores, assim como em tratativas com outros setores, representava aos beiradeiros, em um primeiro momento, uma significativa confusão sobre a autonomia da organização própria dos moradores e o papel desse agente externo. A confusão consolidava-se, ainda mais, pois a estrutura de apoio que as associações de moradores possuía na cidade era o próprio escritório do ISA. A estrutura física do escritório do ISA serviu, por muitos anos, de “incubadora” para a estruturação de um escritório das Associações de moradores das Resex da Terra do Meio, onde o assessor técnico direto das Associações tinha seu espaço de trabalho e onde os beiradeiros das Resex recorriam para pedir apoio na cidade.

Em 2020, as Associações conseguiram alugar um outro espaço na cidade para estruturar um escritório e um galpão de armazenamento das produções extrativistas vindas da Resex para comercialização. Assim, foi no ano de 2020 que ocorreu o desmembramento físico da sede das Associações com a sede do ISA. Tal fato já possibilitou uma alteração significativa imediata na percepção do papel de cada instituição pelos beiradeiros, assim como ampliou a responsabilidade das diretorias das Associações em manter um espaço próprio na cidade. Esse fato representa um início de uma nova percepção, não só dos próprios moradores, mas também de outros agentes da sociedade com relação à valorização e visibilidade da Associação de Moradores das três Resex da Terra do Meio.

Outro exemplo que posso relatar sobre a transformação no entendimento primeiramente confuso, que se tinha sobre o papel do Isa com relação a associação de moradores da Resex Rio Xingu, é o depoimento do morador Miudinho da comunidade Bela Vista após o acontecimento da assembleia geral da AMOMEX em 2019. Essa foi a primeira reunião da Associação que estiveram presentes apenas os associados, moradores da Resex. A reunião foi conduzida pelo então jovem assessor comunitário Higor, que após 2 anos de acompanhamento do Assessor técnico em trabalhos na cidade e em outras assembleias das três associações, sentiu-se seguro para tocar a reunião sozinho. Após a ocasião, Miudinho relatou-me que fora uma das melhores reuniões que tiveram, pois não houve briga nenhuma e todos os moradores estavam atentos em entender as pautas propostas e organizar o que era preciso fazer. Miudinho deixou claro que, quando participam pessoas “de fora”, alguns moradores participam da reunião apenas para reivindicar ou “brigar” por coisas que acham que essas pessoas de fora devem resolver para eles. Por isso, relatou que, como não havia nenhum representante das instituições parceiras, não houve brigas e a assembleia acabou em festa com todos se divertindo.

Destaco que, o relato de Miudinho sobre a conquista da auto-organização da assembleia da AMOMEX, representa uma consequência de um histórico de trabalho das assessorias prestadas tanto pelo ISA como pelo ICMBio em trabalho constante de fomento à organização comunitária local. Tanto a condução da reunião por um jovem comunitário, quanto o êxito de encaminhamentos definidos nesta reunião só é possível avaliar, observando o processo advindo dos mais de dez anos de acompanhamento técnico e estruturação da associação. Vale, portanto, destacar que tal fato é um indicativo do processo de amadurecimento na organização local das famílias ribeirinhas em relação a essas estruturas de governança coletivas.

Infelizmente, depois dessa assembleia, a AMOMEX não conseguiu realizar mais nenhuma outra reunião, por conta da pandemia da covid-19. Assim, tal entendimento apresentado pelo Miudinho pode ainda ser minoritário e demorar para se consolidar como um entendimento de todos os moradores sobre os papéis de cada instituição. Cabe, a partir de então, à gestão da AMOMEX manter essa auto-organização com mais frequência e aos parceiros institucionais cuidarem desse processo de se retirarem de alguns espaços para apoiarem outros aspectos da organização local.

Nesse sentido, o ISA continua prestando assessoria às três associações de moradores das Resex da Terra do Meio, principalmente por meio de apoios de captação de recursos com projetos elaborados sempre em parceria com as Associações, com objetivos de estruturar a longo prazo a autonomia da organização dos beiradeiros e a garantia de acesso aos direitos sociais pelos moradores.

O terceiro eixo é, atualmente, o mais forte na atuação do ISA com as famílias beiradeiras: apoiar estruturação de atividades de renda. Desde a criação das Resex, uma das principais demandas dos moradores era o incentivo à diversidade de opções de renda, com melhores preços para os produtores e garantia de venda desses produtos a longo prazo. Uma das atividades mais citadas como demanda era a volta da produção de borracha, por exemplo. Mediante essas demandas, o ISA, juntamente com o apoio do IMAFLORA (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), iniciou projetos para estruturar cadeias produtivas dos produtos extrativistas, que não estavam consolidadas, que tinham capacidade de serem produzidas em grande volume, e por um grande número de famílias beiradeiras das Resexs (GUERRERO e POSTIGO, 2017, p.311). A comercialização de produções como o peixe e a farinha, por exemplo, já tinha uma estruturação por meio do trabalho dos regatões e do mercado local. O desafio posto foi desenvolver segurança de venda para outras produções, que fossem, preferencialmente, do conhecimento tradicional das famílias, como a castanha-do-pará, borracha, óleos vegetais, entre outros produtos do extrativismo florestal não madeireiro.

Assim, desde 2008, o ISA dispõe de colaboradores que se voltam para a busca de relações comerciais justas e adequadas à realidade das famílias beiradeiras; ao entendimento e influência nas políticas públicas voltadas à “economia da floresta em pé”. Esses assessores também auxiliam a organização interna das famílias beiradeiras com relação a atividades produtivas, por meio de ações como a construção de estruturas de melhoramento (paióis, secadores, casas de borracha) das atividades produtivas nas comunidades. Também ajudam na realização de oficinas e intercâmbios sobre produção extrativista e na compra de equipamentos para as comunidades usarem nos beneficiamentos de produtos florestais não madeireiros. Essa atuação foi transformando-se, ao longo do tempo, e consolidou-se desde 2014 na assessoria direta às organizações comunitárias conhecidas como Cantinas nas comunidades das Resex. Em 2017, as diversas cantinas existentes uniram-se formando a “Rede de Cantinas da Terra do Meio”, da qual o ISA faz parte como uma das instituições que prestam assessoria e é uma das instituições membros da coordenação central dessa Rede. O funcionamento da rede de cantinas, como opção de trabalho e renda aos beiradeiros será melhor apresentada no tópico seguinte. Aqui, apresento essas estruturas para poder analisar a relação das pessoas que trabalham por esse instituto no cotidiano da vida dos beiradeiros.

Como já apresentado na introdução desta pesquisa, as cantinas são estruturas totalmente baseadas na concepção do que eram os antigos barracões dos patrões: espaços abastecidos de mercadorias, onde se podia trocar a produção (borracha) por produtos vindos da cidade (alimentos, itens de trabalho e vestimentas) (GUERRERO e POSTIGO, 2017, p.335). No entanto, ao invés de um patrão externo à comunidade comandando o barracão, nas cantinas são os próprios moradores os donos de um capital de giro que viabiliza o funcionamento dessa “cantina comunitária”.

Para prestar assessoria às cantinas comunitárias, o ISA possui um colaborador para cada Resex, conhecido como “técnico/a”, que realiza o trabalho de acompanhar a gestão desse capital de giro de cada cantina, que é gerido pelo cantineiro (morador eleito pela comunidade para tomar de conta desse recurso); e também presta assistência técnica em boas práticas produtivas dos produtos comercializados pela cantina. Na Resex Rio Xingu existem três cantinas comunitárias e uma delas é da comunidade Bela Vista. E eu sou a técnica que realiza esse trabalho acompanhando as cantinas do Xingu desde 2015. Ou seja, há seis anos, sou contratada por uma ONG, como assessora técnica, com a função de auxiliar a comunidade beiradeira a controlar o fluxo financeiro-contábil de sua cantina e de trazer informações atualizadas aos “produtores” sobre as negociações com os compradores dos produtos florestais com quem a organização da Rede de Cantinas comercializa.

A cantina da comunidade Bela Vista, iniciada em 2016, foi a última a ser criada na Resex Rio Xingu e uma das mais novas entre as 27 cantinas membros da Rede de Cantinas. Participei, como “assessora técnica”, desde a primeira reunião da comunidade Bela Vista, na qual os

moradores decidiram experimentar a organização da cantina durante uma safra produtiva de castanha-do-pará. Desde o início, a compreensão dessa comunidade em relação à minha função de prestar auxílio técnico na gestão foi muito mais clara do que nas outras comunidades. Acredito que essa diferença de entendimento se deve a três pontos principais: por ser uma comunidade pequena, com poucas famílias e a maioria delas ser do mesmo tronco familiar; pelo cantineiro eleito ser mais jovem, comparando aos outros cantineiros; e, por ter sido a última cantina a ser criada na Resex, permitiu aos moradores dessa comunidade observar o funcionamento das outras, para, então, demandarem uma organização de cantina para eles.

Um outro exemplo para esse entendimento foi a experiência vivenciada por eles logo no início da formação da cantina, quando tiveram que decidir sobre a venda da produção de castanha, que haviam juntado na cantina, para outro comprador, que surgiu apresentando uma proposta melhor do que o comprador que já possuíam venda garantida dentro do contrato fixado pela Rede de Cantinas. Ou seja, receberam uma proposta de preço melhor do que estava garantido no acordo de contrato de venda de castanha conjuntamente com as outras cantinas. Assim, precisavam decidir se mantinham o combinado com as demais cantinas ou se vendiam a produção de sua comunidade para a oportunidade que havia surgido. Para tomar a decisão, me consultaram para que eu os ajudasse a calcular os possíveis riscos e os ganhos que poderiam ter, mas no fim, a decisão tomada foi feita entre todos os moradores coletores de castanha reunidos. Assim, ninguém do ISA interferiu na tomada de decisão que tiveram que tomar em conjunto, demonstrando que o papel do técnico é mesmo apenas para auxiliar numa boa gestão de fluxos financeiros, para não haver prejuízos com o capital de giro que possuem.

No entanto, nem todas as cantinas tiveram esses tipos de experiências, e mesmo na comunidade Bela Vista, ainda há alguns produtores que possuem entendimento de que o ISA pode ser dono da cantina, como antes havia os patrões, donos dos barracões. Considerando a minha presença por pelo menos três vezes ao ano visitando as cantinas e as famílias em suas casas, o que caracteriza um potencial que tenho de ir e vir, de levar e trazer coisas e pessoas, entre a cidade e o beiradão, é comum ainda, que os moradores da Resex me considerem como alguém com uma função para além do que é proposto para uma “assessora técnica”. Ou seja, muita vez, sou considerada como a “gerente da cantina” e alguns chegam a me chamar de forma jocosa de “patroa”.

Como também fui contratada, inicialmente, em uma época em que a atuação do ISA estava afastada da Resex Rio Xingu, tive que cumprir um papel mais amplo de também acompanhar outros processos, tais como auxiliar os alunos do curso de Gestão Territorial, acompanhar as assembleias da associação de moradores e participar das reuniões do Conselho Deliberativo. Assim,

apesar de ser a “técnica da cantina” também me faço presente em outros âmbitos da vida dos beiradeiros. Assim, represento o ISA, para quem os beiradeiros recorrem para solicitar ajuda, em diversas situações como questões de saúde, educação, entre outras, e não apenas em demandas relacionadas à organização das cantinas.

Ainda mais por ser a instituição que trabalha mais diretamente com a organização da produção e atividades de renda, a relação com o ISA é percebida facilmente pelos beiradeiros de forma essencialmente comparativa com a relação que existia com os patrões seringalistas e o sistema de aviamento dos barracões. O comparativo com a imagem dos patrões é feita não só por essa relação com as atividades de renda das famílias, mas também por ser uma instituição que provê (ou proveu historicamente) outras assistências básicas como educação, no formato dos cursos de gestão que foram ministrados pela equipe; e também acesso à saúde, por auxiliar a associação de moradores em conquistas de estruturas, como, por exemplo, as pistas de pouso, ou pelo financiamento da logística de uma expedição com médicos e vacinações. Embora os moradores saibam, cada vez mais, que a responsabilidade por essas assistências de saúde e educação seja das secretarias municipais, o interlocutor mais presente nas comunidades que sempre auxiliou com esses assuntos fora sempre uma pessoa da equipe do ISA. Assim, o processo de responsabilização de cada assistência para cada órgão e instituição presente na vida dos beiradeiros é parte de um processo longo de construção das novas relações.

Enfim, a relação dos beiradeiros com as pessoas do ISA pode ser vista como um importante exemplo da reprodução do modo de vida, onde se vê a transformação de uma relação que se faz a longo prazo. Trata-se de uma relação com elementos estruturados nas relações antigas (que tinham com os patrões seringalistas), mas que está sofrendo alterações ao longo do tempo, mediante o contexto social, político e econômico atual que estão postos no lugar onde vivem as famílias agora.

Conduzindo a uma conclusão geral sobre “as relações com quem não mora ali”, considero que, tanto a relação do ISA com os beiradeiros, quanto as demais relações anteriormente citadas, que foram colocadas pelo complexo de relações trazidas pela nova dinâmica fundiária de uma unidade de conservação sustentável, são, em realidade, relações extremamente novas para os moradores da região. No entanto, elementos essenciais permanecem fundamentando essas relações: o cuidado dos beiradeiros em manter a boa relação com quem circula pelo rio e que tem condições de levar e trazer coisas e pessoas, construindo um crédito de confiança para ser assistido quando se necessita. O crédito, em termos de endividamento financeiro, se mantém principalmente nas relações que geram renda, como com os regatões e com a cantina comunitária. Mas, em termos de de crédito de confiança, ainda permanece com todos os que por ali possam ir e vir. Ter crédito, no

sentido de ter confiança, com o gestor chefe do ICMBio, ou com o piloto da voadeira da empresa que trabalha na Terra Indígena vizinha, significa ter possibilidades de enviar encomendas para parentes que moram na cidade, ou trazer alguma encomenda específica de lá para a comunidade, ou ter a possibilidade de pegar carona para ir e vir e ser socorrido em momento de acidente ou doença grave.

Já as novas relações, por serem novas, são relações a princípio percebidas pelos beiradeiros por formas comparativas às relações que se costumavam ter até então. Embora cheguem com a Resex, para complementar o modo de vida atual, em formas de garantir a melhoria de direitos e reconhecimento estatal da existência dos beiradeiros em áreas distantes dos centros urbanos, cumprindo, também, com um papel de provisão de assistências básicas, as novas relações trazem, a princípio, uma confusão de papéis. A causa dessa “confusão” pode ser explicada pelo encontro entre diferentes lógicas de organização dos modos de vida. Trata-se de um encontro entre uma lógica histórica, oral, do tempo dos seringais, e outra mais recente, da burocracia, do estado, do conselho deliberativo e da associação. Tal confusão vai se diluindo ao longo do tempo conforme os agentes externos (cada setor do governo e cada instituição civil) vão assumindo suas responsabilidades e delimitando suas funções, de forma mais clara no âmbito do seu dever com relação às famílias e à unidade de conservação. No mesmo momento em que as famílias também vão entendendo e absorvendo ou adaptando essa outra lógica, burocrática e de coresponsabilidades, de condução do uso do espaço da Resex.

Por fim, destaco que, durante esses 13 anos de Resex Rio Xingu, houve muitos avanços no sentido da tomada de responsabilidade pelo poder público sobre seu dever para com os moradores da Resex, e, da parte dos moradores, em organizarem-se para exigir seus direitos a cada órgão competente. Conforme as instituições governamentais vão assumindo esses papéis, as outras instituições, que necessitavam cumprir múltiplos papéis, vão aos poucos também delineando suas linhas de ação conforme as exigências do território e conforme seus compromissos com os moradores e os objetivos da unidade de conservação. Assim vão se (re)construindo as relações dos moradores com os múltiplos agentes que compõem o dia-a-dia de uma família beiradeira da Resex Rio Xingu.

Para seguir acompanhando a reprodução do modo de vida beiradeiro na comunidade Bela Vista, analiso a seguir a outra variável que destacamos: os trabalhos envolvidos na organização e no sustento da vida neste lugar.

## A diversidade de trabalhos

Enquanto no *tempo do seringal* o trabalho da produção da borracha era o centro da organização da rotina da vida de todos os moradores no seringal Belo Horizonte, hoje, na comunidade Bela Vista encontramos uma diversidade de opções de trabalhos desempenhados pelas famílias para garantir a renda e principalmente a base alimentar para o sustento da vida em suas localidades.

Os trabalhos que têm mais destaque na composição da renda anual das cinco famílias da comunidade Bela Vista são: pesca, produção de farinha de mandioca, coleta da castanha-do-pará, extração de mesocarpo de babaçu, plantação de cacau, criação de galinhas e contratos com o município para atividades de barqueiro escolar e, mais recentemente, professora da escola da comunidade. Diferentemente do *tempo do seringal*, em que todas as famílias que moravam no seringal Belo Horizonte se dedicavam a apenas uma atividade de renda principal (ao menos por época do ano, considerando a borracha e castanha ao longo de todo ano), hoje, cada família tem a sua preferência na atividade que mais lhe convém em termos de organização familiar e rentabilidade.

Das cinco famílias, por exemplo, apenas uma tem relação de trabalho frequente com os geleiros regatões, realizando a pesca como atividade central. Todas as demais famílias têm a produção de farinha de mandioca como renda mais expressiva. As outras atividades se fazem também fundamentais para complementar a renda durante o ano todo, considerando que a multiplicidade de produções preenchem o calendário anual com suas safras ocorrendo em períodos diferentes do ano. A coleta da castanha-do-pará é a renda principal das famílias durante os meses de inverno, em meados de dezembro até março. Já a extração do mesocarpo do coco babaçu acontece no período do verão, quando as coqueiras estão soltando os cocos maduros e quando as chuvas não atrapalham para garantir a melhor qualidade do produto.

Todas as atividades organizadas para gerar renda à família são também fontes de geração de alimentos para o sustento da casa. A farinha de mandioca é a base alimentar do modo de vida beiradeiro (SILVA e SILVA, 2019, p.173), assim as famílias que produzem farinha vendem e ou trocam principalmente com seus próprios vizinhos beiradeiros e indígenas. A farinha das familiares do Bela Vista é reconhecida e comentada por outras famílias da Resex como uma farinha de boa qualidade. Na roça onde se plantam as manivas da mandioca também há uma diversidade de plantios que compõem a alimentação da família. Abóboras, girimuns, bananas, carás e melancia são encontrados em todos os roçados em grande quantidade e com diferentes tipos. Por não haver um mercado para a venda da sobra do que a família consome desses alimentos plantados é comum ouvir dos donos da roça a seguinte frase: “esse ano deu *melancia* que se estragou!”.

Essa organização de trabalho se assemelha ao que o autor José de Souza Martins (1996) chamou de economia do excedente nas formas de organização do modo de vida dos camponeses nas regiões de fronteira:

a sobrevivência do agricultor dependerá de que ele possa assegurar essa sobrevivência por outros meios. Ele o faz organizando sua produção como uma atividade complementar da produção direta de seus meios de vida. A isso chamo de economia de excedentes para diferenciá-la de mera economia de subsistência. Nela o excedente já aparece como tal na própria produção. O essencial nessa interpretação é que os meios de vida do agricultor não são imediatamente estabelecidos pela mediação do mercado. Mesmo que o camponês venha a ter que comercializar também parte de seus meios de vida, ele sabe que está vendendo aquilo que originariamente fora destinado à sua subsistência (MARTINS, 1996, p.49)

A produção da farinha de mandioca é um bom exemplo para essa explicação. Sendo a base da alimentação das famílias beiradeiras é um produto que não pode faltar na região. Por isso, as famílias que a produzem já o fazem calculando o consumo próprio mais o excedente, que, no caso, é facilmente vendido entre os vizinhos indígenas e ribeirinhos. Com outras produções como o mesocarpo de babaçu, e até mesmo com a castanha-do-pará, o cálculo é feito de maneira inversa. Tendo a garantia de venda desses produtos, vale a pena produzir com sobra, pois o excedente vai complementar a alimentação da casa. O mesocarpo de babaçu não fazia parte da alimentação regular das famílias beiradeiras até que se iniciou sua comercialização através da organização da cantina comunitária em 2016. Além disso, com os cocos coletados da mata e amontoados ao redor da casa de morada, após a extração da entrecasca para a venda do mesocarpo, o restante da casca do coco é utilizado para fazer carvão e sua amêndoa voltou a ser um óleo mais frequente dentro da cozinha das famílias. O óleo de babaçu costumava ser a base da alimentação dos seringueiros do seringal Belo Horizonte, quando a dificuldade de acesso ao óleo de soja ainda era grande no tempo do seringal menos global e industrializado do que o atual. Com o grande volume de mesocarpo produzido pelas famílias, o aproveitamento do coco para produzir também o óleo para o consumo próprio voltou a ser um dos trabalhos para o sustento da casa ligado a uma alimentação mais saudável.

O conhecimento de múltiplas atividades executadas ao longo de todo o ano tem também uma importância fundamental no modo de vida beiradeiro, que é o entendimento do tempo para essas pessoas. Na publicação sobre os saberes e as práticas dos beiradeiros da Terra do Meio (ANDRADE et al, 2017), os autores relatam que:

Muita gente também define o tempo pelo tipo de trabalho que se costuma realizar naquele período. Ao longo do ano tem o “tempo de botar roça”, “tempo de rapar a estrada”, “tempo de lanternar na beira do rio”, “tempo de pescar tal peixe”, “tempo de quebrar coco”, “tempo de quebrar castanha”. O calendário de atividades expressa o tempo vivido, mostra como as famílias se organizam para aproveitar e potencializar oportunidades que o ambiente gera em cada período, para gerar renda, fazer viagens, variar o cardápio alimentar, construir casas. (ANDRADE et al, 2017, p.74)

A percepção do tempo, e conseqüentemente a organização da vida nesse tempo, é dada, não pelos meses estabelecidos pelo nosso calendário romano, mas antes pela interação e observação do ambiente ao redor.

A seguir, compartilho o desenho do calendário elaborado pelos beiradeiros do rio Iriri e Riozinho do Anfrísio (ANDRADE et al, 2017, p.80), vizinhos de território da comunidade Bela Vista, que demonstra todas essas percepções que definem as épocas do ano durante a vida no beiradão. Nesse calendário é possível visualizar os tipos de trabalho empenhados em diferentes épocas do ano.

Também destaco que o calendário é uma importante demonstração da especificidade do conhecimento envolvido sobre as interações entre as espécies animais e vegetais, como por exemplo quando “a saúva cria asas e cai no rio é tempo bom de pescar curimatá e pacu”; e os diversos atores do ambiente que se relacionam com fenômenos climáticos, como, por exemplo, “quando as folhas do arapari estão amarelando e caindo significa o fim do inverno”.



roçado, cada uma em um estágio. Ou seja, a cada ano, uma nova roça é aberta enquanto a área mais antiga é abandonada, para que não haja falta de produção de mandioca.

Uma roça produz bem até o terceiro ano, depois é abandonada. Um ano antes disso ocorrer, é preciso botar uma roça para que, quando a primeira estiver acabando, já tenha mandioca em ponto de colher na roça nova. (ANDRADE et al, 2017, p.318)

Os roçados são geralmente individuais, em nome do dono da casa ou de algum filho dele, geralmente o responsável por delimitar a área, fazer a derrubada, o acero e todas as outras etapas que envolvem a produção da roça. Apesar de ser individual (a roça do “fulano”), na maior parte das etapas ela é trabalhada em mais de uma pessoa. Primeiramente pelo homem e pela mulher responsáveis da família e em algumas etapas com a ajuda dos parentes e vizinhos. Geralmente a ajuda é solicitada para as etapas de trabalhos mais pesados ou de mais tempo de duração, como derrubar, brocar, descascar as mandiocas e a produção na casa de farinha. A ajuda também está vinculada ao tamanho da roça e o volume de farinha que será produzido. Sobre essa organização e como os combinados de ajuda são feitos, cito novamente os autores que registraram sobre as roças do Iriri e Riozinho do Anfrísio:

O trabalho familiar empregado na roça às vezes não é suficiente para garantir rapidez em algumas etapas mais dispendiosas do trabalho. Principalmente se for uma roça grande de mais de duas linhas. Nesses casos, vizinhos ou parentes de outras localidades são chamados para ajudar. Os arranjos feitos para manter a reciprocidade são vários, desde oferecer ajuda de trabalho quando o outro precisar, ou ofertar parte da produção da roça (ANDRADE et al, 2017, p.309).

As etapas de trabalho envolvidas na produção da farinha de mandioca podem ser divididas em dois processos principais: fazer a roça e fazer a farinha. Cada um desses processos envolvem pelo menos sete etapas de trabalho diferentes. Assim, trata-se de uma produção complexa, que exige diversas técnicas e um longo período dedicado no empenho deste trabalho.

No processo de fazer a roça são executadas as seguintes etapas, que são feitas ao longo de aproximadamente dois meses:

**1) Seleção, cuidado e preparo das manivas:** os talos das manivas classificados como de boa qualidade são geralmente guardados de uma colheita para serem plantados no próximo roçado. Há também inúmeras trocas de espécies de manivas entre os vizinhos, para se ter uma diversidade de mandiocas ou estabelecer uma de melhor qualidade em sua produção.

**2) Escolha da área e delimitação do aceiro:** há alguns critérios para se escolher a área do roçado, como a existência de terra preta<sup>35</sup> no solo (o que ocorre em muitos pontos na comunidade Bela Vista), ou a proximidade com a casa de morada, ou com grotas e igarapés. Definida a área, abre-se uma picada da casa até lá. Essa picada é feita no contorno da área, o que é denominado como aceiro. O aceiro é importante para criar uma delimitação precisa da área da roça e criar uma zona de segurança para o fogo não se alastrar (ANDRADE et al, 2017, p.322);

**3) Brocar ou Roçar:** Feito o aceiro, começa o trabalho de brocar, atividade também chamada de roçar. Trata-se de desbastar a mata baixa, geralmente utilizando-se facões. Tal feito é importante para acessar as madeiras maiores que serão derrubadas com machado ou motosserra posteriormente (ANDRADE et al, 2017,p. 323);

**4) Derrubada:** para abrir a clareira, enfim, é preciso derrubar as árvores mais grossas que restaram da broca. Essa etapa ocorre entre os meses de agosto e setembro, porque em outubro o terreno deve estar pronto para iniciar os plantios, já que as chuvas começam a voltar nesse período (ANDRADE et al, 2017,p.324);

**5) Queima e coivara:** após a derrubada, é feita a primeira queima da área. Depois da primeira queima, é feita a coivara, ou seja, as madeiras que restaram da primeira queima são amontoadas e queimadas novamente.

**6) Plantio das manivas:** Os plantios são feitos levando em consideração a chuva, a lua e o tipo de terra (ANDRADE et al, 2017,p.329). Esse trabalho tem a participação frequente das mulheres e crianças da família.

**7) Limpeza e cuidado do plantio:** após o plantio, há o trabalho frequente de limpeza do mato que nasce ao redor das ramas de mandioca. Também monitora-se constantemente a área para averiguar possíveis ocorrências de invasões de bandos de catitu, porcão ou alguma outra possível praga.

No mínimo seis meses e no máximo três anos após o plantio, a depender da espécie da mandioca, inicia-se o processo para fazer a farinha. Para esse processo são desenvolvidos pelo menos mais 7 etapas de trabalho, que são executados durante 4 a 5 dias:

**1) Quebra das manivas:** antes da colheita das “batatas” da mandioca é feito um trabalho preparativo, de quebra dos galhos das manivas, que serve tanto para selecionar os talos para o próximo plantio como para facilitar o trabalho da colheita e carregamento das mandiocas para fora da área do roçado;

---

35 Terra preta são lugares onde o a coloração do solo é mais escura e por isso mais fértil. A causa dessa fertilidade é explicada por diversos estudos arqueológicos de que essas regiões eram locais de acúmulos de resíduos de ocupações humanas muito antigas. Como evidencia disso, os moradores da Bela Vista encontram nesses lugares, com muita frequência pedaços de peças de cerâmica ou pedras lascadas ao que chamam vulgarmente de “machadinho de índio”.

**2) Colheita e carregamento das mandiocas:** após arrancar as mandiocas da terra, com um paneiro (cesto de palha de cipó trançado a mão) é feito o carregamento das babatas de mandioca até a beira do rio, ou até o lugar onde serão lavadas. A maioria das roças da comunidade Bela Vista estão localizadas em cima de morros, onde estão as terras pretas. O relevo dificulta e exige mais força e equilíbrio para essa etapa do trabalho.

**3) Lavagem e descascamento das mandiocas:** etapa geralmente realizada na beira do rio ou em alguma grotta perto da casa de farinha. É uma das etapas em que se vê a família toda reunida com possíveis ajudas de vizinhos, configurando um espaço de confraternização, por ser um trabalho “leve”, mas que exige concentração com a faca, em que todos estão sentados aproximados e que costuma demorar todo o período da manhã. Nesse momento (e até mesmo antes disso), também são colocadas algumas mandiocas de molho em tambores de água para “pubar”. Imersas de dois a três dias na água, as mandiocas sofrem o processo de fermentação. A mandioca puba é misturada com a mandioca que não sofreu esse processo, durante o fabrico na casa de farinha.

**4) Ralar as mandiocas:** é a primeira etapa que ocorre dentro do espaço da casa de farinha. Trata-se de ralar e triturar as “batatas” para formar a “massa” que será prensada em seguida. Tal processo hoje em dia é feito com um instrumento chamado catitu, um ralo em forma circular que é girado rapidamente pela força de um pequeno motor a combustão. As mandiocas são pressionadas no catitu com cuidado para não ter acidentes com as mãos de quem executa esse trabalho;

**5) Prensar:** a massa que sai do ralador é colocada em uma prensa para que se extraia toda a água da mandioca. Essa água contém o tucupi e de onde também é retirada a goma da tapioca, após processo de decantação e lavagem. A extração da goma da tapioca é geralmente feita pelas mulheres.

**6) Peneirar:** depois de um dia prensada, a massa é passada por uma peneira grossa para retirar as palhas e talos mais grossos e duros.

**7) Torrar:** enfim, a massa fina é jogada no tacho do forno a lenha onde é conduzida com um remo de madeira até chegar o ponto correto da torra.

A farinha pronta é armazenada com todo cuidado em tambores de plástico ou latão limpos e sem umidade, para que a farinha não estrague. O valor da farinha, quando vendida, é baseada na medida de uma lata (de 18litros). O preço praticado pelas comunidades na Resex rio Xingu em 2021 está por volta de 70 a 80 reais/lata. Um valor praticado no quilo considerado bom pelos produtores é de no mínimo 5,00/kg.

A base que sr. Edmilson e seu filho Branco têm da produtividade de uma roça é a seguinte: uma linha da mandioca sendo boa dá 50 alqueire de farinha, que corresponde a 25 sacos

de 60kg, ou seja, 1500kg de farinha. Se vendida no preço de 5,00/kg, há um faturamento de R\$7.500,00.

## **PESCA**

A organização da pesca como opção de trabalho que gera renda para a família está essencialmente vinculada à existência do geleiro ou regatão. Sem ele, não é possível ao morador da resex comercializar os peixes pescados, devido a distância de mais de 300km dos centros urbanos.

Na comunidade Bela Vista, apenas uma família é “pescadora”. O trabalho da pesca é avaliado por muitas famílias como um trabalho desgastante, pois se passa muito tempo ao sol e todo o tempo sentado na canoa. Além de ser um trabalho em que se “aventura”, ou seja, pode acontecer de ir pescar e voltar para casa sem peixe algum. Essa avaliação é comumente feita pelos moradores mais antigos, que comparam a pesca com o trabalho da produção de borracha, no qual *“todo dia que você vai para a estrada você volta com leite”*. Por isso a extração do látex é considerada como um trabalho mais certo e garantido, sem ser uma “aventura”. Também ocorre que em determinados períodos do ano o peixe está mais “escabreado”, ou seja, mais raro ou difícil de pegar. Há também o período do defeso, quando por lei, os pescadores não podem comercializar certas espécies para que haja a preservação delas. Nesse período, os pescadores cadastrados na colônia de pesca do município recebem um auxílio do governo, o seguro defeso.

A opção pela pesca, por essa única família da comunidade Bela Vista, se dá, no entanto, por alguns motivos que podemos citar. Trata-se de uma família jovem, com filhos ainda pequenos que não conseguem auxiliar os pais em trabalhos mais pesados, como em alguns processos do roçado. Outro motivo que pode ser relacionado é o fato de que a família da mulher da casa, ou seja, seu pai e seus irmãos, principalmente, trabalham com esse ofício de pescador há muitos anos. Há, então, um costume da forma de organização familiar em torno da atividade da pesca. Outro elemento que pode ser apontado para justificar a preferência por uma atividade diferente é a concorrência da produção de farinha de mandioca produzida por 4 famílias da mesma comunidade. Como a farinha tem em sua grande parte um mercado mais local, a produção de volumes grande por famílias muito próximas pode saturar esse mercado. Assim, é preferível diversificar o tipo de produção para ter melhores garantias de renda.

O funcionamento do trabalho da pesca está baseado na relação de aviamento de provisões pelo geleiro e entrega de produção pelo pescador. Assim como já fora relatado o sistema de crédito dos patrões nos seringais, da mesma forma acontece hoje em dia com os geleiros. Geralmente o pescador cria uma dívida com o regatão ao adquirir um valor mais alto em mercadorias do que consegue pagar em peixes. O valor da mercadoria praticado pelo regatão é bastante alto, sendo no

mínimo 50% a mais do valor das mercadorias na cidade e o valor do peixe de primeira é no máximo 6,00/kg. Há duas ou três classificações de peixe dependendo da época do ano.

Em uma pescaria considerada boa, o pescador consegue entregar uma média de 100kg de peixe<sup>36</sup>. Conseguindo, assim, uma renda média de R\$600,00 por, no máximo, 5 dias de trabalho. A viagem do geleiro permite esse tempo de 3 a 5 dias de espera para cada pescador. A comunidade Bela Vista é geralmente a última comunidade visitada pelo geleiro, onde ele também permanece alguns dias esperando os pescadores dessa comunidade terem os dias de trabalho na pesca, para, depois, descer o rio coletando o restante dos peixes contratados nas outras comunidades. Esse tempo da viagem do geleiro limita-se à duração do gelo nas caixas de isopor que ele traz para armazenar os pescados com qualidade até que chegue na cidade.

Quando o pescador tem saldo com o regatão, muita vez ocorre uma demora por parte do geleiro em pagar saldos em dinheiro para o pescador. Isso acontece, porque, na maioria das vezes, o geleiro tampouco tem um capital de giro e é aviado de um comerciante de peixe na cidade. Assim, pode acontecer da relação de dependência se inverter, deixando o regatão com débito com o pescador. Quando isso acontece, é comum que o regatão ofereça também o pagamento em mercadorias ou em encomendas específicas para o pescador.

De todo modo, a relação com o regatão é essencial não só para a família que pesca mas para toda a comunidade, como já exposto no tópico anterior. Pois ele estabelece relações de confiança com os moradores e tem a capacidade de levar e trazer, coisas e informações para a rotina da comunidade. Sr. Edmilson (2021) relatou recentemente que um jovem geleiro fora pedir autorização para começar a trabalhar com as famílias da comunidade Bela Vista e sua resposta pra ele foi a seguinte: “eu te autorizo, pois eu não pesco, mas dependo de você. Posso precisar enviar alguma encomenda por você, ou que você me dê alguma carona para mim ou para algum filho meu.”.

Em uma estrutura semelhante, na linha de créditos e aviaamentos têm-se a terceira forma de organização do trabalho na comunidade Bela Vista com a cantina comunitária. Segue a descrição no próximo tópico.

---

36 Em conversas com diferentes pescadores da Resex rio Xingu, entendi que o volume da pescaria refere-se também ao tamanho da caixa de gelo que o regatão deixa com o pescador. Uma caixa cheia de peixe pescado cabe de 60 a 70kg. Dependendo da época e do pescador, o geleiro confia uma ou mais de uma caixa. Assim, uma pescaria considerada boa é quando o pescador consegue encher a caixa. Alguns pescadores, acham normal encher duas caixas, conseguindo um máximo de até 170kg de peixe pescado em uma boa pescaria.

## CANTINA

A cantina da comunidade Bela Vista iniciou em 2017 por meio da proposta de parceria com o ISA, que já trabalhava nas outras Resex auxiliando as comunidades a administrarem um capital para viabilizar o funcionamento de uma cantina comunitária.

Dessa forma, por meio de uma doação, captada em projetos a fundo perdido, a comunidade Bela Vista iniciou sua cantina com um capital de 18mil reais. Com esse capital, o cantineiro (morador eleito pela comunidade para administrar a cantina) pôde fazer uma primeira compra de mercadorias e equipamentos de trabalho para prover àqueles que se interessaram de coletar castanha e entregar a produção na cantina. O restante do montante do capital serviu para pagar os eventuais saldos aos produtores. Assim, os moradores da cantina criam um débito, o conhecido e temido “fiado”, com a cantina para pagar em castanha. Caso a produção de castanha fosse maior do que o fiado feito em mercadorias, o cantineiro teria condições de pagar o saldo efetivo ao produtor.

Após o primeiro giro do capital comunitário em uma safra da castanha, a cantina começou a comprar também outras produções, como o mesocarpo de babaçu, a amêndoa do babaçu e mais recentemente houve uma compra de farinha de mandioca.

A cantina só consegue garantir a compra desses produtos, pois possui contratos de venda que são firmados com empresas ou mercados institucionais no âmbito da Rede de Cantinas. Essa rede forma um coletivo de cantinas organizadas em comunidades das três Resex da Terra do Meio, de mais cinco Terras indígenas e de uma associação de agricultores familiares da região (AASFLORE).

Para que ocorra esses contratos há uma cooperação entre cantineiros e instituições de apoio como ISA, IMAFLORA e TNC que assessoram as cantinas. Os contratos geralmente garantem grandes volumes de produção, que são distribuídos por meio de cotas para cada cantina em reuniões anuais que acontecem duas vezes ao ano com todos os membros da Rede de Cantinas. Essas cotas garantem um volume que cada cantina pode comprar dos seus produtores locais. Possibilitando, assim que a comunidade possa trabalhar com tais produtos se lhes convir.

A Rede de Cantinas possui contratos para mais de 15 tipos de produtos do extrativismo florestal. Cito alguns deles: castanha, mesocarpo e amêndoa de babaçu, borracha em bloco e em manta, óleo de copaíba, óleo de andiroba, semente de cumaru seca, semente de murumuru seca, farinha de mandioca, diversas sementes florestais para replantios, entre outros. No entanto, cada cantina trabalha com os produtos que sua comunidade tem interesse.

O valor de cada produto tem uma composição que paga o produtor, pelo trabalho envolvido diretamente no produto e uma porcentagem que paga o trabalho do cantineiro, que tem o



adiantamentos de provisões e ou pagamentos de saldo em dinheiro. Em uma escala mais ampla, a comunidade se insere em um arranjo econômico onde é possível, por exemplo, acessar políticas públicas de incentivo à produção familiar e extrativista como PNAE, PAA-Doação, PAA-Formação de Estoque, PGPMBio. Todas essas políticas já foram acessadas ou estão em processo de acesso pela “Associação mãe” da Rede, que atualmente é a Associação dos Moradores da Resex Rio Iriri (AMORERI). Essa associação é eleita em uma das reuniões anuais da Rede de Cantinas para ser a representante jurídica e gestora do capital central, que viabiliza todas as operações de comercialização contratadas pelo arranjo. Esse arranjo também tem características de uma gestão política e territorial ampliada, quando se propõe a articular moradores de diferentes lugares, que fazem parte de uma grande região territorial onde vivem diferentes povos indígenas e comunidades tradicionais.

Para ilustrar a renda possibilitada pela organização dos trabalhos com a cantina comunitária, relato aqui a conversa que fiz no final de 2020, o primeiro ano da pandemia da covid-19, com a família Costa do Nascimento moradora da localidade Bela Vista, da comunidade com o mesmo nome. A família é composta por cinco adultos (pai, a mãe, duas filhas e um filho) e mais um senhor que vive com eles na maior parte do tempo. Nessa conversa, fizemos um cálculo da renda apenas das atividades produtivas entregues na cantina comunitária durante o ano atípico da pandemia. A maioria das produções foi feita em conjunto, pelos três filhos, ou por toda a família. Algumas produções foram individuais. Mesmo assim, somamos todos os volumes e rendas auferidas para se ter uma ideia da média de renda per capita da família.

<b>Produção</b>	<b>unidade de volume</b>	<b>Qntd produzida</b>	<b>valor unitario</b>	<b>valor total</b>
Castanha	caixa	17,5	R\$ 80,00	R\$ 1.400,00
Mesocarpo de babaçu	kg	787	R\$ 10,00	R\$ 7.870,00
Amêndoa de babaçu	kg	195	R\$ 7,00	R\$ 1.365,00
Farinha de Mandioca	kg	1042	R\$ 5,00	R\$ 5.210,00
			<b>Total</b>	<b>R\$ 15.845,00</b>
			<b>Média para cada um dos 6 integrantes da família</b>	<b>R\$ 2.640,83</b>

*Tabela 2: Renda de uma família da comunidade Bela Vista, gerada pela produção extrativista entregue na cantina comunitária.*

Consideramos as produções entregues na cantina desde o começo do ano, ou seja da safra da castanha do inverno de 2019 para 2020, até a última entrega de produção feita em novembro de 2020, a farinha de mandioca. A princípio, e aos olhos de quem vive na cidade, pode parecer uma média baixa de faturamento para uma família durante um ano. No entanto, sabemos que além da

renda gerada pela cantina, essa família também produziu cacau, vendendo por outros meios em Altamira e São Félix do Xingu, e além disso, a família costuma investir em algumas mercadorias que não são vendidas na cantina comunitária para vender aos vizinhos indígenas e ribeirinhos, gerando também uma outra parcela de renda. Uma das filhas também estava com uma bolsa de estudos elaborando uma pesquisa pela UFPA. Além disso, não possuem qualquer custo com aluguel, internet ou água e tampouco pagam os mesmo valores de quem compra na cidade os itens essenciais como a proteína (advindos do trabalho da pesca, caça ou criação) e o carboidrato (farinha de mandioca) da alimentação básica.

Nessa conversa, a mãe e a filha mais nova expressaram o que acham da cantina comunitária:

Se não fosse a cantina estaríamos bastante prejudicados nessa pandemia. Não circulam mais geleiros na região, o tanto quanto circulava antigamente e mesmo se eles viessem, a mercadoria deles é muito cara e o peixe de primeira é de 5,00/kg. (Dona Coco e Rayna, 2020)

A sustentação da cantina no período da pandemia se deu principalmente pelo esforço das instituições de assessoria da Rede de Cantinas em viabilizarem contratos, subsídios e doações para a compra de alimentos produzidos pelos ribeirinhos e indígenas que foram majoritariamente distribuídos às pessoas da cidade em forma de cestas básica, no âmbito das ações tanto de cunho privado quanto em políticas organizadas pelo setor público de isolamento social. Assim, as cantinas garantiram que as famílias também pudessem permanecer em suas casas, em isolamento social e produzindo alimentos que garantiam renda e sustento nesse período crítico.

Enfim, os trabalhos que são incentivados pela organização da cantina na comunidade Bela Vista não são novos, e tampouco exigem das famílias uma forma muito diferente de se organizar, pelo fato de estarem estruturados essencialmente na relação de crédito/debito com a cantina. No entanto, a cantina traz novas formas de encarar a gestão comunitária, com decisões coletivas e cuidado de um capital de giro comum, assim como também traz a novidade de uma visão para a gestão ampliada de uma comunidade integrante de uma Resex e de um conjunto de territórios tradicionais.

Além dessas três principais organizações de trabalho, há também a criação de galinhas, fonte de proteína alimentar, que complementa a caça e a pesca e que também tem seu comércio local entre as famílias beiradeiras e as roças de cacau, que, desde meados de 2014, foram incentivadas por projetos da FVPP, e que, hoje, representam um investimento para o futuro, para quase todas as cinco famílias da comunidade Bela Vista. Outras formas de compor a renda familiar também existem na forma de benefícios governamentais como aposentadorias, bolsa família, seguro

defeso, e bolsa de estudos pela UFPA. Também houve o tempo da Bolsa Verde, em que o ICMBio auxiliou todas as famílias da Resex a acessarem entre os anos de 2014 e 2016. Outro benefício concedido pela criação da Resex foi o crédito do INCRA, que apesar de ser uma política para incentivo à produção agroextrativista aos moradores de Unidades de Conservação Sustentável recém criadas, os moradores da Resex Rio Xingu estão acessando esse crédito apenas agora, 13 anos após a criação da unidade (o que pode ainda ser considerado uma UC recém criada, dependendo do ponto de vista!).

O acesso aos direitos postos pelo governo significa a visibilidade da existência da população pelo Estado. Reconhecimento mais direto do que antes, quando os incentivos, em termos de benefícios financeiros, destinavam-se apenas aos seringalistas. O caminho para acessar todos esses benefícios, assim como as políticas públicas, no entanto, não é simples e evidente na maioria dos casos. Exige apoios de instituições parceiras ou uma boa organização e experiência da associação de moradores.

A título de conclusão da análise dessa variável sobre a organização familiar, reitero que a principal diferença do tempo do seringal para o atual é a diversidade de opções em torno dos diferentes tipos de trabalho, que se dispõem hoje como opções de renda ligados ao sustento das famílias beiradeiras. O acesso mais direto das famílias às políticas públicas, seja em forma de benefícios, seja de garantias de direitos básicos, como a educação escolar, também se demonstra diferente do tempo da comunidade, transformando o modo de vida beiradeiro e viabilizando outras formas de organização aos moradores.

A seguir veremos a última variável, sobre a dinâmica do uso do espaço no tempo da comunidade, para seguirmos às conclusões sobre a reprodução do modo de vida beiradeiro na comunidade Bela Vista, da Resex Rio Xingu.

## **A organização e gestão do espaço**

No capítulo que tratou do *tempo do seringal*, quando falei sobre a “organização do espaço para sustento da casa”, dei atenção ao fato de que naquela época, a organização do uso do espaço também refletia em outros trabalhos desempenhados pelas famílias para sustentar a casa em seu lugar, enquanto a renda principal provinha do trabalho do seringueiro. Afirmei, então, que o olhar para essa variável da dinâmica espacial cruzava-se, diretamente, com a variável das formas de organização do trabalho. Assim, os espaços de uso da coleta de castanha, dos roçados, dos lugares de caça, pesca, do manejo das madeiras, palhas e cipós para a construção de casa e canoas, foram levantados como parte essencial do cotidiano do modo de vida seringueiro. Neste tópico, pretendo,

portanto, atualizar a situação dessa variável, dinâmica espacial, apresentando os diversos usos dos espaços que se dão hoje em dia pelos moradores da comunidade Bela Vista. No início deste capítulo quatro, já foi apresentado o espaço da comunidade Bela Vista, o que se considera parte da análise desta variável que será mais aprofundada neste tópico.

Para aprofundar os elementos que compõem essa análise, baseei-me também nos dados da pesquisa elaborada por um pesquisador beiradeiro da própria comunidade Bela Vista. Erivan Santana de Souza é um dos homens solteiros que vivem de forma agregada à alguma família dessa comunidade e que se formou pesquisador pelo curso de formação ministrado pelo Instituto Socioambiental. Em seu artigo publicado na revista Aru, Souza (2019) descreve a disposição da morada das casas dos beiradeiros:

Hoje em dia, as pessoas moram da seguinte maneira no Xingu: alguns moram perto do outro, tem casa que moram três famílias numa casa só, e tem morador que mora muito distante um do outro, à distância de uma hora de barco. (SOUZA, 2019, p.168)

Essa dinâmica de ocupação de forma espalhada e distanciada, descrita pelo autor, corrobora com o que já apresentei aqui sobre a disposição das casas das famílias da comunidade Bela Vista. Tal padrão, não sendo também uma especificidade dessa comunidade em estudo, nos revela a reprodução das dinâmicas de ocupação das colocações seringueiras do tempo do seringal por todas as comunidades beiradeiras do Xingu, nessa região. Para entender porque não houve transformações em relação a essa disposição das moradas, Souza (2019) indagou seus entrevistados, (moradores de diversas comunidades da Resex Rio Xingu) sobre se eles morassem todos juntos, como se fosse uma vila, se seria melhor. A resposta que obteve foi a seguinte:

Eles disseram que não, porque todos criam animais, galinha, cachorro, porco, pato e às vezes o animal do vizinho pode mexer na casa de outro vizinho ou até na roça, e gera uma confusão. Às vezes o cachorro do vizinho mexe nos ovos da galinha do vizinho e ele não vai gostar. Aí começa o problema, um vai na casa do outro reclamar, vai dizer que vai matar o cachorro e gera uma confusão. (...) Se eles morassem em vilas, eles disseram que seria mais difícil sobre o alimento porque teriam mais dificuldade, porque teriam que ir mais longe para conseguir alimentos, porque os peixes e os animais estariam mais escassos e gastariam mais tempo e mais combustível para se deslocar de suas casas para caçar ou pescar. Mas como nós moramos longe um dos outros é mais fácil procurar alimentos. Chegamos mais cedo e gastamos menos combustível. (SOUZA,2019, p.168)

Assim como colocaram os entrevistados do autor, também ouvi, com frequência, de todos os moradores do Bela Vista, que evitar o “aldeamento” significa manter as boas relações com os vizinhos ribeirinhos, o que demonstra um indicativo de permanência e bem viver em seu lugar.

Nesse sentido, também há a distinção do modo de vida deles comparado ao dos vizinhos indígenas. Os beiradeiros alegam que quem mora em aldeias são os índios e não eles. O distanciamento entre as casas de morada é, portanto, elemento fundamental e estruturante do modo de vida das famílias beiradeiras e vem se reproduzindo ao longo do tempo.

Outro elemento que se mantém semelhante, desde o tempo do seringal, é a organização do espaço familiar em si. Ou seja, o espaço que a família considera como “seu” e por isso sente-se responsável por cuidar dele. Essa organização abrange não só o que chamei aqui de “casa de morada”, que se relaciona com o distanciamento apresentado a cima. Mas compreende todas as áreas de uso que são fundamentais para garantir o sustento da família: os roçados, áreas de plantio (de cacau, banana, açazal, abacaxizal, entre outros alimentos e espécies florestais), manutenção de pomares (abacateiros, pés de frutas cítricas, etc), áreas de caça, de pesca, de coleta de castanha, de coleta de coco babaçu, assim como o terreiro, com seus canteiros, hortas e casas de farinha. Mesmo que muitas dessas áreas tenham ficado dentro do perímetro das áreas de U.C. Integrais, no entorno da Resex (como relatei em outros momentos da pesquisa), como por exemplo os castanhais, os usos e cuidados por essas áreas mantiveram-se.



**Figura 8:** Coleta de cajá na entrada do porto no terreiro da área de morada de Edmilson e Eliza na localidade Morro do Félix. Fonte: Maria Augusta, jan/2020

Na foto acima, vemos a parte do terreiro de sr. Edmilson e d. Eliza que beira o porto de entrada da casa. Nesse local, sr. Edmilson plantou muitos pés de açaí, onde já havia pés de manga e de cajá, também plantados por seu pai há anos atrás. Com as árvores crescidas, hoje tem-se uma área sombreada, frequentemente utilizada para momentos de confraternização da família. Também proporciona sombra para o porto, protegendo embarcações e momentos de trabalho na beira rio (como limpeza de peixes para alimentação, lavagem e descasque da mandioca, produção de canoas, etc). Quando amadurecem as frutas das cajazeiras, mangueiras e açaizeiros, tal área também é fonte de deliciosos sucos, vinhos, doces e merendas em geral feitos com essas frutas.

Temos, portanto, um exemplo de uma produção de espaço dentro da área do terreiro de morada, que é zelada com diversos objetivos, desde reflorestar com espécies de uso mais direto pela família, até para melhorar o ambiente de trabalho e bem estar.

Apesar desses elementos apontados se reproduzirem de forma semelhante a como ocorria no tempo do seringal, houve uma grande alteração na dinâmica de uso do espaço pelas famílias beiradeiras da comunidade Bela Vista, neste tempo da comunidade, que também já foi apontada nesta pesquisa em outro momento: o pertencimento a uma área política de identidade territorial mais ampla, a Resex Rio Xingu. Para além da sua “colocação”, hoje em dia, cada família pertencente à comunidade Bela Vista se apresenta como morador da Resex, uma área infinitamente maior do que poderia se considerar como “sua”, nos tempos antigos. Nesse sentido, a gestão do uso do espaço é ampliada aos espaços coletivos, compartilhados com famílias de outras comunidades distantes da sua. Concretamente, as famílias dividem a gestão do polo comunitário Gabiroto, onde há o postinho de saúde e a pista de pouso, assim como também ocorre com a gestão da escola da própria comunidade. Por meio das reuniões comunitárias ou assembleias da Associação de Moradores, produz-se novos espaços de cuidado que exigem combinados de gestão e comprometimento por parte de todos os moradores. No tempo do seringal, essa responsabilidade era apenas dos seringalistas, que comandavam cada qual o seu seringal ao longo do rio Xingu.

Essa alteração é significativa no modo de vida beiradeiro. Mas também representa uma forma de garantia de permanência no seu lugar. Principalmente ao compararmos com o tempo em que ocorriam as invasões de atividades ilegais, quando os moradores se sentiam vulneráveis por sua segurança e continuidade da vida naquele local.

Assim, tanto a manutenção da disposição espaçada entre as casas, a preservação das áreas de uso pelo rio e pela floresta, quanto os novos espaços de uso, como escola, posto de saúde, associação de moradores e conselho deliberativo, formam a reprodução do modo de vida beiradeiro que vive na comunidade Bela Vista desde quando formou-se o seringal Belo Horizonte. As novas

dinâmicas espaciais somam-se às de uso já costumeiro e tradicional para poderem garantir a qualidade de vida das famílias em seus lugares de pertencimento.

Enfim, à título de conclusão deste quarto capítulo, foi feito o esforço de atualização de cada uma das variáveis em análise, tentando manter a ordem das apresentações para melhor análise comparativa e entendimento da reprodução do modo de vida. Ao longo deste capítulo, então, pude perceber as manutenções estruturais do modo de vida beiradeiro, que ocorrem, principalmente, pela espacialidade das moradias, pelo manejo das áreas de uso e pelos tipos de trabalhos desenvolvidos para o sustento das famílias. Mas, foram apontadas, também, algumas transformações fundamentais, que permitiram que o modo de vida se reforçasse e se atualizasse diante de seu contexto temporal. Ou seja, a configuração espacial de viver em uma Reserva Extrativista trouxe novos espaços e novas relações, que foram e estão sendo absorvidas pelo modo de vida beiradeiro. O acesso a escolarização e à assistência de saúde na comunidade, a ampliação da percepção de território e sua gestão, e a construção de parcerias e corresponsabilidades com outros setores da sociedade, como ONGS ou órgãos do governo são parte das transformações adquiridas no cotidiano da vida no beiradão da comunidade Bela Vista na Resex Rio Xingu.

## Considerações Finais

Como dito em seu início, esta dissertação teve como objetivo principal sustentar a tese de que o modo de vida beiradeiro originado no tempo dos seringais, durante o final do século XIX, acontece ainda hoje pela existência das pessoas que vivem em determinados lugares. Para poder comprovar essa tese, analisei a reprodução desse modo de vida por meio de um estudo de caso de um local em específico, onde antigamente fora o espaço do seringal Belo Horizonte e hoje em dia é a comunidade Bela Vista na Reserva Extrativista Rio Xingu.

No capítulo um, fiz um resgate do contexto histórico, para entender como originou-se a espacialidade do seringal Belo Horizonte no *tempo do seringal*. Com esse histórico, pude perceber que a migração para essa região, distante de centros urbanos e dotada de floresta amazônica com presença de espécies de *Hevea brasiliensi*, com o intuito de produzir borracha na lógica econômica dos sistemas de aviação, foi a motivação inicial da produção desse espaço por essas pessoas. A partir dessa constatação, analisei três variáveis para comprovar a tese de que o modo de vida iniciado pelos então migrantes, ainda é vivido, no *tempo da comunidade*, pelos moradores da espacialidade da Resex Rio Xingu. Nesta conclusão, resumo, então, os pontos principais que resultou da análise comparativa de cada variável observada nos dois tempos. O que me permite afirmar que há uma reprodução do modo de vida beiradeiro pelas famílias ribeirinhas que vivem na comunidade Bela Vista da Resex Rio Xingu.

Por meio da análise da variável “dinâmica de produção do espaço”, foi possível entender que a disposição esparsada das casas de moradas das famílias ribeirinhas da comunidade Bela Vista é remanescente da lógica de organização das antigas colocações seringueiras, que espalhavam-se pelo seringal Belo Horizonte. Há, portanto, uma manutenção do modo de ocupação familiar do espaço, em que se evita a “aglomeração” ou o “aldeamento” das famílias beiradeiras. Outros espaços de uso das famílias, como os roçados, os castanhais, pontos de pesca e caça e o próprio cuidado e manutenção do terreiro do entorno da casa de morada também são legados da lógica antiga da produção do espaço que se mantém no dia-a-dia beiradeiro.

Outro ponto observado, foi que, antigamente, havia uma frequente mobilidade dos seringueiros entre as colocações, ainda que buscava-se a estabilidade familiar em algum lugar seguro dentro do espaço do seringal. Tal mobilidade, de certa forma, manteve-se timidamente, sendo vista nos dias atuais, pela movimentação de homens jovens pelas moradas das famílias da comunidade Bela Vista. No entanto, as cinco famílias que vivem hoje no lugar, possuem uma fixação e estabilidade em suas localidades, em seus locais das casas de morada. A diminuição da

quantidade de famílias no espaço da comunidade Bela Vista, em comparação ao que era a quantidade de famílias que viviam no seringal Belo Horizonte, pode ser uma razão para explicar tal estabilidade. O êxodo, que explica essa diminuição de famílias no lugar de análise, foi causado, principalmente, durante o período descrito no capítulo três, quando após a extinção do comércio da borracha, no fim dos anos 1980, surge a diversificação das oportunidades de atividades de renda. Tal diversificação, apresentada no terceiro capítulo pelo comércio da pele de gato, garimpo, extração de madeira e grilagem de terras, unida à falta de direitos básicos, como acesso a assistência de saúde e oportunidade de educação, formam as razões para o êxodo de antigas famílias seringueiras de seu lugar de origem. A garantia de segurança territorial com a demarcação da área em Reserva Extrativista permitiu que algumas famílias que haviam saído, voltassem a viver em seus lugares, como foi o caso do sr. Edmilson Viana.

Com a implementação da Resex, algumas transformações também são apresentadas ao que já estava posto na dinâmica da produção espacial. A gestão de um espaço mais amplo (da área da Resex) para além dos espaços de uso familiar, por exemplo, é uma nova dinâmica que o modo de vida beiradeiro vivencia. Tal gestão vem sendo colocada pelo encontro de uma outra lógica de organização, que são os espaços de corresponsabilidade coletiva, representados tanto pela formação da Associação de Moradores, a AMOMEX, como pelo Conselho Deliberativo da Resex Rio Xingu.

Com relação à variável “as formas de trabalho que geram organização e sustento das famílias em seu lugar”, a grande transformação que pode ser vista entre os dois tempos é a substituição da predominância da produção da borracha, como principal atividade produtiva de todos os moradores do seringal Belo Horizonte, pela multiplicidade de atividades de renda que passam a organizar a vida de cada família. O que permite a cada família ter uma fonte de renda principal diferente das demais famílias. No entanto, essas múltiplas atividades já faziam parte do modo de vida seringueiro, no *tempo do seringal*, como atividades complementares, que sustentavam a organização da casa, como os roçados, cultivo de pomares, pesca e atividades extrativistas como a coleta de castanha-do-pará e do coco babaçu. A contínua realização de trabalhos que não geram renda, mas pertencem ao dia-a-dia da família beiradeira, como a caça, o manejo da madeira, palhas e cipós, a construção de casas e canoas e a fabricação de objetos como peneiras, paneiros, entre outros, formam o conjunto de atividades que garantem a reprodução do modo de vida e o pertencimento naquele espaço.

Uma transformação observada na análise dessa variável foi o desenvolvimento da gestão coletiva da cantina comunitária. A organização da cantina assemelha-se ao modo de operar dos barracões dos seringais, no entanto, ao invés de haver um patrão de fora e um gerente que cuida do barracão para o patrão, são todas as famílias da comunidade que, em reuniões, decidem o que fazer

com o recurso que possuem na cantina e elegem um representante para gerir o capital comum. Isso representa uma profunda adequação do modo de vida ao contexto atual onde vivem essas famílias.

Por último, com a variável sobre “as relações sociais estabelecidas naquele lugar” analisei, principalmente, duas importantes relações que permeiam o modo de vida beiradeiro: com os indígenas e com quem não mora no lugar. Durante o *tempo do seringal*, as relações dos seringueiros com os indígenas que viviam no mesmo espaço traduziram-se pelos conflitos e confrontos, que causaram mortes, fugas e um constante cuidado, por parte dos seringueiros, quando andavam pela floresta. Esse cuidado foi construído por diversos aprendizados desenvolvidos nessa relação com os indígenas, como o de escutar os sons da mata e diferenciar o que era, por exemplo, canto dos pássaros e o que era um arremedo de índio. Ou até mesmo aprender a caminhar com respeito pela mata, dentro de sua estrada de seringa e desviando de possíveis “armadilhas” colocadas por indígenas. Já no *tempo da comunidade*, as relações entre as famílias ribeirinhas e os araweté e os parakanã, podem ser resumidas por uma intensidade de trocas de coisas, favores e ajudas. Possuem uma relação de vizinhança, tratando uns aos outros com respeito e determinando, de forma transparente, os acordos e limites de áreas de uso de cada um dos territórios que se avizinham.

Sobre as relações “com quem não mora no lugar”, a princípio, a história do *tempo do seringal* mostra que foram os patrões que introduziram os migrantes para essas áreas, onde os seringueiros passaram a construir suas vidas. Por isso, considere tratar-se de uma relação estruturante para entender o modo de vida ali colocado. Essa relação fazia-se, grosso modo, pela interação do dono do capital, o patrão seringalista, com o possuidor da força de trabalho, o seringueiro. No entanto, diferentemente de um ambiente urbano das relações de trabalho, era por meio do sistema de aviamento que se estruturavam as relações entre esses agentes. Resumidamente, pontuo, para esta conclusão, que as relações envoltas no sistema de aviamento possuíam três principais características: o crédito, a assistência e a hierarquia. O crédito financeiro era diretamente ligado à uma construção de crédito de confiança. A garantia de provisão de assistência básica de saúde, principalmente, era condição para estabelecer a relação de confiança que o seringueiro depositava no patrão. As relações patrão e seringueiro regiam-se pela hierarquia de quem possuía as condições de aviamento sobre aqueles que viviam nos seringais produzindo borracha. Essas três características aqui apontadas podem ser vistas, ainda hoje, nas relações com os diversos atores, que não moram na comunidade Bela Vista e tampouco na Resex Rio Xingu, mas que participam do modo de vida beiradeiro. Diferentemente da caracterização feita no capítulo um, do *tempo do seringal*, sobre as relações entre seringalista e seringueiro, no *tempo da comunidade* a caracterização desse tipo de relação dividiu-se em três agrupamentos: regatões, órgãos do governo e

instituições da sociedade civil. Apenas com isso, posso afirmar que houve grandes transformações com a amplitude de agentes que começaram a relacionar-se com os moradores da Resex. Ainda assim, as características anteriormente apontadas são aparentes em todos os três grupos com os quais as famílias ribeirinhas relacionam-se. O crédito ainda se faz como organização financeira na relação com os regatões, principalmente, mas também com todos dos outros grupos, estruturando as relações de confiança. A provisão de assistência de saúde e educação também é condição para que uma família ribeirinha sinta-se considerada e estabeleça uma relação com o agente externo. No entanto, há o processo de compreensão de que cada instituição ou órgão do governo tem o seu dever em cumprir com determinadas assistências. Por sua vez, a hierarquia apresenta-se pela consideração, feita pelos beiradeiros, de que quem tem a facilidade de ir e vir, circulando coisas e pessoas entre o beiradão e a cidade, tem mais *condições* do que eles. Por fim, A criação da Resex trouxe diversos agentes, que não costumavam estar presentes no dia-a-dia dos seringueiros. Apesar dessa amplitude de relações com quem não mora no lugar, no *tempo da comunidade*, houve uma manutenção das características dessas relações ao longo do tempo.

Enfim, ao longo da pesquisa, mediante as variáveis elegidas para delimitar o entendimento da reprodução do modo de vida, pude ver muitas semelhanças e transformações ao longo do tempo, que garantiram a permanência e o pertencimento dessas pessoas com o esse modo de vida produzindo esse espaço.

Para ilustrar ainda mais essa identidade e pertencimento ao modo de vida beiradeiro, cito a conclusão do artigo de SOUZA (2019), sobre o valor da floresta em pé para os ribeirinhos, no qual o pesquisador beiradeiro resume a sensação de segurança em viver no beiradão e ser ribeirinho:

Sobre a segurança, no beiradão é mais seguro, a gente anda despreocupado, não tem violência, roubo, assalto e nem acidente que tem na cidade: a gente liga a TV e só vê desgraça, violência, roubo e acidente na cidade. Aqui no beiradão a gente ouve o canto dos pássaros, os gritos das araras. Nós acordamos com o canto dos mutuns e o canto dos grilos. Temos uma paisagem linda, apreciamos o nascer e o pôr-do-sol, isso que é notícia. Se isso for ser ribeirinho, eu sou ribeirinho até morrer. (SOUZA, 2019, p.169)

A alusão à transformação de “seringueiro para ribeirinho” retratada no título da pesquisa sugere a transformação vivida por essas pessoas. Para além de exercerem apenas uma atividade produtiva e serem identificados pelo nome do ofício de seu trabalho, elas são, hoje em dia, uma composição de conhecimentos, saberes e fazeres que constroem o modo de vida beiradeiro em seu lugar. Em outras palavras, existe e resiste um modo de vida formado pelos seringueiros e atualizado no viver ribeirinho que produz um espaço na Resex Rio Xingu repleto de usos, conhecimentos e

floresta com biodiversidade. Além disso, tanto “ribeirinho” quanto “beiradeiro” ressignificam a identidade seringueira por sua percepção à própria pertença espacial: de viver na ribeira, na beira do rio.

Tratando-se de analisar um “modo de vida”, podem ainda ser estudados outros elementos dentro da complexidade que o compõem e ainda estabelecer diálogos com outras bibliografias existentes. Mediante as limitações desta pesquisa, considero ter sido suficiente essa primeira demonstração de determinados elementos da reprodução do modo de vida beiradeiro na Resex rio Xingu, assim como todas as considerações feitas para contextualizar os cenários que envolveram os tempos-espacos vividos ao longo de toda reprodução desse viver em seu lugar. Ainda deixo em aberto outras esferas do modo de vida beiradeiro a serem aprofundadas por quem puder.

## Bibliografia

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. 1977. *Brasil: Amazônia–Xingu*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. (Obra originalmente publicada em 1869)

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. 2006. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume.

ALLEGRETTI, Mary Helena. 2002. *A Construção Social de Políticas Ambientais. Chico Mendes e o Movimento Seringueiro*. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2002.

ALLEGRETTI, Mary Helena. 2008. *A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR

ALMEIDA, Mauro W. B. 1992. *Rubber tappers of the upper Juruá river, Brazil: the making of a forest peasant economy*. Tese de Doutorado. University of Cambridge

ALMEIDA, Mauro W. B. 2004. *Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19, nº 55, 2004, p. 34.

ALMEIDA, Mauro W.B. 2012. *As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais*, in *Dossiê - Amazônia: Sociedade e natureza*, v. 17 n.1, p. 121-152, Mediações, Londrina, Jan./Jun.

ALMEIDA, Mauro W.B. 2012 b. *Sociodiversidade e desenvolvimento. Considerações entre centro e margem*. Reunião da Sociedade Brasileira de Antropologia. 4 de julho de 2012.

ALMEIDA, Mauro W.B.; REZENDE, Roberto Sanches. 2013. *Uma nota sobre Comunidades tradicionais e Unidades de Conservação*. *Revista Ruris*, nº 2, p. 185-195, setembro, 2013.

ANDRADE, Anna Maria; POSTIGO, Augusto; e VILLAS-BÔAS, André; (orgs.). 2017. *Terra do Meio/Xingu: os saberes e práticas dos beiradeiros do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio*. São Paulo: Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/livro-registra-saberes-e-praticas-dos-beiradeiros-da-terra-do-meio>>. Acesso em: dezembro 2019.

BALEE, William; OLIVEIRA, Vinicius Honorato; SANTOS, Raquel; AMARAL, Márcio; ROCHA, Bruna; GUERRERO, Natalia; SCHWARTZMN Stephen; TORRES, Mauricio; PAZZUTI, Juarez. 2020. *Ancient Transformation, Current Conservation: Traditional Forest Management on the Iriri River, Brazilian Amazonia*. Springer Science+Business Media, LLC, part of Springer Nature 13 March 2020.

BECKER, Bertha K. 2010. Novas Territorialidades na Amazônia: desafios às políticas públicas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto no 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto no 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011.

CASTRO JR., et al. 2009. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, Maria C. N. Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CASTRO, Rodrigo Ribeiro. 2017. Expulsão por cansaço e resistências : etnografia das relações de poder no conflito territorial da Juréia (SP). Dissertação mestrado Antropologia Social. Unicamp – Campinas – SP.

CHOMA, Jeferson Luiz. 2018. Os saberes do camponês da floresta: modo de vida, conflitos e etnoconhecimento seringueiro na Resex Chico Mendes (AC). Dissertação Mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH-USP.

COUDREAU, Henri. 1977. Viagem ao Xingu. Coleção reconquista do Brasil. Vol.49. Ed. da Universidade de São Paulo. Livraria Itatiaia editora Ltda. Belo Horizonte.

DIEGUES, Antonio Carlos. 2001. O mito moderno da natureza intocada. NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA SOBRE POPULAÇÕES HUMANAS E ÁREAS ÚMIDAS BRASILEIRAS/USP. 3.a EDIÇÃO. EDITORA HUCITEC, São Paulo-SP.

EMERIQUE, Rosângela, Maria Tôrres. 2009. Soldado da Borracha: um herói no anonimato. Editoração Ponto Gráfico, Altamira – PA.

FRANCESCO, Ana. 2020. *Terror e Resistência*. Tese Doutorado. IFCH - Unicamp.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (2008). “Vida de Sertanista: a trajetória de Francisco Meirelles”. Revista Tellus, ano 8, n. 14, p. 87-114, Campo Grande (MS).

FURUIE, Vinicius de Aguiar. 2020. ARGONAUTS OF THE AMAZON. River Trade and Rights in the Xingu Basin. A DISSERTATION PRESENTED TO THE FACULTY OF PRINCETON UNIVERSITY IN CANDIDACY FOR THE DEGREE OF DOCTOR OF PHILOSOPHY.

GUERRERO, Natalia Ribas; POSTIGO, Augusto. 2017. Parte III: Terra do Meio. In: VILLAS-BÔAS, André; GUERRERO, Natalia; POSTIGO, Augusto; JUNQUEIRA, Rodrigo (orgs.). *Xingu: histórias dos produtos da floresta*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

GUERRERO, Natalia Ribas; TORRES, Maurício; CAMARGO, Maria Luiza. 2011. EXCLUSÃO PARTICIPATIVA Conflitos em torno da gestão de unidades de conservação ambiental hoje. In: Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Belém-PA: UFPA, 2011

GUERRERO, Natalia Ribas. 2012. Em terra vestida Contradições de um processo de territorialização camponesa na Resex Quilombo do Frechal (MA). Dissertação Mestrado em geografia humana. USP- FFLCH. São Paulo-SP.

GUERRERO, Natalia Ribas. 2015. *Nem na Unha, Nem na Fome – Resistência camponesa às margens do médio Xingu*. Relatório de consultoria especializada para apoio à elaboração de termo de compromisso junto aos ribeirinhos e colonos do Parque Nacional da Serra do Pardo. Funbio. Abril de 2015.

HARRIS, Mark. 2006. in ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume.

HERRERA, J.A.; SANTANA, Nelivaldo Cardoso. 2016. Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. GEOUSP: espaço e tempo, v. 20, p. 250-266.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>, acesso 19 fevereiro 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1927. Livro 15300. Recenseamento do Brasil realizado em 01 setembro de 1920. Relação dos proprietários dos ESTABELECIMENTOS RURAES RECENSEADOS NO ESTADO DO PARA. RIO DE JANEIRO, TYP. DA ESTATISTICA, 1.927. <https://biblioteca.ibge.gov.br/> (acesso em 20 de fevereiro de 2020)

KRENAK, Ailton. Entrevista gravada jornal Le Monde Diplomatique Brasil - série Vozes da Floresta - A aliança dos Povos da Floresta de Chico Mendes a nossos dias. Visualização 14/04/2020 : <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJH1os4w&feature=youtu.be>

KRÄUTLER, Eurico. 1979. A Moringa Quebrada, Episódios de uma vida em meio aos índios na mata virgem. 2ª edição, Edições Rosário, Curitiba -PR.

KRÄUTLER, Eurico. 1979b. Sangue nas Pedras. Edições Paulinas. São Paulo – SP.

LA BLACHE, Paul Vidal de. 1913. AS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DA GEOGRAFIA. Transcrito dos Annales De Géographie, 22 (124): 289-299, 1913. Título do original: "Des caractères distinctifs de la Géographie". Tradução de Odete Sandrini Mayer.

LEFEBVRE, Henri. La production del espacio. (MIMEO).

LIMA AYRES, Deborah de Magalhães. 1999. A Construção Histórica do Termo Caboclo. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2, dezembro 1999.

LIMA, Francinaldo Ferrera. 2015. O acesso as políticas públicas por populações tradicionais e a gestão de unidades de conservação de uso sustentável: o caso das reservas extrativistas da Terra do Meio, Altamira/PA. 115 f. Dissertação (Mestrado). Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas – Manaus.

LOUREIRO, Isabel (org.). 2009. SOCIALISMO OU BARBÁRIE: ROSA LUXEMBURGO NO BRASIL. Instituto Rosa Luxemburg Stiftung – São Paulo, 2009.

MARCHESE, Daniela. 2005. Eu entro pela perna direita. Espaço, representação e identidade do seringueiro no Acre. Rio Branco: Edufac.

MARINHO, José Antônio Magalhães. 2019. *As lutas camponesas e o cercamento do rio Xingu (PA): a construção da hidrelétrica Belo Monte*. Tese de doutorado em Geografia Humana, São Paulo, USP.

MEDAETS, Chantal. 2011. “ TU GARANTE ? ” REFLEXÕES SOBRE A INFÂNCIA E AS PRÁTICAS DE TRANSMISSÃO E APRENDIZAGEM NA REGIÃO DO BAIXO-TAPAJÓS. XI Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais. UFBA, Salvador – BA.

MEIRA, Márcio. 2018. A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico. São Carlos, EdUFSCar.

MENEZES, Mário Assis. 1994. As Reservas Extrativistas como Alternativa ao Desmatamento na Amazônia. In *O Destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na amazônia*. Ricardo Arnt (edição). Rio de Janeiro-RJ.

MILANEZ, Felipe (org.). 2015. *Memórias sertanistas: Cem anos de indigenismo no Brasil*. Edição Sesc. (<https://play.google.com/books/reader?id=SGizCwAAQBAJ&hl=pt&pg=GBS.PA1886>)

MMA, Ministério do Meio Ambiente e ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. 2012 PLANO DE MANEJO DA RESEX RIO XINGU. Aprovado pela Portaria No 62, de 18 de maio de 2012 e publicado no Diário Oficial da União de 21 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM-RESEX-Rio-Xingu-2012.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

MOREIRA, Ruy. 2005. SOCIABILIDADE E ESPAÇO (As formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências). AGRÁRIA, São Paulo, Nº 2, pp. 93-108, 2005

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas, nº 1(3), vol. 1. 1º de Junho de 2007 (1997).

NAHUM, João Santos e FERREIRA Luzivan dos Santos Gonçalves. 2015. *CAMINHOS E DESCAMINHOS DA NOÇÃO DE GÊNERO DE VIDA NA GEOGRAFIA*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 02, n. 01, p. 79-96, jan./jun. 2015.

NUNES, André Costa. 2003. A batalha do Riozinho do Anfrísio: uma história de índios, seringueiros e outros brasileiros. Marituba, Halley S/A – Gráfica e Editora

POSTIGO, Augusto de Arruda (et al). 2008. *Atlas Histórico do Rio Bagé (1907-2006)*. Campinas: UNICAMP/IFCH/CERES.

POSTIGO, Augusto. 2010. A terra vista do alto. Usos e percepções acerca do espaço entre os moradores do Rio Bagé, Acre. Tese de doutorado em Antropologia Social, Campinas, IFCH/ UNICAMP.

*RIO PARDO, o retorno dos beiradeiros ao seu território*. 2019. ISA-Instituto Socioambiental e AMOMEX - Associação dos Moradores do Médio Xingu. Altamira - PA, 2018. (13,51min) (<https://www.youtube.com/watch?v=TgAGhKNN1GI>). Publicado em 30 novembro de 2018. Acesso em 08 de janeiro de 2020.

REZENDE, Roberto. 2010. Das colocações à vila. Processos de urbanização no Alto Rio Tejo, Acre. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas – SP, 2010

REZENDE, Roberto. 2016. Camponeses da bacia do rio Tejo: economia, política e afeto na Amazônia. Tese Doutorado. Unicamp. Campinas, SP, 2016.

SANTOS, Milton. 1977. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia (p.81-100), junho 1977.

\_\_\_\_\_. 1982. O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica. 5º Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. 1985. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. 1996. TÉCNICA ESPAÇO TEMPO – Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. 1998. O retorno do território. In: \_; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC.

\_\_\_\_\_. 1999. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, ano XIII, n. 2, agosto/dezembro de 1999.

\_\_\_\_\_. 2008. Metamorfose do Espaço Habitado. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da geografia. 6ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp.

\_\_\_\_\_. 2012. A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção. 4ª edição. Editora da Universidade de São Paulo - Edusp.

SANTOS, Raquel Rodrigues dos. 2021. Direitos de propriedade e conservação da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) no rio Iriri (Amazônia Oriental, Brasil). Tese Doutorado em Ciências, área de concentração em Ecologia Aplicada. USP. Piracicaba - SP

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. 1980. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz.

SAQUET, M.A. 2013. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Outras Expressões.

SCHWARTZMAN, Stephan; André Villas Boas, Katia Yukari Ono, Marisa Gesteira Fonseca, Juan Doblaz, Barbara Zimmerman, Paulo Junqueira, Adriano Jerolimski, Marcelo Salazar, Rodrigo Prates, Junqueira and Mauricio Torres. 2013. *The natural and social history of the indigenous lands and protected areas corridor of the Xingu River basin*. Phil. Trans. R. Soc. B 2013 368, 20120164, published 22 April 2013.

SILVA, Maria Aparecida e SILVA, Patricia. 2019. A alimentação dos ribeirinhos da comunidade são francisco, rio Iriri, Altamira – PA. Revista Aru, de pesquisa intercultural da bacia do rio negro, amazônia. Numero3. Programa Rio Negro - Instituto Socioambiental. Abril 2019

SILVA, Ellen Cristina do Monte. 2014. O GÊNERO DE VIDA DOS MORADORES DAS VILAS DOS PESCADORES E BONIFÁCIO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA. Dissertação mestrado. PPGeo/IFCH/UFGA. Belém-PA, 2014.

SILVA, Tarcísio Feitosa da. 2009. A última peça do mosaico das Unidades de Conservação da Terra do Meio – Pará – Brasil: o processo de criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu. Dissertação Mestrado. Iniversidade Federal do Pará (UFPA)/ Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém- PA.

SORRE, Max. 1963. A noção do Gênero de Vida e seu Valor Atual. Boletim Geográfico - IBGE, ano XXI, nº172. Jan-fev 1963. (originalmente publicado em 1948).

SORRE, Max. 2003. A geografia Humana (Introdução). GEOgraphia, ano V, nº10. (Traduzido do original *El Hombre em La Tierra*, Introducción, Barcelona, 1967)

SOUZA, Erivan Santana. 2019. Os Valores dos povos da floresta. A importância da floresta em pé para os ribeirinhos do rio Xingu. Revista Aru, de pesquisa intercultural da bacia do rio negro, amazônia. Numero3. Programa Rio Negro - Instituto Socioambiental. Abril 2019.

SOUZA, M. L. 2013. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

STOLZE LIMA, Tânia e MACEDO, Eric. 2001. *Yudjá/Juruna*. Verbetes histórico. <https://www.indios.org.br/pt/Povo:Yudj%C3%A1/Juruna> acesso em 01/08/2020, Instituto Socioambiental.

TORRES, Maurício e PRADO, Gabriela. O boi que não leu o SNUC. Considerações preliminares sobre a grilagem e a degradação ambiental na Resex Rio Iriri e região do entorno. Instituto Socioambiental.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boga; UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. 2012. *Altamira e sua história*. 4 ed. rev. e ampliada. Belém, Ponto Press.

VELÁSQUEZ, Cristina; VILLAS-BÔAS, André; SCHWARTZMAN, Stephen. 2006. Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará. *Revista de Administração pública*, v. 40, n. 6, p. 1061-1075.

VILLAS-BÔAS, André; JUNQUEIRA, Rodrigo; SALAZAR, Marcelo; POSTIGO, Augusto; STRAATMAN, Jeferson; VELÁSQUEZ, Cristina; DOBLAS, Juan; GOVEIA, Edione; TORRES, Maria Augusta; LIMA, Victor; SILVA, Fabíola Andressa; MOURA, Leonardo; REZENDE, Roberto. 2018. As Reservas Extrativistas da Terra do Meio: uma experiência de desenvolvimento alternativo para a Amazônia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48.

WAGLEY, Charles. 1957. *Uma comunidade Amazônica, Estudo do Homem nos trópicos*. Companhia Editora Nacional. São Paulo.

WEINSTEIN, Barbara. 1993. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 - 1920)*

#### **Notícias, Reportagens, Websites:**

CÂMARA DOS DEPUTADOS, AGÊNCIA. 2020. “Lei das Unidades de Conservação da Natureza completa 20 anos”. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Acesso em 18/03/2021. [https://www.camara.leg.br/noticias/676930-lei-das-unidades-de-conservacao-da-natureza-completa-20-anos/#:~:text=A%20proposta%20\(PL%202892%2F92,em%201992%2C%20vinda%20do%20Executivo.&text=A%20Lei%20do%20SNUC%20especifica,cria%C3%A7%C3%A3o%2C%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20e%20administra%C3%A7%C3%A3o%20delas](https://www.camara.leg.br/noticias/676930-lei-das-unidades-de-conservacao-da-natureza-completa-20-anos/#:~:text=A%20proposta%20(PL%202892%2F92,em%201992%2C%20vinda%20do%20Executivo.&text=A%20Lei%20do%20SNUC%20especifica,cria%C3%A7%C3%A3o%2C%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20e%20administra%C3%A7%C3%A3o%20delas).

Redação Outras Palavras. Publicado 16/02/2012. O grileiro vencerá? De Lucio Flavio Pinto. Acesso em 04/04/2021. <https://outraspalavras.net/outrasmidias/grileiro-vencera/>

Caros Amigos. Edição 102. 2005. Maior grileiro do Mundo. Acesso em 04/04/2021 <https://mst.org.br/2013/03/14/maior-grileiro-de-terras-do-mundo-tera-rodovia-com-seu-nome/>

AGÊNCIA ESTADO. G1. 2008. Morre o empreiteiro Cecílio do Rego Almeida. Da Agência Estado. Acesso em 04/04/2021. [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL359888-9356,00-MORRE+O+EMPREITEIRO+CECILIO+DO+REGO+ALMEIDA.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL359888-9356,00-MORRE+O+EMPREITEIRO+CECILIO+DO+REGO+ALMEIDA.html)

GOOGLE, 2021. Coronavírus COVID-19. Acesso em 04/07/2021- <https://www.google.com/search?q=obitos+covid+19+mundo&oq=obitos+covid+19+mundo&aqs=chrome..69i57j0i395j0i395i457j0l5.3618j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

### **Legislação:**

BRASIL. 2004. Decreto lei 08 de novembro de 2004. Criação da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, no Município de Altamira, no Estado do Pará. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/dnn/Dnn10349.htm#:~:text=DECRETO%20DE%208%20DE%20NOVEMBRO,Par%C3%A1%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/dnn/Dnn10349.htm#:~:text=DECRETO%20DE%208%20DE%20NOVEMBRO,Par%C3%A1%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.) (acesso em 25/06/2021)

BRASIL. 2007. Decreto-lei Nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. D.O.U. DE 08/02/2007, P. 316. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6040&ano=2007&ato=5b7MTQE9ENRpWTe58> (acesso em 24/03/2021)

BRASIL. 2008. Decreto lei 05 de junho de 2008. CRIAÇÃO, RESERVA EXTRATIVISTA, MUNICIPIO, ALTAMIRA, (PA). Publicado em D.O.U. DE 06/06/2008, P. 17. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MME . <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=05/06-6&ano=2008&ato=840ETSq1UNRpWTb06> (acesso em 24/03/2021)

BRASIL. 2010. Diário Oficial da União, ISSN 1677-7042, nº144 de 29 de julho de 2010, Portaria nº59. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-rio-xingu/arquivos/resex-rio-xingu-port-59-de-29-07-10.pdf> (acesso em 22/06/2021)

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 2000. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, Ministério do Meio Ambiente, Brasil.









**Cartório do 1º Ofício  
Altamira - Pará**

presente matrícula foi adquirido por **RAIMUNDO CIRO DE MOURA**, brasileiro, casado com **MARIA NETO DE MOURA**, acima já qualificados. Por compra feita à **ARMANDO DE OLIVEIRA LEMOS** e sua mulher **HILMA BRAGA DE LEMOS**, ele seringalista, ela de prendas doméstica, domiciliados e residentes nesta cidade de Altamira-Pará; **GUILHERMINO DE OLIVEIRA LEMOS** e sua mulher **LIGIA FERNANDES LEMOS**, ambos funcionários públicos, sendo ele aposentado, residentes na cidade do Rio de Janeiro/RJ e **ANA ARMINDA DE LEMOS**, funcionária pública, domiciliada e residente em Belém-Pará, todos brasileiros, maiores, capazes. Pelo preço certo e ajustado de Cr\$-150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), não havendo condições. O referido é verdade e dou fé. Altamira/Pa, 22 de Abril de 1992. O Escrevente Juramentado (a) SEBASTIÃO LIMA DA SILVA.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

**AV-1-M-21.022**-Procede-se a esta averbação de acordo com as atribuições que me foram conferidas por lei e a requerimento datado de 20 de abril de 1992, firmado por **RAIMUNDO CIRO DE MOURA** e **MARIA NETO DE MOURA**, acima já qualificados neste instrumento, cujo requerimento fica arquivado neste cartório para fins de direito, que no livro acima referido à margem da matrícula 21.022 deste Registro de Imóveis, totalizando uma área total de 279.375ha50a00ca, neste município de Altamira-Pará, de propriedade do acima referido é feita a averbação concernente a área constituída exclusivamente como "Reserva Florestal Legal Obrigatória" correspondente ao mínimo permitido de 50% (cinquenta por cento) da superfície física do imóvel, onde não será permitido o corte raso, sendo vedado a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer Título ou Desmembramento da área conforme estabelecem os dispositivos do parágrafo único do artigo 44 da lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 (código florestal) dispositivo legal esse que acrescido ao citado artigo 44 do código florestal a lei nº 7.805 de 18/07/1989, publicado no Diário Oficial da União, Edição de 20/07/1989. Nada mais. O referido é verdade e dou fé. Altamira-Pará, 22 de Abril de 1992. O Escrevente Juramentado (a) SEBASTIÃO LIMA DA SILVA.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

**R-2-M-21.022**-Nos termos de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada no Cartório Chermont 1º Ofício de Notas, da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, datado em 25/04/1997, lançada às fls. 094/096 do Livro 149-A. O imóvel constante da presente matrícula foi adquirido por **RONDON PROJETOS ECOLÓGICOS LTDA**, com sede em Curitiba-PR, com endereço à Rua João Bettega, 1963, Bairro de Fazendinha, inscrita no CGC/MF sob o nº 40.278.558/0001-58, Inscrição Estadual nº 10.187.290/E, neste ato representada por seu bastante procurador **JOSÉ NORBERTO DE TOLEDO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 23708, com escritório à Rua Dona Carlota, 123, Santo André/SP, nos termos da Procuração Pública datada de 25.04.97, lavrada às fls. 161, do livro 294-P, do Tabelião de Notas, da cidade e Comarca de Curitiba/PR. Por compra feita a **RAIMUNDO CIRO DE MOURA**, brasileiro, casado, comerciante e seringalista, portador da Carteira de Identidade nº 964781-SSP/PA e do CIC/MF nº 016.698.342-04 e sua mulher **MARIA NETO DE MOURA**, brasileira, aposentada, portadora da Carteira de Identidade nº 867.427-SSP/PA, e do CIC/MF nº 056.522.782-34, ambos domiciliados e residentes nesta cidade, à Travessa Djalma Dutra, nº 227, bairro Telégrafo, neste ato representados por seu bastante procurador substabelecido **ELIEZER CIRO DE MOURA**, brasileiro, divorciado, sociólogo, portador da Carteira de Identidade nº 860436-SSP/PA e do CIC/MF nº 045.428.002-53, residente e domiciliado em Altamira, Pará, nos termos do Substabelecimento Público, lavrado em Notas deste Cartório, às fls. 118, do livro 68, em 23.04.1997, oriundo da Procuração Pública lavrada às fls. 090/091, do livro 551, das Notas deste Cartório, em 23.04.1997. Pelo preço certo e ajustado de R\$-502.875,00 (quinhentos e dois mil oitocentos e setenta e cinco reais). Condições: às da Escritura. Certidão: Certifico que o imposto de transmissão de propriedade "INTER-VIVOS" foi pago

